

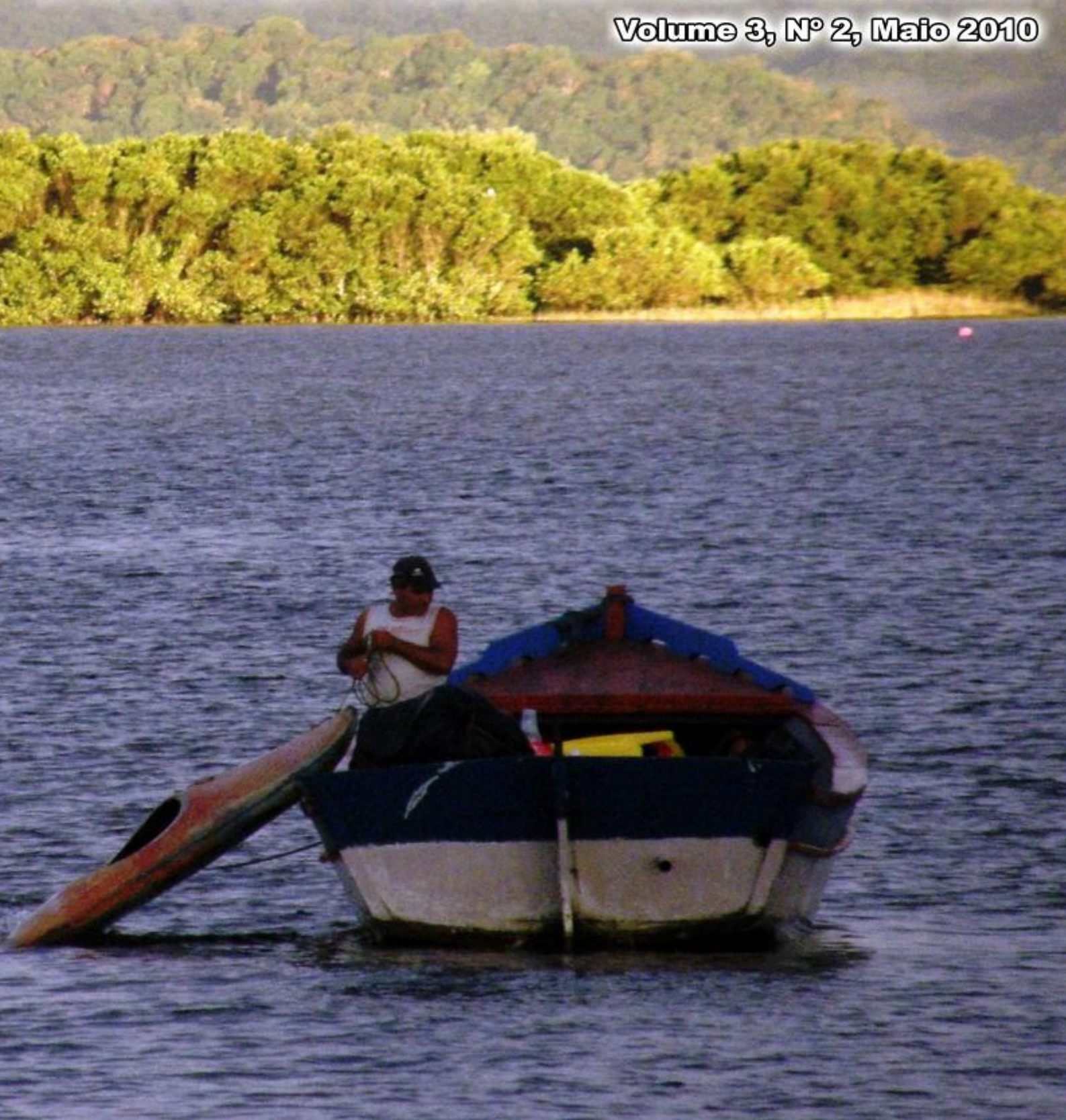
ISSN 1983-9391



Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 3, Nº 2, Maio 2010



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 03, Número 02, maio de 2010

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo Junior

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editoras de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Mônica Ribeiro Gusmão Saba

Capa e layout do site

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. **Adriano Severo Figueiró**

Profa. Dra. **Alcyane Marinho**

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Profa. Dra. **Almerinda Antonia Barbosa Fadini**

Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**

Profa. Dra. **Andréa Rabinovici**

Profa. Dra. **Beatriz Veroneze Stigliano**

Prof. Drando. **Bruno Pereira Bedim**

Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**

Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**

Profa. Dra. **Denise de Castro Pereira**

Prof. Dr. **Eduardo Humberto Ditt**

Prof. Dr. **Ferdinando Filetto**

Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**

Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**

Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**

Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**

Prof. Drando. **Heros Augusto Santos Lobo**

Prof. Dr. **Ismar Borges de Lima**

Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**

Prof. Dr. **Jesús Manuel López Bonilla**

Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**

Profa. Dra. **Jasmine Cardoso Moreira**

Prof. Dr. **João Luiz de Moraes Hoefel**

Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**

Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**

Prof. Dr. **Lucio Flavo Marini Adorno**

Profa. Dra. **Marilia Cunha Lignon**

Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**

Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**

Profa. Dra. **Odaléia Telles M. Machado Queiroz**

Prof. Dr. **Pedro de Alcântara Bittencourt César**

Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**

Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**

Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**

Prof.a. Dra. **Suzana Machado Padua**

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Prof. Dr. **Zysman Neiman**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
-------------------	----

EDITORAL.....	06
---------------	----

ARTIGOS

Serra do Mar: o turismo e as alternativas de se trabalhar a ideia de ecomercado de trabalho.....	155
--	-----

Rodrigo Machado, Rodrigo Montaldi Morales

<i>Serra o Mar: the tourism and alternatives to build the idea of ecomarket of work.....</i>	155
--	-----

Rodrigo Machado, Rodrigo Montaldi Morales

Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do baixo Rio Negro, Amazonas.....	173
---	-----

Nailza Pereira Souza, Sherre Prince Nelson, José Eduardo Lozano Badialli, Marco Antônio Vaz de Lima, Suzana Machado Padua

<i>How to reconcile conservation, tourism and development: the experience of the lower Rio Negro, Amazonas, Brazil.....</i>	173
---	-----

Nailza Pereira Souza, Sherre Prince Nelson, José Eduardo Lozano Badialli, Marco Antônio Vaz de Lima, Suzana Machado Padua

Conservação de recursos naturais e práticas turísticas sustentáveis em Vargem (SP).....	191
---	-----

Sônia Regina da Cal Seixas, Cristiane Ferraz e Silva Suarez, Giovana Dominicci Silva, Almerinda Antonia Barbosa Fadini

<i>Natural resource conservation and sustainable touristics practice in Vargem (SP), Brazil</i>	191
---	-----

Sônia Regina da Cal Seixas, Cristiane Ferraz e Silva Suarez, Giovana Dominicci Silva, Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Análise dos fatores motivacionais e determinantes no processo de decisão de compra do consumidor turístico no entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra na região de São Roque de Minas (MG).....	215
---	-----

Ana Cristina Magalhães Costa, Miguel Rivera Peres Jr., Michella Christian do Prado, Ronaldo Fernandes da Silva

<i>Analysis of motivational factors and determinants in the decision process of consumer buying tour around the National Park of Serra da Canastra in region of São Roque de Minas (MG), Brazil</i>	215
---	-----

Ana Cristina Magalhães Costa, Miguel Rivera Peres Jr., Michella Christian do Prado, Ronaldo Fernandes da Silva

Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'ajuda (SE).	235
--	-----

Cleberton Santos Souza, Claudio Roberto Braghini, Layslene Ferreira de Araújo

<i>Spaces's dialogue in the community for Ecotourism: the Mem de Sá Island, Itaporanga D'Ajuda (SE), Brazil</i>	235
---	-----

Cleberton Santos Souza, Claudio Roberto Braghini, Layslene Ferreira de Araújo

Indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo como subsídio à implantação de Estrada – Parque no Jalapão (TO).....	249
--	-----

Eliane Marques dos Santos, Lúcio Flavo Marini Adorno, Paula Benevides de Moraes <i>Sustainable ecotourism indicators as subsidies to implement Park Roads in Jalapão (TO), Brazil</i>	249
--	-----

Eliane Marques dos Santos, Lúcio Flavo Marini Adorno, Paula Benevides de Moraes

Projeto Monitores Marinhos (MOMAR): proporcionando uma nova visão dos ambientes marinhos capixabas	273
--	-----

Maria Elisa Tosi Roquette, Flavio Pavan Filho, Thiago José Fagundes e Costa, Renata Costa Carvalho <i>Marine Monitors Project (MOMAR): providing a new view of marine environments of Espírito Santo state, southeastern Brazil</i>	273
--	-----

Maria Elisa Tosi Roquette, Flavio Pavan Filho, Thiago José Fagundes e Costa, Renata Costa Carvalho

Equipamentos turísticos do Parque Estadual do Itacolomi (MG): análise das instalações e dos atrativos construídos	283
---	-----

Bruno Pereira Bedim, Caiki Flaeschen de Campos, Tatiana Corrêa Vidal

<i>Tourist equipments of Itacolomi Park (Minas Gerais – Brazil): analyze of facilities and built touristic attractions</i>	283
--	-----

Bruno Pereira Bedim, Caiki Flaeschen de Campos, Tatiana Corrêa Vidal

Sinalização interpretativa como ferramenta de educação patrimonial em parques urbanos: o caso do Parque da Serra do Curral de Belo Horizonte	315
--	-----

Gisele Assis Mafra

<i>Interpretive signaling as a tool for patrimonial education in urban parks: the case of Parque da Serra do Curral of Belo Horizonte (MG), Brazil.</i>	315
---	-----

Gisele Assis Mafra

A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação.....	331
---	-----

Bruna Raquel Alves Pinheiro, Artemísia dos Santos Soares, Francisco Fransualdo de Azevedo

<i>The man-nature relationship and praxis of tourism: a reunion for preservation</i>	331
--	-----

Bruna Raquel Alves Pinheiro, Artemísia dos Santos Soares, Francisco Fransualdo de Azevedo

RESENHA

Da parceria entre mestres e estudantes, novas interpretações sobre turismo e meio ambiente no Brasil.....	343
---	-----

Thiago Allis

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Dando continuidade à publicação dos artigos aprovados e apresentados no VII^o Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), realizado no Estado do Espírito Santo em novembro de 2009, apresentamos aqui nosso novo número da Revista, agora avaliada pelo sistema QUALIS. Com apenas uma edição analisada (volume 1) pelos comitês da CAPES nossa publicação já atingiu patamares bastante significativos, sendo que seus índices devem melhorar a partir da próxima rodada das avaliações, a ser divulgada em breve. Parabenizamos a todos que transformam a RBECotur, através de seu trabalho e a cada edição, na mais importante publicação nacional na área de Ecoturismo.

Neste número estão presentes dez contribuições em formato de artigos originais, além de mais uma resenha, completando a análise dos livros lançados no CONECOTUR.

No primeiro artigo Rodrigo Machado, Rodrigo Montaldi Morales apresentam reflexões importantes sobre os temas relacionados ao ecomercado, educação e turismo sustentável e como estes vem sendo tratados no Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, em especial, do bairro Cotas e adjacências no município de Cubatão (SP).

Em seguida, Nailza Pereira Souza, Sherre Prince Nelson, José Eduardo Lozano Badialli, Marco Antônio Vaz de Lima, e Suzana Machado Padua, apresentam uma descrição de uma experiência do Instituto de Pesquisas Ecológicas que deve interessar muito aos leitores. No artigo analisam o ordenamento e a integração dos atores locais na atividade turística do baixo Rio Negro (AM), tornando-a mais sustentável por envolver representantes dos segmentos sociais, incluindo comunidades, guias, donos de barcos, operadores, ONGs e entidades governamentais de turismo e meio ambiente. O projeto ajudou também a ampliar o conhecimento destes protagonistas em relação à biodiversidade local. Os dados foram coletados ao longo dos anos e isso reforça empiricamente as declarações e afirmações da análise. Os mapas, tabelas e fotos ajudam-nos a entender melhor o contexto e, claro, enriquecem sobremaneira o artigo.

O terceiro artigo, de autoria de Sônia Regina da Cal Seixas, Cristiane Ferraz e Silva Suarez, Giovana Dominicci Silva, e Almerinda Antonia Barbosa Fadini, discute a conservação dos recursos naturais através de práticas turísticas e ambientais no município de Vargem/SP – pertencente à Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, e propõe algumas ações preliminares associadas, principalmente ao ecoturismo e a educação ambiental, que podem ser colaborar com a sustentabilidade da atividade turística, sempre condicionadas a uma real integração da comunidade local, dos gestores públicos e dos turistas na conservação dos recursos naturais e na valorização dos aspectos sócio-culturais.

O quarto artigo, de Ana Cristina Magalhães Costa, Miguel Rivera Peres Jr., Michella Christian do Prado, e Ronaldo Fernandes da Silva investiga as características do consumidor turístico que visita o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), através da aplicação de questionários, mostrando que os fatores motivadores mais importantes para as visitas estão relacionados ao contato com a natureza e à possibilidade de relaxamento e meditação em espaços naturais. Os autores, partir de outras análises fazem proposta de classificação dos ecoturistas que visitam a região que podem contribui para que os agentes envolvidos na atividade, em especial os gestores do Parque Nacional da Serra da Canastra, obtenham o crescimento da atividade turística de forma sustentável.

Em seguida, no quinto artigo, Cleberton Santos Souza, Claudio Roberto Braghini, e Layslene Ferreira de Araújo debatem a importância dos espaços de diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá, para que seus membros se apropriem do ecoturismo como forma de conservação ambiental e fonte de renda. Apresentam, em especial, o Projeto Re-Conhecer Pedra Bonita (Itaporanga D'Ajuda, SE), que utilizou-se da técnica de Diagnóstico Rural Participativo para que aos moradores identificassem potenciais atrativos da região e elaborassem um roteiro turístico.

Outro estudo de caso interessante é apresentado no sexto artigo, desta vez na região da rodovia TO 030, que Eliane Marques dos Santos, Lúcio Flávio Marini Adorno, e Paula Benevides de Moraes sugerem se torne uma Estrada – Parque no Jalapão (TO). Os autores verificaram diversos indicadores para as dimensões ambiental, social, espacial e econômica, e concluem que a implantação de estrada-parque pode ser uma alternativa viável para auxiliar no ordenamento territorial e no manejo dos ecossistemas da região, desde que sejam atendidos alguns critérios de sustentabilidade para a sua implantação.

De caráter mais empírico, a experiência do Projeto Monitores Marinhos (MOMAR), no Estado do Espírito Santo, é apresentada por Maria Elisa Tosi Roquette, Flavio Pavan Filho, Thiago José Fagundes e Costa, e Renata Costa Carvalho no sétimo artigo. Este projeto, ainda em fase de implantação, ambiciona a criação de um registro permanente da diversidade marinha e o seu monitoramento constante, que apontará para o estado de conservação e ajudará a garantir a proteção, manutenção e o conhecimento da vida nesse ambiente.

Voltando a um estudo de caso no Estado de Minas Gerais, Bruno Pereira Bedim, Caiki Flaeschen de Campos, e Tatiana Corrêa Vidal propõe no oitavo artigo a criação e implantação de equipamentos turísticos do Parque Estadual do Itacolomi, a partir da elaboração de inventário, categorização da área de camping e alojamentos, e demais estruturas para alimentos e bebidas, eventos, serviços, e transportes. O roteiro de análise de equipamentos e atrativos construídos desenvolvido pelos autores pode ser utilizado como um gerador de dados específicos para a formulação de planejamentos condizentes com a realidade de diversos locais.

Ainda no campo na análise de infra-estrutura em Unidades de Conservação, e também no Estado de Minas Gerais, Gisele Assis Mafra apresenta no penúltimo artigo o projeto de sinalização interpretativa que já está finalizado e em fase de implantação no Parque da Serra do Curral. Este artigo descreve uso da sinalização fundamentado em diversos conceitos como o de interpretação e de educação patrimonial. O projeto pretende permitir que os visitantes, além de entenderem a importância de se preservar a Serra do Curral, possam admirar a paisagem, identificar locais familiares na massa urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

Finalizando a seção de artigos, Bruna Raquel Alves Pinheiro, Artemísia dos Santos Soares, e Francisco Fransualdo de Azevedo fazem um ensaio teórico-conceitual sobre a relação do ser humano com a natureza, e defendem a práxis do turismo como uma forma de promover, através da senibilização, um (re)encontro que contribua com preservação.

Completando a apresentação dos livros que foram lançados no Congresso Nacional de Ecoturismo, Thiago Allis foi convidado a escrever uma resenha da obra “Turismo e Meio Ambiente no Brasil”, organizado por Zysman Neiman e Andréa Rabinovici. Segundo nosso resenhista, o livro apresenta um caráter inovador, pois concebe, conduz e traz a público uma forma de produção compartilhada no ambiente universitário, que conta com a participação de graduandos de um “curso de

turismo jovem de uma universidade pública veterana”. Ao tecer suas considerações, Allis não se furta de fazer considerações críticas à obra, questionando seu caráter “naturalístico” o que, na visão do resenhista, apesar de não ser um demérito à obra, configura-se como um viés que poderia ter sido superado através da inclusão de um debate mais amplo sobre o turismo em ambientes urbanos.

Como de praxe, para encerrar, resta-nos anunciar a chegada de mais uma nova membro ao nosso Comitê de Avaliadores: A Profa. Dra. Odaléia Telles M. Machado Queiroz, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo, que, como os demais pareceristas deste periódico, vem contribuir com a excelência acadêmica desejada por todos. Seja bem-vinda!

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe



Natureza

Sou uma filha da natureza:
quero pegar, sentir, tocar, ser.
E tudo isso já faz parte de um todo,
de um mistério.
Sou uma só... Sou um ser.
E deixo que você seja. Isso lhe assusta?
Creio que sim. Mas vale a pena.
Mesmo que doa. Dói só no começo.

Clarice Lispector .

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a espécie homenageada é a Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), típica da floresta pluvial da encosta atlântica, produz flores róseas. A madeira pode ser empregada para uso interno, confecção de objetos leves, brinquedos, caixotaria, etc. A árvore é muito ornamental, principalmente quando em floração. Floresce geralmente duas vezes ao ano, em junho-agosto e dezembro-março.



SEÇÃO
ARTIGOS

Memórias inventadas: a segunda infância

Eu não amava que botassem data na minha existência. A gente usava mais era encher o tempo. Nossa data maior era o quando. O quando mandava em nós. A gente era o que quisesse ser só usando esse advérbio. Assim, por exemplo: tem hora que eu sou quando uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos. Ou tem hora que eu sou quando uma pedra. E sendo uma pedra eu posso conviver com os lagartos e os musgos. Assim: tem hora eu sou quando um rio. E as garças me beijam e me abençoam. Essa era uma teoria que a gente inventava nas tardes.

Hoje eu estou quando infante. Eu resolvi voltar quando infante por um gosto de voltar. Como quem aprecia de ir às origens de uma coisa ou de um ser. Então agora eu estou quando infante. Agora nossos irmãos, nosso pai, nossa mãe e todos moramos no rancho de palha perto de uma aguada. O rancho não tinha frente nem fundo. O mato chegava perto, quase roçava nas palhas. A mãe cozinhava, lavava e costurava para nós.



Manoel de Barros

Serra do Mar: o turismo e as alternativas de se construir a ideia de ecomercado de trabalho

Rodrigo Machado, Rodrigo Montaldi Morales

RESUMO

Este trabalho relata ações que ocorrem no âmbito do Projeto Serra do Mar, com o Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Essas ações vinculam-se à oficina de turismo, propondo uma formação direcionada ao turismo como vetor do ecomercado e também como recurso formativo. Um dos objetivos do texto é apresentar a construção e proposição experimental de relações entre diferentes núcleos formativos e produtivos do referido programa, partindo de breve discussão sobre a ideia de ecomercado de trabalho, tendo no turismo uma proposta integradora e o sentido de formação do programa como busca de alternativas a um padrão insustentável de relações sociais. Outro objetivo é buscar em depoimentos de alguns envolvidos a compreensão de experiência ocorrida em 2009. A finalidade do trabalho é sistematizar e registrar reflexões e compreensões diversas que orientem uma práxis que busque promover outras relações, mais solidárias e esclarecidas, entre pessoas e local onde vivem através do turismo desenvolvido em outras bases que não exclusivamente econômico-financeiras, de maneira a propor a atividade como uma forma de conservação ambiental correspondendo a outra lógica de produção direcionada a necessidades sociais. O percurso para a exposição passa pela apresentação do contexto socioambiental e da noção de ecomercado, a síntese das ações desenvolvidas e a compreensão dos envolvidos (jovens e seus familiares) em relação à experimentação da proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Serra do Mar, Turismo, Ecomercado de Trabalho.

Serra o Mar: the tourism and alternatives to build the idea of ecomarket of work

ABSTRACT

This paper tells actions that occur in the scope of the Projeto Serra do Mar, within the Programa de Jovens do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. These actions are linked to the Tourism workshop, considering it as a formation directed to the tourism ecomarket vector and also as formative resource. One of the objectives of this text is to present the construction and the experimentation of proposal of the interrelations between different formative and productive centers of the related program, leaving a brief discussion on the idea of ecojobs. The discussion is based on the tourism as an integrative proposal and on the meaning of formation program as a search of alternatives to an unsustainable standard of social relations. The other objective is to collect testimonials of people involved to the program during 2009 looking for their experience comprehensions. The purpose of this article is to systemize and to register different reflections and understandings that may guide to a praxis intended to promote other relations. They must be based on a solidarity and clarified actions between people and the place where they live through the tourism developed in other bases that not exclusively economic-financiers, considering the activity as an environmental conservation one that corresponds to another productive logic, directed to social needs. The way of this exposition passes through the presentation of the socioenvironmental context and the ecomarket notion, the synthesis of the developed actions and the understanding of the involved ones (teens and their families) in relation to the experimentation of proposal.

KEYWORDS: Serra do mar, Tourism, Ecomarket of Work.

Introdução

A região onde se localiza o município de Cubatão corresponde a uma das vinte e três cidades pelas quais tem contato territorial o Parque Estadual da Serra do Mar. O município, em função do desenvolvimento industrial do sudeste do Brasil, especialmente de São Paulo, arca com uma problemática socioambiental que afeta não somente os ecossistemas protegidos pela unidade de conservação, mas também as pessoas, na mesma proporção de impacto e necessidade de preocupação pela sociedade e pelo Estado.

É uma parte de nossa sociedade que está afastada de direitos básicos como trabalho, moradia, saneamento e uma educação que promova tanto a dimensão instrumental de adequação à sociedade como a emancipatória que aponte para a crítica e sua superação, não prescindindo, inclusive, de lançar mão do conhecimento construído a partir da dimensão instrumental. Dessa situação e de seus condicionantes históricos e sociais se originam impactos graves no meio ambiente e comprometem a qualidade ambiental de grandes porções do território das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Portanto, é preciso tomarmos ciência de que, além da premente necessidade de intervir nos impactos ambientais negativos que membros dessa parte da nossa sociedade causam em ecossistemas prestadores de serviços ambientais às metrópoles, há o imperativo de a mesma sociedade buscar alternativas à lógica produtiva que ao passo que gera riquezas não as distribui de forma adequada e justa. Uma alternativa é apostar em processos educativos não formais que trabalhem formas solidárias e democráticas de organização produtiva, de baixo impacto ambiental e correspondentes a necessidades locais – materiais e imateriais.

A experiência a ser descrita a seguir expõe o contexto no qual se desenvolvem ações representativas dessa busca, bem como as ideias e conceitos que as orientam, partindo, ao final, a uma breve análise de depoimentos de participantes diretos de uma das vivências.

O contexto socioambiental: Parque Estadual Serra do Mar, Cubatão, bairros Cotas e a intervenção do Estado

As ações a serem expostas neste trabalho se referem a um determinado contexto que guarda características similares a inúmeros outros locais e regiões concebidos como metrópoles. Trata-se de um local periférico no que se refere às duas regiões metropolitanas com as quais o município de Cubatão se relaciona: de São Paulo e da Baixada Santista. Sua periferia se expressa na forma dos bairros Cotas, com cerca de 23.800 habitantes. Têm esse nome em função das curvas de nível da serra em relação ao mar. São todos imediatos ou irregularmente instalados sobre a área do Parque Estadual da Serra do Mar.

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) se estende da divisa ao sul do Es-

tado do Rio de Janeiro até o litoral sul do Estado de São Paulo. Tem como área 315.000 ha, ocupando parte do território de 23 municípios. Além de proteger grande parcela da biodiversidade do bioma Mata Atlântica, o parque preserva rico patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico. Outro fator que reforça a importância da manutenção da qualidade ambiental do local, mantendo seus ecossistemas preservados, se refere ao fato de todo o abastecimento de água da baixada ter sua origem nas bacias protegidas pelo parque. Segundo o Projeto de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (SÃO PAULO, 2007, p.05),

A contribuição do Parque é clara para a sustentabilidade da vida, especialmente nos núcleos urbanos localizados em seu entorno. Além da constituição de belezas cênicas e paisagens notáveis, ameniza o clima, oferece a estabilização das encostas dando melhor proteção aos moradores de áreas críticas, propicia espaços para recreação, lazer e visitação pública, entre outros, sendo que os principais componentes são a garantia do suprimento de água qualitativa e quantitativamente, e, por fim, a proteção e a conservação da biodiversidade.

Considerando a ideia de periferia apresentada por Mautner (1999), essa parte da cidade carrega basicamente dois significados, "(...) um geográfico e outro sociológico: é o local longe do centro da cidade, onde moram os pobres". Tal é a realidade do denominados bairros Cotas de Cubatão, estabelecidos ao longo da Via Anchieta (afastados de áreas dotadas de infraestrutura urbana – centro – onde se estabeleceram pessoas em condições socioeconômicas frágeis).

Segundo relatório elaborado para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), *"a construção da Via Anchieta (1942) provoca o primeiro fluxo de migrantes para Cubatão, inaugurando o processo de edificações de moradias irregulares no Município"* (COBRAPE, 2007, p.20). *"A partir da industrialização efetiva de Cubatão, em 1955, com a instalação da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC), ocorre uma explosão demográfica sem precedente na história da Baixada Santista"* (FERREIRA; TORRES; BORGES; 2008, p.71).

Os mesmos autores expõem que *"historicamente há dois momentos que estouraram o surto migratório e a utilização de subabitações. Primeiro, a construção da Via Anchieta, em meados de 1940, que deu origem aos 'bairros' Cota. Segundo, a implantação do pólo industrial (...)"* (Idem, pp.75-76). A migração aliada a trabalhos informais posteriores ao término das obras, trouxeram consigo a fixação dos trabalhadores ao longo da via recém construída, além da chegada das famílias "expulsas" de seus territórios de origem em função de precárias condições de vida. Mais precárias que aquelas encontradas no local de destino: os bairros Cotas.

São bairros relativamente distantes de áreas dotadas de infraestrutura urbana básica, onde residem pessoas em situação hoje denominada de "vulnerabilidade social". Do ponto de vista legal, trata-se de ocupações irregulares. Da perspectiva ambiental, muitas residências encontram-se sob risco de desabamento. Os bairros negam

ou dificultam o acesso dos residentes a direitos básicos como saneamento.

A situação problema que motiva a intervenção do Estado no sentido de desocupar a região abarca os seguintes fatores:

- a) Moradias em situação de risco¹
- b) Degradação ambiental e descaracterização cultural;
- c) Pressão urbana;
- d) Impacto de efluentes domésticos e industriais;
- e) Extrativismo e a caça sistemática;
- f) Exploração pesqueira excessiva e desordenada;
- g) Turismo desordenado;
- h) Desocupação do PESM, em Cubatão, por força de decisão judicial.

Como forma de lidar com o problema socioambiental identificado há décadas como grave tanto do ponto de vista humano e social como também ecológico, o Projeto de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (SÃO PAULO, 2007) atua na direção de:

- a) Remover habitações em situação de risco e construídas dentro do perímetro do parque²;
- b) Legalizar e reurbanizar as áreas com habitações remanescentes;
- c) Construir habitações àquelas famílias deslocadas, em áreas que não ofereçam risco às pessoas nem pressão excessiva aos ecossistemas locais.

A partir do exposto pelo governo do estado, compreende-se que as ações devem considerar a premissa referente à busca por pensar soluções a problemas relativos a uma dinâmica espacial que gera a incompatibilidade socioeconômica de famílias pobres, e seu consequente deslocamento a áreas periféricas de regiões metropolitanas por razões identificadas com o padrão de relações sociais em uma sociedade estratificada (CARLOS, 1999). Outra premissa se identifica com a necessidade de garantir os serviços ambientais (dentro do conceito de bens difusos) que são proporcionados a grande parte da população por ecossistemas preservados, fornecendo água, regulação climática, manutenção da biodiversidade entre outros. Ou seja, ao menos a princípio, não se deve retirar as pessoas porque estão sobre o parque, mas sim lidar com uma problemática que, além de ecológica, é originalmente social e econômica.

É necessário considerar, ainda, que medidas de remanejamento de moradias e populações que rejeitam a origem do problema da periferização tendem à curta duração, uma vez que a ausência de condições de subsistência, carências culturais e dificuldades em se integrar à economia de maneira digna fazem com que famílias inteiras retornem às áreas anteriormente desocupadas. Tal dinâmica se assemelha a um movimento centrífugo, a partir do qual o centro das cidades estabelece uma relação de forças em que aqueles mais frágeis socioeconomicamente são lançados para es-

paços cada vez mais distantes do centro, por serem economicamente mais acessíveis em função da irregularidade do lote e das deficiências infraestruturais (MAUTNER, 1999). Quando por alguma força legal retornam ao centro, mantendo-se frágeis são “levados” novamente para fora, ao mesmo ou outro espaço.

Além das ações dedicadas essencialmente aos desalojamentos e requalificação ambiental dos espaços de origem e de destino, os órgãos envolvidos com o Projeto Serra do Mar também desenvolvem ações com vistas à educação, capacitação e ampliação das condições de trabalhadores residentes nos bairros Cotas de Cubatão integrarem-se ao mercado de trabalho. São cursos, treinamentos e acompanhamento de grupos de moradores, para que estes aumentem seu repertório de conhecimentos e habilidades profissionais, além de também criarem seus próprios empreendimentos, coletivos ou não.

No entanto, partindo do pressuposto segundo o qual boa parte do problema se apóia em determinada racionalidade economicista e instrumental, que por sua vez fundamenta toda a lógica de produção e organização da sociedade submetida ao capital, alternativas de formação e construção de outros modelos socioprodutivos são urgentes (LEFF, 2000, 2001, 2007). Coriolano (2006, p.14) expõe que “*a relação social determina a relação com a natureza*”. Assim, torna-se inócuo agir sobre a segunda desconsiderando a premência de transformar a primeira.

Na conjuntura marcada pela necessidade de intervenção do Estado na problemática da Serra do Mar, se desenvolve na Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, mais especificamente na Coordenadoria de Educação Ambiental, a promoção do Programa de Jovens - Meio Ambiente e Integração Social - da Reserva da Biosfera e da ideia de ecomercado como ações subsidiárias das diretrizes do Projeto Serra do Mar. Basicamente, uma das diretrizes busca a implantação de programas e equipamentos de educação socioambiental, de geração de trabalho e renda, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. O PJ MAIS corresponde, também, a uma das intervenções previstas do Projeto Serra do Mar (SÃO PAULO, 2007, p.13), que trata de promover a “sustentabilidade socioeconômica da população dos núcleos habitacionais”.

A ideia de ecomercado e o Programa de Jovens, da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo

Entende-se por ecomercado todo o setor produtivo de bens e serviços, que faz uso e manejo sustentável dos recursos naturais e promove condições e relações éticas, seguras e dignas de trabalho, gerando oportunidades de inclusão da população trabalhadora e consumidora.

As oportunidades de ecomercado de trabalho partem de demandas institucionais que ocorrem à medida que o mercado convencional gera vetores de degradação ambiental. Existem também demandas que refletem o interesse do consumidor por produtos saudáveis e ambientalmente responsáveis.

Segundo Serrano *et al.* (2000, p.17), o ecomercado

(...) poderia ser definido como um novo setor de desenvolvimento que incorpora de forma integrada aspectos sociais, econômicos e ambientais e onde suas atividades/modalidades se caracterizam como os instrumentais necessários para a implementação e efetivação do Desenvolvimento Sustentável.

O contexto do qual parte a demanda por refletir sobre modelos socioprodutivos alternativos àqueles identificados com o capital, bem como construir propostas concretas e experimentá-las na práxis, segundo os autores, é constituído pelos efeitos globais advindos da mundialização da economia, produzindo mudanças extremas nos padrões de absorção da mão de obra. Sem contar o grande paradoxo relativo à dimensão da alta capacidade tecnocientífica para a ampliação e reprodução do capital, estando diretamente – e contraditoriamente - relacionada ao risco de não sobrevivência dos ecossistemas “*dos quais a humanidade é parte integrante e dependente*” (SERRANO, *et al.* 2000, p.15).

É justamente neste contexto, onde fica cada vez mais evidente a necessidade de propostas que busquem a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a recuperação e preservação do meio ambiente, que surge o conceito de ecomercado” (Idem, pp. 16-17).

Tendo em seu horizonte formativo a construção local da ideia de ecomercado, o Programa de Jovens, da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (PJ-MAIS: Meio Ambiente e Integração Social) trabalha a proposição de um curso – envolvido em uma série de vivências - a partir de quatro oficinas temáticas que visam corresponder ao referencial teórico e metodológico construído pela Reserva da Biosfera, ligada ao Instituto Florestal de São Paulo, e chancelada pela Unesco, por meio do programa “o Homem e a Biosfera”. Nos documentos relativos à ideia do programa identifica-se que se trata de um rico referencial teórico e conceitual para um processo de educação ambiental que, mesmo que não declare enfaticamente sua vinculação à corrente crítica da educação ambiental, não oferece, de forma alguma, impeditivos à promoção de uma educação que seja ambiental de maneira crítica (GUIMARÃES, 2003; 2004a; 2004b; LOUREIRO, 2006; 2009). Pelo contrário. A proposta traz em si a abertura necessária para a construção de projetos alternativos a uma lógica economicista e submetida a ganhos exclusivamente financeiros, às custas de pessoas e bens naturais e ambientais.

A ideia de ecomercado, embora não seja explícita no que se refere à proposição concreta de como organizar a produção, pois demonstra maior preocupação com os impactos desta, permite vislumbrarmos a complementaridade necessária entre as preocupações com os impactos das atividades produtivas – conceito de ecodesenvolvimento ou “ecossocioeconomia” (SACHS, 1981; 2006; 2007) – e a necessidade de repensarmos e agirmos na direção de formas de organização da produção mais jus-

tas e democráticas – conceito de economia solidária (SINGER, 1998; 2002). A ideia também se aproxima do conceito de “empregos verdes”. Segundo documento do Programa Empregos Verdes, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho deve se dar em ambientes que gerem “empregos decentes que proporcionem rendimentos adequados, proteção social e respeito aos direitos dos trabalhadores e que permitem a estes trabalhadores expressar sua opinião nas decisões que afetarão suas vidas” (PROGRAMA EMPREGOS VERDES, 2009).

As oficinas são dedicadas a discutir e promover a formação de jovens entre 15 e 21 anos de idade, nas seguintes áreas:

Oficina de Formação Integral, dedicando-se a promover processos simultâneos de autoformação, heteroformação e ecoformação, além de propiciar oportunidades de vivências e convivências, em ambientes éticos, saudáveis, seguros e solidários.

Oficina de Consumo, Lixo e Arte, que busca debater questões como o modelo de desenvolvimento de nossa sociedade, sua dependência do atual padrão de consumo e, também, promover situações de aprendizagem de técnicas de manufatura com resíduos.

Oficina de Práticas Agroflorestais, dedicada à implantação e ao desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção e recuperação de áreas degradadas e manejo florestal.

Oficina de Agroindústria Artesanal, buscando envolver os jovens em uma reflexão sobre a produção e consumo de alimentos, direcionando as atividades práticas ao resgate de hábitos locais saudáveis e processamento de produtos orgânicos.

Oficina de Turismo Sustentável, cujo objetivo, em princípio, é capacitar e preparar o estudante para a atuação ecoprofissional no turismo local em bases sustentáveis.

Sobre essa última oficina é que se desenvolverá o relato a seguir, uma vez que, em Cubatão, amadurece a compreensão de que a oficina de turismo pode ser capaz de movimentar todas as outras, na composição de uma espécie de arranjo produtivo que gere renda a partir de visitas monitoradas. A intenção de observar o turismo como animador de um processo e captação de recursos externos, integrando e articulando as demais produções e serviços identificados com o conceito de ecomercado, manter a renda gerada nos ecoempreendimentos subsidiados pelo conhecimento construído nas demais oficinas.

É dessa oficina que emerge a proposição de se trabalhar a concepção de Turismo Pedagógico de Base Local, uma vez que se pretende compreender o turismo como fenômeno social complexo e anterior às buscas por defini-lo como intrinsecamente moderno e essencialmente econômico-financeiro. Estabelecemos aqui relação direta entre a ideia de Turismo Irmanado e sua complementação teórico-metodológica

que este artigo inaugura, com uma concepção de ecoturismo não como segmento ou modalidade de um mercado de turismo com base na reprodução e ampliação do capital, mas sim como uma tendência e outra concepção de turismo, inclusive oposta àquela tida como hegemônica. A relação direta com a ideia de ecoturismo se pauta pelas características ambientais do local em que se desenvolve o processo aqui descrito: ocupações periféricas na Serra do Mar, no entorno imediato de um parque estadual, unidade de conservação de proteção integral. Uma das bases da proposta é promover o contato e a reflexão sobre a construção e a configuração dos espaços que delinham a paisagem visitada, dentro e fora do parque. Questões como “por que existe o processo de periferização urbana e quais suas características?” e “por que existem unidades de conservação?” ou mais explicitamente “o que leva nossa sociedade a criar espaços protegidos de si mesma?” emergem do confronto buscado no processo e, defende-se aqui desde já, orientam uma educação ambiental crítica e emancipatória (LOUREIRO, 2005, 2006, 2009; GUIMARÃES, 2000, 2004a, 2004b). A configuração (Figura 1) desenvolvida pelos autores se aproxima de uma proposta de arranjo produtivo solidário.

A Figura 1 ilustra as possibilidades de se desenvolver um arranjo produtivo solidário a partir da visitação ao NEE Cubatão com a venda de pacotes de visita. Cada pacote pode conter os serviços básicos de receptivo turístico, esses organizados pela oficina de turismo: alimentação (refeições e lanches durante os deslocamentos pelo núcleo); a monitoria nos locais visitados; a oferta de vivências ou palestras sobre produção de mudas nativas e ações de recuperação ambiental em espaço urbano, além da inclusão de manufaturados como lembrança da visita. Trata-se, portanto, de uma forma de articular as diferentes produções advindas de cada oficina, considerando, inclusive, que essas produções não necessariamente se restringem às visitas, podendo cada oficina realizar trocas comerciais tendo contato com outros mercados.

Os insumos da alimentação (produção da oficina de agroindústria artesanal) podem ser ofertados pela produção da oficina de práticas agroflorestais (hortas orgânicas). A oficina de consumo, lixo e arte pode tanto fornecer produtos e serviços para embalar produtos alimentícios como também sinalizações diversas às trilhas e demais caminhos a ser visitados, além de manufaturados a servir de lembrança da visita, além de desenvolver produtos a partir de resíduos e subprodutos da oficina de produção agrícola e floresta: sabonetes, géis etc., a exemplo do trabalho de Câmara Neto e Câmara (2008). Estes são exemplos das relações possíveis entre as oficinas do PJ-MAIS.

O mesmo contexto que dá origem à ideia de ecomercado, articulado com o PJ-MAIS e especialmente a oficina de turismo, cria condições para a

(...) ideia de desenvolvimento social, em que o turismo se põe como um dos mecanismos ou incentivo de viabilização desse processo. Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas (além das grandes), podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências (CORIOLANO, 2006, p.25).

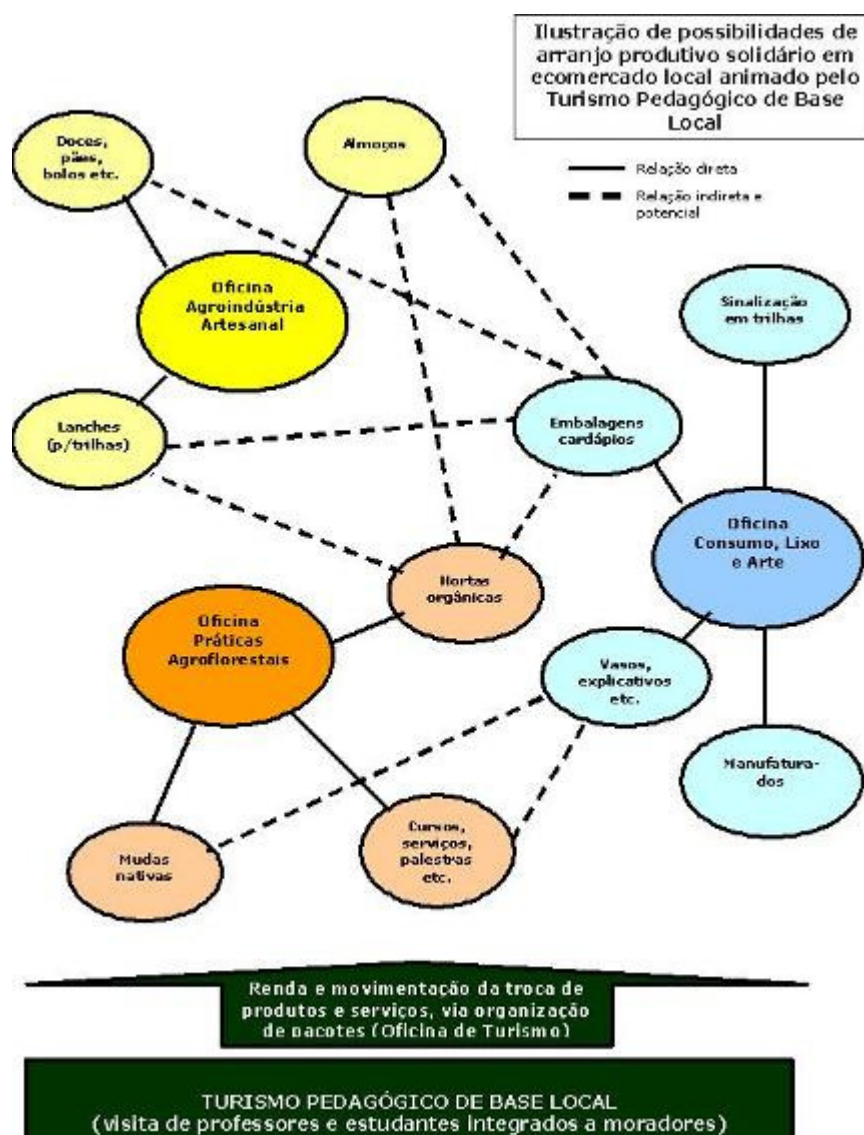


Figura 1 – possibilidades de arranjo produtivo solidário.

O Núcleo de Educação Ecoprofissional (NEE) de Cubatão e a Oficina de Turismo Sustentável

O NEE de Cubatão do PJ MAIS atende atualmente 20 jovens (1ª Turma – iniciada em setembro de 2008) residentes na área de abrangência do Projeto Serra do Mar (bairros Cotas e Adjacências), buscando formá-los e inseri-los no ecomercado de trabalho, através das oficinas já mencionadas. Uma segunda turma do NEE foi integrada em outubro de 2009.

Considerando o cenário do município de Cubatão e suas potencialidades referentes à atividade de turismo, a Oficina Formativa de Turismo Sustentável do PJ MAIS acaba assumindo um papel relevante na formação dos jovens e nas possibilidades de construção do ecomercado de trabalho.

Esta oficina tem como objetivo capacitar e preparar o jovem para a atuação ecoprofissional no turismo local em bases sustentáveis, valorizando e conservando o ambiente, a cultura, as comunidades e o ecomercado de trabalho de suas regiões locais, com base na atuação solidária, cidadã e ética.

O quadro de referências conceituais e teóricas que subsidia as discussões e práticas da oficina de turismo articula-se a uma concepção de turismo em certa medida antagônica àquela reconhecida no senso comum – e reforçada inclusive na academia: de atividade essencialmente econômica. Trata-se de um fenômeno social (KRIPPENDORF, 2000; MOESCH, 2002; MOESCH; GASTAL, 2003), que se assume como expressão do capital em função de fatores históricos e sociais contemporâneos, assim como outras atividades humanas também o são. No entanto, o fato de reconhecer que a concepção predominante de turismo é expressão de um modo de produção e de um modelo de desenvolvimento não a faz “determinada”. A partir de tal consideração, pesquisadores e estudiosos que têm o turismo como objeto de observação dedicam-se a construir outros olhares e perspectivas de desenvolvimento do turismo, partindo da crítica ao modelo atual. Coriolano (2003, p.25) apresenta dois eixos de desenvolvimento do turismo:

(...) o global, muitas vezes vinculado às redes internacionais de hotéis, resorts, sexo, drogas, lavagem de dinheiro, com fuga de divisas e sonegação fiscal. Mas há o turismo interno, o doméstico que valoriza o lugar, que gera renda, que dinamiza a economia local, que protege o patrimônio natural, que recupera e preserva o patrimônio histórico cultural.

Desse segundo eixo, surgem discussões importantes que buscam fundamentar outras formas de conceber o turismo como fenômeno social e destinado a corresponder a demandas do núcleo receptor antes daquelas originadas dos visitantes. Uma das discussões se debruça sobre a ideia de turismo de base local ou comunitário (CORIOLANO, 2002, 2006; SEABRA, 2007; PINHEIRO, 2006, 2007; BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009). Essa concepção se dedica a promover o turismo de forma que este não produza o denominado “não lugar” (BARBOSA, 2000). Ou seja, no lugar de “turistificar” determinada localidade com base na pergunta: “o que precisa ser feito para atrair turistas a esse local?”, a questão procura inverter a lógica do planejamento: “o que o turismo possui para beneficiar esse lugar? A partir de quais premissas esses benefícios são compreendidos?”.

A característica de preparação do lugar para o desenvolvimento do turismo permanece. Contudo, no sentido de seus habitantes prepararem-se não para serem explorados como mão-de-obra barata em situações precárias de trabalho, mas sim

como beneficiários e gestores da localidade e do turismo. O que atrai os visitantes, portanto, é justamente a manutenção das características locais, as pessoas e seus modos próprios de vida, sua realidade. Considerando a discussão sobre o subdesenvolvimento relativo, Coriolano (2006, p.24) afirma que *“o chamado subdesenvolvimento, com seus problemas sociais (...) pode inviabilizar políticas de turismo. (...) Essa realidade vem despertando uma nova consciência e compreensão de que sua transformação passa pela mudança do modelo de desenvolvimento”*.

Outro conceito que subsidia as discussões promovidas no âmbito da oficina de turismo do programa se refere à ideia de turismo pedagógico ou educativo (PERINOTTO, 2008; PINHEIRO, 2006; RAYKIL; RAYKIL, 2005; SILVEIRA; MARTINS; VIEIRA, 2008; TAVEIRA, 2007; VINHA, 2007). A proposta de turismo pedagógico se articula a uma proposta mais conhecida em escolas e universidades: o estudo do meio (PONTUSCHKA, 2004; PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007). Para Coriolano (2006) o turismo carrega o potencial de desencadear nas localidades e comunidades receptoras um processo socioeducacional, tanto para os residentes que podem se organizar solidária e democraticamente para receber, como os visitantes em contato tanto com lugar, como com seus hábitos e formas alternativas de organizar a produção e a prestação de serviços. E acrescenta: *“o turismo que não se firmar em bases educativas, de conservação da natureza e das culturas está condenado a ser desprestigiado e a desaparecer”* (CORIOLANO, 2006, p.29).

Para além das noções de turismo pedagógico expostas nas referências supramencionadas que se referem sobremaneira às possibilidades formativas direcionadas a estudantes na condição de visitantes, o que se pretende amadurecer, com base no confronto entre reflexões teórico-conceituais e experimentações sistemáticas e registradas, o debate sobre a ideia de Turismo Pedagógico de Base Local se pauta por buscar promover a formação de todos os envolvidos, sejam eles pesquisadores que se debruçam sobre uma ideia e determinada realidade concreta; moradores que se expõem a outras maneiras de compreender o local em que vivem e as dinâmicas sociais e econômicas que pautam a organização e construção do espaço urbano; visitantes que se deparam com uma realidade dinâmica que se apresenta como tal e de uma perspectiva crítica, com atores locais que os recebem para dialogar e trocar perspectivas, percepções, visões de mundo etc.

Sinteticamente, a vinculação do turismo como mediador de uma proposta educativa guarda relação com as possibilidades que se criam a partir do deslocamento do olhar e da percepção na direção de busca por esclarecimento, além daquele eminentemente físico. No caso de Cubatão, como outras localidades periféricas, a realidade socioambiental apresenta uma infinidade de temas geradores – multi e interdisciplinares - para debates entre moradores, visitantes, estudantes, professores.

No primeiro semestre de 2009 o PJ MAIS de Cubatão organizou a atividade de **Turismo Irmanado** trazendo para a cidade cerca de 120 pessoas (visitantes), entre estudantes e educadores de outros NEE, provenientes das outras regiões do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Essa atividade faz parte da agenda de ações da REDE do Programa de Jovens.

Segundo Renan Vinicius dos Santos Ferreira, estudante no programa,

O Turismo Irmanado teve uma grande importância, desde o primeiro momento, que foi o inventário turístico e até o final da atividade. Descobri como montar um roteiro, o que é melhor para nós que recebemos os turistas e para os visitantes, os pontos turísticos da nossa cidade, a história de Cubatão etc. O Turismo Irmanado me fez com que eu tivesse uma visão diferente de Cubatão. Vi a possibilidade que a minha cidade tem em ser uma cidade turística (certo que no momento isso ainda não é tão possível, mas aos poucos isso irá mudar e o Turismo Irmanado foi fundamental para que isso ocorresse). O Turismo Irmanado fez com que eu conhecesse novas pessoas, passasse um pouco do que aprendi sobre a minha cidade, as histórias, os pontos turísticos, a Serra do Mar, o manguezal etc. E por final, o dia 5 de julho ficará marcado, pois foi um grande dia. Dia que passamos o que sabíamos sobre a cidade para as pessoas que nunca havíamos visto e que nunca haviam conhecido Cubatão. O Turismo Irmanado vai ficar marcado, não só para mim, mas para todos os presentes (informação verbal).

O Turismo Irmanado é uma atividade proposta pela REDE do PJ MAIS dentro da Oficina de Turismo Sustentável e que tem como objetivo a experimentação de ações do ecomercado de trabalho para os jovens. A ideia do nome **Irmanado** ocorre justamente para oportunizar as experimentações de ecomercado e promover trocas e vivências entre os jovens “irmãos” de todos os núcleos do programa. Marluce de Oliveira, mãe da estudante Jenifer de Oliveira, considera que

(...) o Turismo Irmanado foi uma experiência muito especial. Conheci muitos lugares que não conhecia e descobri assim que em Cubatão tem lugares maravilhosos e que muitos moradores nem fazem ideia. As pessoas que vem de fora valorizam muitos dos nossos pontos turísticos, como o Parque Ecológico Cotia Pará, o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itutinga Pilões. Gostei também da prática de trilhas. Coisas que eu nem sabia que existiam em nossa cidade. Gostei também da organização dos jovens, pois os mesmos se mostraram entrosados e cientes do que estavam fazendo. Fiquei muito feliz com o entusiasmo dos jovens, apesar do nervosismo que estávamos no começo do dia – coisas que ao passar do tempo transformou-se em responsabilidade e desenvoltura e mostravam que gostavam do que estavam fazendo (informação verbal).

Conceitos e práticas de um serviço de receptivo e emissivo através da elaboração e execução de um roteiro turístico de um dia são oferecidos aos demais jovens do PJ MAIS na forma de um pacote turístico mantendo as vinculações conceituais e pedagógicas, considerando valores e preços praticados no mercado convencional. Trata-se de um desafio, uma vez que a intenção é proporcionar uma visita que remunere as produções a partir dos conhecimentos construídos nas oficinas envolvidas

(alimentação e manufaturados) e serviços (planejamento, organização e monitoria das atividades com os visitantes), sem caminhar na direção de mercantilizar as relações entre visitantes e visitados, reduzindo-os a fornecedores e consumidores. Algumas das práticas de um serviço turístico receptivo são expostas nos depoimentos de Sabrina Lima dos Santos, Jenifer de Oliveira e Maria Poliana Cavalcante Lins. Segundo as estudantes,

O Turismo Irmanado me ensinou a organizar roteiros turísticos, estudar mais sobre o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Ecológico Cotia Pará. Com todo o nosso esforço conseguimos um bom retorno. Os visitantes curtiram o local e aproveitaram bastante o ambiente. Participar e organizar o Turismo Irmanado foi muito prazeroso (Sabrina, informação verbal).

Com o Turismo Irmanado tive várias experiências como pesquisar sobre os pontos turísticos de Cubatão, como elaborar um roteiro turístico incluindo alimentação, transporte e entretenimento para os visitantes. Tive também a experiência de cuidar da parte financeira do Turismo Irmanado. Tivemos que nos organizar muito para deixar tudo pronto para o grande dia desse evento (Jenifer, informação verbal).

Para o acontecimento do Turismo Irmanado uma série de coisas tiveram que ser organizadas, como por exemplo: formação de como elaborar um roteiro, decisões sobre horários, lugares a serem visitados etc. Somente isso para mim foi uma experiência e um grande aprendizado pois não tinha noção de como fazer. A experiência que levo comigo até hoje é o fato de poder repassar aos visitantes o conhecimento que adquiri no PJ MAIS, pois o mais legal disso é saber que tem pessoas que se interessam em conhecer a cidade onde moramos – Cubatão (Maria Poliana, informação verbal).

A estudante Nathalia Fernanda de Jesus avalia a experiência do turismo irmanado como importante à sua formação profissional. Segundo Nathalia, “O Turismo Irmanado foi uma ótima experiência, seja em relação ao mercado de trabalho voltado para monitoria de trilhas, seja para as questões de coordenação e administração de serviços turísticos, além de trabalho em equipe” (informação verbal).

Nos depoimentos dos jovens é possível observar algumas características vinculadas à concepção de turismo de base local: de (re)conhecimento e (re)significação do lugar de moradia, propiciando sua (re)valorização. Considerando que Cubatão, sobretudo os bairros Cotas têm predominância – senão exclusividade – de migrantes e descendentes, tal processo de reconhecimento, valorização e identificação são fundamentais para gerar e reforçar o senso de pertencimento que, por sua vez, pode dar origem à noção de co-responsabilidade com o lugar. São passos importantes à construção da cidadania e participação política nos rumos da cidade, quer seja em relação direta ao turismo (COMTUR³), ao meio ambiente (CONDEMA⁴), à saúde e outras formas coletivas de participação.

Outra característica que se destaca nos depoimentos é o aprendizado profissional. Aparentemente predomina na percepção dos jovens a dimensão instrumental sobre como organizar um receptivo turístico, quais técnicas devem ser empregadas, quais procedimentos e metodologia em geral. Mesmo assim, é possível – e necessário – ser mais bem trabalhada outra dimensão da proposta formativa do curso, mais afeta a questões como a solidariedade do trabalho em grupo, a necessidade de envolver o maior número de pessoas nos benefícios gerados pelas atividades – vinculadas a necessidades (materiais ou imateriais) do lugar, reforçando e aprimorando as relações com demais grupos do município dentro da proposta dos serviços complementares às questões do turismo, a exemplo das mulheres cozinheiras dos Bairros Cotas, bem como as “Cocadeiras” que ofereceram serviços de alimentação na atividade de Turismo Irmanado. Principalmente, a ideia de compreender que é possível fazer história e construir os próprios caminhos, conscientes de que são condicionados e que também condicionam o meio em que vivem, tendo assim como desdobramento dessa atividade a possibilidade de organização e compreensão de um processo formativo da Oficina relacionado a ações de turismo pedagógico e a troca com grupos focais de estudantes.

Em síntese, é possível vislumbrar que a proposta do curso, mais especificamente a oficina de turismo, trabalha os conceitos de turismo pedagógico de base local como meio de articular atividades de baixo impacto identificadas com a noção de eco-desenvolvimento, com formas coletivas, democráticas e politicamente emancipatórias de organizar a produção, características da economia solidária.

Considerações

O trabalho se dedicou a apresentar o envolvimento de jovens com turismo como meio para diversas finalidades. Uma delas é viabilizar uma das possibilidades presentes na proposição da ideia de ecomercado. Para alcançá-las, todo um processo formativo é desenvolvido e compartilhado com jovens residentes em periferias de cidades como Cubatão, na direção de vivenciarem a construção de alternativas profissionais identificadas com os conceitos de ecodesenvolvimento e de economia solidária.

O turismo, tomado como fenômeno social que proporciona tanto o deslocamento físico como, também, de olhares e compreensões sobre o próprio local de residência, serve neste caso de argumento e incentivo para a busca de tais alternativas: uma atividade que gera renda ao passo que promove vínculos dos moradores com sua cidade, além de servir de plataforma de compartilhamento de todo o aprendizado local com os visitantes.

O mais interessante da experiência descrita, desde o contexto com sua problemática socioambiental, passando pela intervenção do estado e o desenvolvimento do PJ MAIS com jovens locais, é a oportunidade de direcionar recursos públicos para a criação de possibilidades protagonizadas por jovens moradores. Tais possibilidades apontam para o desenvolvimento de experimentações profissionais que operam lógi-

cas distintas – e até mesmo antagônicas – àquela predominante em nossa sociedade que, aliás, geram movimentos econômicos, sociais e ambientalmente excludentes. Mesmo que o apoio do governo do estado venha se justificando pela relação direta entre o formato do programa de jovens e uma das diretrizes do Projeto Serra do Mar, trata-se de uma “brecha” utilizada pelos envolvidos com a educação ambiental do estado para promover um processo essencialmente educativo considerando a necessidade de resgatar nossa relação consciente com o ambiente.

O contexto com os aspectos característicos de uma realidade que demanda ações de intervenção do Estado torna-se objeto, sem se desarticular da observação crítica das próprias soluções, medidas e ações advindas do poder público, uma vez que é evidente que não se trata de uma política pública estadual de educação ou de ecoturismo, e nem mesmo alguma orientação oficial do programa. É, de fato, uma possibilidade de atuação de profissionais da Educação Ambiental com compromisso político integrado a programas promovidos pelo governo estadual de São Paulo, estes entendidos como “brechas” na estrutura de atuação do Estado. No caso são dois programas: o da Serra do Mar cujo objeto é a remoção das famílias; o de formação de jovens, que trabalha a criação de condições para a construção do ecomercado de trabalho em nível local.

Quanto ao PJ MAIS, embora não se apresente explicitamente como um programa portador de uma formação crítica, guarda condições objetivas (em termos de referenciais, currículo e método) e subjetivas, em se tratando da compreensão de seus responsáveis acerca da problemática socioambiental de seus núcleos, para provocar circunstâncias formativas que apontem à emancipação, mesmo que relativa (intelectual, política, econômica). Transcendendo a questão da formação o programa assume a postura política de articulá-la com a busca por alternativas concretas de superação da contradição entre a necessidade de produzir e adequar o espaço às necessidades sociais e a imposição ambiental de reduzir seus impactos e findar a pilhagem de recursos naturais (incluindo-se os humanos).

Em síntese, quanto aos objetivos propostos buscou-se apresentar tanto o Turismo Irmanado e, principalmente, sua complementação teórico-metodológica denominada Turismo Pedagógico de Base Local, como meio de articular as ideias de ecomercado de trabalho; quanto ao objetivo de captar compreensões diversas dos envolvidos em relação à proposta e a experimentação da mesma, observou-se, com base nos depoimentos colhidos, a necessidade de continuidade nas reflexões, no aprofundamento teórico e conceitual da proposta e, evidentemente, nas experimentações concretas. Como fundamental pode-se compreender o envolvimento dos jovens do PJ MAIS e demais moradores nas discussões e nas elaborações mais abstratas, com base em leituras da realidade vivida. Observando relatos que sugerem maior identificação com a dimensão instrumental e adaptativa ao mercado de trabalho da formação promovida, identifica-se a necessidade premente de se buscar um contraponto crítico, que aponte a um horizonte formativo emancipatório.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Y.M. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não-lugares. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ, 2009.
- CÂMARA NETO, C.; CÂMARA, I. C. Arranjos Produtivos Solidários. **Comunicações do II Congresso de Agroecoloxía e Agricultura Ecolóxica en Galiza**. 2008. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:06MqB6gbnNYJ:webs.uvigo.es/cultura.tradicion.innovacion/Camara%2520Neto%2520comunicacion.doc+arranjos+produtivos+solid%C3%A1rios&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>>. Acesso em 09 ago 2009.
- CARLOS, A.F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- COBRAPE - Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. **Arrolamento e caracterização socioeconômica (vol.1) relatório comparativo entre os núcleos**. São Paulo: COBRAPE-CDHU, 2007.
- CORRIOLANO, L.N.M. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**. 21 (2): 25-45. jun./dez.2001.
- _____. (org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNE-CE, 2003.
- _____. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In.: QUEIROZ, Odaleia T. **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas: Alínea, 2006.
- FERREIRA, C.C.; TORRES, F. R.; BORGES, W.R. **Cubatão**: caminhos da história. Cubatão: Editora do Autor, 2007.
- GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental**: no consenso um embate? Campinas: Papirus, 2000.
- _____. **Formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004a.
- _____. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: 25-34. 2004b.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000.
- _____. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. São Paulo, Cortez, 2001.
- _____. Precisamos de uma nova racionalidade. Entrevista. **Revista SENAC de Educação Ambiental**. Ano 16, n.1, janeiro/abril, pp. 8-12, 2007.
- LOUREIRO, C.F.B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Revista Educação e Sociedade** vol. 26, (93):1473-1494, 2005.

_____. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental. **Revista Educar**, Curitiba, n. 27, p. 37-53, 2006.

_____. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira da expansão do capital. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, S.R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, M.; GASTAL, S. (orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERINOTTO, A.R.C. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo (COPPE-UFRJ)**, v. 8, p.100, 2008.

PINHEIRO, L.L. O turista aprendiz: uma viagem na dimensão pedagógica da atividade turística em Pipa e na Prainha do Canto Verde. **Monografia** (Graduação do Curso de Bacharelado em Turismo). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

_____. Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais. **Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Tomo III. João Pessoa, 2007, pp. 481-490.

PONTUSCHKA, N.N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. *In*: VESENTINI, J.W. (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

PONTUSCHKA, N.N.; PAGANELLI, T.I.; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2007.

PROGRAMA EMPREGOS VERDES. **Organização Internacional do Trabalho** (OIT), Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, 2007. (não publicado).

RAYKIL, E.B.; RAYKIL, C. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem. **Revista Global Tourism - Periódico de Turismo**, v. 2, n. 1, 2005.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Trad. de E. Araujo. São Paulo: Vértice, 1981.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. São Paulo: SEBRAE; Garamond, 2006.

SERRANO, O. *et al.* O ecomercado de trabalho na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo: definição e aplicabilidade. **Cadernos da Unesco Brasil**. Série Meio Ambiente e Desenvolvimento. v.1. Brasília, 2000.

SILVEIRA, C.R. F. D.; MARTINS, P.C.S.; VIEIRA, F.S. Turismo Pedagógico em Dourados/MS: uma atividade educacional. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SeminTUR. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2008.

SINGER, P.. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAVEIRA, M.S. Turismo pedagógico: planejamento e gestão em pequenas e médias localidades. **Anais do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Tomo III. João Pessoa, 2007, pp. 254-302.

VINHA, M.L. (et. al.). O turismo pedagógico e a possibilidade de ampliação de olhares. **Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas**, Ourinhos, SP, Nº 03, 2005.

NOTAS:

¹ A partir de critérios estabelecidos e verificados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

² Cerca de 70% das moradias devem ser removidas. As razões, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IPT variam entre construção sobre área do parque, áreas de proteção permanente (APP), proximidade à rodovia, proximidade a fontes de alta tensão, alto custo para corrigir falhas estruturais, para viabilizar a reurbanização, riscos iminentes de desabamento ou outros tipos de acidentes (risco tecnológico).

³ Conselho Municipal de Turismo.

⁴ Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Rodrigo Machado: Mestrando em Educação pela Universidade de São Paulo.

Email: rodrigomachado@usp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8158716621756456>

Rodrigo Montaldi Morales: Coordenador do NEE Cubatão PJ MAIS.

Email: rmontaldim@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4556600501832807>

Data de submissão: 28 de outubro 2009.

Data do aceite: 24 de fevereiro de 2010.



Como compatibilizar conservação, desenvolvimento e turismo: a experiência do Baixo Rio Negro, Amazonas

Nailza Pereira Souza, Sherre Prince Nelson, José Eduardo Lozano Badialli, Marco Antônio Vaz de Lima, Suzana Machado Padua

RESUMO

Este artigo aborda os passos realizados para o ordenamento da atividade turística no baixo Rio Negro do Estado do Amazonas, tornando-o mais sustentável por envolver representantes dos segmentos sociais, incluindo comunidades, guias, donos de barcos, operadores, ONGs e entidades governamentais de turismo e meio ambiente, e também por ampliar o conhecimento destes protagonistas em relação à biodiversidade local. Infelizmente, ao longo das últimas décadas, os envolvidos nesta atividade tiveram muitas dificuldades para interagir, o que levou a práticas isoladas. Apesar do fato de o baixo rio Negro ser composto por um mosaico de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, muitos dos protagonistas locais não estavam cientes disto, nem tampouco dos potenciais que estas áreas podem representar para o turismo, de acordo com suas respectivas categorias de manejo. O IPÊ- Instituto de Pesquisas Ecológicas, uma organização sem fins lucrativos que por mais de uma década atua na região em programas socioambientais, começou, no ano de 2002, a promover diálogos entre os diferentes setores e membros das comunidades regionais, com o intuito de re-direcionar este quadro para uma atividade mais sustentável. O IPÊ parte do pressuposto que o tema turismo e meio ambiente no baixo Rio Negro, como em muitos outros lugares, precisa ser trabalhado de maneira integrada. O êxito do turismo depende de um meio ambiente conservado onde fundos derivados desta atividade econômica devam ser aplicados tanto para a conservação como também para promover benefícios diretos para as comunidades locais. Oficinas e cursos estão sendo realizados com a participação de representantes de todos os segmentos sociais e os resultados iniciais indicam eficácia. Percebeu-se a melhoria das habilidades de interpretação ambiental, que ampliou o conhecimento dos guias e os níveis de empenho, além de iniciativas de lideranças comunitárias para desenvolver produtos sustentáveis. Este projeto está em fase de execução e seus resultados iniciais demonstram que é possível através de educação e integração dos protagonistas buscar uma atividade turística mais responsável e sustentável sob o ponto de vista socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Meio Ambiente, Turismo Sustentável, Ordenamento da Atividade Turística

How to reconcile conservation, tourism and development: the experience of the lower Rio Negro, Amazonas, Brazil

ABSTRACT

This article addresses the steps taken to improve tourism in the lower Negro River basin in the State of Amazonas, making it more sustainable by involving all stakeholders including local communities, guides, boat owners, tour operators, NGOs and representatives from both tourism and environmental government entities at federal, state and municipal levels, as well as increasing their knowledge of the local biodiversity. Unfortunately, over the last few decades some of these stakeholders had a difficult time interacting with each other. Despite the fact that the lower Negro River is comprised of a mosaic of federal, state and municipal protected areas, many of the stakeholders were not aware of their existence, nor what activities are possible in each of the different categories of the protected areas. In 2002 Institute for Ecological Research (IPÊ), a non-governmental organization that has been promoting socio-environmental programs in the region for more than a decade, initiated dialogues between the tourism sector and the various stakeholders with the aim of directing it towards a more sustainable activity. IPÊ's team understands that tourism and environment in the lower rio Negro basin, as in many other places, need to be dealt in an integrated manner. The success of tourism depends upon a pristine environment where funds derived from this economic activity are applied towards conservation as well as directly benefiting local communities. Workshops and courses are held with the participation of different stakeholders and initial results are encouraging, including improvement of environmental interpretation skills, which have enhanced the guides knowledge and performance levels; community leadership initiatives have improved and several sustainable products have been development. This project is ongoing and the initial results have shown that through education and stakeholder integration, the common goal of conserving the environment while benefiting local communities by encouraging sustainable tourism can be attained.

Key words: Environment, Sustainable Tourism, Tourism Planning.

Introdução

Na bacia amazônica estão localizados alguns dos maiores rios do mundo. Dentre eles se destaca o rio Negro, afluente do rio Amazonas, que apresenta rica biodiversidade e grande beleza cênica. O trecho final de sua extensa bacia que vai do município de Novo Airão até a capital do Estado, Manaus, é chamado de “baixo rio Negro”. Esta região está inserida no Corredor Ecológico Central da Amazônia, maior área de proteção ambiental contínua do mundo. A importância ecológica e social dos ecossistemas do baixo rio Negro é evidenciada pela grande diversidade biológica o que lhe confere a classe de área de extrema importância para conservação, segundo o Relatório “Biodiversidade Brasileira” (BRASIL, 2002). Em 2003, a então Estação E-

cológica (ESEC) de Anavilhanas, atualmente Parque Nacional de Anavilhanas, foi declarada Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO. Além desta unidade de conservação, a região do baixo rio Negro é composta por um mosaico de mais sete áreas protegidas.

Em 1997, pesquisadores do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas¹ coordenaram a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas, juntamente com outras instituições de pesquisa da região. A experiência foi fundamental para o conhecimento do bioma amazônico e das populações ribeirinhas residentes. Logo depois, no ano 2000, o IPÊ iniciou seus trabalhos na região, mais especificamente no baixo Rio Negro. Em 2002, celebrou um termo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA) para desenvolver trabalhos de pesquisa na ESEC de Anavilhanas e sua área de influência, envolvendo ações com espécies ameaçadas de extinção, educação ambiental e alternativa de desenvolvimento sustentável para comunidades ribeirinhas. Uma dessas alternativas é o turismo em bases sustentáveis.

O rio Negro apresenta grande beleza cênica, água de cor escura, praias de areia clara ao longo de suas margens e poucos insetos para incomodar os visitantes. Essas condições têm atraído turistas há anos (PEREIRA, 2007). No baixo rio Negro os primeiros alojamentos de selva foram construídos na década de 80 e, atualmente, existem mais do que oito com preços e níveis de conforto variados, além de outros sendo construídos. O número de barcos de turismo tem aumentado a cada ano, popularizando e despertando uma forma diferente de conhecer a Amazônia. Ao longo das margens do rio Negro, populações tradicionais mantêm relação direta no uso dos recursos naturais da região, baseadas em um profundo conhecimento do ambiente, em que se denota uma forte dependência para suas atividades cotidianas, tais como agricultura, extrativismo, caça e pesca.

Apesar das evidentes condições favoráveis à prática do turismo sustentável, a realidade aponta para o sentido contrário. Mesmo com a criação das áreas protegidas, verifica-se grande impacto sobre a paisagem e sobre algumas espécies nesta região devido, principalmente, à exploração madeireira e caça comercial. Percebe-se que a atividade madeireira vem ocupando o espaço das tradicionais formas de acesso, apropriação e manejo dos recursos da biodiversidade e da agrobiodiversidade. Muitos moradores afirmam que gostariam de deixar a atividade madeireira, porém, necessitam deste recurso para sustentar a família. Há interesse para trabalhar com alternativas sustentáveis, com fins de segurança alimentar e geração de renda. Entretanto, os comunitários argumentam que é preciso apoio para o desenvolvimento e implantação das mesmas.

Em geral, as atividades turísticas desenvolvidas na região são similares e com mínimo envolvimento comunitário. Em entrevistas realizadas com guias turísticos de Manaus, Pereira (2007) notou que os mesmos não utilizavam técnicas de interpretação ambiental e cultural como ferramenta de divulgação e repasse de informações conforme anteriormente verificado por Nelson e Pereira (2004). Estes profissionais sequer referiam-se às Unidades de Conservação (UCs) que estavam sendo visitadas

e que compõem o valioso mosaico de áreas protegidas. Além disso, a grande maioria dos empreendimentos recruta seus empregados em Manaus ou em outras regiões mais distantes, e poucos recorrem às comunidades localizadas na região, e quando o fazem é para trabalho pouco qualificado e de curta duração, desprezando o conhecimento tradicional das populações que habitam a região (BADIALLI, 2003).

A possibilidade de aproveitamento das áreas protegidas para o turismo sustentável tem sido considerada, principalmente pelos gestores e formadores de políticas públicas, como uma estratégia para a conservação da biodiversidade destes locais. Segundo Dias (2008), turismo sustentável é uma atividade que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Buscando sempre a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais apóia que são: suportável ecologicamente em longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais.

As Unidades de Conservação localizadas no baixo rio Negro pertencem a categorias de manejo diferentes, com normas específicas para a visitação pública em seu interior. A maior dificuldade encontrada no processo do ordenamento estava relacionada à visitação de Anavilhanas, à época ainda classificada como estação ecológica, categoria de manejo extremamente restritiva à visitação pública. Além da beleza e grande procura de turistas para conhecer o complexo labirinto de 400 ilhas que forma o arquipélago das Anavilhanas, ele está localizado na calha do rio Negro, principal acesso aos municípios de Novo Airão, Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Norte do Amazonas, formando uma importante hidrovia. Estava estabelecido um paradoxo sem precedentes, pois uma das regiões mais belas e procuradas pelos visitantes, e que teria que ser usada pelos barcos de transporte regulares, não podia ser acessada.

Em 2003, pesquisadores do IPÊ em parceria com alguns gestores públicos das Unidades de Conservação do baixo rio Negro iniciaram um processo de ordenamento do turismo na região. Pesquisadores e gestores concordavam que era necessário encontrar uma solução que incluísse o turismo na pauta da conservação socioambiental do baixo rio Negro. Em levantamentos preliminares realizados pelos técnicos do IPÊ foi constatado que grande parte dos protagonistas envolvidos não tinha este conhecimento. Desta forma, estabeleceu-se que haveria necessidade de se realizar encontros com o *trade* turístico², com os gestores governamentais de turismo e meio ambiente e com comunitários residentes na região, de forma a debater e trocar informações sobre o baixo Rio Negro, suas unidades de conservação, sobre o turismo realizado nesta região com o intuito de torná-lo sustentável sob os aspectos ambientais e sociais. Desde então, diversas atividades tem sido desenvolvidas em busca destes objetivos.

Objetivos

Desde o início estabeleceu-se que o principal objetivo do projeto era promover a conservação socioambiental do baixo rio Negro por meio do turismo de bases sus-

tentáveis. Para tanto, foi necessário envolver as instituições públicas de turismo e meio ambiente, as comunidades locais, operadores de turismo e guias, num processo de ordenamento que privilegiasse a ampliação do conhecimento, o empoderamento das comunidades locais e a união deste diferentes atores. Almeja-se para o futuro que esta importante atividade econômica seja assumida pelos seus protagonistas com benefícios socioambientais evidentes.

Metodologia

Área de Estudo

Dos cerca de 4.000.000 de hectares que formam o mosaico de unidades de conservação do baixo rio Negro este trabalho tem influencia em aproximadamente 1.800.000 hectares. Estão inseridas nesta área as seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional (PN) de Anavilhanas; Parques Estaduais do Rio Negro (PERN) - Setores Norte e Setor Sul, Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual da Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Aturiá-Apuazinho e APA Estadual da Margem Direita do Rio Negro - Setor Puduari-Solimões; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Municipal do Tupé (Figura 1).

A área de estudo está localizada no território de três municípios amazonenses – Iranduba, Novo Airão e Manaus – dos quais dois tem suas sedes municipais como importantes pólos de turismo: Manaus e Novo Airão. Manaus é a capital do Estado do Amazonas e possui aproximadamente dois milhões de habitantes. Está localizada no sul da área do projeto e é a “porta de entrada” dos visitantes que chegam à região. Novo Airão, por sua vez, está localizada na margem direita do Rio Negro, tem população de aproximadamente 14.000 habitantes e é sede das principais Unidades de Conservação ao Norte da região.



FIGURA 1: Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro



Nos locais onde atua, o IPÊ tem adotado um modelo de conservação próprio (Figura

Modelo IPÊ de Conservação



FIGURA 3: Modelo IPÊ de conservação

De forma complementar ao modelo IPÊ, para este trabalho foi aplicada a metodologia proposta por Boo (1993) para planejamento de turismo em áreas protegidas. Esta metodologia foi modificada e adaptada para a realidade amazônica resultando nos seguintes passos:

- Identificar os protagonistas que atuam diretamente e/ou indiretamente no baixo rio Negro com a atividade turística;
- Formar um grupo de trabalho representativo com a responsabilidade de reunir-se regularmente e que possibilite formar parcerias com o intuito de consolidar ainda mais o grupo;
- Identificar um cenário desejado de turismo sustentável para esta região;
- Determinar estratégias para se atingir o cenário desejado de turismo sustentável.

Os primeiros encontros possibilitaram identificar os protagonistas atuantes na região. Foram levantados três grupos principais: populações residentes nas margens do rio Negro, gestores governamentais de meio ambiente e turismo e, por fim, o *trade* turístico. O próximo passo foi selecionar os interessados, em cada grupo, que pudessem representá-lo.

- Guias de turismo: a maioria *freelance* que trabalham com duas ou mais agências e/ou barcos de turismo;
- Canoeiros de Novo Airão: a maioria *freelance* onde muitos trabalham com canoas própria;

- Membros das comunidades: há aproximadamente 50 comunidades cujo acesso é principalmente fluvial; muitos deles trabalham com turismo;
- Setor Público de Turismo – Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur) e Fundação Municipal de Cultura e Turismo (Manaustur atualmente Manauscult);
- Setor Público de Meio Ambiente – IBAMA (atualmente o responsável pelas unidades de conservação é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS), Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS);
- *Trade* turístico – agências de turismo, associações como: Associação de Operadores de Barcos de Turismo (AOBT), Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV), atualmente participa a Associação de hotéis de selva, Associação de turismo de Novo Airão (ATUNA), Associação Novo Airense de Turismo (ANATUR) e Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Depois de identificados foi formado um grupo de trabalho representativo para participar das reuniões de planejamento participativo. Segundo Molina (2001), o planejamento participativo contribui para a diminuição de conflitos, atende de maneira abrangente todos os envolvidos no processo e o plano surge como um produto da sociedade como um todo e não somente dos planejadores. Baseado neste conceito verificou-se a importância de melhorar a comunicação entre os principais protagonistas e a necessidade de haver encontros frequentes a fim de planejar, em parceria, as ações futuras para a atividade. Esta experiência em busca de um modelo turístico integrado e planejado com os diferentes protagonistas foi apontada por Bartholo (2009), como uma experiência brasileira de turismo de base comunitária.

Nos primeiro encontros foram selecionadas quatro questões que norteariam o diálogo, seguindo os critérios do planejamento participativo:

1. Será que os representantes dos três grupos têm conhecimento sobre o conceito de unidade de conservação segundo as normas e diretrizes do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e SEUC (Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas)?
2. Como realizar visitação na Estação Ecológica de Anavilhanas apesar das limitações impostas pela sua categoria de manejo?
3. Será que as populações ribeirinhas estão se beneficiando da atividade turística realizada atualmente no entorno da ESEC Anavilhanas?
4. Como tornar o turismo nesta região numa atividade realmente sustentável?

A participação das comunidades ribeirinhas

Dos três grupos identificados, as comunidades localizadas nas margens do rio Negro foi o primeiro a ser envolvido. Desde o início da atuação do IPÊ na Amazônia o planejamento das ações previa a participação dos ribeirinhos, seguindo o modelo de conservação institucional. Desta forma, quando a proposta de ordenamento do turismo teve início, as comunidades já participavam dos projetos de pesquisa com fauna e educação ambiental.

Em 2003 foram realizadas três oficinas com a participação de 25 líderes das comunidades localizadas na margem esquerda de rio Negro (Figura 4). O objetivo foi capacitá-los sobre o tema unidades de conservação e as diferentes características de suas categorias de manejo, pois constatou-se que apesar destas comunidades estarem localizadas dentro ou no entorno das UCs e esta condição afetar diretamente a vida de seus moradores, a grande maioria desconhecia o assunto. Participaram destas oficinas gestores das unidades de conservação das três esferas governamentais (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - IBAMA, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Manaus - SEMMA), gestores de turismo (Empresa Amazonense de Turismo - Amazonastur e Fundação Municipal de Turismo - Manaustur) e o *trade* turístico.



Figura 4: Oficina para capacitação de lideranças comunitárias;

Em 2004, durante as atividades de campo, percebeu-se que a maioria dos líderes comunitários que participavam das oficinas não compartilhavam as informações recebidas com outros membros de suas comunidades - uma forma de propagar conhecimento fundamental na Amazônia em função das grandes distâncias e dificuldades de deslocamento. Assim, optou-se por realizar capacitações direcionadas às lideranças comunitárias desenvolvendo o tema “liderança efetiva e eficiente”. Participaram desta capacitação os líderes comunitários já empossados e os potenciais, como estratégia de envolver mais pessoas com perfil adequado a esta função.

Entre os resultados obtidos nas reuniões participativas, a necessidade de desenvolver alternativas sustentáveis de renda ligada ao turismo foi evidenciada. Os

produtos artesanais da região tinham pouca variedade e utilizavam quase sempre as mesmas espécies de madeira e sementes, o que coloca em risco a conservação da floresta. Apesar de algumas comunidades já receberem turistas, praticamente nenhum produto alimentício baseado no conhecimento local era oferecido. Desta forma, a coordenação deste projeto uniu-se aos pesquisadores do programa de agrobiodiversidade do IPE - que já atuavam na região - para desenvolver oficinas e apoiar a produção artesanal sustentável, com abordagens educativas. Estes pesquisadores já vinham coordenando projeto de extensão em meliponicultura associada a sistemas agroflorestais (Figura 5). Houve também um intercâmbio entre mulheres de diferentes comunidades para troca de informações: aprender a produzir doces, geleias e compotas com frutas locais e também como embalar e calcular preço dos produtos.



Figura 5: Produção de mel de abelhas nativas

Trade Turístico e Gestores Públicos integrados

Com as comunidades envolvidas e participantes, partiu-se para envolver o *trade* turístico. Em 2005, foi decidido iniciar os contatos por Manaus. O primeiro grupo a ser chamado a participar foi o dos canoeiros, que atua de maneira informal no porto de Manaus, e que na maioria das vezes não participava das reuniões de planejamento. Estes profissionais trabalham com pequenas canoas de alumínio e motor de pequeno e médio porte. O turista de menor poder aquisitivo, ou que deseja vivenciar roteiros alternativos fora dos grandes grupos de turistas que participam dos roteiros mais tradicionais, contratam estes canoeiros diretamente no porto de Manaus e invariavelmente se dirigem a região do rio Negro sem nenhuma preparação e/ou planejamento prévio.

Naquele momento, seguindo a metodologia proposta para o projeto, iniciou-se a formação do grupo de trabalho que representasse se não todos, pelo menos a maioria dos grupos envolvidos com as atividades turísticas no baixo rio Negro. Este grupo tinha como principais funções identificar o cenário desejado de turismo sustentável para esta região e determinar estratégias para se atingir o cenário desejado. Inicialmente, as instituições representadas foram: Amazonastur, Manaustur, IBAMA, SDS/IPAAM, SEMMA, Associação dos Operadores de Barcos de Turismo do Amazonas – AOBT e Associação Brasileira de Agencias de Viagens- ABAV, com apoio do SEBRAE (Figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7: Reunião com o Grupo de trabalho de ordenamento do turismo no BRN.

As primeiras oficinas tiveram caráter informativo, onde se debateu com os participantes conceitos sobre unidades de conservação e relacionando-os ao turismo (Fotos 8 e 9). Estas atividades se tornaram contínuas, fortalecendo o entendimento entre as instituições públicas, os agentes de turismo e a sociedade civil organizada em busca do ordenamento do turismo na região. Também foram mapeadas as comunidades utilizadas pelos representantes do trade para condução dos turistas. Havia grande rotatividade na escolha destas comunidades em função de critérios comerciais que não levavam em conta conceitos de sustentabilidade socioambientais, gerando expectativas não atendidas e frustrações. Este era um grande desafio a ser superado.



Figuras 8 e 9: Oficinas com o Trade Turístico e Instituições de Turismo e Meio Ambiente

Com base nestas informações ficou estabelecida a necessidade de conhecer com mais profundidade as diferentes visões dos participantes em relação ao turismo na região. Para tanto, decidiu-se aplicar o método de planejamento denominado FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Este método integra todas as informações disponíveis e as categoriza em quatro grupos, facilitando a visão geral do processo e o planejamento das ações futuras. Os resultados desta oficina de planejamento indicaram: a necessidade de mais capacitações com informações sobre o bai-

no rio Negro; incluir a interpretação ambiental como ferramenta de trabalho para as ações nas UCs; elaborar um código de conduta para a visitação nas unidades de conservação e comunidades da região; e também produzir uma cartilha para trabalhar os temas anteriores com as populações ribeirinhas da região.

O código de conduta consciente para a visitação das unidades de conservação do baixo rio Negro foi uma das primeiras ações realizadas. Este era um dos principais anseios dos gestores das Unidades de Conservação, principalmente da então Estação Ecológica de Anavilhanas. Esta categoria de UC só permite, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visitação de caráter educativo. E no Plano de Manejo³ desta unidade também estava estabelecida a visitação educativa como uma alternativa de manejo coerente e necessária. No entanto, seria preciso definir o que poderia ser este tipo de visitação e como adequá-lo à realidade da região e também às necessidades profissionais do *trade*.

Concomitantemente aos encontros para a produção do código de conduta, iniciou-se a elaboração da cartilha. Esse material foi direcionado aos membros das comunidades com linguagem e ilustrações apropriadas.

O importante elo formado pelos guias e condutores de turismo

No final de 2007 começou a capacitação direcionada aos guias e condutores de turismo. Esses profissionais têm grande importância, pois representam o elo entre os vários atores que participam das atividades turísticas. Aquele era o momento para integrá-los definitivamente ao processo e fornecer-lhes uma preciosa ferramenta de trabalho: a interpretação ambiental, pois por meio dela é possível facilitar o conhecimento e a apreciação da natureza de maneira interativa. O curso tinha a duração de três dias, sendo que o último dia era totalmente indicado a atividades práticas que eram realizadas nas UCs do baixo rio Negro (Figuras 10 e 11). O conteúdo do curso está descrito no Quadro 1.



Figuras 10 e 11: Aula prática de interpretação ambiental

QUADRO 01: Conteúdo da capacitação para guias e condutores de turismo atuantes no baixo rio Negro.

DIA	HORAS	OBJETIVOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	08 hs	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as unidades de conservação do baixo rio Negro • Conhecer o que é permitido e o que não é permitido em cada categoria de manejo • Demonstrar conhecimento básico sobre plano de manejo e plano de uso público 	UNIDADE I 1.1 Localizações das UCs em mapa 1.2 As categorias das unidades de conservação 1.3 As três esferas de gestão governamentais: ICMBio, SDS/IPAAM, SEMMA 1.4 Plano de manejo 1.5 Plano de uso público
DIA	HORAS	OBJETIVOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
2	08 hs	<ul style="list-style-type: none"> • Entender a utilização de interpretação no papel da conservação • Compreender os conceitos fundamentais da interpretação 	UNIDADE II 2.1 Objetivos de interpretação 2.3 Suas práticas 2.4 Relação entre interpretação e conservação 2.5 Características da interpretação 2.6 Guia intérprete 2.7 Preparação e material
DIA	HORAS	OBJETIVOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
3	08 hs	<ul style="list-style-type: none"> • Praticar interpretação ambiental dentro de uma unidade de conservação 	UNIDADE III 3.1 Empregando interpretação ambiental 3.2 Trilhas, comunidade e água

Em março 2008 foi realizado o primeiro curso financiado pelo Programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia⁴, em parceria com gestores do Parque Nacional de Anavilhanas. Foram realizados três cursos para guias de turismo de Manaus e um para os canoeiros de Novo Airão. Vale ressaltar que alguns dos instrutores dos cursos eram os próprios gestores das UCs, o que possibilitava uma aproximação destes com os guias de turismo.

Ao final de cada curso foi aplicado um questionário de avaliação. Alguns dos participantes mencionaram que gostariam de receber mais informações técnicas sobre o baixo rio Negro. Baseado nisso duas palestras foram realizadas. Uma delas numa embarcação cedida por um dos integrantes do grupo de trabalho e outra nas dependências do Centro Universitário do Norte, com a participação dos graduandos em

turismo. Esta estratégia integrava cada vez mais outros atores no processo de ordenamento do turismo e nas discussões sobre a sustentabilidade de todo o processo.

Atualmente, o grupo de trabalho está envolvido nas adaptações necessárias à visitação pública que a alteração de categoria de manejo de Anavilhanas – de Estação Ecológica para Parque Nacional – possibilitou. Está sendo elaborado um plano de uso público emergencial enquanto o plano de manejo não é revisado, com o objetivo de evitar impactos de uma possível visitação em larga escala.

Resultados e discussão

Nos últimos anos as atividades turísticas na região do baixo rio Negro têm se intensificado com um aumento significativo no número de turistas embarcados e construções de alojamentos de selva. Como resultado das oficinas e capacitações realizadas até o momento podemos notar que o *trade* turístico tem internalizado os conhecimentos adquiridos. Isto os têm colocado na posição de aliados da conservação e, segundo Drumm e Moore (2002), esta condição é vantajosa já que o êxito de seu produto depende em parte da qualidade do meio ambiente. As capacitações beneficiaram também a maioria dos guias e condutores de turismo que atuam no baixo rio Negro, fazendo-os sentir-se mais seguros na condução do seu trabalho. Pesquisadores e técnicos de institutos de pesquisa contribuíram com esta capacitação. Tanto Pereira (2007) quanto Romagnoli (2009) enfatizam que o emprego da técnica de interpretação ambiental enriqueceria a experiência das visitantes. Após as capacitações estes profissionais estão começando a utilizar esta técnica melhorando a qualidade de seus serviços.

Ceballos-Lascuráin (1996) enfatiza que para o turismo tornar-se sustentável é necessário melhorar os elos entre conservação, comunidades e a indústria de turismo. Também sugere que se adote uma abordagem integrada do tripé de sustentabilidade envolvendo as instituições públicas federais, regionais e locais. O mesmo autor reconhece, contudo, que muitas vezes os interesses do turismo não estão integrados com os de outros ministérios, como por exemplo, o de meio ambiente. Pereira (2007) comenta que para seu êxito, o turismo sustentável deve ser uma prioridade do governo em todas as repartições. No que diz respeito ao baixo rio Negro, a formação do grupo resultou ainda em outras ações que incentivaram os gestores públicos a conseguir recursos para dotar as unidades de conservação de alguns instrumentos de gestão, como: Plano de Manejo para o Parque Estadual do Rio Negro setores Norte e Sul, e Parque Nacional do Jaú; Plano de Uso Público para a RDS Tupé (SEMMA, 2007) e para o Parque Nacional do Jaú (Aubretton, 2002); um Plano Emergencial de Uso Público que está sendo elaborado para o Parque Nacional de Anavilhanas; e um Plano de Negócios para o turismo no Parque Estadual do Rio Negro setor Sul (IPÊ, 2006). Esses documentos são de grande importância para o planejamento da visitação nestas unidades de conservação.

Drumm e Moore (2002) apontam o importante papel que as ONGs desempenham como facilitadoras nas ações de planejamento. Podemos ver isto claramente no

trabalho que o IPÊ vem desenvolvendo, incentivando o fortalecimento de parcerias através do diálogo, coordenando oficinas e, às vezes, captando recursos financeiros para poder realizá-las. Isto ocorreu com este trabalho que teve apoio financeiro durante todo seu desenvolvimento do Programa de Meio Ambiente da USAID-Brasil⁵, através do Forest Enterprise Cluster. Ceballos-Lascuráin (1996) enfatiza, também, que as ONGs podem criar parcerias com empresas de turismo privadas e/ou com comunidades.

Ceballos-Lascuráin (1996) menciona que as comunidades localizadas no entorno das Unidades de Conservação muitas vezes são esquecidas no planejamento de turismo nestas áreas. Diz ainda ser muito importante envolvê-las, pois na maioria das vezes estas populações são as mais afetadas pela atividade que está sendo planejada. Neste sentido o IPÊ, em conjunto com os gestores das UCs, tomou a iniciativa de trabalhar junto com as comunidades, realizando oficinas esclarecedoras e elaborando uma cartilha de interpretação ambiental. Com essas iniciativas mais as atividades de educação ambiental e agroflorestal as comunidades estão cada vez mais preparadas para participar do planejamento do turismo sustentável para a região.

A experiência de parcerias ao longo dos anos confirma que Drumm e Moore (2003) estão corretos quando explicam que a chave de sucesso é a formação de sólidas parcerias, de modo que múltiplos objetivos de conservação e desenvolvimento equitativo possam ser alcançados. Podemos ver claramente que os protagonistas envolvidos se uniram para trabalhar para o desenvolvimento da região, melhorando o turismo e ao mesmo tempo conservando o meio ambiente, e empoderando as comunidades envolvidas em todas as fases deste processo.

Conclusão

Os resultados obtidos demonstram que a capacitação e integração dos protagonistas por meio de reuniões, oficinas e cursos de interpretação ambiental foram de grande importância para o desenvolvimento da atividade turística local. Foram criados espaços para debates, discussões, construções de caminhos e ideias em prol de um objetivo comum: conservar o ambiente natural da região e beneficiar-se dele de forma sustentável, buscando sempre estar de acordo com as diretrizes que regem o espaço territorial protegido.

Os desafios a serem alcançados ainda são grandes. É necessário conseguir o comprometimento das instituições públicas independentemente das mudanças cíclicas dos seus quadros técnicos. É fundamental envolver as comunidades de maneira justa em todas as fases do processo, tanto na prestação de serviços como no planejamento das atividades. E os integrantes do *trade* turístico devem assumir que não é possível executar suas atividades profissionais desconsiderando questões de conservação socioambiental, pois isto liquidaria seu negócio. O cenário esperado a longo prazo é o ordenamento da atividade turística de maneira sustentável e que esta prática seja incorporada por todos os protagonistas que atuam no baixo rio Negro.

Referências Bibliográficas

AUBRETON, T. **Plano de Uso Público para o Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Ibama/MMA PROECOTUR, 2002.

BADIALLI, J.E.L. O Reverso do Postal: uma análise das atividades de uso público na região da Estação Ecológica de Anavilhanas, Estado do Amazonas, Brasil. **Dissertação** de Mestrado em Tecnologias para a Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2003.

BARTHOLO, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn. **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BOO, E. Ecotourism Planning for Protected Areas *In*: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecotourism: A guide for Planners and Managers**. Vermont, USA: The Ecotourism Society, 1993 .

BRASIL. MMA. **Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA, 2002.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, Ecotourism and Protected Areas**. Suíça: IUCN, 1996.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

DRUMM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo, um manual para os profissionais de conservação**. Virginia: The Nature Conservancy. 2003

IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Plano de Negócios PERN Setor Sul**. Manaus. 2006.

IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Como Receber Turistas em Áreas Naturais**. Manaus: GTZ/Projeto Corredores Ecológicos. 2008.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, S.P: Papirus, 2002.

MOLINA E., S.; RODRÍGUEZ A., S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

NELSON, S.; PEREIRA, E. **Ecoturismo, práticas para turismo sustentável**. Manaus: Valer, 2004.

PEREIRA, E. M.. From Extraction to Attraction: Making Ecotourism a Reality in the Municipality of Manaus, Amazonas, Brazil. **Doctoral Dissertation**, Faculty of Social Sciences, University of Stavanger. Norway, 2007.

ROMAGNOLI, F. C. 2009. Interpretação ambiental e envolvimento comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis*. **Dissertação** de mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus: 2009.

SEMMA. **Plano de Uso Público do Tupé**. Manaus, 2007.

SNUC, 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília(DF), 2000.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, ferramentas para um planejamento responsável**. 2003.

Agradecimentos

Queremos agradecer a todos os participantes e parceiros que se juntaram a nós neste projeto e, em especial, aos apoiadores financeiros Projeto Corredores Ecológicos/ Corredor Central da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, e também a USAID-Brasil através de seu Programa de Meio Ambiente. Sem estas parcerias e apoios este trabalho não teria sido realizado.

NOTAS:

¹Criado em 1992, o IPÊ é uma organização da sociedade civil de interesse público que trabalha para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sócio-econômico de comunidades residentes em áreas prioritárias à conservação dos recursos naturais em diversos ecossistemas do Brasil.

²Trade turístico é o conjunto de empresas e profissionais que desenvolvem atividades diretamente ligadas ao turismo.

³Documento elaborado para a gestão das unidades de conservação composto por diagnóstico técnico, zoneamento e planejamento através de programas de apoio a gestão destas áreas.

⁴O ARPA é um programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte das unidades de conservação no Bioma Amazônia. Ele é fruto de uma parceria entre o MMA, o ICMBio, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KfW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (agência de cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), e organizações da sociedade civil.

⁵Agência de cooperação do governo dos Estados Unidos da América que apóia o desenvolvimento sustentável nas áreas de saúde e meio ambiente.

Nailza Pereira Souza: Turismóloga, Pesquisadora do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas em Manaus.

Email: nailza@ipe.org.br

Sherre Prince Nelson: Geóloga, MSc em Educação Ambiental, Professora do Curso de Turismo na Uninorte Manaus e Pesquisadora Associada do IPÊ.

Email: spnelson@ipe.org.br

José Eduardo Lozano Badialli: Engenheiro Agrônomo, MSc em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia, Pesquisador do IPÊ em Manaus.

Email: edubadi@ipe.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9613966168723261>

Marco Antônio Vaz de Lima: Técnico Agroflorestal, Pesquisador do IPÊ em Manaus

Email: marcoantonio@ipe.org.br

Suzana Machado Padua: Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. Educadora Ambiental, PhD, Pesquisadora e Diretora do IPÊ.

Email suzana@ipe.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0615879056028445>

Data de submissão: 29 de outubro 2009.

Data do aceite: 12 de março de 2010.

Conservação de recursos naturais e práticas turísticas sustentáveis em Vargem (SP)

Sônia Regina da Cal Seixas, Cristiane Ferraz e Silva Suarez, Giovana Dominicci Silva, Almerinda Antonia Barbosa Fadini

RESUMO

O crescimento acelerado do turismo em áreas protegidas tem gerado debates quanto às dificuldades de integrar ações sustentáveis no planejamento turístico-ambiental dos municípios. Neste contexto, este artigo busca discutir a conservação dos recursos naturais através de práticas turísticas - ambientais sustentáveis no município de Vargem/SP – pertencente à Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, Região Bragantina, utilizando o diagnóstico ambiental e a identificação dos atrativos naturais reais e potenciais como instrumento de planejamento local. Além de fortalecer a educação ambiental aliada a práticas sustentáveis, sempre envolvendo os turistas nesses processos, visando proporcionar a sustentabilidade dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Esta APA possui várias nascentes e pontos de captação de importância regional e remanescentes significativos de Mata Atlântica, apresentando uma problemática ambiental centrada na conservação de recursos hídricos gerados, principalmente, a partir das alterações decorrentes da construção do Sistema Cantareira e da duplicação da Rodovia Fernão Dias. Ambos foram determinantes nos processos de expansão industrial e urbana e de incremento turístico na região. Assim, o município de Vargem vem passando por transformações socioambientais e de urbanização, prejudicando a qualidade dos recursos naturais locais. Mesmo possuindo alguns remanescentes vegetais e uma variada fauna, as consequências dos usos e ocupação do solo, ações predatórias e antrópicas vêm dificultando a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta realidade tem exigido a elaboração e implantação de estudos, projetos e planos de ação, que visem minimizar os impactos negativos gerados a partir da atividade turística e maximizar os positivos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores e na conservação dos recursos naturais da região. Este artigo é fruto da pesquisa Qualidade de vida, turismo e sustentabilidade na APA do Sistema Cantareira: um estudo de caso em Vargem / SP (conta com apoio financeiro da FAPESP - Processo 2007/59833-0), que é parte integrante da tese de doutorado da pesquisadora Cristiane Ferraz e Silva Suarez no Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Pesquisas Ambientais – NEPAM da Universidade Estadual de Campinas - SP/ Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Turismo, Áreas de Proteção Ambiental

Natural resource conservation and sustainable tourists practice in Vargem (SP), Brazil

ABSTRACT

The fast growth of tourism in protected areas has created some discussion about the difficulties of integrating sustainable actions in the planning of environmental tourism of a locality. In this context, this article aims to discuss the conservation of the natural resources through sustainable environmental tourism practice in the city of Vargem/SP, located in the Cantareira System Environmental Protected Area, Bragantina Region, using an environmental diagnosis and the identification of the real and potential natural attractions as an instrument of local planning. Besides that it aims to strengthen environmental education together with sustainable practices, always involving the tourists in this process, aiming to promote the sustainability of the natural resources and the improvement of the quality of life of the participants. This EPA has many water sources and springs of regional importance and significant remnants of Atlantic Forest, presenting an environmental problem centered on the conservation of water resources generated, mainly, from the modification resulting from the construction of the Cantareira System and expansion of the Fernão Dias Highway. Both events were determinant in the process of industrial and urban expansion, and tourism improvement in this area. Thus, the city of Vargem has been going through socioenvironmental and urbanization transformations, altering the quality of the local natural resources. Even having some remnants of vegetation and a variety of local fauna, the consequence of the land use, the predatory and antropic actions have made difficult the conservation of the biodiversity and the water resources. This reality has demanded the elaboration and execution of studies, projects and action plans that aim to minimize the negative impacts generated from the tourism activity and to maximize the positive actions, contributing for the improvement of the inhabitant's quality of life and for the conservation of the natural resources of the area. This article is the result of the research Quality of life, tourism and sustainability in the EPA Cantareira System: a case study in Vargem/SP (it has the financial support of FAPESP (2007/59833-0) and it is part of the doctorate dissertation of the researcher Cristiane Ferraz e Silva Suarez in the Environment and Society Doctorate Program of Environmental Research Nucleus – NEPAM of Campinas State University – SP/ Brazil.

KEYWORDS: Sustainability, Tourism, Environmental Protection Areas.

Introdução

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é garantir a sustentabilidade do ambiente e da atividade turística. O turismo é o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, segundo o Plano Nacional do

Turismo – 2007/2010, entretanto, o crescimento significativo dessa atividade em âmbito nacional e internacional, quando não planejada, pode ocasionar sérios impactos aos recursos naturais e na qualidade de vida da população local.

Neste contexto cabe enfatizar a importância da aplicação dos princípios da sustentabilidade ao turismo que, para Lane (2009), podem transformá-lo em uma atividade com propósitos de crescimento pessoal e comunitário, em prol do bem-estar comum e pela conservação do meio ambiente. A promoção do turismo sustentável, entretanto, requer segundo Irving (2005) uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, amparada por um novo olhar sobre as questões sociais, culturais e ambientais dos destinos. Honey (1999) também apresenta algumas características importantes de um turismo sustentável real, tais como, minimizar os impactos causados pela atividade; envolver viagens a destinos com atrativos naturais; estimular a consciência socioambiental; fomentar financiamentos que beneficiem a conservação e o *empoderamento* da população; respeitar a cultura local e dar suporte aos direitos humanos e movimentos democráticos.

Desta forma, a atividade turística deve caminhar paralelamente com o aumento da consciência ambiental, da preocupação com os recursos naturais e o fortalecimento das comunidades locais, reforçando a relação turismo, natureza e sustentabilidade. Se a atividade for bem administrada, os impactos positivos serão superiores aos negativos e poderão, portanto, contribuir para a conservação ambiental.

Neste contexto, este artigo busca discutir a conservação dos recursos naturais através de práticas turístico-ambientais sustentáveis no município de Vargem/SP- Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, utilizando o diagnóstico ambiental e a identificação dos atrativos naturais reais e potenciais como instrumentos de planejamento local. Além de fortalecer a educação ambiental aliada a práticas adequadas, envolvendo a população local e os turistas nesse processo, visando proporcionar a sustentabilidade dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

O município de Vargem, localizado no interior do estado de São Paulo a 97 km da capital, as margens da Rodovia Fernão Dias e da Serra da Mantiqueira, possui uma área total de 142,9 Km², limita-se ao Norte com o município de Pedra Bela, ao Sul com Bragança Paulista e Piracaia, a Leste Joanópolis e Extrema/MG, e a Oeste com Bragança Paulista.

Esta região vem se tornando, nos últimos anos, área de expansão da Região Metropolitana de São Paulo, decorrente do seu acesso facilitado através das rodovias Fernão Dias e D. Pedro I e de sua beleza natural que está associada a significativos remanescentes de Mata Atlântica e aos reservatórios do Sistema Cantareira. Apresenta, entretanto, uma problemática ambiental centrada na conservação de recursos hídricos, pois possui áreas de nascentes e pontos de captação de importância regional, tornando-se alvo de empreendimentos imobiliários dos mais diversos tipos, consolidando um processo crescente de ocupação do solo e uso turístico desordenado (HOEFFEL *et al.*, 2004, 2005; BARBOSA; HOEFFEL, 2006, 2008).

Os impactos ambientais decorrentes destes usos podem ser observados através do acúmulo de lixo em vários pontos da represa, dos desmatamentos, queimadas e limpeza de sub-bosque e da grande aglomeração de pessoas em diversas áreas naturais e urbanizadas, que não apresentam infra-estrutura adequada, planejamento turístico e práticas de educação ambiental (FADINI; HOEFFEL; SUAREZ, 2007). Apesar de todas essas formas de degradação do ambiente, vale ressaltar que este município pertence a uma Unidade de Conservação, a Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira (Figura 1) que foi instituída pela Lei Estadual no. 10.111/1998.

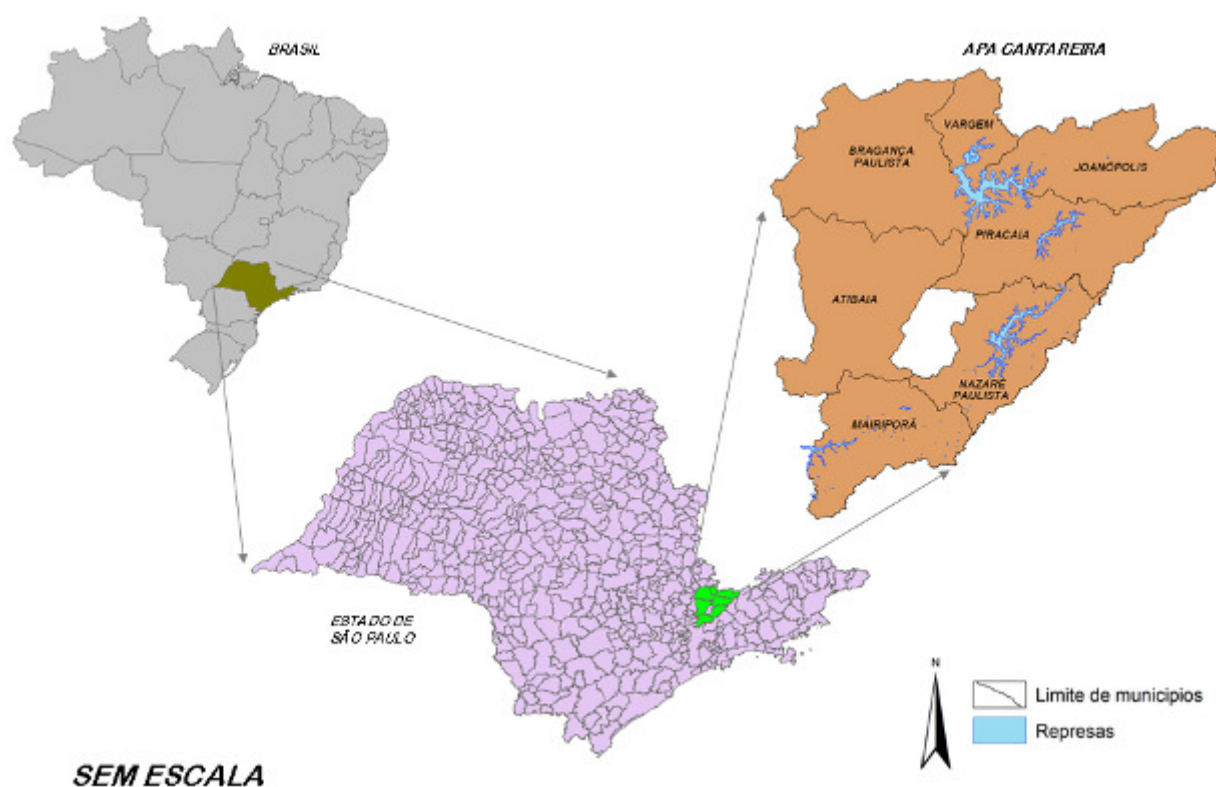


Figura 1: Mapa da Área de Proteção do Sistema Cantareira. Organizado por Anderson Matos Teixeira, 2009

Esta APA abrange os municípios de Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piracicaba, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista e tem como objetivos a manutenção e melhoria da qualidade da água, especialmente nos municípios do entorno dos reservatórios do Sistema Cantareira que abastecem quase a metade da Região Metropolitana de São Paulo (SÃO PAULO, 2000) e regulam o fluxo de água para a Região Metropolitana de Campinas.

Turismo e sustentabilidade em Unidades de Conservação

Para compreender o turismo contemporâneo é necessário pensar de forma interdisciplinar, compreendendo a profundidade das causas e dos efeitos das mudanças que ocorrem durante o desenvolvimento dessa atividade.

De acordo com Pires (2001), o turismo é considerado, cada vez mais, uma das principais atividades econômicas do país e utiliza recursos naturais como sendo sua matéria-prima, consumindo-os enquanto bem de mercado. A expansão da atividade turística sem limites, entretanto, provoca impactos múltiplos nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, até mesmo induzindo a saturação do ambiente como qualquer outra atividade industrial produtiva (ANDRADE; NETO, 2001).

Alguns autores como Barros (2003), por exemplo, denominam os impactos negativos sofridos pelo meio ambiente natural, como *impactos ecológicos*, servindo para identificar qualquer alteração biofísica indesejada. As atividades turísticas podem causar impactos em todos os elementos dos recursos naturais presentes em um ecossistema, como o solo, vegetação, fauna e recursos hídricos. Considerando que estes elementos são inter-relacionados, um impacto em um único elemento pode eventualmente resultar em efeitos sobre os demais.

Considerações sobre impactos decorrentes da atividade turística determinam que a classificação e o seu entendimento dependem de uma série de variáveis, dentre elas, o número de turistas dentro de uma área natural e o perfil desse visitante (ARCHER; COOPER, 2001).

Quando se trata da realização destas atividades em áreas naturais, a ocorrência de impactos é consequência inevitável, assim para ajudar na compreensão deste processo, a Organização Mundial do Turismo – OMT (2003), relata que:

o princípio norteador para o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em gerenciar os recursos naturais e humanos, a fim de maximizar o divertimento dos visitantes e ao benefício locais, minimizando, ao mesmo tempo, os impactos negativos sobre a comunidade do local de destino e a sua população. Isso requer uma avaliação objetiva dos impactos negativos potenciais e uma análise refletida de como esse potencial pode ser controlado OMT (2003, p. 109)..

O quadro abaixo identifica vários fatores do desenvolvimento turístico e seus impactos negativos, sugerindo ações atenuantes ou corretivas.

QUADRO 01: O gerenciamento dos impactos negativos em Áreas de Proteção Ambiental

Fator envolvido	Impacto negativo na qualidade ambiental	Ação atenuante ou corretiva possível
Superlotação de visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - estresse dos visitantes - mudanças no comportamento animal nas áreas de vida selvagem 	<ul style="list-style-type: none"> - limitar o acesso dos visitantes - expandir a capacidade de carga
Elevada ocupação humana	<ul style="list-style-type: none"> - criação das favelas rurais - perda do <i>habitat</i> - destruição da vegetação - escarpas e interferência na bacia hidrográfica - impacto estético das linhas de energia 	<ul style="list-style-type: none"> - dispersar os visitantes para outras áreas - qualificar e reabilitar - aplicar planejamento para o uso do solo e regulamentos de zoneamento
Poluição sonora	<ul style="list-style-type: none"> - irritação da vida selvagem, residentes locais e visitantes - estabelecer regulamentos - limitar o acesso dos visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> - administrar uma campanha de conscientização
Lixo	<ul style="list-style-type: none"> - a vida selvagem acaba dependendo do lixo - desordem estética - riscos à saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - administrar uma campanha de conscientização - estabelecer regulamentos - oferecer latões de lixo em locais apropriados
Vandalismo	<ul style="list-style-type: none"> - mutilação e destruição das instalações - estabelecer regulamentos - perda de tesouros históricos e culturais insubstituíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - administrar campanhas de conscientização - aumentar a vigilância
Barulho provocado por aeroporto	<ul style="list-style-type: none"> - estresse ambiental para os seres humanos e os animais 	<ul style="list-style-type: none"> - considerar a alteração dos padrões de decolagem e de aterrissagem - estabelecer controles de uso da terra próximo aos aeroportos
Excesso de carros nas estradas	<ul style="list-style-type: none"> - estresse ambiental para os seres humanos e os animais 	<ul style="list-style-type: none"> - aumentar a disponibilidade de transporte público
Dirigir fora das estradas	<ul style="list-style-type: none"> - danos à vegetação e compactação do solo e à vida selvagem 	<ul style="list-style-type: none"> - limitar o acesso - estabelecer ou melhorar regulamentos coercivos
Barcos a motor	<ul style="list-style-type: none"> - perturbação da vida selvagem, principalmente durante a estação de nidificação 	<ul style="list-style-type: none"> - restringir o acesso e a utilização - implementar um programa de educação ambiental
Pesca e caça naturais	<ul style="list-style-type: none"> - competição com os predadores - esgotamento dos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> - restringir o acesso - implementar um programa de educação ambiental
Safáris a pé	<ul style="list-style-type: none"> - perturbação da vida selvagem - erosão de trilhas 	<ul style="list-style-type: none"> - instalar ou modificar trilhas - restringir o acesso e a utilização - implementar um programa de educação ambiental
Coleta de suvenires	<ul style="list-style-type: none"> - remoção de itens naturais ameaçados (corais, conchas, plantas raras) - rompimento de processos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - educação ambiental e campanha de conscientização - restrições legais

Continua...

...Continuação.

Coleta de lenha	- destruição de <i>habitats</i> - mortalidade de pequenos exemplares da vida selvagem	- educação ambiental e campanha de conscientização - aproveitamento de combustíveis alternativos
Alimentação não-autorizada da vida selvagem	- mudanças comportamentais e dependência	- educação ambiental e campanha de conscientização
Construção de <i>outdoors</i>	- poluição da paisagem	- estabelecer regulamentos

Fonte: Protected Áreas in East África & Training Manual. James Thorsell. Gland, Switzerland: IUCN *apud* OMT (2003).

Nesse contexto, a preocupação em minimizar os impactos ambientais negativos decorrentes do turismo se apresenta como uma grande preocupação para todos os profissionais interessados na sustentabilidade da atividade.

Assim, sem negar a importância econômica da atividade e seu potencial como difusora de culturas, é importante promover pesquisas sobre os reflexos efetivos da atividade turística na sociedade, tornando-se necessário apresentar propostas de turismo sustentável como uma alternativa ao turismo de massa, que, durante anos vem agredindo as paisagens e destruindo os ecossistemas (SUAREZ, 2005).

A criação de um sistema de Unidades de Conservação – UC, também pode ser considerada como ferramenta para minimizar os impactos ambientais causados pelas diferentes atividades antrópicas e para a contribuição na manutenção da diversidade biológica e na restauração dos ecossistemas naturais, buscando promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento (BRASIL 2000). O turismo, entretanto, pode ser um dos principais responsáveis por processos de transformações socioambientais dentro da UC onde se desenvolve se não for devidamente planejado, já que ocorre mediante uma trama de interesses que refletem as concepções ambientais de diferentes agentes sociais (FADINI; HOFFEL; SUAREZ, 2007).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”, podendo ser divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo das Unidades de Conservação de proteção integral é a preservação da natureza e apenas o uso indireto de seus recursos é permitido. Já as unidades de uso sustentável têm como objetivo a compilação da conservação da natureza com o

uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Com relação às atividades econômicas potencialmente sustentáveis propostas para as Unidades de Conservação, destacam-se as relacionadas ao uso turístico, como no caso da Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, objeto de estudo desta pesquisa.

Um dos aspectos mais relevantes desta questão é o aumento significativo de turistas que visitam áreas naturais sem planejamento e administração adequados por parte dos locais visitados, e um dos desafios do turismo sustentável é justamente acomodar e ajustar este crescente número de visitantes em áreas naturais sem sacrificar sua integridade ecológica (SABINO; ANDRADE, 2003).

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, faz-se necessário o planejamento e o monitoramento das atividades turísticas em espaços naturais e rurais, os quais significam verdadeiros desafios para pesquisadores e envolvidos no binômio “turismo e meio ambiente” - (HANAI, 2006). Em outros termos, o turismo se apóia sobre o espaço rural e sobre os recursos ambientais, sendo que o seu planejamento deve ser integrado ao desenvolvimento local.

Hanai (2006) enfatiza ainda que a busca da sustentabilidade deve privilegiar as propostas que permitam a verdadeira e eficiente inclusão dos membros da comunidade local com a determinação e capacidade para realizá-las, implicando numa maior participação dos benefícios gerados pela atividade turística.

Para a OMT (2003), turismo sustentável deve ser construído com bases fortalecidas por parcerias entre o setor turístico, os apoiadores de causas ambientais e a comunidade. Esta interação entre os parceiros busca a melhoria da qualidade de vida da comunidade, enquanto se conquista a conservação dos recursos ambientais. Cabe ressaltar, que somente através da união e integração de todos os setores envolvidos, haverá contribuição para a qualidade de vida da população em todos os sentidos, como geração de renda e emprego, melhores condições de moradia, de saúde, recursos naturais no entorno, de educação e valorização de sua identidade.

Denominar uma atividade de sustentável significa assumir que ela pode ser continuada ou repetida em um futuro previsível, sem causar danos à sociedade e ao ambiente e, a preocupação surge, porque grande parte das atividades humanas é insustentável. A sustentabilidade tem se tornado, assim, um dos conceitos centrais entre as grandes preocupações sobre o destino dos diferentes ecossistemas do planeta (TOWNSEND; BEGON; HARPER, 2006).

Desta forma o turismo planejado pode ser apresentado como possível alternativa sustentável de desenvolvimento socioeconômico, conciliável com a conservação dos recursos naturais, que valoriza os aspectos culturais regionais, e que também busca garantir e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

O diagnóstico ambiental como instrumento do planejamento turístico sustentável

Quando se almeja realizar atividades turísticas dentro de uma Área de Proteção Ambiental, tem que se pensar em ações e práticas sustentáveis no que se refere aos recursos naturais, no bem estar e na qualidade de vida dos moradores e dos turistas que ali visitam. Rodrigues (1999) *apud* Fontoura e Silveira (2008) acredita que o turismo com base sustentável é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada e/ou pouco alterada.

Assim, com o crescimento da demanda pelo turismo em áreas protegidas, torna-se cada vez mais relevante a adoção de programas de educação ambiental dos quais participem todos os envolvidos na atividade turística, porém deve-se ressaltar que esses programas não devem ficar restritos unicamente às áreas naturais. É igualmente importante que o turismo urbano adquira uma base ambiental, que passe pela gestão ambiental na rede hoteleira até a conscientização dos visitantes na utilização e eliminação de produtos que podem contaminar o meio.

Desta forma, o turismo e a educação ambiental, estão em permanente interação, assumindo um papel importante no desenvolvimento de uma nova cultura ambiental nos lugares de destinação turística voltados para a natureza, como são as áreas protegidas. Quando trabalhados em conjunto transformam a realidade do local, que antes era calcada em modelos exploratórios.

É importante ressaltar também que para o desenvolvimento de qualquer atividade, sendo turística ou não, em uma Unidade de conservação, é essencial a realização de um planejamento para a área e a participação efetiva dos moradores locais nos processos de decisão. Segundo Mendonça (1996:84), “as comunidades nativas conhecem muito bem as características ecológicas do meio natural e seu limite de saturação, sua participação ativa pode dar os parâmetros da sustentabilidade da atividade turística.” Ao contrário, quando os povos nativos são descartados do processo, o que se vê é o aumento dos índices de pobreza e marginalidade. Quando se trata de planejamento turístico, a atividade deve ser pensada sob nova concepção ao ser planejada a médio e longo prazo, de forma integrada e sustentável, envolvendo a economia, ecologia e a melhoria das condições de vida das comunidades locais (FONTOURA; SILVEIRA, 2008).

Segundo o REPAMS (2006), o diagnóstico ambiental é uma etapa fundamental no planejamento de qualquer Unidade de Conservação, pois organiza as informações sobre os diferentes aspectos da área, como composição e estado de conservação da fauna e flora, principais feições de relevo, condições dos recursos hídricos, características gerais da região. Como a maioria dos recursos naturais em uma área de proteção são considerados atrativos turísticos, é importante, como forma de planejamento turístico-ambiental, a realização de um inventário da oferta turística, complementando o diagnóstico ambiental.

Procedimentos Metodológicos

O diagnóstico ambiental preliminar e inventário da oferta turística do município foram realizados com a finalidade de identificar a realidade ambiental e turística de Vargem/SP sendo estes usados como importantes instrumentos para a elaboração de práticas turísticas sustentáveis que contribuam para a conservação dos recursos naturais no município.

O diagnóstico ambiental preliminar foi realizado através de coleta de dados primários (pesquisas de campo) e secundários, junto a diversos órgãos governamentais (Prefeitura Municipal de Vargem, IBGE, CATI, SABESP, CBH-PCJ, Instituto Florestal do Estado de São Paulo, etc.), não governamentais (Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas / CEA – SN da Universidade São Francisco e Instituto Socioambiental – ISA, etc.) atuantes na região e ao banco de dados do Programa BIOTA-FAPESP.

A metodologia adotada para a identificação e caracterização dos usos e ocupação do solo no entorno do Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí foi desenvolvida por FADINI (1998; 2005) e através dos trabalhos realizados pelo CEA – USF, com o Projeto CNPq Olhos D'água (n. 401292/2004-5) e o Projeto FAPESP Trajetórias do JAGUARY (n.2003/08432-5) e do Diagnóstico Socioambiental Participativo do Sistema Cantareira (2007), do Instituto Socioambiental (ISA).

O inventário da oferta turística foi realizado através de pesquisas documentais e de campo, com a finalidade identificar as potencialidades turísticas do município, bem como os seus atrativos turísticos naturais reais e potenciais. Este inventário foi realizado por uma equipe de trabalho multidisciplinar, composta pelos pesquisadores e bolsistas do projeto e, em alguns momentos, contou com a participação voluntária de trinta alunos dos cursos de Hotelaria e Turismo da USF, além de contar com o apoio de órgãos governamentais e não-governamentais como a Prefeitura Municipal de Vargem – SP, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a Agência de Desenvolvimento Regional UNICIDADES e a Empresa Zagaia Consultoria, Planejamento e Pesquisa em Turismo.

A metodologia utilizada no processo de inventariação consistiu em uma adaptação dos formulários do projeto 65 Roteiros Turísticos da EMBRATUR, (Ministério do Turismo, 2006), e ocorreu em duas fases: primeiro através de pesquisa de dados secundários juntamente com os órgãos públicos do município e, em um segundo momento, foram realizados trabalhos de campo com o intuito de aprofundar os dados já obtidos em pesquisa documental.

As pesquisas de campo foram realizadas durante os meses de outubro de 2008 a maio de 2009, totalizando catorze visitas em tempo integral, divididas por bairros entre a zona urbana e rural de Vargem, os quais possibilitaram a identificação dos principais aspectos abióticos e bióticos, os recursos hídricos e o levantamento de toda infraestrutura básica e turística e os atrativos da localidade.

Resultados Preliminares

As propostas de práticas turísticas sustentáveis para o município de Vargem/SP devem ser planejadas a partir de parâmetros socioambientais sob o enfoque da sustentabilidade, assegurando o equilíbrio do meio natural e social, bem como as relações ali presentes, levando em consideração a participação dos autóctones nas ações.

Esta região sofre com processos intensos de expansão urbana e de incremento turístico, ocasionando intervenções humanas no meio ambiente de forma gradativa. Carvalho et al (2008), relatam que quanto maior for o grau de degradação de um processo, mais tempo e recursos deverão ser despendidos para reverter ou minimizar os impactos. Para uma melhor compreensão desses impactos sob os recursos naturais e subsidiar práticas turísticas sustentáveis para o município de Vargem, foi realizado uma caracterização dos fatores abióticos, bióticos e dos recursos hídricos da localidade e a seguir esses dados serão apresentados de forma resumida.

O município possui clima ameno, devido à sua topografia e proximidade da Serra da Mantiqueira, está inserido em uma zona climática mais fria e relativamente úmida. O índice médio pluviométrico anual é de 1744,2 mm de chuvas que são bem distribuídas durante o ano, porém com pequena concentração nos meses de verão. Com relação à temperatura, a média anual é de 19,2°C, com inverno frio e seco e temperaturas mínimas que podem atingir valores negativos, em dias excepcionalmente frios.

Está situada sobre os domínios do Planalto Atlântico, com relevo ondulado de escarpas e maciços modelados em rochas do complexo cristalino, onde primitivamente predominavam as coberturas vegetais de Floresta Atlântica (MOLINARI, 2004). Segundo Bueno *et al.* (2007), o município insere-se em um compartimento geomorfológico com relevo bastante movimentado e desenvolvido, principalmente, em rochas metamórficas e ígneas de idades arqueana e proterozóica. Observam-se relevos convexos e suavizados, na forma de morrotes e colinas, instalados sobre rochas pré-cambrianas e cenozóicas. Também há presença de uma variada gama de formas de relevo, desde montanhas até colinas, que foram condicionadas tanto pelo substrato rochoso e clima, como pela tectônica pós-paleógena.

Pode-se verificar que o município de Vargem apresenta solos do tipo lateríticos, que têm sua origem em processos sob a influência de clima tropical e/ou subtropical, tendo no município a presença dos tipos latossolos e os podzólicos. Os primeiros ocupam as porções mais planas e amplas de cimeira, enquanto os podzólicos são mais largamente distribuídos, com desenvolvimento muito variado, em topos convexos mais aguçados e nas vertentes. Solos pouco desenvolvidos também são assinalados, tais como cambissolos e litólitos, presentes em formas e feições peculiares do relevo propícias ao seu desenvolvimento, tais como vertentes com declividade forte e rupturas de declive (BUENO *et al.*, 2007).

Estas características geomorfológicas, climáticas e as vinculadas a pedologia

representam para a região e por consequência para o município de Vargem, uma fragilidade que exige planejamentos que considerem usos adequados, tais como, agricultura com adoção de práticas conservacionistas e ausência de desmatamentos que visam a minimização de impactos relacionados à processos erosivos, assoreamentos de rios e perda de solos férteis.

Este levantamento possibilitou um inventário da flora, que está totalmente inserida nos domínios de Mata Atlântica e consiste em florestas do tipo Ombrófila Densa, sendo definida por Mantovani e Santos (2007) como o bioma terrestre mais rico e diverso da Terra, favorecendo a existência de muitos nichos ou funções ecológicas.

No município existem poucos fragmentos de matas que estão localizados principalmente nas regiões mais altas como na Serra do Lopo, atualmente considerado o principal atrativo natural do município. Segundo o mapa do Instituto Florestal o município conta com apenas 1,95% de mata e através das visitas de campo foi possível observar algumas espécies que caracterizam essas vegetações, das quais algumas demonstram que a vegetação está em estágio inicial de sucessão, como a embaúba (*Cecropia* sp.), em estágio médio como espécies de ipês (*Tabebuia* sp.), cedro (*Cedrela fissilis*), pau-jacaré (*Piptadenia gonoacantha*) e algumas espécies mais nobres, que devido ao efeito de borda se localizam no interior da mata e caracterizam vegetações em estágio avançado de sucessão como por exemplo o jequitibá (*Cariniana estrellensis*), paineira (*Chorisia speciosa*), figueira (*Ficus* sp.), jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras.

Também caracteriza a vegetação do município a presença de fragmentos de floresta de Araucária, espécie mais conhecida como pinheiro-do-paraná (*Araucária angustifolia*). A localidade apresenta muitas áreas em que a vegetação nativa já foi ou está sendo substituída por formas antrópicas de ocupação, como a agricultura, pecuária e a silvicultura (cultivo principalmente de eucaliptos). A Figura 2 demonstra a caracterização vegetal da área de estudo.

Silva *et al.* (1994), relatam que a fauna da região Bragantina era típica de ecossistemas florestais, exceto por algumas particularidades em possíveis campos ocorrentes e ambientes diretamente associados aos mananciais e com a supressão da cobertura vegetal, consequentemente, populações de fauna foram reduzidas e este cenário vem sendo agravado pela caça predatória.

Como o município ainda apresenta alguns remanescentes de mata, estes ainda abrigam uma variedade significativa de fauna, podendo destacar espécies de mamíferos como o sagui-do-tufo-branco (*Callithrix jacchus*), bugio (*Alouatta fusca*), macaco-prego (*Cebus apella*), paca (*Agouti* sp), onça-parda (*Felis concolor*), algumas espécies de aves como o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), tucanos (*Ramphastos* sp), João-de-barro (*Furnarius rufus*), andorinha (*Notiochelidon cyanoleuca*), Corujaburaqueira (*Athene cunicularia*), Beija-flor-de-tesoura (*Eupetomena macroura*), entre outras.

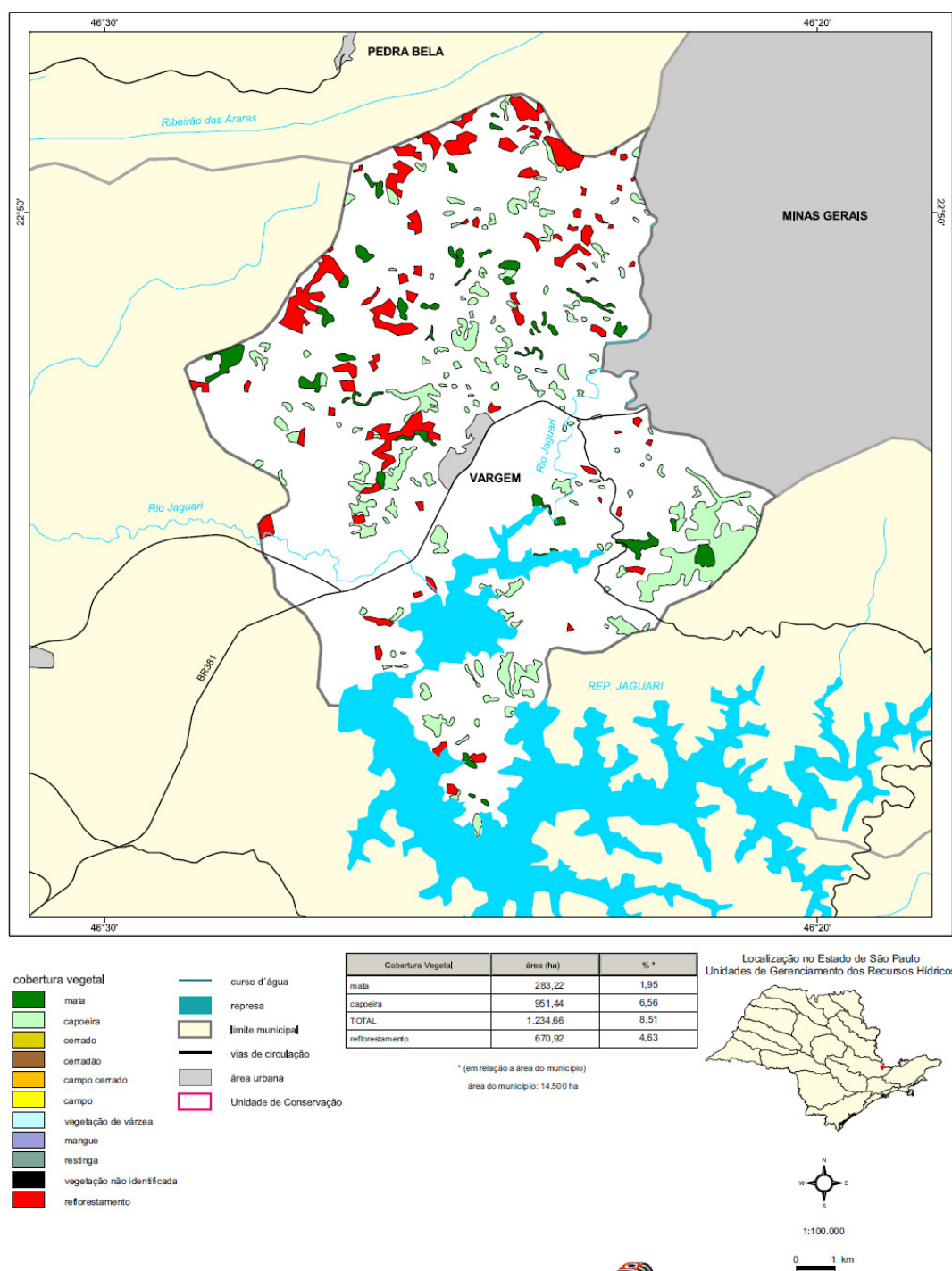


Figura 2: Mapa Florestal do município de Vargem – SP. Fonte: Instituto Florestal/Governo do Estado de São Paulo

No levantamento de dados e nas atividades de campo foram observadas algumas espécies de répteis, anfíbios e de peixes, como espécies exóticas de ictiofauna introduzidas no reservatório do Rio Jaguary, onde se destaca o black bass (*Micropterus salmoides*), Tilápia-do-nilo (*Oreochromis niloticus*), Tilápia-pequena (*Tilapia rendalli*), etc.

Os recursos hídricos do município passaram por grandes impactos devido à construção da barragem do reservatório Jaguary / Jacareí, pois mudou completamente o ecossistema da bacia do Rio Jaguary, que abrange o município de Vargem. Segundo dados do ISA (2007) e do relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo (2007) o município de Vargem apresenta 8.733 habitantes, sendo que apenas 3.590 estão localizados na área urbana e 68% contam com coleta de esgoto e desses apenas 12% é tratado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, o restante é despejado *in natura* no Ribeirão da Limeira que é afluente do Rio Jaguary. Contribuindo assim para a piora da qualidade da água desta importante bacia que abastece algumas cidades da Região Bragantina e, é uma das principais formadoras do Sistema Cantareira que abastece quase 50% da Região Metropolitana de São Paulo e regula o fluxo de água da Região Metropolitana de Campinas.

As micro-bacias do município estão classificadas, segundo a Resolução CONAMA Nº 20, de 18 de junho de 1986, em Classe especial que se destina ao abastecimento doméstico sem prévia ou com simples desinfecção e à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas, não condizendo com a realidade, pois esses corpos d'água são os receptores de grande quantidade de esgoto e, também vem sofrendo impactos decorrentes de usos agrícolas, da pecuária e de ocupação indevida em área de APP, que na maioria das vezes suas matas ciliares são suprimidas, tendo como consequência a piora da qualidade e a diminuição da quantidade dos recursos hídricos do município.

Com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população e dos recursos hídricos locais e regionais, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Saneamento e Energia, juntamente com a Sabesp já deram início as obras complementares dos serviços sanitários do município. Serão construídos 1,08 km de coletores tronco, 528 metros de linha de recalque, 590 metros de emissários de esgoto, uma estação elevatória de esgoto e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com capacidade de tratamento de 15,89 litros por segundo.

Como resultado das obras, espera-se que em 2011, o índice de coleta de esgoto subirá dos atuais 68% para 76%; já o tratamento, saltará de 12% para 100% do total coletado. Além disso, até 2018, o município deverá ter o seu saneamento universalizado com 100% de abastecimento de água, 100% de coleta e 100% de tratamento de esgoto (Portal do Governo do Estado de São Paulo, <http://www.saopaulo.sp.gov.br>, 2009).

Contudo, podemos afirmar que o município de Vargem vem passando por transformações socioambientais e de urbanização, prejudicando a qualidade dos recursos naturais da localidade. Mesmo possuindo alguns remanescentes vegetais e uma variada fauna, as consequências dos usos e ocupação do solo, ações predatórias e antrópicas vêm dificultando a conservação da diversidade biológica e dos recursos hídricos e a implementação de práticas sustentáveis no município.

A realização do inventário da oferta turística possibilitou a identificação dos atrativos turísticos naturais e culturais potenciais do município. No que tange os atrativos naturais, a apropriação destes para a atividade turística, se não planejada, pode impactar os nichos ecológicos ali presentes, contribuindo para a degradação ambiental desses ecossistemas. Por isso a importância de identificar esses atrativos, juntamente com a formulação do diagnóstico ambiental do município, para que seja realizado um planejamento turístico-ambiental totalmente inserido nos usos reais da localidade.

Dentre os atrativos naturais identificados, destacam-se o Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí (Figuras 3 e 4), localizado parcialmente no município e que apresenta grande importância hídrica, pois é um dos principais formadores do Sistema Cantareira. O local é muito visitado por turistas, geralmente provenientes da Região Metropolitana de São Paulo e que, em sua maioria, apresentam casas de segunda residência no seu entorno. A população local, por sua vez, transforma as baías do reservatório em praias de lazer nos finais de semana. Os usos mais frequentes do reservatório são relacionados aos esportes náuticos (passeios de barco e Jet-sky) e de pesca (pesca esportiva e predatória) e os principais impactos decorrentes desses usos são as várias supressões de vegetação, acúmulos de lixo e de pessoas em áreas inapropriadas, construção de casas em Áreas de Proteção Permanente, que devido à especulação imobiliária na região, vem prejudicando assim a qualidade da água, a sobrevivência das espécies e a sustentabilidade desse atrativo.

O município conta com aproximadamente 12 cachoeiras (Figura 5) que se apresentam como atrativos turísticos potenciais, pois ainda não foram adaptadas como produto turístico. Vargem está cercada por morros e picos de onde nascem inúmeros córregos que formam belíssimas cachoeiras de grande beleza natural, muitas se encontram em propriedades particulares e, algumas, estão abertas a visitação pública atraindo turistas e moradores locais.



Figura 3: Reservatório Jaguary/Jacareí
Foto: Cristiane Ferraz e Silva Suarez (15/09/2008)

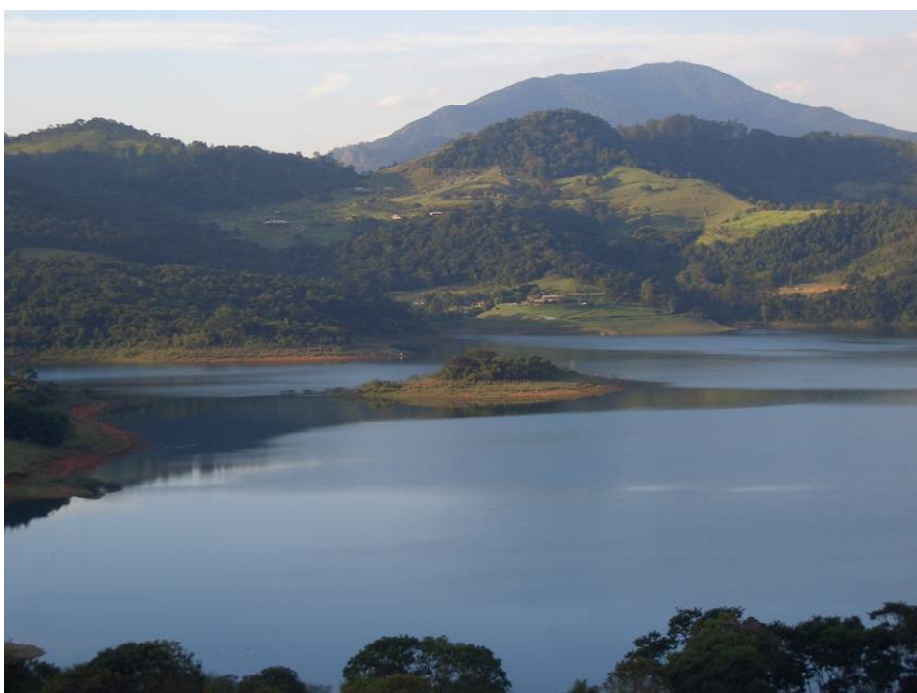


Figura 4: Reservatório Jaguary/Jacareí
Foto: Cristiane Ferraz e Silva Suarez (15/09/2008)

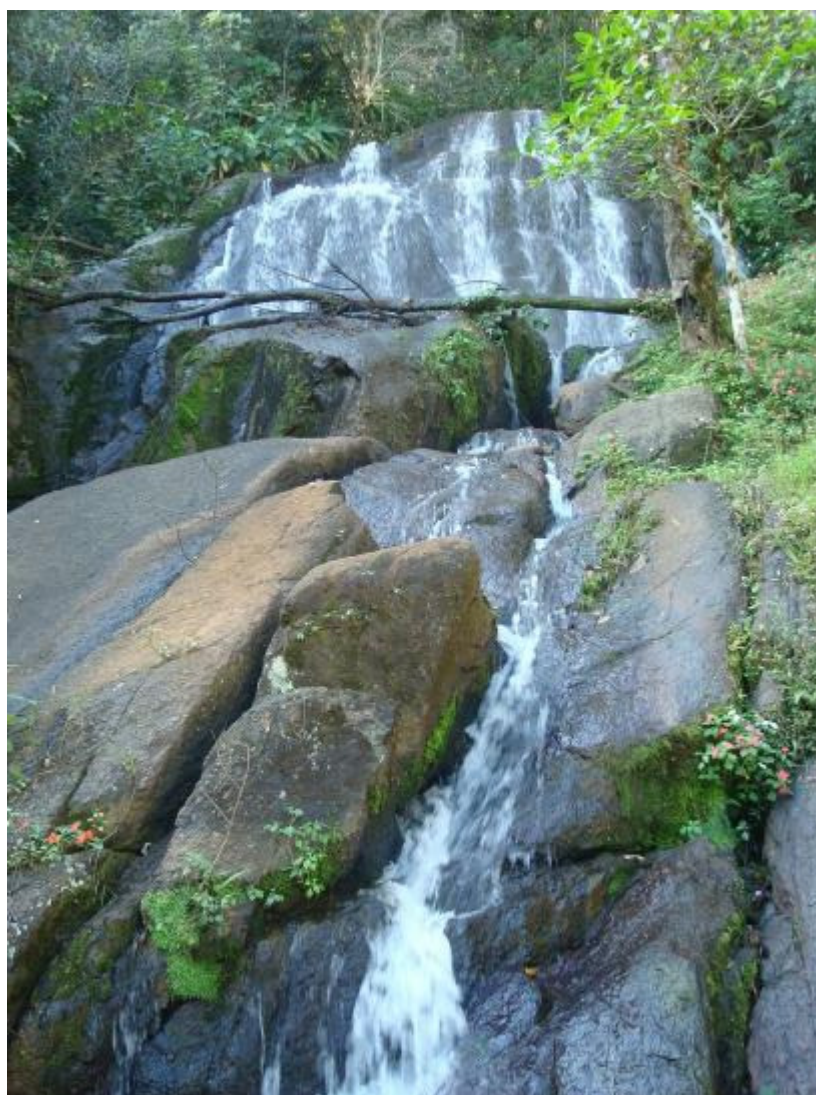


Figura 5. Cachoeira em propriedade particular
Foto: Giovana Dominicci Silva (17/03/2009)

O Rio Jaguary, é o principal corpo hídrico do município, e suas corredeiras (Figura 6) possibilitam a prática do ecoturismo e do turismo de aventura, modalidades ainda não desenvolvidas de forma planejada no município, consideradas, portanto como atrativos potenciais. Já a Serra do Lopo (Figura 7) apresenta-se como um atrativo turístico real e muito visitado por turistas para a prática de esportes como montanhismo, escalada, rapel, trilhas, e observação da natureza. Esta serra está localizada na divisa dos municípios de: Extrema/MG, Joanópolis/SP, Piracaia/SP e apresenta grande diversidade em fauna e flora, muitas endêmicas da Mata Atlântica.



Figura 6: Corredeiras do Rio Jaguary
Foto: Edivaldo Giovani Capodeferro (07/04/2009)

Desta forma, considerando os dados apresentados e as características socio-ambientais do município, verifica-se a existência de diversas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, principalmente, relacionado aos recursos naturais locais. Contudo, conforme ressalta Raimundo et al (2007), deve-se atentar para o fato de que atividade turística na natureza não depende somente da quantidade ou da qualidade dos recursos naturais, é necessário que esses recursos existentes sejam preparados para se tornar atrativos turísticos e que, em seu entorno exista infraestrutura adequada para o atendimento do turista.

Esta pesquisa demonstra ainda que a compreensão de que o espaço turístico é um todo que integra ecossistemas, manifestações culturais, pessoas, serviços, equipamentos e diversos tipos de relações, é essencial para que a construção da infraestrutura e equipamentos sejam direcionados também para a conservação ambiental e para o desenvolvimento de projetos nesta direção. Todos os envolvidos devem estar convencidos de que o meio ambiente deve ser resguardado e protegido como um bem fundamental para a manutenção da vida na Terra e como um recurso disponível para o turismo



Figura 7: Vista da Serra do Lopo
Foto: Giovana Dominicci Silva (23/03/2009)

Algumas Considerações

Quando se trata de sustentabilidade do turismo, deve-se reconhecer a importância da realização de projetos a longo prazo que tenham como objetivo propiciar à comunidade envolvida e aos participantes, um reencontro com a natureza, uma mudança de conduta durante o lazer e a convivência harmoniosa entre desenvolvimento e sustentabilidade dos recursos naturais.

Com relação ao município de Vargem, objeto de estudo desta pesquisa, devido às suas características socioambientais, verifica-se que esta área apresenta diversas potencialidades para o desenvolvimento do turismo tais como: sua localização privilegiada dentro de uma Unidade de Conservação e no entorno do reservatório Jaguaré/Jacarei; a presença de atrativos naturais como cachoeiras e picos com importância ecológica e turística; grande potencial agrícola nos bairros rurais, além de atrativos histórico-culturais.

Considerando estas potencialidades, é fundamental indagar quais os possíveis impactos sobre os modos de vida da comunidade moradora que podem ser alterados

pela intensificação de empreendimentos turísticos. Desta forma, a atividade turística em Vargem precisa ser planejada de modo integrado e participativo, considerando os arranjos produtivos, respeitando as singularidades, com vistas aos benefícios para a comunidade. E, percebe-se a necessidade da implantação de práticas turísticas sustentáveis que contribuam para a otimização da experiência do turista e a conservação dos recursos ambientais locais e que ao mesmo tempo gerem a diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, recursos para esta UC, que devem ser associadas principalmente ao uso público, ecoturismo e a educação ambiental.

Assim, embora a análise aqui apresentada não esteja sendo considerada finalizada, algumas ações preliminares associadas, principalmente ao ecoturismo e a educação ambiental, podem ser propostas a fim de se alcançar a sustentabilidade da atividade turística em Vargem, tais como:

- Revisar e atualizar o Plano Diretor de Vargem, direcionando-o ao turismo e à proteção do meio ambiente;
- Incentivar a formação do Conselho Municipal de Turismo, formado por membros da gestão pública e iniciativa privada, a fim de contribuir com a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico local integrado ao plano de gestão ambiental;
- Desenvolver ações nos meios de hospedagem vinculadas à conservação e recuperação de áreas naturais com os turistas, como por exemplo, envolvê-los em programas de recuperação de matas ciliares, de agricultura orgânica, entre outros, visando estimular a valorização desse patrimônio natural e cultural.
- Distribuir folhetos explicativos e educativos aos turistas, com descrição das espécies ameaçadas e orientações quanto à educação ambiental e orientá-los sobre seu comportamento:(lixo, ruídos, acidentes, contato com a fauna, flora e moradores, técnica de caminhada);
- Promover estudos de capacidade de suporte para passeios nas áreas naturais;
- Capacitar os recursos humanos locais para o trabalho com o turismo e organizar oficinas com a comunidade local para que esta entenda sua importância nesse processo, reconheça a biodiversidade como benefício real e se envolva em ações de conservação;
- Intensificar a recuperação das condições ambientais e a recomposição florestal;
- Consolidar o ensino da educação ambiental nos vários níveis educacionais, com a efetiva participação da comunidade local, estendendo-as aos turistas;
- Preparar os recursos naturais locais para que se tornem atrativos turísticos com equipamento e infraestrutura adequadas para o atendimento ao turista;
- Informar e sensibilizar o turista para a importância da conservação da área visitada, por meio de técnicas de interpretação ambiental que podem enriquecer a ex-

periência do visitante. Com isso o turista entende e valoriza o local visitado, mantendo uma postura de respeito e evitando impactos indesejáveis;

- Planejar a elaboração de trilhas interpretativas, com placas informativas ou acompanhadas, com explicações sobre a flora, a fauna e outros aspectos ambientais interessantes que promovam o contato mais estreito entre o turista e a natureza;
- Promover o ecoturismo aproveitando as potencialidades naturais da localidade, de forma a compatibilizar a atividade com a conservação do ambiente natural e como veículo de Educação Ambiental.

Outras atividades também podem integrar as oportunidades recreativas de uma área natural, contudo é importante ressaltar que todas requerem estratégias como práticas de gestão e o manejo da visitação para compatibilizar a atividade com a conservação ambiental.

Os resultados mais esperados destas ações propostas são a sensibilização do visitante e da comunidade local para a importância da preservação dos remanescentes de áreas naturais e o compromisso da cada cidadão com as ações de conservação.

Por fim, acredita-se que a obtenção da sustentabilidade do turismo em Vargem está condicionada ao estímulo da realização de projetos que, tenham por finalidade, integrar a comunidade local, os gestores públicos e os turistas na conservação dos recursos naturais e na valorização dos aspectos sócio-culturais.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, R. O. B. de; NETO, L. M. A gestão privada do turismo. *In*: TRIGO, L. G. G. (org). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. volume 1. São Paulo: SENAC, p. 135-150, 2001.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. *In*: THEOBALD, W.F. (org). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, p. 85-102, 2001.

BARBOSA, S.R da C. S; HOFFEL, J. L.M. **Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo de caso sobre degradação sócio-ambiental e subjetividade**. Projeto de Pesquisa FAPESP (Processo nº 06/60366-5), 2006.

BARBOSA, S.R da C. S; HOFFEL, J. L.M. **Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo de caso sobre degradação sócio-ambiental e subjetividade**. Relatório FAPESP (Processo nº 06/60366-5), 2008.

BARROS, M. I. A. de. Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BRASIL. **Lei no. 9985**. Instituiu o SNUC. Brasília, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília 2007.

BUENO, R. C. S.; SAAD, A. R.; OLIVEIRA, P. E. **Relação entre atributos geoambientais da paisagem e o desenvolvimento socioeconômico de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, Brasil**. Revista UnG – Geociências V.6, N.1, 2007, 134-162.

CARVALHO, D.; LOPES, L. B.; FARIA, W.; COSTA, F., BRUM, E.; KOSAKA, V. K.I.; FONSECA, D. H.; VARGAS, R. **Análise do Turismo em Extrema, Minas Gerais**. Extrema, out. 2008. Disponível em: <bhturismo.wordpress.com/2008/10/31/analise-do-turismo-em-extrema-minas-gerais/>. Acesso em: 04. jun. 2009.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). **Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo 2007**. São Paulo: CETESB, 2008.

Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986**.

FADINI, A.A.B. Impactos do Uso das Terras na Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá (SP). Rio Claro, 1998. 141p. **Dissertação** (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

FADINI, A.A.B. Sustentabilidade e identidade local: pauta para um planejamento ambiental participativo em sub-bacias hidrográficas da Região Bragantina. **Tese de Doutorado**. Rio Claro: UNESP, 2005.

FADINI, A.A.B.; HOFFEL, J.L.M.; SUAREZ, C. **Parcerias Ambientais: diagnóstico turístico e propostas de educação ambiental em Vargem – SP**, Projeto de Pesquisa de Políticas Públicas 06/51790-8, FAPESP, 2007.

FONTOURA, L. M.; SILVEIRA, M. A. T. de. Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL** – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

HANAI, F. Y. Análise do processo de inserção do turismo sustentável em espaços naturais e rurais: o caso da região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu. 2006. 191f. **Exame de Qualificação** (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, SP, 2006.

HOEFFEL, J.L.M. *et al.* Concepções e percepções da natureza na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira. **Anais** do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: FBPN, vol.I, p. 346-356, 2004.

HOEFFEL, J. L.M.; FADINI, A.A.B; MACHADO, M. K.; REIS, J.C. **Trajetórias do Jaguar – a complexidade sócio-ambiental no Reservatório dos Rios Jaguar/Jacaré. Proceedings International Congress on Environmental Planning and Management**. Brasília: Catholic University of Brasília, 2005, p. 1-16 (CD Rom).

HOEFFEL, J.L.M. **Trajetórias do Jaguar. Unidades de Conservação, Percepção Ambiental e Turismo. Um estudo na APA do Sistema Cantareira.** Relatório Final de Pesquisa FAPESP (Processo nº 2003/08432-5), 2006.

HOEFFEL, J.L.M. **Olhos D'Água – Diagnóstico Sócio-Ambiental na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Lopo, Vargem/SP.** Relatório Final de pesquisa – Processo CNPQ 40-1292/2004-5, 2006.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development – who owns paradise?** Washington, DC: Island Press, 1999.

IRVING, M.de A.; BURSZTYN, I.; SANCHO A.P *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v.5, n.4, p.1 -6, 2005.

LANE, B. Thirty years of sustainable tourism: drivers, progress, problems and the future. In: GOSSLING, S.; HALL, M.C. WEAVER, D.B. **Sustainable tourism futures: perspectives on systems, restructuring, and innovations.** New York and London: Routledge, 2009

MANTOVANI, M.; SANTOS, R. F. Vegetação, vulnerabilidade e qualidade ambiental. In: SANTOS, R. F. (org). **Vulnerabilidade Ambiental – Desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, p. 143-164, 2007.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição. In: **Estudos do turismo e hotelaria.** São Paulo: SENAC, p.84, 1996,

Ministério do Turismo. **Projeto do Inventário da Oferta Turística.** Brasília, MTur, 2006.

MOLINARI, J.B. **Vargem: origem e formação.** Bragança Paulista: Gráfica Leal, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO –OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

REPAMS, Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Mato Grosso do Sul. **Guia para criar e implementar Reservas Particulares do Patrimônio Natural.** Campo Grande – MS: Editora Gibim, 2006.

PIRES, P. dos S. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, L. G. G. (org). **Turismo – Como aprender, como ensinar.** volume 1. São Paulo: SENAC, p. 229-256, 2001.

RAIMUNDO, S.; STIGLIANO, B. V.; CESAR, P. A. B. Planejamento do ecoturismo em áreas protegidas. In: CESAR, P. A. B. (org.). **Caminhos do futuro: Ecoturismo.** São Paulo: Ministério do Turismo, p.31-40, 2007.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P. de. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (Aquário Natural de Bonito). **Biota Neotrópica**, v.3 (n.2), p. 1-9, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo.** São Paulo: SMA, 2000.

SEABRA, G. de F. **Ecos do turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, A. C. Q.; TRAVASSOS, A. I. P.; BLANCO, C. R. F.; ARRUDA, C. C.; MARQUES, E. G. L.; PEGORARO, J. L. Vargem/SP- Meio Biológico. In: HOFFEL, J. L. M. (org.). **Ambiente de Vargem: diagnóstico crítico**. Itatiba: Universidade São Francisco, p. 85-120, 1994.

SUAREZ, C.F.S. Turismo e Sustentabilidade – Um estudo de caso da demanda turística e seus principais impactos sócio-ambientais em Monte Verde-MG. Varginha-MG: FACECA, **Dissertação** de Mestrado, 2005.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos da ecologia** (trad.). Artmed, Porto Alegre, 2006.

WHATLEY, M. **Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo**/ Mariussa Whatley, Pilar Cunha. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

Sônia Regina da Cal Seixas: Doutorado Ambiente e Sociedade - NEPAM-IFCH / UNICAMP.

Email: srcal@unicam.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762940910820774>

Cristiane Ferraz e Silva Suarez: Doutorado Ambiente e Sociedade - NEPAM / UNICAMP e Universidade São Francisco.

Email: cristiane.suarez@saofrancisco.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7955383731847589>

Giovana Dominicci Silva: NEPAM / UNICAMP e Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas da Universidade São Francisco.

Email: giovanadsilva@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1356242304868969>

Almerinda Antonia Barbosa Fadini: Centro de Estudos Ambientais – Sociedade e Naturezas da Universidade São Francisco.

Email: almerindafadini@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835878522109146>

Data de submissão: 99 de novembro 2009.

Data do aceite: 13 de março de 2010.



Análise dos fatores motivacionais e determinantes no processo de decisão de compra do consumidor turístico no entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra na região de São Roque de Minas (MG)

***Ana Cristina Magalhães Costa, Miguel Rivera Peres Jr.,
Michella Christian do Prado, Ronaldo Fernandes da Silva***

RESUMO

O estudo do comportamento do consumidor tem se mostrado uma poderosa ferramenta na implementação de ações mercadológicas eficazes. Na atividade turística – em particular no segmento ecoturístico – estes estudos são ainda incipientes. Acredita-se que o conhecimento dos padrões comportamentais e dos processos que motivam e definem as escolhas dos turistas pode auxiliar sobremaneira na correta gestão das Unidades de Conservação. A partir dessa premissa, desenvolveu-se este trabalho que investiga as características do consumidor turístico que visita o entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra, na região de São Roque de Minas, MG, procurando categorizá-los a partir dos fatores motivacionais e determinantes identificados. A metodologia adotada baseia-se na técnica de pesquisa *survey* sendo aplicados 182 questionários no período de junho a setembro de 2008. O presente artigo apresenta os principais resultados que mostraram que os fatores motivadores mais importantes para os turistas entrevistados estão relacionados ao contato com a natureza e à possibilidade de relaxamento e meditação em espaços naturais. Quanto aos fatores determinantes – aqueles que definem a escolha dos destinos – observou-se, na amostra pesquisada, que de modo geral, o preço e a indicação de amigos e/ou parentes são os mais importantes. Já para os fatores determinantes específicos – aqueles decisivos na escolha da região de São Roque de Minas, MG – verificou-se que a distância e o acesso são os fatores mais impactantes. O trabalho traz ainda a proposta de segmentação dos ecoturistas que visitam a região em dois grupos: os refratários, para quem o fator preço é o mais importante e que não são influenciados, no processo de decisão de escolha do destino, por informações vindas de agentes de turismo, amigos, parentes, ou pela divulgação na mídia; e os permeáveis, para quem estes mesmos fatores são os mais importantes. Espera-se que, como decorrência dessa pesquisa, os agentes envolvidos na atividade turística no local, tanto públicos quanto privados, e, em especial os gestores do Parque Nacional da Serra da Canastra, possam aperfeiçoar seus esforços de marketing, levando a região ao crescimento da atividade turística de forma sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, Marketing, Comportamento do Consumidor.

Analysis of motivational factors and determinants in the decision process of consumer buying tour around the National Park of Serra da Canastra in region of São Roque de Minas (MG), Brazil

ABSTRACT

The study of the consumer's behaviour has been a powerful tool for implementing effective market actions. In the tourist activity- specially in the ecotourism segment- these studies are still incipient. It is believed that the knowledge of the behavioral patterns and the processes that motivate and define the choices of the tourists can help extremely in the correct Conservation Units management. From this premise, this work was developed to investigate the characteristics of the tourism consumer that visits the National Park of Serra da Canastra, in São Roque de Minas, MG, searching for categorizing them from the motivational factors and identified determining. The methodology that was adopted bases on the technique survey research in which 182 questions were applied between June and September, 2008. This article presents the main results that showed that the most important motivational factors for the tourists interviewed are related to the contact with nature and the possibility of relaxation and meditation in natural places. As for determining factors – those that define the choice of destinations – it was noticed that, in general, the price and the indication of friends and/or relatives are the most important ones. On the other hand, for the specific determining factors – those ones which are crucial in the choice of São Roque de Minas, MG – it was found that the distance and the access are the most outstanding factors. This work still presents the segmentation of the ecotourists who visit the region into two groups: the refractory, for whom the price factor is the most important one and which are not influenced- in the decision process of the destination choice- by information from tour agents, friends, relatives, or by publicity; and the permeable, for whom these same factors are the most important ones. It is expected that, as a result of this research, the agents involved in the tourism activity both in private and public places and, specially the managers of the National Park of Serra da Canastra, can improve their marketing efforts by developing the tourism activity in the region in a sustainable way.

KEYWORDS: Ecotourism, Marketing, Consumer's Behaviour.

Introdução

O estudo dos fatores motivacionais no processo de decisão de compra do consumidor tem sido um tema recorrentemente estudado, em particular por pesquisadores de marketing. No setor turístico, contudo, ainda são incipientes as pesquisas – notadamente no Brasil – que objetivem conhecer melhor o comportamento do consumidor de turismo. Neste cenário, o desconhecimento das características do consumidor de Ecoturismo é ainda maior.

Na região de São Roque de Minas, MG, que fica no entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra e onde o fluxo turístico tem crescido significativamente nos últimos anos – o desconhecimento do perfil do (eco)turista que ali visita é, também, uma realidade.

Entende-se que a identificação das principais características descritivas (sexo, renda, escolaridade, ocupação, etc.) e decisórias (fatores motivacionais e determinantes) do processo de consumo da demanda turística efetiva da região de São Roque de Minas, configura-se como um importante problema de pesquisa a ser investigado. Conforme afirma Ceballos-Lascuráin (1997, p.154), *“ao identificar quem são esses clientes [turistas], o que os motiva e como decidem sobre suas viagens, teremos um ponto chave para o setor empresarial turístico”*.

Como objetivo geral deste trabalho, definiu-se identificar os fatores que motivam o consumidor ecoturístico e quais são aqueles determinantes na escolha de um destino de forma geral e específica – neste caso, o entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra próximo ao município de São Roque de Minas, MG.

Este trabalho propõe, ainda, uma tipologia dos consumidores de Ecoturismo, por meio da análise dos fatores motivacionais e determinantes mais relevantes para os turistas da região investigada. Busca, ainda, determinar as características socioeconômicas e os aspectos específicos da viagem que marcam cada um dos segmentos identificados.

Na execução da pesquisa, foi realizado um *survey* com 182 turistas que visitaram a região no período de junho a setembro de 2008. Os dados coletados foram analisados com o suporte de técnicas de análise multivariada de dados (análise de clusters e análise discriminante) que permitiram o alcance dos objetivos propostos.

Comportamento do consumidor

Kotler e Armstrong (2003, p.12) afirmam que o marketing é *“a entrega de satisfação para o cliente em forma de benefícios”*. Segundo Kotler, (2000, p.25) o marketing é *“visto como tarefa de criar, promover e fornecer bens e serviços a clientes sejam estas pessoas físicas ou jurídicas”*.

Percebe-se, assim, que o ponto de partida para toda ação de marketing é o consumidor. Nesse sentido, o correto entendimento do comportamento do consumidor configura-se como uma poderosa ferramenta no gerenciamento das ações mercadológicas, tanto públicas quanto privadas.

De acordo com Schiffman e Kanuk (2000, p. 5), a investigação do comportamento do consumidor *“engloba o estudo de o que compram, por que compram, quando compram, onde compram, com que frequência compram e com que frequência usam o que compram.”* Para Foxall (2005) o comportamento do consumidor pode ser entendido como qualquer atividade pré-compra e pós-compra que é relevante para o gerenciamento do marketing. As atividades pré-compra estariam no âmbito do desejo

ou necessidade, que levariam à busca e avaliação de informações sobre produtos e marcas que poderiam satisfazê-los.

As atividades envolvidas no comportamento do consumidor podem ser divididas em três categorias básicas: (1) **obtenção**, que corresponde às atividades que levam à compra de um produto; (2) **consumo**, que compreende a forma (como, onde e sob quais circunstâncias) os consumidores utilizam os produtos, e; (3) **eliminação**, etapa na qual são descartados os produtos e as embalagens. Existem influências organizacionais (marca, atributos, promoções, preço, conveniência, dentre outros) e no consumidor (entre eles: valores, cultura, personalidade, fase de vida e motivações) que afetam o comportamento do consumidor (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2008).

Hawkins, Mothersbaugh e Best (2007) propõem um modelo geral do comportamento do consumidor no qual influências externas (cultura, fatores demográficos, família, etc.) e internas (percepção, aprendizado, personalidade, emoções, atitudes, etc.) levam à formação de uma auto-imagem e um estilo de vida. Estes dois fatores, por sua vez, serão determinantes no processo de decisão de compra que contempla, no entendimento dos autores, cinco etapas básicas: (1) reconhecimento do problema; (2) busca de informação; (3) avaliação e seleção de alternativas; (4) escolha da loja e compra, e; (5) processos de pós-compra.

Nota-se que, em todas as proposições discutidas, as influências exercidas sobre o consumidor, sejam internas ou externas, determinam sobremaneira seu comportamento, influenciando em suas motivações, escolhas e decisões de consumo.

Necessidades e motivações do consumidor

A satisfação das necessidades do consumidor já foi, neste trabalho, destacada como a base do marketing moderno. Conforme afirmam Schiffman e Kanuk (2000, p.59) *“a chave para a sobrevivência de qualquer empresa [...] em um ambiente de marketing altamente competitivo é sua habilidade de identificar e satisfazer as necessidades do consumidor melhor e antes do que a concorrência”*.

Ainda segundo Schiffman e Kanuk (2000), os indivíduos têm necessidades inatas fisiológicas (como por exemplo, alimento, ar, abrigo, sexo), que são consideradas primárias; e necessidades adquiridas, que são aquelas que respondem às influências ambientais ou culturais (necessidade de auto-estima, prestígio, afeto, poder) avaliadas como secundárias.

A visão dos autores sintetiza a abordagem de Abraham Maslow que propõe uma hierarquia das necessidades – escalonadas em necessidades inferiores e superiores – para explicar a maioria dos comportamentos humanos. A teoria de Maslow é bastante utilizada para entender o comportamento do consumidor de forma geral destacando-se, contudo, que, em muitas situações, mais de uma necessidade pode ser satisfeita no consumo de determinado produto ou serviço (HAWKINS; MOTHERS-BAUGH; BEST, 2007).

Solomon (2002) também propõe uma classificação das necessidades dos consumidores dividindo-as em: (1) biogênicas ou básicas, como alimento, água; (2) psicogênicas, adquiridas no processo cultural, como status, poder; (3) utilitárias, que enfatizam os atributos objetivos e tangíveis dos produtos; e (4) hedônicas, que são subjetivas e próprias da experiência e proporcionam prazer, como alegria, autoconfiança, fantasia. Para o autor, quando uma dessas necessidades é despertada, surge no indivíduo a motivação para o consumo.

A motivação é a razão para um determinado comportamento. No âmbito do consumo, quando um indivíduo sente um vazio entre seu estado atual e um estado desejado, uma necessidade é percebida levando-o, assim, à ação – no caso, à compra ou ao consumo de um produto ou serviço. Todo este processo – do reconhecimento da necessidade, passando pela motivação e culminado com o consumo – influencia na percepção do que os consumidores consideram relevante (alimentos para quem tem fome, por exemplo) e em seus sentimentos e emoções (irritação com a fome e satisfação com o consumo do alimento). Nesse sentido, pode-se afirmar que os consumidores, em essência, não compram produtos ou serviços, mas sim a satisfação de necessidades percebidas (fome) e que esta compra de um produto específico (alimento) é motivada por essa perspectiva de satisfação. Dessa forma, ações mercadológicas devem ser voltadas para a identificação das necessidades que motivam os consumidores a consumir determinado produto buscando, ainda, determinar quais os benefícios que são percebidos nesse processo (HAWKINS; MOTHERSBAUGH; BEST, 2007).

Também para o turismo, o entendimento do comportamento do consumidor – em particular dos processos motivacionais – é de extrema importância para o desenvolvimento de ações mercadológicas mais eficazes.

Motivação e consumo turístico

De acordo com Fodness (1994), a motivação é uma das áreas menos pesquisadas em turismo, tanto conceitual quanto empiricamente. A importância que ainda têm os textos de Dann (1977), Crompton (1979), Plog (1979) e Iso-Ahola (1982) trabalhos que, mesmo após muitos anos de sua realização são apontados por vários autores (GOOSSENS, 2000; KLENOSKY, 2002; KOZAK, 2002; BANSAL; EISELT, 2004; PARK; YOON, 2009) como fundamentais para o tema, corrobora essa afirmação.

Para Dann (1981) a motivação turística é um estado mental que leva uma pessoa ou um grupo a viajar e que é interpretável por terceiros como uma explicação válida para essa decisão. Klenosky (2002) destaca a contribuição de Dann na formulação da teoria *push-pull* (empurra-atrai) que, no entendimento do autor, fornece uma abordagem simples e intuitiva para explicar as motivações que embasam o comportamento do turista.

De acordo com essa abordagem, os fatores *push* são aqueles que levam as pessoas a decidir viajar, ou seja, condicionantes que “empurram” o turista. Os fatores

push são relacionados às necessidades e desejos do viajante como por exemplo, o desejo de fuga, descanso, relaxamento, aventura, status, dentre outros. No entanto, existem os fatores *pull*, presentes nos destinos turísticos e que “puxam” o consumidor. Estes fatores estão relacionados às características específicas dos destinos – atrativos, infra-estrutura (acesso, transporte, etc.), equipamentos turísticos e de apoio (bares, hotéis, restaurantes, etc.). Ainda de acordo com essa abordagem, tem-se a assunção de que, normalmente, o processo de decisão de viajar acontece em dois momentos distintos: primeiro percebe-se a necessidade (ou desejo) de viajar – manifestação dos fatores *push* – para só depois se definir o destino, sob a influência dos fatores *pull* (DANN, 1981).

Abordagem similar à teoria *push-pull* é a desenvolvida por Swarbrooke e Horner (2002). De acordo com os autores, existem dois tipos de fatores que influenciam o consumidor turístico na compra de determinado produto:

Fatores motivadores: despertam no turista o desejo de viajar (consumir determinado produto turístico);

Fatores determinantes: determinam até que ponto é possível para o turista consumir o produto desejado.

Os **fatores motivadores** podem ser divididos em dois grupos: (1) os que motivam uma pessoa a tirar férias; e (2) os que motivam uma pessoa a tirar determinadas férias em determinada destinação e em um período específico. Os turistas podem ser classificados de acordo com a seguinte tipologia de motivações: físicas; emocionais; pessoais; desenvolvimento pessoal; status; e culturais (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipologia das motivações em turismo (adaptado de SWARBROOKE; HORNER, 2002, p. 86)

Tipo de motivação	Fatores motivadores
Física	Relaxamento; banho de sol; exercício e saúde; sexo.
Emocional	Nostalgia; romance; aventura; escapismo; fantasia; busca de alimento espiritual.
Pessoal	Visitar amigos e parentes; fazer novos amigos; necessidade de satisfazer outras pessoas; fazer economia, em classes de rendimentos reduzidos.
Desenvolvimento pessoal	Aumentar conhecimento; aprender algo novo.
Status	Exclusividade; fator moda; fazer um bom negócio; oportunidades de gastar de maneira ostensiva.
Cultural	Visitas a lugares de interesse; vivência de outras culturas;.

Cabe destacar, contudo, que os turistas são sempre diversos entre si, o mesmo aplicando-se aos fatores que os motivam. Vários fatores podem determinar as motivações dos turistas como a personalidade, o estilo de vida, as experiências passadas (tanto com turista quanto na sua vida cotidiana), sua auto-imagem. Além disso, é importante observar que dificilmente um turista irá ser motivado por apenas um fator. O mais provável é que ele seja influenciado por um conjunto de fatores motivacionais em um determinado período. Outro aspecto importante deste processo é a influência dos componentes do grupo consumidor (família, casal, amigos) que dificilmente compartilharão as mesmas motivações (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

Já os **fatores determinantes** podem ser divididos de duas formas. A primeira, divide-os entre aqueles que determinam se o indivíduo poderá ou não tirar férias e aqueles que determinam o tipo de viagem, e se o primeiro conjunto de determinantes lhe dará a oportunidade de sair de férias. Uma segunda classificação, propõe que existem determinantes que são pessoais ao turista (Quadro 2) e outros que são externos a ele. A forma como o comportamento do turista é influenciado por seus determinantes pessoais ou externos variam em cada consumidor. (SWARBROOKE; HORNER, 2002)

Quadro 2 – Fatores que determinam no âmbito pessoal o comportamento do turista (adaptado de SWARBROOKE; HORNER, 2002, p. 98)

Tipo de determinantes	Fatores determinantes internos (ou pessoais)
Circunstâncias	Saúde; renda disponível para gastos; tempo para o lazer; compromissos profissionais; compromissos familiares; carro próprio.
Conhecimento	Das destinações; da disponibilidade dos diferentes produtos; diferenças de preços entre agências concorrentes.
Atitude e percepções	Percepções de destinações e de organizações de turismo; opiniões políticas; preferências por determinados países e culturas; medo de certos modos de viagem; com quanta antecedência gostam de planejar e reservar uma viagem; ideias sobre o que constitui o valor do dinheiro; sua atitude perante os padrões de comportamento de um turista.
Experiências	De tipos de férias; de diferentes destinações; de produtos oferecidos por diferentes agências turísticas; de viajar com determinados indivíduos ou grupos; de buscar preços com desconto.
Cultural	Visitas a lugares de interesse; vivência de outras culturas;.

A Figura 1 propõe um modelo do processo de decisão do consumidor a partir das considerações de Swarbrooke e Horner (2002).



Figura 1 – Processo de decisão do consumidor turístico (baseado em SWARBROOKE; HORNER, 2002)

O comportamento do consumidor do Ecoturismo

Vários autores analisaram o comportamento do consumidor turístico. Swarbrooke e Horner (2002) destacam, dentre outros, os trabalhos desenvolvidos por Cohen (1972); Plog (1977); Perreault, Dorden e Dorden (1979); Cohen (1979); Dalen (1989); Urry (1990) e Wood e House (1991).

Destes trabalhos, surgiram várias tipologias do consumidor turístico. Swarbrooke e Horner (2002) tecem, entretanto, várias críticas a essas tipologias, dentre elas a de que muitas das tipologias foram feitas há muito tempo e que, com o passar do tempo, elas poderiam ter perdido sua validade. Os autores destacam, também, que há ainda muitas lacunas na literatura sobre tipologias de segmentos específicos do turismo.

O presente trabalho, foca sua atenção no segmento ecoturístico. Existem vá-

rias definições de Ecoturismo – Fennel (2001), por exemplo, identificou 85 definições diferentes. Neste trabalho entende-se que a definição mais pertinente é a de Blamey (2007, p. 125) que propõe uma definição de ecoturismo que, conforme afirma o autor, é útil para pesquisas de marketing:

Uma experiência de Ecoturismo é aquela na qual um indivíduo viaja para uma área que ele ou ela considera relativamente natural e tranquila e que está a mais de 40 km de sua residência, cuja intenção primária é estudar, admirar ou apreciar o cenário e suas plantas e animais selvagens, assim como as manifestações culturais (atuais e passadas) encontradas nessas áreas (tradução dos autores).

No segmento de Ecoturismo, Lindberg e Hawkins (2002) identificaram quatro tipos básicos de ecoturistas: (1) turistas na natureza, em condições mais duras: pesquisadores científicos ou membros de excursões especificamente designados para a educação, a remoção de resíduos ou objetos similares; (2) turistas na natureza, mais dedicados: pessoas que viajam especificamente para ver as áreas protegidas e que querem entender a história natural e cultural local; (3) turistas na natureza, nos lugares em voga: pessoas que visitam o Amazonas, o Parque dos Gorilas de Ruanda ou outros destinos da moda, notadamente para fazer uma viagem diferente; e (4) turistas na natureza, casuais: pessoa que vivenciam a natureza incidentalmente como parte de uma viagem mais ampla.

Wearing e Neil (1999, p.230) afirmam que o comportamento do turista existe bem antes de partir em direção a um destino turístico. Para os autores “é precisamente neste ponto que se pode constatar a diferença evidente entre os ecoturistas e os turistas convencionais”. Os autores defendem que se as comunidades receptoras compreendessem os motivos dos ecoturistas, elas se colocariam em uma posição melhor para satisfazer a combinação de necessidades, expectativas e imagens do destino turístico, as quais eles esperam que se cumpram.

Mais recentemente, Beh e Bruyere (2007) realizaram pesquisa em três reservas nacionais do Quênia e propuseram a segmentação dos visitantes por meio de uma análise de *cluster*. Nesse trabalho, os autores identificaram três segmentos distintos: (1) os escapistas, que buscam oportunidades de fugir da rotina do dia-a-dia e têm espírito de aventura; (2) os aprendizes, estão interessados em experiências que proporcionem o conhecimento de aspectos específicos da área visitada e; (3) os espiritualistas, que preferem viajar em busca da auto-reflexão. No trabalho dos autores, o grupo de aprendizes foi o mais numeroso (42% da amostra).

Apesar dessas (e de outras) pesquisas já realizadas Fennel (2002, p. 69) destaca que “serão precisos mais estudos para aprofundar nosso entendimento de quem é o ecoturista, em especial em relação a outros tipos de turistas”.

Metodologia

O presente trabalho teve um caráter exploratório uma vez que configura-se como uma primeira abordagem sobre o objeto de pesquisa definido: os visitantes do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra na região de São Roque de Minas, em Minas Gerais. Pretende-se, a partir dessa pesquisa, aumentar os conhecimentos sobre o objeto para que outros estudos – de caráter descritivo ou explicativo – possam ser desenvolvidos no futuro.

A pesquisa também se caracteriza por seu caráter quantitativo. Devido às dificuldades para enumeração do universo a ser pesquisado optou-se por utilizar-se uma amostra não-probabilística por julgamento, na qual os elementos escolhidos são aqueles julgados como típicos da população que se pretende estudar (BARBETTA, 1999). Apesar das limitações desse tipo de amostragem, acredita-se que serão atendidas as necessidades de uma pesquisa de caráter exploratório.

Como técnica de pesquisa utilizou-se o *survey* que, conforme afirma Babbie (2003, p.82), “pode ser usado vantajosamente no exame de muitos temas sociais e é particularmente eficaz quando combinado com outros métodos.” Na realização do *survey* foram aplicados 182 questionários no período de junho a setembro de 2008. Os respondentes foram abordados no Parque Nacional da Serra da Canastra – tanto na portaria 1 de acesso, que fica em São Roque de Minas, quanto na portaria 4, que fica em Vargem Bonita – e na cidade de São Roque de Minas (em hotéis, pousadas, bares e restaurantes).

O questionário utilizado era composto de duas partes. A primeira tinha como objetivos fazer uma caracterização socioeconômica do entrevistado (sexo, renda familiar, faixa etária, escolaridade, etc.) e levantar dados específicos sobre sua viagem (transporte utilizado, gasto médio, como viaja, meio de hospedagem, organização da viagem, etc.). A segunda parte do questionário tinha como objetivo medir a importância atribuída aos fatores motivacionais e determinantes elencados. Para isso, utilizou-se uma escala tipo Likert de 5 pontos (variando de nenhuma importância a muita importância).

A escala, no sentido metodológico, é definida por Babbie (2003, p.232) como “uma medida composta construída com base numa estrutura de intensidade entre os itens da medida”. Segundo o autor, o método desenvolvido por Rensis Likert é uma forma sistemática e refinada de construir um índice, uma vez que, ao atribuir escores às categorias de respostas, o método permite, na totalização geral dos escores atribuídos a cada variável, obter uma “medida razoavelmente boa da variável” (BABBIE, 2003, p.233).

Foram propostos 13 fatores motivacionais baseados naqueles descritos por Swarbrooke e Horner (2002). Quanto aos fatores determinantes optou-se, para um maior aprofundamento da análise, em dividi-los em **fatores determinantes gerais** (aqueles que influenciam na escolha de um destino nas viagens realizadas pelo entrevistado de forma geral) e **fatores determinantes específicos** (que buscavam identifi-

car o que determinou a escolha da região de São Roque de Minas como destino), também baseados nos mesmos autores.

A partir dessa premissa, decidiu-se que os valores atribuídos pelos respondentes para o fator seriam analisados de forma métrica (ou intervalar), calculando-se escores médios (média aritmética dos valores atribuídos) de cada fator com o objetivo de hierarquizar sua importância na amostra pesquisada (MALHOTRA, 2001).

Essa abordagem de análise dos dados permitiu que fosse feita uma análise de *cluster* que possibilitou a segmentação da amostra pesquisada em dois grupos homogêneos. Além disso, foi feita uma análise discriminante dos dados para identificar os fatores motivacionais e/ou determinantes de maior significância na análise dos grupos. Foram realizadas ainda análises comparativas de médias e tabulações cruzadas (*crosstabs*) para melhor compreensão do fenômeno estudado (MALHOTRA, 2001). Todas as análises estatísticas foram feitas utilizando-se o software SPSS 16.0 for Windows.

Resultados e discussão

Da análise dos resultados da pesquisa realizada na região de São Roque de Minas, MG pôde-se fazer algumas constatações. Conforme se observa na Tabela 1, Minas Gerais e São Paulo são os estados de onde provêm a maioria dos entrevistados (90,65%).

Tabela 1 – Local de Ori-

<i>Origem</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Minas Gerais	105	57,68
São Paulo	60	32,97
Outros Estados	12	6,60
Outros países	3	1,65
Não responderam	2	1,10
Total	182	100,00

gem dos Entrevistados

A maior parte dos entrevistados tem menos de 40 anos (70,32%) sendo que, quase metade deles, está situada na faixa entre 25 e 39 anos (46,7% do total). Percebeu-se, na amostra pesquisada, que é alto o nível de escolaridade dos visitantes. Praticamente 2 em cada 3 entrevistados (67,6%) têm pelo menos o ensino superior incompleto (ou em curso). Na apuração da renda média familiar identificou-se uma distribuição uniforme entre as categorias previstas no questionário (Tabela 2), com exceção do extrato com nível de renda mais baixo – renda média inferior a R\$ 415,00, salário mínimo vigente à época da pesquisa. Houve um equilíbrio, também no estado civil dos pesquisados: 49,45% de casados e 43,41% de solteiros.

Tabela 2 – Renda Média Familiar dos Entrevistados

<i>Categoria</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Menos de 1 salário mínimo	5	2,91
Entre 1 e 3 s.m.	40	23,26
Entre 3 e 5 s.m.	41	23,84
Entre 5 e 10 s.m.	41	23,84
Mais de 10 s.m.	45	26,15
Total	172	100,00

Conforme era esperado (uma vez que a região ainda é carente de uma maior estrutura turística), a maior parte dos visitantes fica no máximo três dias na região (79,7% dos entrevistados) visitando-a, principalmente, em finais de semana e/ou em feriados prolongados. Com relação à hospedagem, 67,6% dos entrevistados utilizam hotel ou pousada. Somente 6,6% dos entrevistados acampam (prática que a literatura afirma ser comum entre os ecoturistas) e apenas 8,2% utilizam casas de amigos e parentes – o local de hospedagem mais utilizado pelo turista doméstico brasileiro (55,6%, de acordo com os dados da FIPE/EMBRATUR, 2006). A maior parte dos entrevistados prefere organizar sua própria viagem (74,1% dos respondentes) e vão, majoritariamente, em carro próprio (67,6%). Com relação à frequência ao parque, observou-se que praticamente 2/3 (65,7%) dos entrevistados o visitavam pela primeira vez. Na variável gasto médio durante a viagem, verificou-se que, dentre os que responderam a este questionamento (107 pessoas, que correspondem a 58,8% dos entrevistados), o valor médio despendido foi de R\$ 548,40.

Tabela 3 – Fatores motivadores – escores médios

Fatores	N	Escore médio
Ter contato com a natureza	175	4,79
Contemplar a natureza (relaxamento, meditação, etc.)	177	4,71
Fugir do stress do dia-a-dia	176	4,52
Relaxar e descansar	175	4,50
Realizar atividades diferentes daquelas cotidianas (fugir da monotonia)	179	4,50
Vivenciar outras culturas	178	4,28
Aumentar o conhecimento (estudos e pesquisas)	177	3,97
Fazer novas amizades	176	3,76
Praticar atividades físicas	175	3,69
Lazer e diversão (ir a bares, shows, etc.)	174	3,34
Visitar parentes e amigos	174	2,50
Conhecer lugares que estão na “moda”	175	2,44
Fazer compras	175	2,18

Na tabulação dos escores médios dos fatores motivadores investigados identificou-se que os dois fatores mais importantes para os entrevistados estão relacionados à natureza. Os respondentes afirmaram que os fatores motivadores que mais os levam a querer viajar são “ter contato com a natureza” (escore médio 4,79) e “contemplar a natureza (relaxamento, meditação, etc.)”, que apresentou um escore médio de 4,71. Confirma-se, assim, que para o ecoturista o contato com áreas naturais preservadas é o principal fator motivador. Contudo, diferentemente do esperado, o fator motivacional “praticar atividades físicas” – ação caracterizada como típica do ecoturista – foi apenas o nono fator mais importante para os respondentes (Tabela 3).

Tabela 4 – Fatores determinantes gerais – escores médios

Fatores	N	Escore médio
Preço compatível	176	3,84
Indicações de amigos e/ou parentes	174	3,66
Acesso facilitado (estradas em boas condições; existência de meios de transporte, etc.)	173	3,55
Informações obtidas na Internet	174	3,54
A distância entre o destino e o local de residência	173	3,50
A divulgação na mídia (jornais, revistas, televisão, etc.)	172	3,04
Recomendações de agentes de viagem	171	2,61

Já dentre os fatores determinantes gerais – aqueles que usualmente determinam a escolha do destino – observou-se que o preço é o fator que mais influencia nas decisões (escore médio de 3,84). Nota-se que é grande, também, a influência da divulgação “boca a boca” uma vez que o fator “indicações de amigos e/ou parentes” apresentou um escore médio de 3,66 (Tabela 4).

Contraditoriamente, na averiguação dos fatores determinantes específicos – aqueles que influenciaram na escolha da região de São Roque de Minas, MG como destino – pôde-se perceber que a distância foi o mais relevante (escore 3,53), apesar de ser apenas o quinto fator mais importante nas decisões de viagens de forma geral (Tabela 5). O fator preço – o mais impactante nas viagens em geral – foi o terceiro mais importante enquanto que “indicações de amigos e/ou parentes” foi apenas o quarto (3,40).

A análise de *cluster* efetivada, demonstrou que a amostra pesquisada poderia ser dividida em dois grupos homogêneos. Dos 182 respondentes, 154 foram considerados na análise de *cluster* (28 casos perdidos) sendo 81 alocados no grupo 1 e 73 no grupo 2.

Tabela 5 – Fatores determinantes específicos – escores médios

Fatores	N	Escore médio
A distância entre o destino e o local de residência	173	3,53
Acesso facilitado (estradas em boas condições; existência de meios de transporte, etc.)	173	3,51
Preço compatível	171	3,49
Indicações de amigos e/ou parentes	168	3,40
Informações que obtenho na Internet	171	3,33
A divulgação na mídia (jornais, revistas, televisão, etc.)	170	2,94
Recomendações de agentes de viagem	168	2,61

Posteriormente, fez-se a análise discriminante dos dois *clusters* encontrados que demonstrou que 01 fator motivacional (visitar amigos e parentes) e 03 fatores determinantes (recomendações de agentes de viagens; indicações de amigos e/ou parentes; divulgação na mídia) – todos com nível 0,00 de significância – são aqueles que melhor explicam a segmentação. A Tabela 6 mostra o *crosstab* feito entre os componentes de cada *cluster* e os fatores determinantes apontados pela análise discriminante. Observa-se que tanto nos fatores determinantes gerais quanto nos específicos, a diferença entre os escores médios dos fatores apontados nos dois *clusters* é significativa. Nota-se, ainda, que nos três fatores determinantes apontados a forma de se obter informações sobre o destino é o elemento em comum. Nesse sentido, e analisando os escores médios apresentados pode-se inferir que o *cluster 2* é muito mais influenciado pelas informações sobre o destino – quer seja por meio de indicações de amigos ou parentes; por recomendações de agentes de viagem; ou por divulgação na mídia – que os componentes do *cluster 1*.

Tabela 6 – Fatores determinantes discriminantes

Cluster		Fatores determinantes gerais			Fatores determinantes específicos		
		Indicações de amigos e/ou parentes	Recomendações de agentes de viagem	Divulgação na mídia	Indicações de amigos e/ou parentes	Recomendações de agentes de viagem	Divulgação na mídia
1	Média	3,0617	1,5309	2,1111	2,6790	1,7531	1,9012
	N	81	81	81	81	81	81
	Desvio Padrão	1,30715	0,88157	1,15109	1,48178	1,10149	1,14679
2	Média	4,2877	3,6438	3,9452	4,1644	3,3699	3,9315
	N	73	73	73	73	73	73
	Desvio Padrão	0,80759	1,26238	1,05265	0,92817	1,35920	1,01829
Total	Média	3,6429	2,5325	2,9805	3,3831	2,5195	2,8636
	N	154	154	154	154	154	154
	Desvio Padrão	1,25598	1,50888	1,43473	1,45161	1,46961	1,48662

Mediante essa constatação, decidiu-se denominar os componentes do *cluster* 1 de **refratários**, uma vez que eles se mostram pouco suscetíveis às influências externas como divulgação e recomendações de terceiros. Já os componentes do *cluster* 2, que se apresentam mais abertos às informações fornecidas por outros, foram rotulados como **permeáveis**. Cabe destacar que os fatores “preço compatível”, tanto de forma geral quanto específica (escores médios de 3,1235 e 3,5556, respectivamente), e “distância” (médias de 3,1111 e 3,2469) são os de maior importância para os membros do *cluster* 1.

Tabela 7 – Aspectos diferenciais dos *clusters*

Variável	Categoria	Cluster 1 Refratários	Cluster 2 Permeáveis
Escolaridade	Ensino Superior / Pós-Graduação	79,0%	57,5%
Idade	50 anos ou mais	3,7%	13,7%
Organização da viagem	Próprio entrevistado	84,8%	62,9%
	Agência de turismo	-	15,7%
Duração da viagem	3 dias ou mais	52,6%	34,2%
Como viaja	Casal	42,5%	16,7%
	Com a família	23,8%	43,1%
Decisão de viajar	Próprio entrevistado	47,5%	24,3%
	Família	21,2%	34,3%

Com relação às características socioeconômicas e àquelas relacionadas à viagem de cada grupo a tabulação cruzada dos dados mostrou alguns aspectos que distinguem os dois *clusters* (Tabela 7). O *cluster* 1 (os refratários) é composto por indivíduos que têm uma escolaridade maior (79,0% possuem o ensino superior ou pós-graduação); são mais jovens (96,3% têm menos de 50 anos); eles mesmos organizam sua viagem; ficam mais tempo no destino (mais da metade, permaneceu 03 dias ou mais na região visitada); viajam acompanhados de somente uma pessoa (casal: esposa/marido, namorados); e, na maioria dos casos, são eles mesmos quem decidem a viagem.

Já os permeáveis apresentaram, na amostra pesquisada, terem um nível de escolaridade ligeiramente menor (42,4% têm no máximo o ensino médio); apresentam uma maior parcela de turistas mais velhos (13,7% com 50 anos ou mais); e ficam menos tempo (65,7% ficaram no destino 2 dias ou menos) que os refratários. A família é um componente importante para os permeáveis uma vez que 43,1% deles declararam viajar com seus membros e que é ela, a família, a principal responsável pela decisão de viajar para 34,3% dos pertencentes ao *cluster* 2. Além disso, parte considerável dos permeáveis (15,7%) afirmou que, sua ida à região do Parque Nacional da Serra da Canastra foi organizada por uma agência de turismo.

Conclusões

Conforme declarado no início deste trabalho, seu objetivo principal era identificar os fatores que motivam o consumidor ecoturístico e quais são aqueles determinantes na escolha de um destino de forma geral e específica – neste caso, o entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra próximo ao município de São Roque de Minas, MG.

Por meio dos resultados obtidos pôde-se constatar que, de fato, o contato com a natureza e a possibilidade de descanso, reflexão e meditação em áreas naturais protegidas são os fatores motivacionais de maior impacto junto aos turistas que visitam a região pesquisada. A pesquisa demonstrou ainda que dentre os fatores determinantes gerais – aqueles que influenciam os consumidores nas escolhas de suas viagens de forma global – o fator preço é aquele que mais impacta na escolha dos destinos. No caso específico da região do Parque Nacional da Serra da Canastra próxima a São Roque de Minas, MG, os fatores determinantes mais importantes observados foram a distância e o acesso facilitado. Acredita-se que estes fatores demonstram que o término do asfaltamento da rodovia MG-341, que liga os municípios de Piumhi e São Roque de Minas, tem trazido novos grupos de consumidores para quem, o fator acesso é importante na escolha do destino. A verificação de que quase 2/3 dos entrevistados (65,7%) estavam indo à região pela primeira vez, corrobora essa afirmação.

O trabalho permitiu também que fossem identificados dois grupos distintos de consumidores ecoturísticos: os **refratários** e os **permeáveis**. A análise discriminante realizada mostrou que a grande diferença entre os dois grupos está na forma como cada um é influenciado no processo de escolha do destino a ser visitado. Enquanto os refratários se mostram pouco influenciados por fatores como “indicações de amigos ou parentes”; “divulgação na mídia”; e “recomendações de agentes de turismo”, os permeáveis declararam ser estes os fatores que mais os influenciam na determinação do destino.

Interessante notar que a família – com quem os refratários normalmente viajam – tem um importante papel no processo de decisão deste grupo, sendo responsável pela decisão de viagem para 34,3% dos pertencentes a este *cluster*. Já os permeáveis, que viajam majoritariamente com apenas um acompanhante (casal), decidem eles mesmos o destino a ser visitado.

Do ponto de vista do conhecimento, entende-se que o presente trabalho contribui para o aprofundamento no estudo do comportamento do consumidor turístico – em particular do consumidor ecoturístico – área ainda tão pouco estudada no país. A proposição de uma tipologia baseada nos fatores determinantes de escolha, pode ser citada como parte dessa contribuição.

Acredita-se, contudo, que a maior contribuição deste trabalho seja no aspecto gerencial uma vez que, conforme já explicitado várias vezes ao longo deste trabalho, o conhecimento das características do consumidor é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de ações mercadológicas eficazes. Nesse sentido, entende-se que o

estudo feito sobre o consumidor ecoturístico que visita o entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra na região de São Roque de Minas, MG pode trazer subsídios importantes para o estabelecimento de estratégias de marketing por parte dos agentes públicos e privados da região. A delimitação de que existem dois grupos de consumidores com características bem distintas entre si – **permeáveis** e **refratários** às informações oriundas de terceiros – parece indicar que os esforços de marketing devem ser revistos adequando suas ações a cada um dos segmentos.

Por outro lado, assume-se que o trabalho sofre de limitações em função de seu caráter exploratório e de suas restrições amostrais (não-probabilística por julgamento). Entende-se, assim, que suas conclusões, mais do que servir para generalizações sobre o comportamento do consumidor ecoturístico, sinalizam para a necessidade de desenvolvimento de novos estudos que utilizem um maior rigor estatístico e/ou que investiguem a realidade em outros destinos com características semelhantes – atratividade turística centrada na existência de áreas naturais preservadas.

Referências Bibliográficas

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BANSAL, H.; EISELT, H.A. Exploratory research of tourist motivations and planning. **Tourism Management**, n. 25, p. 387-396, 2004.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 3. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 1999

BEH, A.; BRUYERE, B.L. Segmentation by visitor motivation in three Kenyan national reserves. **Tourism Management**, n. 28, p. 1464–1471, 2007.

BLACKWELL, R.D.; MINIARD, P.W.; ENGEL, J.F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. p. 219-234

BLAMEY, R. Ecotourism: the search for an operational definition. **Journal of Sustainable Tourism**, n.5, p. 109–130, 2007.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. **Ecoturismo**: naturaleza y desarrollo sostenible. México: Diana, 1997.

COHEN, E. Towards a sociology of international tourism. **Social Research**, n. 39, p. 64-82, 1972.

_____. Phenomenology of tourist experience. **Sociology**, n. 13, p. 179-201, 1979.

DALEN, E. (1989). Research into values and consumer trends in Norway. **Tourism Management**, n. 10, v. 3, p. 183-186, 1989.

DANN, G. M. S. Tourist motivation: an appraisal. **Annals of Tourism Research**, n. 8, p.187-219, 1981.

FENNEL, D. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A content analysis of ecotourism definitions. **Current Issues in Tourism**, n. 4, v. 5, p. 403-421, 2001.

FODNESS, D. Measuring Tourist Motivation. **Annals of Tourism Research**, n. 21, p. 555-581, 1994.

FOXALL, G.R. O processo decisório do consumidor: processo, nível e estilo. In: BAKER, J. M. (org). **Administração de Marketing**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE) / INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**. São Paulo: FIPE/USP/EMBRATUR, 2006.

GOOSSENS, C. Tourism information and pleasure motivation. **Annals of Tourism Research**, n. 27, v. 2, p. 301-321, 2000.

HAWKINS, D.I.; MOTHERSBAUGH, D.L.; BEST, R.J. **Comportamento do consumidor: construindo a estratégia de marketing**. 10. ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KLENOSKY, D.B. The “pull” of tourism destinations: a means-end investigation. **Journal of Travel Research**, n. 40, p.385-395, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

_____; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KOZAK, M. Comparative analysis of tourist motivations by nationality and destinations. **Tourism Management**, n. 23, p. 221–232, 2002.

LINDBERG, K. HAWKINS, D.E. (org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4 ed. São Paulo, SP: Senac, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. trad. N. Montignelli Jr., Alfredo A. de Farias. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PARK, D.; YOON, Y. Segmentation by motivation in rural tourism: A Korean case study. **Tourism Management**, n. 30, p. 99–108, 2009.

PERREAULT, W.D.; DORDEN, D.K.; DORDEN, W.R. A psychological classification of vacation life-styles. **Journal of Leisure Research**, n. 9, p. 208-224, 1979.

PLOG, S. Why destination areas rise and fall in popularity. In: KELLY, E. **Domestic and International Tourism**. Wellsbury: Institute of Certified Travel Agents, 1977.

SCHIFFMAN, L.G.; KANUK, L.L. **Comportamento do consumidor**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. p. 81-101

SOLOMON, Michael. **Comportamento do Consumidor**. S.Paulo: Bookman, 2002.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

URRY, J. **The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies**. London: Sage, 1990.

WEARING, Stephen; NEIL John. **Ecoturismo: impacto, tendencias y posibilidades**. Madrid: Síntesis, 1999.

WOOD, K.; HOUSE, S. **The good tourist: a worldwide guide for the green traveler**. London: Mandarin, 1991.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG/Campus de Bambuí pela oportunidade de participação no PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Ana Cristina Magalhães Costa: IFMG–Campus Bambuí / Universidad de Deusto, U.D., Espanha.

Email: ana.costa@ifmg.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8195261898909780>

Miguel Rivera Peres Jr.: IFMG-Campus Formiga / UFLA-PPGA

Email: miguel.peres@ifmg.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7439979853303781>

Michella C. do Prado: IFMG–Campus Bambuí – bolsista do PIBITI

Email: michellaprado@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5217961775400477>

Ronaldo F. Silva: IFMG–Campus Bambuí – bolsista do PIBITI

Email: fernandessilva85@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4821278332659576>

Data de submissão: 30 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de março de 2010.

Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'ajuda (SE)

***Cleberton Santos Souza, Claudio Roberto Braghini,
Layslene Ferreira de Araújo***

RESUMO

O ecoturismo pode ser visto como uma viagem à natureza que almeja contribuir com a conservação ambiental e o desenvolvimento das comunidades receptoras. Em seu desenvolvimento é necessário a integração dos interesses possibilitando espaços de diálogo com participação direta das populações locais. Este estudo mostrou a importância dos espaços de diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá, para que ela se aproprie do ecoturismo como forma de conservação ambiental e fonte de renda. Nesta perspectiva o Projeto Re-Conhecer Pedra Bonita gerou um espaço de discussão sobre turismo no município de Itaporanga D'Ajuda, que ainda não apresenta roteiros turísticos. Para tal, utilizou-se da técnica de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) denominada mapa falado, como ferramenta para estimular o diálogo, que possibilitou aos moradores identificar potenciais atrativos turísticos da região. A contribuição comunitária adquirida pelo diálogo permitiu gerar e executar o Roteiro Pedra Bonita. A participação da população na execução do roteiro estabeleceu novo espaço de diálogo, aprimorando a escolha dos potenciais atrativos e o próprio roteiro. Os participantes refletiram sobre os ambientes e aspectos culturais de seu território.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, Participação Comunitária, Dialogicidade (Espaços de Diálogo)

Spaces's dialogue in the community for Ecotourism: the Mem de Sá Island, Itaporanga D'Ajuda – Sergipe, Brazil

ABSTRACT

Ecotourism can be seen as a trip to nature that has a goal to contribute to environmental conservation and as well as the receptive communities' development. For the ecotourism's development it is necessary to integrate different interests making the spaces of dialogue possible in wich there is the direct participation of the local communities. This study aimed to show the importance of the spaces of dialogues at Mem de Sá Island community, so that they could appropriate the ecotourism as a form of environmental conservation and economic source. The Re-Conhecer Pedra Bonita Project was implemented in the community and provides a space for discussion about tourism in the city of Itaporanga D' Ajuda, that doesn't have any touristic route. This way, the DRP technique, called said map, was used as a main tool to encourage the dialogue. That technique allowed to the inhabitants to identify attractive touristic potential of the area. The community contribution provided by the dialogue allowed to generate and to execute the Pedra Bonita touristic route. The participation of the population in the execution of the route established new space of dialogue, improving the choice of the attractive touristic potentials and the touristic rout as well. The inhabitants were able to reflect on environments and cultural aspects of its habitat.

KEYWORDS: Ecotourism, Community Participation, Dialogicity

Introdução

O ser humano como um dos principais agentes transformadores da natureza, tem apresentado grande interesse de estar em ambientes naturais e assim contribuir com sua conservação, fortalecendo a ideia de ligação entre o homem e a natureza. Observou-se, a partir das últimas décadas do século XX, um crescimento significativo no número de visitas a áreas naturais em escala mundial (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2002; OMT, 2003). Assim, esse crescimento evidenciaria possivelmente que, *“tal como necessita-se da arte, precisa-se do contato com a natureza, a fonte da vida”* (MENDONÇA; NEIMAN, 2002, p.158).

O ecoturismo como fenômeno mundial está associado a esse maior interesse por visitar ambientes naturais, mas com a preocupação quanto aos danos ecológicos que ele pode provocar (WESTERN, 2002). O ecoturismo emergiu como possibilidade de conservar ambientes e ao mesmo tempo gerar emprego e desenvolvimento local (WESTERN, 2002).

O ecoturismo tornou-se por um lado uma viagem voltada à natureza de pequena escala e por outro se estabeleceu como um *“conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza”* (WESTERN, 2002, p. 21).

Nessa perspectiva o ecoturismo englobaria viagens que proporcionam ligação entre o homem e a natureza, mas também promovem recursos para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades receptoras, conforme o conceito trazido pela *The Ecotourism Society* que diz *“ecoturismo é a visita responsável a áreas naturais visando preservar o meio ambiente e o bem-estar das populações locais”* (BOO, 2002).

Nota-se nesse conceito a relação intrínseca que o ecoturismo possui com as comunidades locais, sendo que o bem-estar destas populações não pode ser resumido apenas em torná-las atrativos aos visitantes por meio de seu patrimônio cultural, cabe nesta relação um parâmetro fundamental, que os projetos de ecoturismo objetivem *“maximizar o impacto socioeconômico e ambiental positivo para as comunidades locais e minimizar o impacto negativo”* (BRANDON, 2002, p.226).

Para que este parâmetro não se torne uma falácia é de extrema importância que haja o *“empenho e comprometimento político dos governantes”* e que ocorra *“a integração das necessidades e preferências locais no processo de planejamento”* (BRANDON, 2002, p.225-226). Neste aspecto as preferências locais não podem ser substituídas por interesses mercadológicos, mas devem ser identificadas com a participação daqueles que vivenciam o ambiente, os moradores.

A participação da comunidade no processo de desenvolvimento do ecoturismo foi evidenciada em 1982, no tocante a áreas protegidas, no Congresso Mundial sobre Parques Nacionais. De acordo com McNeely e Miller *apud* Brandon (2002, p.226) *“a proposta de incluir a população local no planejamento e administração de parques foi aceita com entusiasmo por conservacionistas e administradores de áreas protegidas”*. Assim deve existir um diálogo durante o desenvolvimento da atividade ecoturística em ambientes naturais.

Para que uma comunidade participe do processo de desenvolvimento do ecoturismo é preciso planejamento e escolha de ferramentas de diálogo que permitam gerar reflexão e discussão sobre a própria realidade, de forma que a comunidade se torne capaz de transformá-la.

O ecoturismo pressupõe assim uma busca de ferramentas de diálogo para que a comunidade participe do processo, que implica reflexão e discussão sobre sua realidade, de forma que se torne capaz de transformá-la.

A educação ambiental insere-se nesse processo, na medida em que se concebe que educar significa “saber ler o mundo”, estabelecendo um movimento de conhecer para transformar e ao transformar, conhecer. A educação ambiental envolve metodologias participativas e dialógicas e tem ainda um sentido político, pois visa à emancipação dos sujeitos (LOUREIRO, 2004).

Segundo Loureiro (2004, p.18) *“participar é compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer a sua história no planeta, de nos realizarmos em comunhão”*.

De acordo com o enfoque acima, o Instituto Federal de Sergipe (IFS), através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo aproximou-se da comunidade da Ilha Mem de Sá, no município de Itaporanga D’Ajuda. A Ilha Mem de Sá tem despertado o interesse de visitantes que apreciam seus ambientes naturais e os aspectos culturais, bem como, de pesquisadores que buscam desenvolver estudos em diversas áreas do conhecimento. Essa ilha situa-se próxima ao Campo Experimental de Itaporanga – CEI, também denominado de Reserva do Caju, área administrada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O IFS iniciou uma parceria de caráter técnico e científica com a Embrapa Tabuleiros Costeiros, visando identificar o potencial para o desenvolvimento do ecoturismo na Reserva do Caju. Posteriormente, surgiu o Macroprograma da Embrapa denominado ‘Desenvolvimento participativo da comunidade Mem de Sá’. O macroprograma propõe o ecoturismo como uma atividade que *“fortalecerá a consciência ambiental individual e coletiva [...] e o incremento da renda familiar”* (CURADO, 2007).

A resposta do IFS foi gerar o projeto ‘Estudo do desenvolvimento do ecoturismo na Ilha Mem de Sá e na Reserva do Caju’ permitindo diálogo entre as instituições e integração de esforços, incorporando-se às ações de pesquisa do macroprograma, como também aos diálogos entre Embrapa e Associação de Moradores da Ilha Mem de Sá.

O projeto Re-conhecer Pedra Bonita direcionado à comunidade da Ilha Mem de Sá foi uma iniciativa do IFS, dentro da III Semana de Extensão do Curso de Gestão em Turismo do IFS. A intenção foi aproximar-se da comunidade da Ilha Mem de Sá, sem interferir ou confundir com ações da Embrapa, visto que a ação extensionista seria de curta duração e não estaria prevista no projeto de parceria. No entanto, discentes do curso mostrariam afinidade ao tipo de iniciativa e poderiam compor a equipe para a continuidade no projeto de parceria.

A proposta escolhida foi uma atividade à comunidade Mem de Sá na sede do município de Itaporanga D'Ajuda, que não discutisse a realidade da Ilha, de forma direta. O desafio inicial do projeto de extensão foi encontrar uma resposta à seguinte questão: como oferecer à comunidade um roteiro turístico na sede de seu município, pois vivenciavam a cidade cotidianamente?

Este estudo visou mostrar a importância dos espaços de diálogos na comunidade da Ilha Mem de Sá, a partir do projeto de extensão Re-Conhecer Pedra Bonita, dentro da III Semana de Extensão do Curso de Gestão em Turismo do IFS, em um processo de desenvolvimento do ecoturismo como forma de conservação ambiental e geração de renda.

Caracterização da Área

A Ilha Mem de Sá é uma ilha fluvial do Rio Paruí, afluente do Rio Vaza-Barris e localiza-se em 37° 12' 59" W e 11° 06' 07" S, no município de Itaporanga D'Ajuda, SE, distanciando 23 km da sede municipal e 53 km da capital sergipana. O acesso a esta localidade pode ser realizado de duas formas: a primeira, através da BR-101 que liga Aracaju a Itaporanga que dá acesso a SE-204, também denominada de Rodovia Humberto Mandarino, interligando a sede municipal ao Assentamento Darci Ribeiro, onde é realizada uma travessia fluvial no Rio Paruí até a ilha; a segunda, parte da capital até o Povoado Mosqueiro onde é feita a travessia de balsa pelo Rio Vaza-Barris, trajeto que em breve será feito através da Ponte Jornalista Joel Silveira, chegando a SE-100, no Povoado Caueira em Itaporanga seguindo pela SE-204, destinando-se ao Assentamento, realizando a partir deste local a travessia fluvial.

No entorno da ilha encontra-se o CEI – Reserva do Caju, margeado pelos rios Paruí e Vaza-Barris, localizado em 37° 11' 4" W e 11° 6' 7" S (Figura 1). O acesso pode ser realizado pela SE-100, que partindo de Aracaju fica a 28 Km de distância. Caso a partida seja de Itaporanga D'Ajuda o percurso é de 41 km, através da SE-204, em seguida pela SE-100 no sentido Caueira-Aracaju.

Trata-se de região estuarina, caracterizada por ecossistemas de baixada litorânea tendo, Mata Atlântica, restinga e mangue, o que historicamente proporcionou aos moradores da Ilha um ambiente para captura de caranguejo e outros crustáceos, além da pesca, da caça e do lazer. Esse aspecto mostrou uma profunda interação dos moradores com os ecossistemas locais.

Aproximadamente 75 famílias vivem nesta localidade e dependem da pesca artesanal, que constitui a principal atividade econômica da comunidade, além do cultivo de mandioca e macaxeira, e o aproveitamento do coco.

Um aspecto cultural regional relevante é o samba de coco, "*dança popular nordestina, cantado em coro e refrão que responde aos versos do "tirador de coco", chamado também "coqueiro"*" (SILVA e CARDOSO, p.7). O grupo que é denominado de Samba de Coco da Ilha de Mem de Sá é uma das atrações dos festejos juninos de Sergipe, apresentando-se em diversas cidades do Estado incluindo o Arraiá do Povo em Aracaju, tradicional festa junina, conhecida nacionalmente.

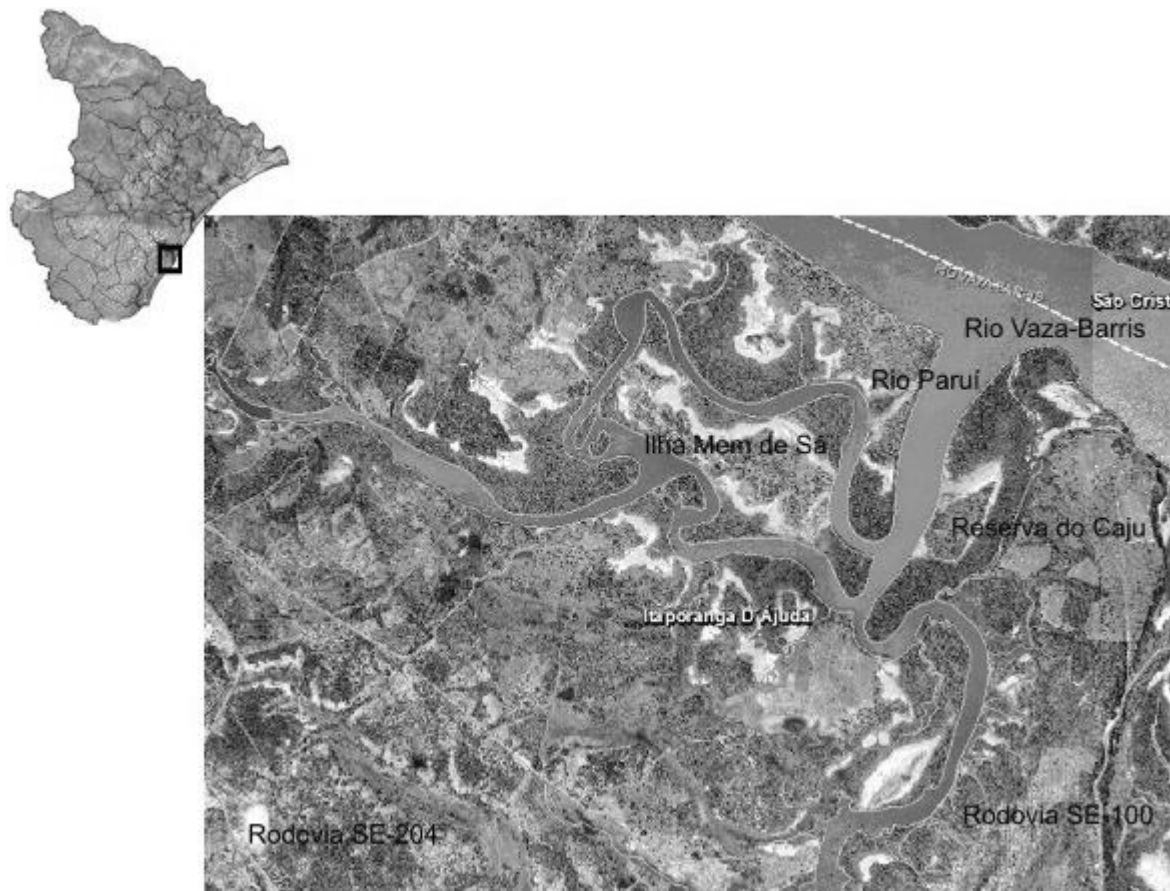


Figura 1 – Localização da Ilha Mem de Sá e Reserva do Caju. Fonte: Veja Sergipe - Visualizador da Base Cartográfica dos Municípios Litorâneos, adaptado (SEPLAN-SE/SUPES/GIGEC, 2008)

Em dezembro os moradores da Ilha promovem comemorações à Santa Luzia, padroeira da localidade. Neste período os moradores realizam eventos de cunho religioso para celebrar sua padroeira. No mesmo período é realizada a Festa do Caranguejo, simbolizando a pesca como uma das principais atividades econômicas da população, evento que conta com a participação de bandas musicais de localidades próximas, como também dos grupos folclóricos existentes na Ilha.

Na Reserva do Caju são desenvolvidas pesquisas de práticas agroecológicas, de manejo sustentável do uso do solo em ecossistemas agrícolas. Há bancos de germoplasma de plantas tropicais, como o coco do betume e a mangaba.

A missão desse campo experimental é tornar-se um centro de referência em Educação Ambiental. Além disso, a Embrapa atualmente destinou 860 ha da área da reserva para a implantação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que atualmente está em tramitação no IBAMA/SE através do processo de número 0202800098402-17 (EMBRAPA, 2009).

Na região algumas pressões têm se intensificado como a expansão de lotea-

mentos imobiliários, o turismo convencional insustentável, a carcinicultura e a caça da fauna existente. Daí a razão de se agir com certa urgência e se propor alternativas que beneficiam as riquezas sócio-culturais e ambientais da região.

O Projeto Re-conhecer Pedra Bonita

O projeto Re-conhecer Pedra Bonita proporcionou a quinze moradores, uma vivência turística dentro do seu município. Em seu desenvolvimento foram executadas três fases: a identificação dos possíveis atrativos, a execução de um roteiro e avaliação das etapas.

Inicialmente os acadêmicos elaboraram um roteiro prévio a partir da catalogação de informações referentes aos aspectos geográficos e histórico-culturais da sede municipal e da Reserva do Caju, com base em referências bibliográficas, entrevistas aplicadas a moradores antigos da cidade e representantes do poder público, além da observação *in loco*.

Paralelamente, ocorreria um contato prévio entre acadêmicos do IFS e representantes da comunidade Mem de Sá. A partir deste, seria combinado um encontro com a equipe do projeto de extensão do IFS para esclarecer a proposta a um grupo de moradores da Ilha.

Essa fase serviria como momento de esclarecimento e também de sensibilização e para tal, escolheu-se uma oficina de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que se utiliza de diagramas que possuem o papel “*de “ferramentas de diálogo que favorecem a interpretação coletiva da realidade em suas várias dimensões”* (FARIA; FERREIRA, 2006, p.12).

A técnica de DRP escolhida foi o mapa falado que tem como características marcantes a possibilidade de gerar uma visão espacial do local, auxilia na obtenção de informações sobre a localidade, de forma exploratória, além de permitir obter uma imagem geral da realidade (FARIA; FERREIRA, 2006).

Nesse encontro seria inicialmente apresentado à comunidade o papel da Instituição (IFS) e algumas considerações sobre turismo, ecoturismo, Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda e a semana de extensão que consiste em “*um trabalho realizado pelo corpo discente do curso de Gestão de Turismo, com a finalidade de desenvolver na prática o aprendizado técnico e teórico desenvolvido em sala*” (BRAGHINI; PICANÇO, 2009).

Durante o diálogo buscar-se-ia identificar a percepção dos moradores quanto à potencialidade turística da sede do seu município: Itaporanga D'Ajuda-SE.

Para a elaboração dos mapas a proposta foi dividir os participantes em dois grupos e fornecer materiais como cartolinas brancas e pincéis atômicos. Dois acadêmicos atuariam como facilitadores estimulando o diálogo entre os participantes em cada grupo, que representariam graficamente os elementos de sua cidade. Outros acadêmicos teriam o papel de registrar as falas e elementos que julgassem relevantes.

Após o término dos mapas, um representante de cada grupo apresentaria os

pontos mais importantes da sede do seu município, destacando os possíveis atrativos turísticos, elementos culturais, de infra-estrutura e equipamentos.

Os mapas seriam fotografados para posterior análise, conjuntamente com os registros, bem como, forneceria subsídio ao grupo responsável pela elaboração do roteiro prévio.

A avaliação do processo seria tarefa da equipe do IFS, que incluiria discussões após a confecção do mapa falado, as falas e registros durante e após a execução do roteiro Pedra Bonita, considerando-se a opinião e sugestões dos participantes, além da análise entre a equipe do IFS ao final da atividade, que permitiria gerar um relatório.

O Espaço de Diálogo e o Mapa Falado

A equipe do IFS dividiu-se em dois grupos, sendo um grupo responsável por construir o roteiro prévio na sede de Itaporanga D'Ajuda e o outro, articular com a comunidade Mem de Sá. O segundo grupo esteve mais envolvido com o espaço de diálogo prévio, enquanto que o primeiro permitiria diálogo ao longo do roteiro proposto.

O contato prévio com representante dos moradores da Ilha Mem de Sá permitiu legitimar a presença da equipe do IFS, bem como articulou encontro de 18 de junho de 2009, para a fase de sensibilização e esclarecimento da proposta do roteiro turístico Pedra Bonita.

No dia 18 de junho de 2009 ocorreu o encontro entre seis acadêmicos, um professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) e um grupo de 16 moradores da Ilha Mem de Sá, em que se aplicou oficina de DRP, como principal ferramenta para promover o diálogo na comunidade, a partir da técnica de mapa falado.

Os participantes foram subdivididos em dois grupos e instigados a identificar atrativos turísticos da cidade, além de empreendimentos que ofereçam serviços ao público-alvo do turismo, e representá-los graficamente num mapa construído coletivamente.

Inicialmente, observou-se a desconfiança e descrença de alguns moradores que questionaram, afirmando que vão diariamente à cidade de Itaporanga D'Ajuda e nunca viram "nada de turismo lá". Por outro lado, reconheceram existir visitação turística na ilha caracterizada por pesquisadores da Embrapa Tabuleiros Costeiros e instituições de ensino e pesquisa que desenvolvem ações nesta localidade, como também os visitantes dos festejos realizados na Ilha.

Essa afirmação de que não haveria potencial turístico era a visão inicial dos moradores da Ilha Mem de Sá para com a atividade turística, sendo o ponto que norteou as questões para o desenvolvimento das ações propostas.

No grupo 1 os acadêmicos estimularam a construção do mapa falado tendo o diálogo como base para se debater o tema proposto. Aos poucos os moradores per-

deram a inibição e começaram a participar e estabelecer uma reflexão conjunta. Assim esta atividade prática e reflexiva levou os moradores à questão-chave, o que se caracterizaria atrativo turístico na da cidade?

Dentro dos grupos formados, o diálogo foi se intensificando na medida em que os moradores debatiam sobre o potencial turístico dos ambientes e empreendimentos identificados na cidade, como, os casarios antigos, a rodoviária, a pousada, o ginásio de esportes, entre outros. Debateram entre si e refletiram sobre a importância destes espaços para o turismo. Ao chegarem a um consenso, passavam a representá-los no mapa.

Observou-se que no mapa falado do grupo 1 (Figura 2), as casas, prédios públicos e igrejas eram destacadas por suas características arquitetônicas desenvolvidas no período de colonização desta região, sendo que um dos principais elementos que despertou a atenção deste grupo durante os debates. A BR-101 foi identificada como a principal via de acesso à cidade, outra referência foi a praça onde os principais eventos são realizados, evidenciando a relevância das festas juninas e a atratividade de visitantes de outros municípios durante o período destes e outros festejos. Os equipamentos de apoio ao turismo como, pousada, ginásio e rodoviária, despertaram a atenção dos moradores e constituem-se em importantes pontos do debate neste grupo, por sua relevância para a atividade turística em debate.

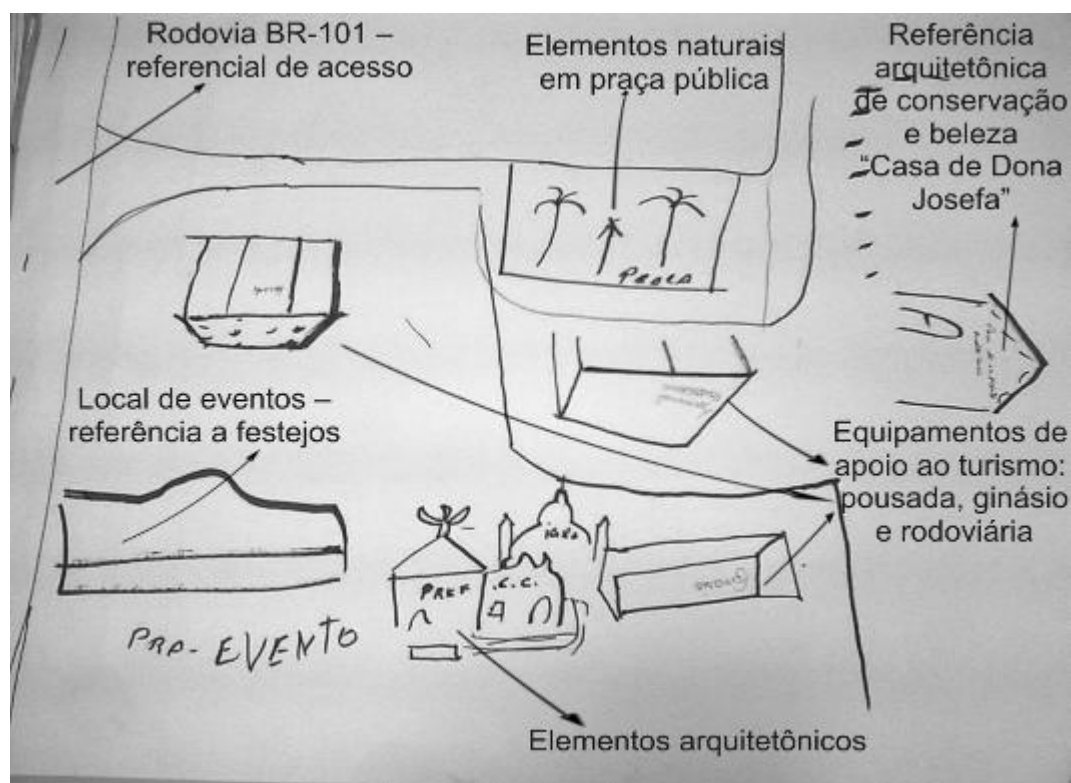


Figura 2 – Mapa falado da cidade de Itaporanga D'Ajuda do grupo 1.

Foto: Cleberton Souza, 2009, adaptado.

No grupo 2 o processo de desinibição foi semelhante, mas a preocupação inicial dos moradores foi representar a distribuição das diversas construções, os acessos, equipamentos e posteriormente, reconhecer o que seria atrativo turístico (Figura 3).

Assim, definido a distribuição dos elementos no mapa a discussão se dirigiu para a existência de atrativos na cidade, destacando-se a praça em que ocorre o forró e a bica, local que atualmente encontra-se fechado. A seguir, foram estimulados a indicarem os meios de hospedagem, restaurantes e bares, que de acordo com a opinião deles seriam mais indicados para turistas. Evidenciou-se registrado no mapa a existência de infraestrutura de apoio, tais como delegacia, farmácia, mercado, rodoviária, posto de gasolina e mototáxi, como também dos aspectos naturais existentes tendo esse grupo focado em seu desenho o Rio Vaza-Barris que além de margear a Reserva do Caju e Ilha Mem de Sá, banha a cidade de Itaporanga D'Ajuda.

Durante o processo de construção do mapa surgiram aspectos relativos aos nomes populares de determinados espaços urbanos, reforçando a importância do diálogo para reconhecer e valorizar a cultura local pela atividade turística.

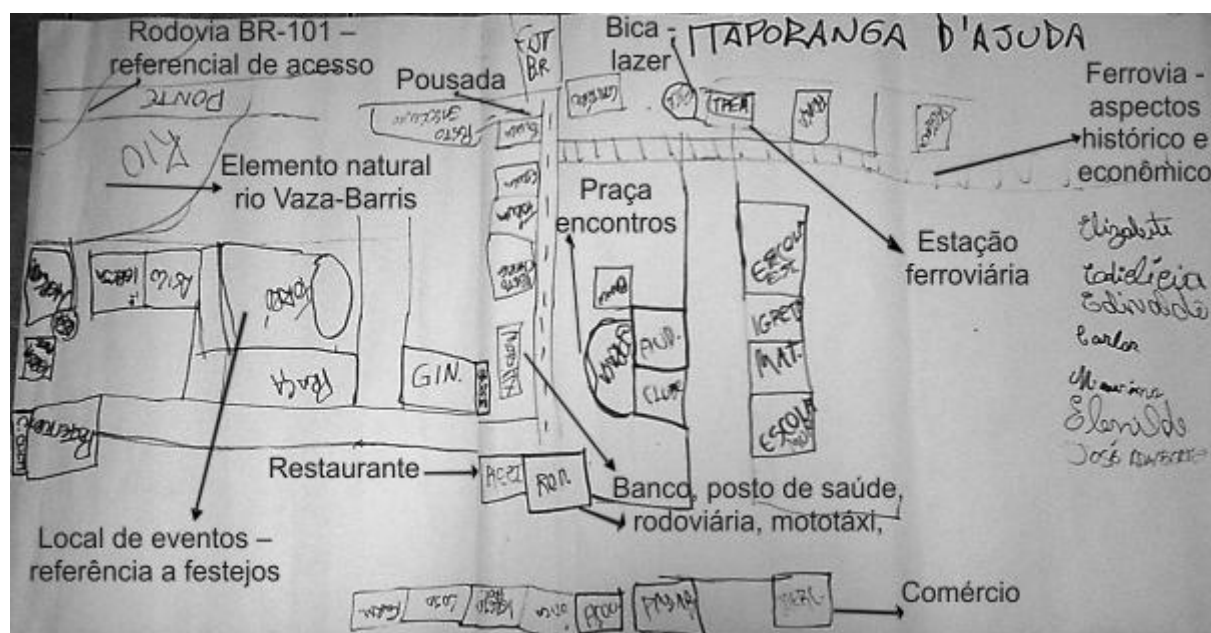


Figura 3 – Mapa falado da cidade de Itaporanga D'ajuda do grupo 2.
Foto: Cleberton Souza, 2009, adaptado.

Na última etapa da oficina cada grupo apresentou seu mapa, destacando os pontos referenciados orientando os trajetos para se chegar a eles (Figura 4). Nesse momento os grupos determinaram até dois moradores para explicar como se configurou a distribuição dos elementos identificados e registrados, como também, sua importância para a atividade turística.



Figura 4 – Apresentação do mapa falado do grupo 2.
Foto: Cleberton Souza, 2009.

Ao se comparar os mapas observou-se que ambos continham locais em comum, evidenciando que os moradores, apesar do seu pouco conhecimento sobre o turismo, compreendem o que os turistas gostam de conhecer.

O momento de exposição permitiu a comparação e a discussão sobre as propostas definidas pelos moradores, além de estimular a expressão e a escuta de diferentes pontos de vista valorizando o diálogo e a participação comunitária no processo de gestão de destinos turísticos.

O Roteiro Pedra Bonita e sua Execução

Os acadêmicos do IFS elaboraram um roteiro prévio dentro da cidade de Itaporanga D'Ajuda que foi complementado com o resultado do diálogo gerado no mapa falado. Desta forma o roteiro foi re-elaborado e executado em 03 de julho de 2009 com o apoio e participação da Embrapa Tabuleiros Costeiros, da Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda e Viver Turismo, este representando as agências de viagens do *trade* turístico sergipano.

Organizaram-se duas equipes de condutores, sendo a primeira incumbida de realizar a travessia fluvial da Ilha Mem de Sá à Reserva do Caju, de 15 moradores, enquanto a segunda ficou responsável pela logística nas cidades de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda no tocante ao traslado dos participantes destas cidades à Reserva do Caju, ponto de partida do roteiro. Houve encontro das equipes e todos os participantes do roteiro com dinâmicas de integração no ambiente natural da Reserva.

No percurso à cidade de Itaporanga foi abordada a relação dos ecossistemas da região de baixada litorânea, como, manguezal, Mata Atlântica e restinga, e a relação das comunidades do entorno com estes ambientes.

Durante o roteiro urbano os participantes puderam apreciar a história da cidade desde

sua origem, a denominação antiga, Irapiranga, e seus monumentos como, igrejas, estação ferroviária e elementos arquitetônicos (Figura 5). Tal abordagem permitiu se discutir aspectos econômicos, que incluem a importância da ferrovia e do mercado municipal.



Figura 5 – Execução do roteiro Pedra Bonita, ao fundo Igreja Matriz de Itaporanga D'Ajuda.
Foto: Cleberton Souza, 2009.

O enfoque cultural do roteiro foi abordado, como patrimônio imaterial através das manifestações religiosas e folclóricas existentes no município. Exemplo vivo foi a apresentação da Banda de Pifanos que realizou uma tocada para os participantes do roteiro na Casa de Cultura finalizando o Roteiro Pedra Bonita.

A Avaliação do Roteiro

No encerramento das atividades foi aberto mais um espaço de diálogo, em que acadêmicos, moradores e representantes do *trade* turístico sergipano e da Prefeitura de Itaporanga D'Ajuda opinaram, avaliaram, criticaram e elogiaram os aspectos relevantes do roteiro.

A Secretaria de Cultura do município sugeriu incrementar o roteiro com informações históricas desse território com um nível aprofundado, enquanto a agência de viagens Viver Turismo interessou-se em desenvolver um novo roteiro com base no elaborado pelo corpo acadêmico do IFS e a comunidade da Ilha Mem de Sá.

Os moradores que participaram desde a elaboração do roteiro até sua execução surpreenderam-se com a riqueza histórico-cultural de sua cidade, ao vivenciarem os ambientes com um novo olhar com enfoque turístico. Alguns citaram que não conheciam a história em torno de cada monumento e empreendimento da localidade e suscitaram a ideia de desenvolverem roteiro turístico na ilha.

O contato presencial da comunidade da ilha Mem de Sá com a Casa da Cultura gerou discussão sobre o desenvolvimento do artesanato com coco, sendo esta técnica de domínio de alguns habitantes locais, que estavam no espaço de diálogo e sugeriram que seus produtos artesanais fossem comercializados em futuros roteiros que possam ser implantados na Ilha.

Dessa forma o espaço de diálogo gerou reflexão e aprendizado quanto ao que se caracterizaria atrativo na cidade de Itaporanga D'Ajuda e na Ilha Mem de Sá, sendo o artesanato com coco percebido como uma fonte de renda e atratividade para o ecoturismo na ilha.

No IFS a avaliação do processo foi feita entre a equipe, dias depois, destacando-se os aspectos positivos, negativos e a melhorar. Desse diálogo ressaltaram-se os seguintes aspectos, além daqueles levantados anteriormente:

- A importância da iniciativa dos acadêmicos em organizar e realizar a atividade em curto espaço de tempo, com poucos recursos.
- Destacou-se que os discentes, atuantes como se fossem guias durante a vivência do roteiro, deveriam ter simulado mais vezes sua apresentação o que permitiria gerar maior interação com os participantes, ampliando os espaços de troca de informações.
- Os registros do processo poderiam ser trabalhados de forma mais eficaz, pois informações relevantes não foram anotadas, bem como houve extravio de alguns registros.
- Reconheceu-se a dificuldade de realizar atividades no ônibus, que fora cedido pela prefeitura de Itaporanga D'Ajuda, pois se tratava de ônibus escolar e não possuía microfone, portanto, não estaria preparado para esse tipo de atividade.
- A equipe observou a necessidade de equalizar os tempos em cada parada, visto que o roteiro terminara antes do período previsto.
- Por fim, alguns participantes que não conheciam a cidade reconheceram que a existência de um mapa poderia auxiliar na localização, durante o roteiro.

De forma geral, segundo os orientadores foi positiva a articulação que os acadêmicos do IFS fizeram entre si, com a Prefeitura de Itaporanga D'Ajuda, Embrapa e comunidade Mem de Sá para efetivação das atividades.

Conclusão

O ecoturismo, como deve ser concebido em sua prática implica planejamento e esclarecimento das ações, de forma a contemplar os princípios de conservação ambiental, participação comunitária e geração de renda.

A participação da comunidade ao longo do processo de desenvolvimento do ecoturismo é essencial para a auto-gestão da própria atividade. As ações devem ser identificadas participativamente de forma que sejam contempladas as várias expectativas dos diversos segmentos sociais.

A própria comunidade receptora necessita compreender o ecoturismo e tal processo, por vezes depende de informações e sensibilização, que podem ser efetuados por meio dos diálogos. Nesse contexto os espaços de diálogo possuem um caráter educativo proporcionando aos indivíduos o movimento de conhecer para transformar e ao transformar, conhecer.

As expressões de satisfação e surpresa dos participantes, pelo fato de perceberem que Itaporanga D'Ajuda pode se constituir um atrativo turístico, além da relação feita por alguns moradores entre a vivência e as possibilidades de aplicação na própria Ilha, mostraram que a ferramenta de DRP mapa falado e a vivência do roteiro foram adequadas e permitiram aproximar a comunidade da equipe do IFS.

A proposta, apesar de ter sido uma iniciativa do IFS, desenvolveu-se de maneira a respeitar a comunidade, desde a consulta prévia, durante o processo de sensibilização e na avaliação da vivência, proporcionando espaços de diálogo. A atividade, apesar de curta, reforçou o valor dos espaços de diálogo como ferramentas de educação ambiental transformadora.

Nesse processo, portanto, os acadêmicos se posicionaram de forma a facilitar os diálogos para que a comunidade ali representada refletisse com base nos seus conhecimentos e assim, eles perceberem o território urbano de seu município por meio da ótica ecoturística.

Para os professores orientadores do IFS, curso de Gestão de Turismo, a iniciativa extensionista com ações junto a comunidades enriqueceu a formação dos acadêmicos, entretanto, reforçaram a necessidade de planejar ações não só a curto, mas a médio e longo prazo na mesma comunidade.

Portanto, os espaços de discussões abertos na comunidade, possibilitaram a ampliação da visão dos acadêmicos, moradores e do *trade* para com a Ilha, a Reserva e a cidade de Itaporanga. Assim a troca de informações foi fundamental para se observar esses ambientes com um olhar turístico.

Referências Bibliográficas

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 4.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S (Orientadores). **Projeto: Re-Conhecer Pedra Bonita**. IFS, 2009.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para natureza. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um Guia para Planejamento e Gestão. 4.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

CURADO, F. F. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento da Comunidade Mem de Sá, Itaporanga D'Ajuda-SE**. Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. *In*: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um Guia para Planejamento e Gestão. 4.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

EMBRAPA. **Reserva do Caju**. Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/caju>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo: qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. Revista **Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília, n.0, p.13-20, 2004.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade. In: NEIMAN, Z. (Org). **Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SEPLAN-SE/SUPES/GIGEC. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Superintendência de Estudos e Pesquisas. Gerência de Informações Geográficas e Cartográficas. **VEJA SERGIPE: Visualizador da base cartográfica dos municípios litorâneos**. DVD-ROM. Aracaju, 2008.

SILVA, V. P.; CARDOSO, M. P. A. **Oficina 4 – Danças Populares Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~defnh/spqmh/coloq07/oficinas/danca.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

WESTERN, D. Definindo o ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

Cleberton Santos Souza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - SE.
Email: cleberton@ig.com.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3407751853130115>

Claudio Roberto Braghini: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - SE
Email: claudio.braghini@ifs.edu.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6345985821227558>

Layslene Ferreira de Araújo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - SE
Email: leys_ferreira@hotmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6500764083357402>

Data de submissão: 30 de outubro de 2009.

Data do aceite: 12 de março de 2010.



Indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo como subsídio à implantação de Estrada – Parque no Jalapão (TO)

***Eliane Marques dos Santos, Lúcio Flavo Marini Adorno,
Paula Benevides de Moraes***

RESUMO

Este estudo discute a temática estrada-parque para a região do Jalapão (TO), a partir da rodovia TO 030 (que liga os municípios de Novo Acordo - TO e São Félix do TO), com o objetivo de apresentar indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo na implantação de estradas-parque nesta região. Utilizou-se um roteiro para a definição de indicadores de sustentabilidade por meio de revisão de literatura, visita a campo, avaliação através de percepção ambiental, visita técnica a estradas-parque do Mato Grosso, consulta a especialistas e elaboração da matriz de indicadores. Foram encontrados vinte e oito indicadores para as dimensões ambiental, social, espacial e econômica. Os mesmos foram classificados em quantitativos (36%) e qualitativos (64%), estes se apresentam em prevalência devido aos fatores relacionados à metodologia de percepção ambiental utilizada neste estudo, às características ambientais da região (principalmente os elementos da paisagem), aos elementos sociais (moradores e visitantes) e às dimensões de sustentabilidade a serem atendidas. A implantação de estrada-parque na região do Jalapão pode ser uma alternativa viável para auxiliar no ordenamento territorial e no manejo da mesma, desde que sejam atendidos os critérios para a sua implantação.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Sustentabilidade, Ecoturismo, Estrada-Parque .

Sustainable ecotourism indicators as subsidies to implement Park Roads in Jalapão (TO), Brazil.

ABSTRACT

This study addresses the theme of park roads in Jalapão (TO), particularly the highway 030 (which connects the cities of Novo Acordo - TO and São Félix do TO), with the objective of presenting sustainable ecotourism indicators for implementation of park roads in this region. A guide-book was used for the definition of sustainable indicators, obtained through literature review, field trips, environmental perception assessments, technical trip to park roads in Mato Grosso (MT), and direct collaboration with specialists. We set an indicator matrix composed of twenty eight indicators, which were related to environmental, social and economic dimensions, and classified as quantitative (36%) or qualitative (64%). These indicators were chosen due to the methodology used here to assess environmental perception, regional environmental features (especially landscape attributes), social components (resident people and visitors), in addition to regional sustainable needs. The implementation of park roads in Jalapão can be a feasible solution helping territorial planning and management, but required criteria for such implementation must be systematically followed.

KEYWORDS: Sustainable Indicators, Ecotourism, Park Road. .

Introdução

Diante dos problemas vivenciados atualmente em relação à destruição dos recursos naturais, um dos segmentos do turismo que tem demonstrado maior crescimento é o ecoturismo. Pois, se diferencia das demais atividades na natureza devido à aplicação de princípios e valores éticos, o comportamento do turista, o conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e o aspecto educacional (KINKER, 2002).

Sendo que o Brasil ocupa posição privilegiada, pois possui recursos naturais para atender à crescente demanda de turistas que buscam viagens em contato com a natureza (RUSCHMANN CONSULTORES, 2002).

Quanto às áreas em que se realiza o ecoturismo, tanto pode ser em propriedades privadas ou públicas, mas em quase todos os casos se encontram protegidas (MOLINA, 2001) na forma de unidades de conservação de proteção integral. O que prevalece é o desafio da sustentabilidade da atividade turística em áreas naturais protegidas, de forma que aconteça a conservação dos recursos e o desenvolvimento de comunidades locais.

A sustentabilidade não é um estado fixo de harmonia, é um conceito dinâmico que engloba um processo de mudança, e precisa levar em conta no seu planejamento de desenvolvimento, as dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993). A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais, ambientais, entre outros) que devem ser contemplados. Dessa forma, ao se avaliar a sustentabilidade, deve-se usar sempre um conjunto de indicadores (MARZALL; ALMEIDA, 2000).

O uso de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo nesta pesquisa deve-se ao fato de que um conjunto de indicadores adequadamente estabelecidos é uma das melhores técnicas para se acompanhar todas as fases de um planejamento ecoturístico, pois possibilita avaliar as condições de produção e consumo (do ecoturismo) atuais e acompanhar, ao longo do tempo, a evolução rumo à sustentabilidade (FILETTO, 2007).

Neste estudo entende-se que indicadores são parâmetros selecionados, considerados isoladamente ou combinados entre si, usados para avaliar determinadas condições dos sistemas em uma dada escala e são fundamentais para monitorar o desenvolvimento do turismo, as políticas públicas e suas propostas (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2003).

Considerando que as Unidades de Conservação (UC) podem ser utilizadas como destinos turísticos, estas são implantadas com diferentes níveis de restrição quanto ao uso direto ou indireto dos recursos naturais e mesmo sócio-culturais. Deste modo, são definidas categorias de manejo para nortear os objetivos da conservação e formas de uso da área em questão.

Assim, uma das categorias de UC que tem sido implantada no Brasil sem respaldo legal, é a estrada-parque, o que pode resultar em uma estratégia não profícua para

conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável na região em que se inserem. Todavia, as estradas-parque, são sempre impactantes, embora possam trazer benefícios se manejadas corretamente, assim como qualquer outra área protegida, podem também servir de instrumento de manipulação por grupos de poder, privados ou do governo (SORIANO, 2006).

Dentre os autores brasileiros consultados, consideramos neste trabalho o conceito de Estradas-parque como:

“Unidade de conservação de grande beleza cênica, cujo formato e dimensões são definidos pela percepção das paisagens naturais e culturais a serem protegidas, a partir de uma rota principal, a estrada, e que se destina a recreação e ao lazer ao longo desta, e também como forma de promover a integração homem-natureza e o desenvolvimento sustentável da região de sua influência” (SORIANO, 2006, p.32).

Para o estado do Tocantins a discussão sobre estrada-parque teve início com o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão, um diagnóstico do Programa de Desenvolvimento Ecoturístico da Amazônia Legal - PROECOTUR elaborado por Ruschmann Consultores (2002). Neste trabalho é proposto para as rodovias TO 030 (que liga Novo Acordo a São Félix do TO) e TO 225 (que liga Ponte Alta a Mateiros - TO), que levam aos principais atrativos do Jalapão, a categoria de estrada cênica pela paisagem existente no percurso.

Apesar do grande potencial ecoturístico da região apontado por Ruschmann Consultores (2002), deve ser considerado que a mesma vem sofrendo uma crescente pressão antrópica, que coloca em risco não apenas os sítios turísticos, como também o patrimônio natural, considerando ainda a escassez de estudos científicos sobre a região que abordem a questão da sustentabilidade como uma ferramenta de conservação ambiental dos roteiros (SENNA, 2008).

Baseado nestes fatores, este estudo escolheu a Rodovia TO 030 como foco de análise deste estudo para gerar a discussão de estrada-parque, por esta via possuir elementos da paisagem como potencial cênico e elementos sociais, as comunidades inseridas. Outros elementos analisados foram: o interesse do Governo Estadual na implantação de estrada-parque nesta rodovia e a crescente visitação turística nos atrativos que se encontram próximos a esta Rodovia, que é uma das estradas que levam ao Jalapão. Esta rodovia possui passivos ambientais gerados pela implantação da estrada e uso inadequado da faixa de domínio, entre outros, e em decorrência disto a degradação da paisagem. Considerando tais fatores, ressalta-se aqui a necessidade de conservação desta área, que pode ser utilizada para atividades de ecoturismo como estratégia para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento sustentável da região.

Objetivos

Geral:

Apresentar indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo para a implantação de estrada-parque no Jalapão – TO.

Específicos:

- Estudo da paisagem a partir da caracterização das fitofisionomias;
- Identificar quais as práticas turísticas da área estudada;
- Identificar a percepção dos envolvidos sobre a conservação ambiental da área estudada e a perspectiva de sustentabilidade na implantação de estrada-parque no Jalapão.

Metodologia

A área estudada da rodovia estadual TO – 030 compreende uma extensão de 97Km, a partir do Rio Vermelho, onde se inicia a APA do Jalapão, no município de Novo Acordo até a sede do município de São Félix, conforme Figura 01.

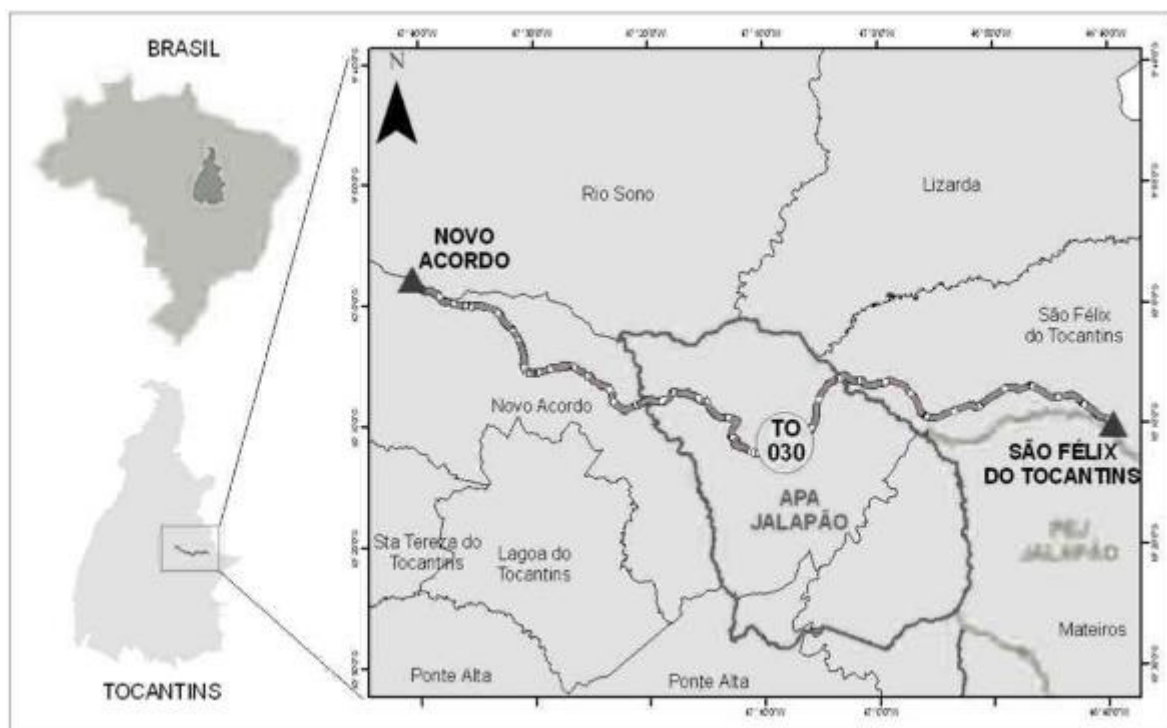


Figura 01 – Área estudada.

O processo de seleção dos indicadores de sustentabilidade para avaliar a implantação de estrada parque no Jalapão – TO, seguiu como critérios: as características da área de estudo, a eficiência e eficácia para refletir a realidade estudada, ser seguro e estável, ser compatível com outros sistemas, responder a questão da pesquisa.

A seleção dos indicadores seguiu sete fases, descritas a seguir:

1) revisão de literatura: foram selecionados indicadores relacionados ao tema o que permitiu a definição de um conjunto de indicadores que subsidiaram as demais etapas da pesquisa, baseando-se nos trabalhos de Araújo (2001), Soriano (2006), OMT (2005), FUNBIO (2007) e Filetto (2007).

2) visitas ao Jalapão: nas saídas de campo realizadas no período de fevereiro a setembro de 2008 foi possível obter mais informações técnicas sobre a região através da caracterização da vegetação, identificação das práticas turísticas do entorno, identificação da percepção dos envolvidos sobre a conservação ambiental do roteiro e a contextualização dos indicadores obtidos na fase anterior. Nesta etapa foi confeccionado um mapa com 21 pontos de coleta de dados selecionados aleatoriamente a partir de informações da Base Cartográfica Digital Contínua (BCDC) – Geo -Tocantins (SEPLAN, 2002), para a identificação das fitofisionomias em campo, segundo FILGUEIRAS et al. (1994), com o objetivo de caracterizar a paisagem da rodovia TO 030.

Nesta etapa foi identificada a percepção dos envolvidos baseado no modelo conceitual de Whyte (1977), sendo que neste estudo utilizou-se a forma perguntando para que sejam obtidas informações sobre a percepção ambiental dos turistas (50 sujeitos) e moradores locais (18 sujeitos). Foram utilizados questionários com questões abertas e fechadas para que minimizem a interferência nas respostas e maximizem a opinião dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Para identificar quais as práticas turísticas do entorno foram entrevistadas seis pessoas ligadas diretamente com o turismo na região e que possuíam informações sobre seu início e desenvolvimento.

3) Avaliação dos indicadores selecionados através da percepção ambiental: A partir da identificação da percepção dos envolvidos e dos dados obtidos nas fases anteriores, foi elaborada a lista de possíveis indicadores que foram submetidos à avaliação pelos moradores locais e turistas através da percepção ambiental, nos meses de fevereiro e julho de 2008.

4) visita técnica a estradas-parque do Mato Grosso: nesta fase, realizada em junho de 2008, foi verificado *in loco* a implantação de duas estradas-parque (EP) sendo levantada informações através de entrevistas com atores envolvidos (guias, moradores, órgão gestor e turista). Esta etapa teve como objetivos conhecer como se dá o

processo de gestão das EP e estabelecer uma análise crítica com os indicadores estabelecidos nas fases anteriores.

5) Elaboração de uma matriz contendo os indicadores selecionados no estudo: Foram analisados os dados obtidos nas fases anteriores e estabelecida uma matriz com 28 indicadores relacionando às características ambientais da área estudada com as dimensões de sustentabilidade propostas por Sachs (1993) e a caracterização dos indicadores como quantitativos e qualitativos de acordo com Machado (1997). Os indicadores propostos neste estudo são resultados de estudo teórico, uma base técnica realizada a partir do trabalho de campo e uma base perceptiva fundamentada na percepção dos moradores locais.

6) consulta a especialistas: nesta fase a matriz elaborada foi submetida à análise de profissionais que pesquisaram a temática estrada Parque, indicadores ou que atuam na gestão das mesmas, aqui denominados de especialistas. Um grupo de seis especialistas teve a oportunidade de revisar a lista dos indicadores. Levou-se em consideração na seleção dos especialistas dois grupos, o primeiro de profissionais do estado que conhecem e já pesquisaram na região e o segundo para aqueles que conhecem a temática em estudo, mas não conhece a região, de forma equilibradas sendo 50% o percentual para cada grupo.

7) matriz final de indicadores: após a análise das considerações emitidas pelos especialistas, foi confeccionada a matriz final dos indicadores.

Resultados e discussão

Os indicadores estão apresentados em uma matriz e estão classificados em quantitativos (36%) e qualitativos (64%), estes se apresentam em prevalência devido aos fatores relacionados à metodologia de percepção ambiental utilizada neste estudo, às características ambientais da região (principalmente os elementos da paisagem), aos elementos sociais (moradores e visitantes), à conservação ambiental e às dimensões de sustentabilidade a serem atendidas.

A verificação do indicador se apresenta através da presença ou ausência do mesmo (sim/não) ou questionário para os indicadores qualitativos, e porcentagem para os indicadores quantitativos.

As condições mínimas para a realização do monitoramento dos indicadores propostos neste estudo, apresentados na tabela 01, são as realizações de estudos periódicos na área de implantação, fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, articulação com a comunidade local, estabelecimento de normas e regras propostas na matriz, destinação de recursos financeiros, entre outros. Sendo que os responsáveis por tal monitoramento devem ser o órgão ambiental (NATURATINS) e órgão responsável pelas estradas (DERTINS), de forma que estes estabeleçam um trabalho de parceria. Cabendo a outras instâncias de governança colaborar neste processo, como os governos municipais.

Tabela 01: Matriz de indicadores para estrada – parque no Jalapão – TO.

Dimensões da sustentabilidade	Indicadores
I - Ambiental	1 – Existência de estudo sobre a biodiversidade da área da estrada-parque (EP) (sim/não).
	2 - Perda da biodiversidade (sim/não) e em que porcentagem por período.
	3 – Paisagem atrativa ao ecoturismo (sim/não).
	4 - Conservação da paisagem nativa (% de área).
	5 - Suporte legal da EP implantado (sim/não)
	6 - Infra-estrutura para estrada-parque implantada (sim/não).
	7 – Existência de um Plano de uso ecoturístico da EP implantado com a participação pública na elaboração (sim/não)
	8 – Controle e limitação do impacto ambiental do ecoturismo (sim/não)
	9 - Capacidade de carga dos atrativos estabelecida e monitorada (sim/não)
	10 - Gestão integrada das Unidades de Conservação do Jalapão (sim/não)
	11 - Número de focos de queimadas (%)
	12 - Manutenção freqüente da rodovia (sim/não)
	13 - Passivos ambientais recuperados.
II - Social	14 - Participação comunitária na gestão da estrada-parque e nas atividades de ecoturismo (sim/não)
	15 - Bem-estar das comunidades receptoras do ecoturismo (questionário)
	16-Satisfação dos ecoturistas e visitantes (questionário).
	17 - Atividades alternativas para o desenvolvimento local identificadas e implantadas (sim/não)
	18 - Existência de organização entre os atores locais para oferecimento de produtos.
	19- Porcentagem de atendimento das demandas locais por serviços públicos.

Continuação da tabela 01	
III - Cultural	20 – Conservação do patrimônio cultural (questionário).
	21 - Atividades de interpretação e educação ambiental desenvolvidas (sim/não)
IV - Espacial	22-Controle do número de visitantes em relação ao número de moradores locais (sim/não).
	23 - Especulação imobiliária e o ecoturismo elevam preços de moradias e de produtos básicos para a comunidade local (sim/não).
	24 - Porcentagem de permanência dos moradores da zona rural.
V - Econômica	25 - Porcentagem de recursos arrecadados por meio de taxas turísticas e destinação destas para a EP (sim/não).
	26 - Porcentagem de contribuição do ecoturismo para a economia local.
	27 - Porcentagem de oferecimento e consumo de produtos locais pelo ecoturismo.
	28 - Porcentagem de aumento no desenvolvimento econômico da população local.

Fonte: Dados da pesquisa e revisão bibliográfica.

A seguir, estão discutidos os indicadores a partir dos dados obtidos neste estudo e do aporte teórico utilizado.

I - Dimensão Ambiental: refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica na capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas, em face das interferências antrópicas (SILVA, 2006).

1 – Existência de estudo sobre a biodiversidade da área da estrada – parque (sim/não).

Este é um indicador qualitativo que aponta a necessidade de um levantamento da fauna e da flora que constituem as paisagens da área em que seja implantada uma estrada-parque (EP), para subsidiar ações e políticas de conservação e preservação

da biodiversidade. Pois, as fitofisionomias identificadas neste estudo ao longo da Rodovia TO 030 mostram a diversidade de paisagens da biodiversidade florística encontradas na área, com espécies nativas de grande importância para o bioma cerrado. A variedade de espécies evidencia o valor biológico da região.

2 - Perda da biodiversidade (sim/não) e em que porcentagem por período.

A partir do estudo sobre a biodiversidade da área, haverá um estado inicial teórico, ou seja, um mapeamento que servirá de base para se comparar a evolução da integridade da biodiversidade da área. Podendo ser estabelecido através de mapeamentos periódicos, um percentual de manutenção da biodiversidade. Este indicador é aqui considerado quali-quantitativo e poderá ser mensurado a partir de estudos periódicos.

Uma vez que foram revelados pelos moradores entrevistados do entorno da rodovia TO 030, fatos sobre a diminuição desta biodiversidade. Estes apontaram que a caça está acabando, numa fala foi apontada à preocupação com a sustentabilidade deste recurso, “meus netos não vão conhecer mais as caças, hoje já é difícil ver” (proprietário 10, 14 anos de moradia). Como também em relação à flora, “na beira da estrada encontra madeira e dependendo da quantidade tem que preservar senão é usado para cerca” (proprietário 40).

3 - Paisagem atrativa ao ecoturismo (sim/não).

É um indicador perceptivo (qualitativo) que informa as belezas existentes no roteiro do percurso da estrada e que podem ser consideradas atrativas aos ecoturistas e visitantes, como também aos moradores locais.

A paisagem da área estudada é constituída por um relevo plano a suavemente ondulado, com solos profundos e arenosos (neossolo quartzarênico) (SEPLAN, 2003) e fitofisionomias do cerrado entrecortada por rios e córregos.

Para os turistas pesquisados os atrativos da Rodovia TO 030 que chamam à atenção pela beleza são a Serra da Catedral (40%), o Rio Novo (18%) e o Morro da Cilésia (14%). Na figura 49 é possível verificar turistas observando a paisagem.

Enquanto para os moradores das propriedades rurais ao longo da via, o lugar que lhes chamam à atenção pela beleza é a Serra da Catedral (54,5%) e a Serra do Gorgulho (45,4%), respostas que podem ter sido influenciadas pela percepção dos turistas como já foi discutido no capítulo de Percepção Ambiental. E a maioria não demonstrou sentimentos bucólicos voltados para a contemplação ou admiração da paisagem.

Em relação à vegetação, os dados apontaram que a maioria dos turistas preferiu as veredas (26%) e o cerrado ralo rupestre (24%), sendo que estes não expressaram em suas falas nenhum sinal de admiração por este elemento da paisagem, o que pode indicar que eles a percebem por um filtro de visitante com pouca interação. Para os moradores a relação com a vegetação consiste em sua importância para os recur-

solos hídricos, pois foi constatado maior cuidado e preocupação com as matas ciliares e matas de galerias por estarem próximas aos rios e córregos. Além do uso medicinal e alimentício. O que demonstra uma topofilia direcionada para a sobrevivência.

4 – Conservação da paisagem nativa (% de área).

Este é um indicador qualitativo (perceptivo) interdependente dos demais indicadores para que seja verificável, pois a paisagem conservada depende da implementação de ações públicas para a preservação e proteção da paisagem da ação do homem e da minimização dos impactos ambientais existentes, tais como, desmatamentos, áreas de empréstimos, lixo, queimadas, passivos ambientais e outros. Desta forma, a conservação da paisagem de uma EP é um dos objetivos do seu manejo.

Foram verificados alguns problemas ambientais associados à rodovia TO 030, relacionados principalmente aos passivos ambientais gerados pela construção da mesma e que não foram recuperados até a data do presente estudo. De acordo com César (2008), foram levantados 142 passivos ambientais para esta área, sendo que a maioria (55%) relacionada a tipos de erosões. Dos passivos identificados, ressaltam-se os relacionados ao uso inadequado da faixa de domínio para a construção de empreendimento turístico, implantação da rede elétrica (poluição visual), desmatamento, entre outros, que comprometem os espaços cênicos da rodovia na perspectiva da conservação da paisagem e do ecoturismo.

5 - Suporte legal da estrada-parque (EP) implantado (sim/não).

É um indicador qualitativo que se refere à implantação legal da EP. O Estado do Tocantins é um dos três estados brasileiros que possui esta categoria prevista no SEUC. Deste modo, o SEUC estabelece uma base conceitual legal mínima para subsidiar a formulação da lei ou decreto de criação específico para uma estrada-parque, em âmbito municipal e estadual. Nesta estratégia que subsidia a criação de EP deve ser considerado o aspecto de que além da promulgação de uma lei ou decreto, estes devem determinar os objetivos de manejo, a infra-estrutura e formas de gestão da EP (SORIANO, 2006).

6 - Infra-estrutura para estrada-parque implantada (sim/não).

É um indicador quali-quantitativo que apresenta a importância da implantação da estrutura de uma EP e discute a infra-estrutura para o ecoturismo na via TO 030.

Além da estrutura necessária para a implantação de EP, o ecoturismo requer uma infra-estrutura básica de visitação. Sendo que a maior parte desta, pode estar localizada nas comunidades do entorno, estimulando assim seu desenvolvimento (KINKER, 2002). Sendo assim, atualmente, no percurso da Rodovia TO 030 do Jalapão, após 72 Km de estrada sem pavimentação é que pode ser encontrada uma lanchonete, área de camping e mini-mercado no comercial Morro Vermelho.

A consolidação de áreas produtoras tende por demandar em melhorias na infra-estrutura viária existente na região do Jalapão e em especial na rodovia TO-255 e

TO -030 que interligam os municípios tocantinenses de Ponte Alta e Mateiros ao Estado da Bahia (TO-255 /TO 247) e Novo Acordo – São Félix do Tocantins ao Estado do Maranhão (TO- 030) (CARNEIRO, 2008). Esta realidade compromete a implantação de estrada – parque em rodovias, uma vez que nesta categoria de UC, embora de uso sustentável seja proibido este uso, como estratégia de manejo da área.

Considera-se ainda, que a Rodovia TO 030 está situada entre os dois municípios de Novo Acordo e São Félix, e estes possuem uma infra-estrutura insuficiente para o recebimento do ecoturismo conforme discutido anteriormente no capítulo de Uso turístico da rodovia TO 030 e sua relação com o Pólo Ecoturístico do Jalapão.

7 – Existência de um Plano de uso ecoturístico implantado com a participação pública (sim/não).

Constatou-se neste estudo a ausência de um Plano de uso ecoturístico para a região estudada. Sendo assim, este indicador quantitativo e perceptivo aponta a necessidade de elaboração de um plano de uso ecoturístico do Jalapão que tenha a participação pública, para que haja a ordenação e controle do lugar de destino. O mesmo deve atender as premissas da legislação e ter supervisão na sua aplicação para disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. Este plano tornar-se-á um subsídio à administração da estrada-parque e seu faixa limite no que se refere à visitação da área. Poderão ser discutidas neste as estratégias do uso ecoturístico relacionadas à cobrança e administração de taxas, roteiro de percurso, operadoras de ecoturismo, participação comunitária, entre outros.

8 - Controle e limitação do impacto ambiental do ecoturismo (sim/não).

No estudo realizado por Ferreira, Reis e Adorno, (2007) foram constatados alguns dos impactos ambientais gerados pelo turismo no Jalapão, sendo assim, este indicador qualitativo refere-se à necessidade de implantação nos destinos turísticos de: sistema de tratamento de água, existência de serviços de coleta de lixo, gestão de resíduos sólidos, controle do volume de resíduos produzidos nos destinos (atrativos) por ano e manutenção de uma imagem de limpeza nos locais (OMT, 2005).

9 – Capacidade de carga dos atrativos estabelecida e monitorada (sim/não).

Este indicador quantitativo e perceptivo aponta a importância de definição e controle da capacidade de carga dos atrativos existentes no roteiro de percurso de uma estrada-parque (EP), para proposição de ações de manejo e a elaboração de um sistema de monitoramento dos atrativos como estratégia de prevenção de impactos ambientais decorrentes do potencial uso turístico.

Segundo Ferreira, Reis e Adorno, (2007) cinco atrativos turísticos do Parque Estadual do Jalapão, localidade que recebe o maior fluxo turístico na região, possuem manejo inadequado da visitação e/ou visitação acima dos limites adequados à capacidade dos atrativos. Por isso a importância de se estabelecer este indicador, capacidade de carga, para o planejamento e manejo ecoturístico de uma EP.

10 - Gestão integrada das Unidades de Conservação (UC's) do Jalapão (sim/não).

É um indicador qualitativo que apresenta a necessidade de gestão adequada dos recursos naturais promovendo ações e políticas de preservação e conservação da biodiversidade de acordo com os objetivos das categorias de UCs existentes e as UCs com recomendação de implantação. Considerando que a implantação de uma estrada-parque (EP) no Jalapão, é indispensável que haja uma inter-relação entre as UCs existentes e a EP, uma vez que esta categoria de UC seria uma zona de manejo das demais UCs.

Desta forma, este indicador foi investigado junto aos moradores do município de São Félix (zona urbana) e aos turistas, através da questão: “Considera necessária ou desnecessária a conservação da paisagem ao longo rodovia TO 030 como um tipo de unidade de conservação e por quê?” A maioria, 85%, dos moradores e dos turistas consideram esta estratégia necessária, em suas falas destacam-se “para preservar e tornar a viagem mais agradável” (turista 49); “para manter a paisagem, evitar redes de energia e queimadas” (morador 18) e “por ser um lugar único” (morador 17). O que demonstra uma preocupação em conservar os recursos naturais existentes e uma aceitação dos entrevistados em relação a unidades de conservação.

11 - Número de focos de queimadas controlados.

Este é um indicador quantitativo e qualitativo que aponta a necessidade de controlar os focos de queimadas na região, considerando a necessidade de conservação ambiental devido à periodicidade do uso desta prática e a vocação ecoturística.

O estado do Tocantins no ano de 2008 ocupou o 5º lugar no país, com 8.840 focos de queimadas. Sendo que a APA do Jalapão teve neste ano 610 focos dos 1.815 registrados para as UCs estaduais do Tocantins, ocupando o 2º lugar entre as UCs. Os municípios de Novo Acordo apresentou 72 focos e de São Félix 45 focos de queimadas (INPE, 2008). Estes dados apontam a situação em relação às queimadas dos municípios em que está a rodovia TO 030 e da APA Jalapão, considerando que esta abrange ainda dois outros municípios (Ponte Alta e Mateiros).

Nos pontos de coletas amostradas para a identificação da vegetação verificou-se no período de um ano, que 81% destes pontos foram queimados neste intervalo. Sendo que os dados obtidos sobre a percepção dos turistas revelam que a maioria (60%) aponta a queimada como prejudicial ao ambiente e em suas falas há expressões de tristeza e indignação, como na fala do turista “Nossa vida, terror! Destruindo a fauna e a flora, degradante, sou contra” (turista 14) e foi observada ainda outra sensação sobre a queimada, percebida na fala do turista como “Chocante, impactante, transmite a sensação de um ambiente que não está sendo cuidado” (turista 3), sendo que a sensação de descuido pode induzir percepções e atitudes de uso predatório da região.

Foi constatado nas percepções dos moradores entrevistados que a maioria possui preocupação quanto ao uso desta prática na região, todavia a necessidade de usar o fogo como forma de manejo para o pasto e por acreditarem que o cerrado pre-

cisa queimar para sobreviver, fazem com que as queimadas aconteçam anualmente atingindo grandes áreas e causando danos ambientais. Para o ecoturismo as queimadas prejudicam a beleza cênica e transmitem aos turistas sentimentos de tristeza para com o lugar, como demonstrado anteriormente.

12 - Manutenção frequente da rodovia (sim/não).

Este indicador que aponta como característica da via apenas o revestimento primário, pois um dos maiores problemas da pavimentação, além da fragmentação dos ecossistemas percebidos principalmente pelos danos a fauna, é o tráfego intenso e o desenvolvimento indesejável e desestruturado que a mesma traz consigo (SORIANO, 2006). Sendo que a manutenção da via deve ser periódica de forma que apresente boas condições de rodagem, ao contrário das condições atuais.

Os dados apontam que a Rodovia TO 030 para os moradores possui um significado prático, sendo uma via de acesso para atender as suas necessidades básicas de transporte, de produção e locomoção intermunicipal. Quando questionados sobre o que mudariam na estrada, afirmaram 61% que seria a implantação de pavimentação asfáltica para melhorar o acesso, uma vez que a manutenção da via não tem sido frequente para garantir boas condições de tráfego.

Quanto aos turistas entrevistados, quando questionados se as condições da via influenciaram e ou dificultaram o seu acesso e por que, a maioria dos turistas 64%, respondeu afirmativamente apontando que a estrada estava em condições ruins de tráfego, como revela um turista em sua fala “Sim, as condições precárias causa desconforto, insegurança e prejuízos” (turista 10) acrescenta ainda outro turista que “se a estrada fosse melhor viria mais vezes (turista 41)”.

13 – Passivos ambientais recuperados (sim/não).

Além da manutenção frequente da via, há a necessidade de recuperação dos passivos ambientais existentes na mesma e na faixa de domínio, sendo que as erosões são os passivos que se apresentam em maior quantidade, 142 foram identificados na rodovia TO 030 (CÉSAR, 2008), estes comprometem a trafegabilidade na via e a integridade da paisagem. Outros passivos ambientais também são significativos, pois, comprometem a beleza cênica e a conservação do lugar, como a poluição visual (provocadas pela instalação de redes de energia elétrica), as áreas de empréstimos às margens da Rodovia, os resquícios de pontes de madeira e o desmatamento.

II - Dimensão Social: a ênfase é dada à presença do ser humano na ecosfera. A preocupação maior é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição (BELLEN, 2007).

14- Participação comunitária na gestão da estrada-parque (EP) e nas atividades de ecoturismo (sim/não).

Este é um indicador conceitual, pois será inserido no processo quando for implantada uma estrada – parque na região, no entanto, foi selecionado como necessário a partir do estudo bibliográfico e da visita a estradas-parques já implantadas. Este indicador refere-se à participação da comunidade no conselho gestor desta categoria de UC, bem como, o interesse comunitário em participar do planejamento e da gestão do turismo para que este se desenvolva de forma sustentável. Esta organização e envolvimento da comunidade têm que ser de iniciativa do órgão responsável pela administração da EP.

15- Bem-estar das comunidades receptoras do ecoturismo (questionário).

Refere-se ao grau de satisfação da população local para com as questões do desenvolvimento, da participação, dos ganhos econômicos advindos do ecoturismo e da degradação de um modo geral (FILETTO, 2007).

De acordo com os dados da pesquisa a maioria dos moradores considera o turismo como positivo para a região, mas aponta a falta de infra-estrutura para receber o turista e os prejuízos ambientais que esta atividade tem trazido. Sendo que os proprietários de fazendas em relação aos moradores da cidade, apostam no turismo como uma alternativa para o desenvolvimento da região e possuem interesse em oferecer produtos aos turistas.

No entanto, fica claro a partir da insatisfação dos moradores que o tipo de turismo predominante na área estudada não condiz com o ecoturismo, uma vez que os moradores acreditam que pode haver mais incentivo para que esta atividade tenha mais resultados, e não tenham em sua região, turistas que “passam e deixam apenas poeira e buracos na estrada” (morador 4).

16 - Satisfação dos ecoturistas e visitantes (questionário).

Refere-se ao nível de satisfação do visitante quanto: ao lugar de destino ecoturístico, a relação qualidade de produtos e o preço, a infra-estrutura e os serviços oferecidos (OMT, 2005).

De acordo com os Indicadores propostos pela OMT (2005), a satisfação dos turistas é verificável através daqueles que retornam ao destino. Considerando tal indicador, foi perguntado aos turistas entrevistados se desejavam retornar ao Jalapão e por quê. Significativamente a maioria, 98% afirmaram positivamente, o que corrobora com o trabalho de Dutra *et al* (2008). Sendo que as razões para o retorno da maioria (52%) foram pelas belezas do lugar, o que corrobora com o estudo de Senna (2008) onde a maioria (36%) dos turistas respondeu que a motivação de conhecer o Jalapão foi o contato com a natureza.

Quando questionados sobre quais os serviços inexistentes que consideravam interessantes de serem implantados na rodovia TO 030, e estes informaram: lanchonetes e restaurantes (22%), melhores condições na estrada (18%), placas informativas (16%) e outros. O que demonstra que embora haja o desejo de retornar ao Jalapão pela maioria, estes apontam melhorias para o turismo na região.

17 - Atividades alternativas para o desenvolvimento local identificada e implantada (sim/não).

Este indicador aponta a necessidade de um estudo detalhado para identificar as vocações ecoturísticas da região, as alternativas e programas de incentivo ao desenvolvimento local.

De acordo com dados deste estudo, atualmente a ocupação econômica da maioria dos moradores ao longo da rodovia TO 030, é a agricultura e a pecuária de subsistência, sendo que apenas dois dos onze entrevistados já oferecem produtos como lanches e refeições aos turistas, que são o Comercial Morro Vermelho e o Café do Agresto. Mas 91% dos sujeitos pesquisados, afirmaram que se tivessem condições ofereceriam algum tipo de serviço ao turista e quando questionados sobre qual serviço ofereceriam, a maioria 37%, apontaram que montariam uma lanchonete, sendo que os demais serviços citados foram: turismo rural, restaurante, hotel fazenda e passeios ecoturísticos (banho de cachoeira e andar a cavalo).

Foram citados pelos entrevistados, os aspectos que os impedem de fazer tal investimento são: a ausência de estímulos dos governos, a falta de energia elétrica, de estradas em boa condição de tráfego e de divulgação. Pois, os mesmos vêem o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento econômico regional.

Considerando os dados obtidos, este indicador versa sobre a importância do desenvolvimento regional, mas devem ser consideradas as expectativas das comunidades envolvidas, o potencial da região para o ecoturismo e demais atividades, e a necessidade de implantação de políticas que objetivem tal desenvolvimento.

18 – Existência de organização entre os atores locais para oferecimento de produtos.

Foi constatada neste estudo a ausência de organização na forma de cooperativas ou associações entre os moradores das comunidades no oferecimento de produtos aos visitantes. Pois, 90% dos moradores entrevistados, afirmou que ofereceriam produtos caso tivessem incentivos, entre eles o aumento do fluxo turístico e infraestrutura. Este indicador tem uma dependência do anterior no sentido de identificação e implantação de alternativas de renda para as comunidades, e uma vez consolidadas tais ações, é necessário que haja uma organização entre os atores locais para estes possam divulgar o ecoturismo como um todo na região e não apenas o seu próprio empreendimento.

19 - Porcentagem de atendimento das demandas locais por serviços públicos.

As demandas locais da região estudada são: coleta de lixo, abastecimento de água tratada, rede elétrica, destinação adequada e tratamento de resíduos sólidos, estrada em boas condições de tráfego, linha de transporte intermunicipal funcionando, entre outros. Estes dados devem ser considerados para o planejamento de ecoturismo na região, principalmente com atividades de educação ambiental para as comunidades.

III - Dimensão Cultural: está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos (SACHS, 1986). Apesar da importância desta dimensão, os indicadores propostos não são resultados de trabalho de campo, são conceituais, selecionados a partir da bibliografia, pois, se apresentam como fatores que serão inseridos no processo quando for implantada uma estrada – parque na região.

20 - Conservação do patrimônio cultural (questionário).

A visitação turística em uma determinada região pode comprometer os hábitos e costumes das comunidades nela inseridas, sendo que a cultura guarda, de fato, certa relação com a proximidade, com o ambiente geográfico, com o local (SILVA, 2006). Desta forma, este indicador conceitual, apresenta a necessidade de ações integradas e efetivas que levem à conservação do patrimônio cultural, envolvendo as questões ambientais legislação, educação ambiental, alternativas de renda, gestão e manejo das áreas, todos estes influenciados pela cultura dos usuários.

21 - Atividades de interpretação e educação ambiental desenvolvidas (sim/não).

Este indicador perceptivo aponta a necessidade de uma educação e interpretação do patrimônio ambiental e cultural para a população local, atores sociais e visitantes.

Apesar da região do Jalapão ser denominada como um Pólo Ecoturístico, ainda não foi elaborado um Plano de uso ecoturístico que defina os objetivos e possíveis usos da região, desta maneira não há trabalhos de educação ambiental para moradores e nem visitantes que chegam aos atrativos turísticos.

Os dados deste estudo revelam alguns problemas como impactos e passivos ambientais, que apontam a necessidade de estratégias de conscientização da comunidade e visitantes quanto à importância e uso sustentável dos recursos naturais, como também, para melhor compreenderem as inter-relações ambientais e a importância de uma unidade de conservação.

Tais atividades podem ser inseridas na educação formal de ensino das comunidades, como também, a utilização de palestras informativas e capacitações para toda a comunidade. E para os ecoturistas, educação no âmbito informal, como placas interpretativas, guias capacitados e serviços de informações.

IV - Dimensão Espacial: refere-se à capacidade de suporte do planeta, ante o crescimento desenfreado da população e suas conseqüentes características, como ocupação irregular do espaço, migração, etc. (SACHS, 1986).

22 - Controle do número de visitantes em relação ao número de moradores locais (sim/não).

Este indicador apresenta a necessidade do controle do número de visitantes em relação ao número de moradores locais, considerando os períodos de alta e baixa temporada. De acordo com os dados dessa pesquisa os períodos de maior visitação no Jalapão nos atrativos do município de Mateiros, são nos feriados de carnaval, semana santa, sete de setembro e no mês de julho.

De acordo com os dados dessa pesquisa os períodos de maior visitação no Jalapão nos atrativos do município de Mateiros, são nos feriados de carnaval, semana santa, sete de setembro e no mês de julho.

Os municípios do Jalapão possuem baixa densidade populacional, sendo assim, um fluxo turístico concentrado no mesmo local e data podem causar problemas às comunidades e aos recursos naturais.

Quanto aos recursos naturais, no trabalho de Ferreira, Reis e Adorno (2007) sobre o atrativo Cachoeira do Formiga, que deve receber no máximo oito grupos com 21 visitantes cada, ao longo do dia para que tenha sua capacidade de carga respeitada, a observação de alguns dados de fluxo obtidos durante os principais picos de visitação em 2006, indica que apenas no dia 7 de setembro o número de visitantes superou a capacidade de carga aqui sugerida. Estes dados apontam que o fluxo turístico no atrativo é superior à capacidade de carga do mesmo em períodos de alta temporada.

23 - Especulação imobiliária e o ecoturismo elevam preços de moradias e de produtos básicos para a comunidade local (sim/não).

Com o desenvolvimento do ecoturismo em algumas regiões é comum o aumento dos preços de terras e de produtos comerciais. Foi o que ocorreu com a criação do Parque Nacional Chapada Diamantina, fato que se repetiu em Chapada dos Guimarães – MT. Na região do Jalapão este ainda não é um problema porque o ecoturismo ainda não está consolidado na região como a principal atividade econômica, mas poderá vir a surgir com a implantação de uma estrada-parque.

Sendo assim, este é um indicador conceitual, pois depende da consolidação do ecoturismo na região como atividade econômica. O mesmo aborda a necessidade de controle e minimização deste impacto turístico para que não haja êxodo rural provocado pela procura de terras na região do Jalapão visando o investimento no ecoturismo. Como também, que não haja aumento dos produtos básicos para a comunidade local, devido aos valores a serem cobrados aos visitantes.

24 - Porcentagem de permanência dos moradores da zona rural.

Refere-se à necessidade de equilíbrio entre moradores na zona rural e na zona urbana de forma que não haja uma concentração maior nas cidades, o que demonstraria a satisfação dos moradores das propriedades rurais com sua ocupação econômica em permanecer em suas moradias, podendo ter ligação ou não com o ecoturismo.

Os dados apontam que a maioria (82%) dos moradores de propriedades rurais possuem renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, o que demonstra um baixo poder aquisitivo e que 82% utilizam a terra para agricultura e pecuária de subsistência. Sendo que estes vêem no turismo uma alternativa de desenvolvimento, o que requer um planejamento para a implantação do ecoturismo de forma que sejam envolvidas as comunidades locais e sejam também consideradas as dimensões de sustentabilidade para o uso dos recursos naturais, procurando assim, evitar impactos negativos desta implantação.

Devem ser considerados ainda os valores afetivos dos moradores quanto ao lugar onde moram, que está relacionado com a valorização do lugar onde residem, com a terra da qual sobrevivem e com o bem-estar que o lugar lhe propicia.

V - Dimensão Econômica: abrange a alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada, considerando a escassez dos mesmos (BELLEN, 2007).

25 – Porcentagem de recursos arrecadados por meio de taxas turísticas e destinação destas para a estrada-parque.

Este indicador verifica o volume de taxas arrecadadas com o ecoturismo e a sua destinação de acordo com a gestão da estrada-parque (EP). Algumas das possíveis taxas a serem estabelecidas numa EP são: o estabelecimento de pedágio, ingresso único para visita aos atrativos e outros. Sendo que a administração dos recursos deve estar vinculada ao conselho gestor da EP.

Foi questionado aos turistas se pagariam alguma taxa de conservação e administração para manter uma unidade de conservação (UC) quando usadas por eles, destes apenas 12% afirmaram que não estariam dispostos a pagar uma taxa. Embora a maioria (88%) se disponha a pagar uma taxa, 40% destes afirmam que só pagariam se constatassem algum retorno em relação às melhorias na estrada e na conservação da natureza.

E quanto ao valor que estavam dispostos a pagar, variou entre R\$ 5,00 e 50,00, tendo sugestão para ingresso único de toda a alça viária de R\$ 150,00.

Estes dados apontam que a maioria dos turistas possui uma boa receptividade à cobrança de taxas para visita, mas estes apresentam certo descrédito quanto à administração deste recurso ser realizada pelo governo como revela o turista em sua fala “pagaria aos moradores locais e não para o governo” (turista 7).

26 - Porcentagem de contribuição do ecoturismo para a economia local.

Este indicador busca verificar a proporção da atividade econômica local gerada unicamente pelo ecoturismo. A contribuição financeira dos serviços oferecidos ao ecoturismo na renda familiar dos envolvidos será um indicador quantitativo e perceptivo

para a qualidade de vida dos moradores e a sua satisfação com as atividades turísticas desenvolvidas na região.

A expectativa dos moradores das propriedades rurais ao longo da TO 030, em relação ao turismo como gerador de renda para a região é alta. A maioria, 90%, afirmou que ofereceriam produtos caso tivessem incentivos, entre eles o aumento do fluxo turístico. Considerando a baixa renda da maioria destes moradores, o turismo seria uma forma de melhorar esta renda.

27 - Porcentagem de oferecimento e consumo dos produtos locais pelo ecoturismo.

O envolvimento da comunidade local para oferecer serviços para o ecoturismo e a venda destes produtos é um indicador importante para o ecoturismo, considerando ainda, que os ecoturistas se interessam pela cultura das comunidades e por isso buscam adquirir os produtos locais.

Atualmente no Jalapão o produto artesanal de maior interesse turístico são as peças ornamentais de capim – dourado, embora já existam outros produtos do cerrado sendo oferecidos, tais como, farinha de jatobá, doce de buriti, ornamentos de buriti e outros (ADORNO *et al.*, 2008) estes são encontrados no município de Mateiros. O que aponta as potencialidades de geração de renda para as comunidades de outras áreas do Jalapão, como forma também de diminuir a pressão nos ambientes naturais com o uso da pecuária e da agricultura.

28 – Porcentagem de aumento no desenvolvimento econômico da população local.

É um indicador que verifica se houve aumento no desenvolvimento econômico das comunidades locais a partir do ecoturismo. Esta investigação poderá ser realizada através de pesquisa com a comunidade

A comunidade de Mumbuca no município de Mateiros no Jalapão, segundo o trabalho de Santos, *et al.* (2007), teve com o incremento da atividade turística, o aumento do indicador emprego e renda que cresceu 1.321,96%, sendo o item com maior crescimento na composição do índice de qualidade de vida investigado neste estudo. Anteriormente a comunidade tinha um rendimento inferior a um salário mínimo, sendo que a população se estabelecia sócio-economicamente, como produtora agrícola de subsistência e a sobra vendida para aquisição de outros produtos de primeira necessidade. Este aumento deve-se ao artesanato de capim-dourado. A renda desses produtos é o principal sustento das famílias, que admitem terem aumentado seus rendimentos, especialmente nos meses de julho, agosto, dezembro e janeiro, quando aumenta o fluxo de turistas, melhorando suas condições de vida.

Conclusões

A matriz de indicadores proposta como resultado final responde aos questionamentos iniciais sobre como deve ser a implantação de estrada-parque no Jalapão.

Através dos resultados obtidos podem ser traçadas estratégias para a conservação ambiental e gestão pública, como também, o incentivo de pesquisas que viabilizem uma manutenção e gestão viária pautada na preservação ambiental.

Todavia, de acordo com Soriano (2006), o trecho estudado da Rodovia TO 030 se enquadra na categoria de Estrada – Ecológica por atravessar a APA do Jalapão e também o entorno do PEJ. Sendo assim, o que se propõe é que a estrada passe efetivamente a ser uma zona de manejo da APA do Jalapão e do PEJ atenuando os impactos negativos oriundos da implantação e funcionamento do trecho analisado.

A estrada-ecológica, segundo Soriano (2006), tem como principais objetivos de manejo a promoção da educação ambiental, recreação, turismo e lazer. Integração sociedade e unidade de conservação e conservação da paisagem cultural e natural.

Qual a melhor saída para a estrutura da Rodovia TO 030? Para tal questão, considera-se essencial que sejam solucionados os problemas relativos à ordenação do turismo na região, a implantação da infra-estrutura necessária à administração das UCs e em parceria com a comunidade seja discutida a infra-estrutura da estrada-ecológica. Para que não se repita a situação observada nas estradas-parque do Mato Grosso e outras do Brasil, existentes apenas nos decretos de criação, mas que não possuem ações de manejo e nem participação comunitária.

A implantação de estrada-parque (EP) no Brasil em Rodovias tem se mostrado uma estratégia ineficaz quanto aos objetivos de manejo, principalmente relacionados à estratégia de proteção da biodiversidade e da paisagem. Uma vez que a implantação de EP tem sido para a li ligação intermunicipal ou dentro de um parque, e não como destino ecoturístico, as mesmas não são aproveitadas pelo potencial cênico existente. O que na maioria dos casos não possibilita restringir o uso das vias de acordo com as necessidades de manejo de uma EP. Sendo assim, nenhuma rodovia para ser coerente com a categoria de UC, deveria ser enquadrada como EP.

Pergunta-se então, é viável a implantação de estrada-parque como unidade de conservação na região do Jalapão? Sim, pode ser uma alternativa viável para auxiliar no ordenamento territorial e no manejo da região. No entanto, para que esta proposta seja viável devem ser considerados os seguintes critérios:

- A implantação legal como uma unidade de conservação, que implica na implantação do plano de manejo e de uma infra-estrutura de administração;
- Os princípios do ecoturismo: utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e incentivar a sua conservação, envolvendo as comunidades receptoras no processo de forma que promova o seu desenvolvimento;
- A implantação do mosaico de unidades de conservação do Jalapão para que

a estrada-parque seja uma zona de manejo para tais UCs.

- Que haja a integração entre o órgão responsável pela manutenção da estrada (DERTINS) e pelo órgão ambiental (NATURATINS) para que o manejo da área seja coerente à proposta da categoria de EP.
- Considerar a matriz de indicadores apresentada neste estudo como uma ferramenta para a implantação e monitoramento de EP.

Os indicadores propostos neste estudo para a região do Jalapão geraram uma ferramenta a ser utilizada para a análise de projetos de EP a serem implantados, e que tenham como objetivo o uso sustentável da área através da implantação de uma categoria de unidade de conservação para o manejo e para o desenvolvimento do ecoturismo. Servindo ainda como um desmistificador de propostas de EP que não sigam os objetivos a que se propõe esta categoria.

Nesse sentido, recomendam-se estudos relacionados à aplicação dessa ferramenta em outras estradas do Jalapão, que não seja uma rodovia, para serem identificadas as áreas potenciais de implantação de estrada-parque.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R. M. P. Estrada Parque Pantanal: uma ferramenta de conservação da biodiversidade Pantaneira. **Dissertação** de mestrado do curso de Gestão e política Ambiental, UnB, Brasília, 2001.

ADORNO *et al.* **Relatório do NEATUS. Considerações sobre a geração de Impactos Ambientais do Rally Internacional dos Sertões na Região do Jalapão.** Universidade Federal do Tocantins, NEATUS. Julho a outubro, 2006.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CARNEIRO, B. M. Implantação de vias e manejo de áreas protegidas na região do Jalapão: a Rodovia TO 110 e o seu entorno. **Dissertação** (Mestrado em Ciências do Ambiente) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2008.

CESAR, B. R. Levantamento dos passivos ambientais da Rodovia TO 030 no trecho Novo Acordo a São Félix do Tocantins. **Monografia** em conclusão. Curso de Engenharia Ambiental da UFT, 2009.

DUTRA, V.C.; SENNA, M.L.G.S.; FERREIRA, M.N.; ADORNO, L.F.M. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 8, N° 1, 2008.

FERREIRA, M.N.; REIS, E.S.; ADORNO, L.F.M. Caracterização dos impactos do uso público no Parque Estadual do Jalapão. In: **V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 2007, Foz do Iguaçu. Anais do V Congresso Brasileiro de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário, 2007.

FILGUEIRAS, T. S.; SILVA, P.E. N.; BROCHADO, A. L.; GUALA II, G. F. Caminhamento – um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. **Cadernos de Geociências**, v. 2, n. 4, 1994.

FILETTO, F. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em Unidade de Conservação. **Tese** de Doutorado. UFLA, Lavras - MG, 2007.

FUNBIO. **Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo**. Dezembro, 2000. Disponível em: www.funbio.org. Acessado em 06 ago. 2007.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling and Assessment**. n. 1, p. 101-117, 1996.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

MACHADO, L. M. C. P. Qualidade ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos. In: MARTOS, H. L.; MAIA, N. B. (org.). **Indicadores ambientais**. Sorocaba: A. N., 1997.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.41-59, jan./abr. 2000

MOLINA, E. S. **Turismo e Ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OMT - ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos, guía práctica**. Madrid, España: Impreso por la Organización Mundial del Turismo, 2005.

PUPPIM de OLIVEIRA, J.A. **Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental: Lições das Experiências Nacional e Internacional**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais : NEAMA, 2003.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: Sano, S., Almeida, S. P. (Ed.) **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina, DF: EMBRAPA-CPAC, 1998.

RUSCHMANN CONSULTORES. **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão – PROECOTUR**. São Paulo, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. SP. Vértice. 1986.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, E.G.; ARMOND, F.N.; NUNES, I.H.; SENNA, M.L.G.S.; PARENTE, T.; MORAES, P.B.; RODRIGUES, W. Sustentabilidade e Desenvolvimento Local: A comunidade de Mumbuca e o turismo da região do Jalapão. **Revista OLAM Ciência e Tecnologia**. v. 7; n. 3, p. 242-261, Dezembro, 2007.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Jalapão – APA**, 2003. Disponível em: < [/www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br)>. Acesso em: 10.03.2008.

SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Base Cartográfica Digital Contínua – GeoTocantins**. Diretoria de Zoneamento Ecológico e Econômico, Palmas, 2002.

SENNA, M. L. G. S. Percepção e representação ambiental dos guias/condutores de turismo e dos turistas do Parque Estadual do Jalapão/TO, como fator influenciador da prática ecoturística, 2008. **Dissertação** de mestrado em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: 2008.

SILVA, L. C. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, L. C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SORIANO, A. J. S. Estrada-parque: proposta para uma definição. **Tese** de Doutorado. Rio Claro, Unesp, 2006.

WHYTE, A. **Guidelines for Fields Studies Inenviromental Perception**. MAB Technical Notes %, Paris: UNESCO, 1977.

Agradecimentos

A todos que colaboraram com este estudo.

Ao Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, pela bolsa de estudos.

À Universidade Federal do Tocantins e ao Núcleo de Estudo Estratégicos e Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável - NEATUS.

Eliane Marques dos Santos: Bióloga, mestre em Ciências do Ambiente, professora assistente do curso de Ciências Biológicas - UFT.

Email: biologa.eliane@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291006759659655>

Lúcio Flavo Marini Adorno: Prof. Adjunto, curso de Ciências do Ambiente - UFT.

Email: drlucioflavo@uft.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3907675985493595>

Paula Benevides de Moraes: Profa Adjunta, curso de Ciências do Ambiente - UFT.

Email: leymoraispb@uft.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8545749738251622>

Data de submissão: 02 de novembro de 2009.

Data do aceite: 09 de abril de 2010.



Projeto Monitores Marinhos (MOMAR): proporcionando uma nova visão dos ambientes marinhos capixabas

***Maria Elisa Tosi Roquette, Flavio Pavan Filho,
Thiago José Fagundes e Costa, Renata Costa Carvalho***

RESUMO

Com o aumento populacional, turístico e econômico ao longo do litoral brasileiro, cada vez mais é necessária a realização de levantamentos e monitoramentos de comunidades biológicas e seus fatores governantes, bióticos ou abióticos, pois estes estudos auxiliam o entendimento de como os fatores antrópicos podem interferir nas comunidades biológicas. A preservação dos ambientes recifais se torna cada vez mais necessária diante a problemática encontrada em nossos sistemas marinhos. O primeiro passo em direção a preservação é o conhecimento acerca do que se pretende preservar. O conhecimento é fundamental para que se estabeleçam ações visando à educação ambiental. Conhecendo os ambientes marinhos é possível apresentar às pessoas a verdadeira importância ecológica e turística dos oceanos. Iniciativas de monitoramento marinho vêm sendo desenvolvidas em projetos como o Reef Check, Coral Vivo, entre outros, buscando a compreensão dos sistemas recifais. O projeto MOMAR é mais uma iniciativa com o objetivo de aplicar metodologias novas e não destrutivas que busca a formação de uma base de dados que auxilie a compreensão e conservação dos ambientes marinhos do estado do Espírito Santo, área de alta prioridade para conservação e que não conta com iniciativas de monitoramento. O projeto possui o intuito de estabelecer monitoramento em longo prazo, conhecendo e divulgando a realidade de nossos ambientes marinhos para a sociedade, além de fornecer subsídios aos gestores ambientais para o manejo de sistemas recifais e oportunidades de estudos científicos para estudantes e pesquisadores do estado. A divulgação dos resultados ocorrerá por meio de cartilhas, palestras em faculdades, escolas, congressos e simpósios, além da produção de material para distribuição em escolas da rede pública e privada. Com isso, pretendemos sensibilizar e conscientizar turistas, praticantes de pesca e caça submarina e de mergulho autônomo para um maior conhecimento dos organismos encontrados durante a prática. As campanhas para a coleta de dados serão realizadas utilizando metodologias de censo visual e de fototransparência. Os dados coletados serão colocados em planilha padrão para análises, confecção de trabalhos científicos e divulgação de dados para a sociedade em geral. Os dados proporcionarão a confecção de guias de identificação de peixes e bentos, que apresentarão informações sobre a situação de ameaça (IUCN), categoria trófica e ecologia. A efetivação do projeto MOMAR permitirá a criação de um registro permanente da diversidade. O monitoramento constante de áreas permitirá a constatação do estado de conservação e ajudará a garantir a proteção, manutenção e o conhecimento da vida marinha.

PALAVRAS-CHAVE: Ambientes Marinhos, Monitoramento, Conservação.

Marine Monitors Project (MOMAR): providing a new view of marine environments of Espírito Santo state, southeastern Brazil

ABSTRACT

With population, tourism and economic development increase along the Brazilian coast, is increasingly necessary to carry out surveys and monitoring of biological communities and their governing factors, biotic or abiotic, since these studies aid the understanding of how anthropogenic factors may interfere biological communities. The preservation of reef environments becomes increasingly necessary behind the problems found in our marine systems. The first step toward preserving is the knowledge about what is to be preserved. Knowledge is essential to establish actions aimed at environmental education. Knowing the marine environment it is possible to provide people the true ecological importance of the oceans and tourism. Marine monitoring initiatives have been developed in projects such as Reef Check, Coral Vivo, among others, seeking the understanding of reef systems. MOMAR Project is an initiative aiming to implement new and improved non-destructive methodologies that pursues the development of a database to assist the understanding and conservation of marine environments of the Espírito Santo State, an area of high priority for conservation and has not monitoring initiatives. The project has the aim of establishing long-term monitoring, disseminating the reality of our marine environment for society, and provides subsidies to environmental managers for the management of reef systems and scientific research opportunities for students and researchers in the state. Dissemination will occur through pamphlets, lectures at colleges, schools, conferences and symposia, in addition to producing material for distribution in public and private schools. We intend to raise awareness and educate tourists, anglers and spear fishing and scuba diving to a greater knowledge of organisms encountered in practice. The collection of data campaigns will be performed using visual census methodologies and Photoquadrat. The collected data will be placed in standard spreadsheet for analysis, preparation of scientific papers and dissemination of results to society in general. The data will provide the preparation of guides to the identification of fish and benthos, which will present information on the situation of threat (IUCN), the trophic categories and ecology. The effectiveness of the MOMAR Project will create a permanent record of diversity. Constant monitoring of areas allows the observation of the condition and helps to ensure the protection, maintenance and knowledge of marine life.

KEYWORDS: Marine Environment, Monitoring, Conservation.

Introdução

O aumento populacional, turístico e econômico ao longo das zonas costeiras de todo o mundo tem elevado a preocupação em relação ao uso dos recursos e preservação das belezas cênicas (SOBHEE, 2004; PINHEIRO *et al.*, 2009). No litoral do Brasil, tanto as atividades de recreação como a pesca possuem enorme importância social e econômica, contudo, encontram-se amplamente desordenadas (TAKAHASHI, 2004; ISAAC *et al.*, 2006). Atividades insustentáveis, como destinação inadequada de resíduos, lançamento de efluentes em corpos d'água, ocupação desordenada da região litorânea, supressão da vegetação costeira, são praticadas naturalmente sem que nem haja consciência pelas ações praticadas.

Uma mudança de paradigma pela sociedade conta com o levantamento e a disseminação de informações sobre o meio ambiente em que estamos inseridos e a reflexão sobre essas atividades. Neste íterim, existe uma demanda para a realização de levantamentos sistematizados de comunidades biológicas e dos fatores bióticos ou abióticos que às influenciam, pois estes dados auxiliam no entendimento de como a antropização pode interferir no ambiente natural. Além disso, conhecer os ambientes marinhos possibilita às pessoas demonstrar a importância ecológica e turística dos sítios oceânicos. Iniciativas de monitoramento marinho vêm sendo desenvolvidas em projetos como o Reef Check, Coral Vivo, Instituto Laje Viva entre outros, buscando a compreensão dos sistemas recifais.

Destacam-se no estado do Espírito Santo muitas atividades turísticas e recreacionais, como o mergulho e a pesca, que são focadas nos ambientes costeiros. Apesar dos impactos inevitáveis de cada atividade ao meio ambiente, devido ao uso e exploração dos recursos (MAGRO, 2001), é possível minimizá-los com gestão e educação, aumentando a qualidade da experiência do praticante e, conseqüentemente, sua disposição em conservar (MORAES, 1999). Iniciativas que envolvem educação ambiental em ambientes marinhos desenvolvidas em Ubatuba, SP, através do *snorkeling* e mergulho autônomo, (BERCHEZ *et al.*, 2007), se mostram eficientes, pois proporcionam ao turista um acréscimo significativo às interrelações entre os compartimentos socioambientais (PEDRINI *et al.*, 2009).

O estado do Espírito Santo possui uma rica diversidade marinha (FLOETER; GASPARINI, 2000; PEREIRA; GUIMARAES, 2002) e aparece como área de alta prioridade para conservação (BRASIL, 2007). Contudo, mesmo com o aumento da prática de atividades que permitem o contato direto com a natureza (TOLEDO, 2002), o estado ainda carece de projetos que visam o ordenamento das distintas formas de uso e a disseminação de uma abordagem ecológica às atividades. O Projeto MOMAR, criado em 2009 no Espírito Santo, visa o preenchimento de lacunas a respeito de monitoramento e conscientização para o uso sustentável dos ambientes costeiros capixabas. Este trabalho tem o objetivo de descrever as principais metas, desafios e resultados do projeto no Espírito Santo.

Propósitos a serem atingidos pelo MOMAR

O Projeto MOMAR é uma iniciativa criada por uma parceria entre uma operadora de mergulho e uma organização não governamental sem fins lucrativos, que ministram cursos de extensão de mergulho científico para alunos de biologia de universidades e pessoas de áreas afins. A utilização da atividade de mergulho autônomo com métodos científicos não destrutivos tem se mostrado um instrumento de importância fundamental na realização de trabalhos de campo em ambientes aquáticos, gerando informações importantes para caracterização do meio ambiente marinho e monitoramento.

Buscando conhecer a realidade dos ecossistemas marinhos do Espírito Santo, bem como seus estados de conservação, o projeto tem como objetivo realizar levantamentos e estudos biológicos dos ambientes recifais capixabas a fim de se estabelecer um monitoramento à longo prazo dos mesmos.

O banco de dados gerados através dos estudos servirá como ferramentas para subsidiar o manejo de sistemas recifais por parte dos gestores ambientais, bem como proporcionar oportunidades de estudos científicos não destrutivos para estudantes e pesquisadores do estado do Espírito Santo.

Além disso, o projeto objetiva atingir à sociedade em geral ao divulgar o conhecimento adquirido, de forma a sensibilizá-la e promover uma conscientização acerca dos problemas ambientais. O projeto visa proporcionar àqueles que já possuem um maior contato com esses ecossistemas, turistas em geral, praticantes de mergulho e pesca, a oportunidade de desenvolverem uma nova visão sobre o ambiente marinho e recursos explorados.

Justificativa

A região costeira do Espírito Santo é habitada por um grande número de espécies tropicais e subtropicais (GASPARINI *et al.*, 2000), possuindo uma alta diversidade de peixes (FLOETER; GASPARINI, 2000), organismos bentônicos (PEREIRA; GUIMARAES, 2002; PEREIRA FILHO, 2008) bem como a ocorrência de quelônios (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999) e mamíferos marinhos (FREITAS NETTO; BARBOSA, 2003). Apesar de sua importância, o litoral tem sofrido com o turismo, urbanização e industrialização desordenadas, o que pode gerar grandes impactos para as comunidades naturais (SOBHEE, 2004). Como foi preconizado por Nixon (1995), o aumento populacional, por si só, não somente impacta a qualidade das águas costeiras, como também aumenta a pressão sobre a pesca, a destruição de habitats e a descarga de resíduos industriais.

Programas de monitoramento ambiental, através do diagnóstico das comunidades bentônicas e de peixes, são importantes para avaliação dos impactos e sustentabilidade das atividades humanas (SABINO; ANDRADE, 2003; FLUCKIGER, 2006) e podem auxiliar na gestão dos ecossistemas. A falta de registros históricos e estudos sazonais encorajam o Projeto MOMAR a um monitoramento a longo prazo, inicialmente

com uma abrangência local (Vitória e Vila Velha), partindo para regional (ES).

As técnicas não destrutivas utilizadas pelo projeto possuem grandes vantagens quando comparadas aos métodos tradicionais de coleta de dados. A captura de imagens no campo apresenta um aumento da eficácia da amostragem e da extensão da área amostrada, mantendo uma boa resolução taxonômica, além do registro histórico permanente que pode ser utilizado para futuras comparações com novas amostras. Os censos visuais da comunidade de peixes permitem uma avaliação ecológica rápida, com um imediato processamento das amostras, permitindo uma eficiente descrição dos ecossistemas.

A falta de informações ecológicas por parte da população humana faz com que atitudes insustentáveis sejam praticadas cotidianamente. Uma nova visão dos ambientes marinhos e recursos naturais é necessária para se alcançar uma relação mais harmônica com o meio em que vivemos.

Metodologia

Áreas de Monitoramento

Inicialmente o projeto abrange os ambientes recifais dos municípios de Vitória e Vila Velha: Ilha do Boi (Gaetas) e Ilha dos Pacotes, respectivamente (Figura 1). A ilha dos Pacotes situa-se a 2 km da linha de costa e Ilha da Gaeta situa-se a 300 metros da costa. Ambas as ilhas são afloramentos rochosos e seus recifes atingem até 15 metros de profundidade.

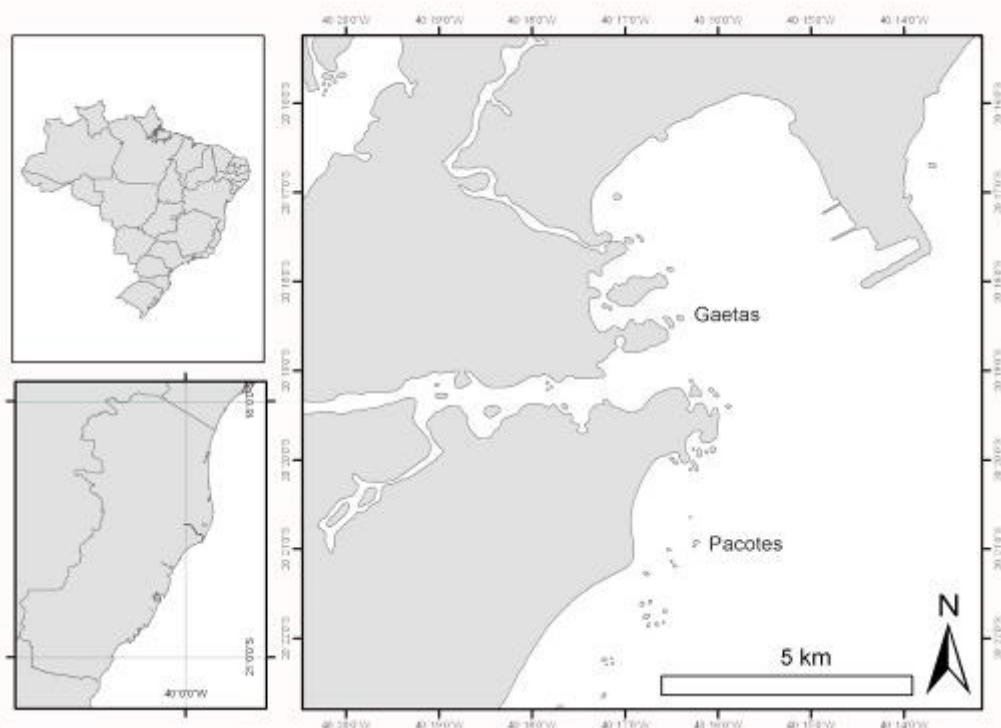


Figura 1. Área de estudo mostrando os municípios de Vitória e Vila Velha com as respectivas ilhas estudadas.

Coleta de dados

Censo visual: a amostragem quantitativa é feita por meio de censos visuais através da utilização do mergulho autônomo, no qual são contadas as espécies de peixes e indivíduos presentes em um transect de 20m x 2m (método denominado “Strip Transect” - Kingsford & Battershil, 2000 – Figura 2A). A contagem é realizada em classes de tamanho: 0-10 cm; 11-20 cm; 21-30 cm e > 40 cm. Além disso, variáveis ambientais como profundidade e complexidade estrutural do fundo (alta, média e baixa) são registradas.

Foto-quadrat: a amostragem da comunidade bentônica (percentual de cobertura) do infralitoral é realizada através da utilização do mergulho autônomo em duplas, utilizando-se um *transect* com o comprimento do recife rochoso, paralelo ao costão onde um registro fotográfico é feito a cada 1 metro de deslocamento (Figura 2B). O equipamento utilizado é feito por uma armação de PVC e máquina digital acoplada, formando um equipamento único. A análise de dados será feita através da metodologia de contagem de pontos escolhidos aleatoriamente nos *quadrats*, com auxílio do software CP-Ce v. 3.6 (Coral Point with Excel Extensions). Esse programa gera aleatoriamente o número de pontos determinados pelo pesquisador, que localiza e identifica os pontos sorteados por sobreposição, e calcula o percentual de cobertura da espécie identificada, a média de cobertura, desvio padrão, erro padrão e o índice diversidade Shannon-Weaver de cada localidade.

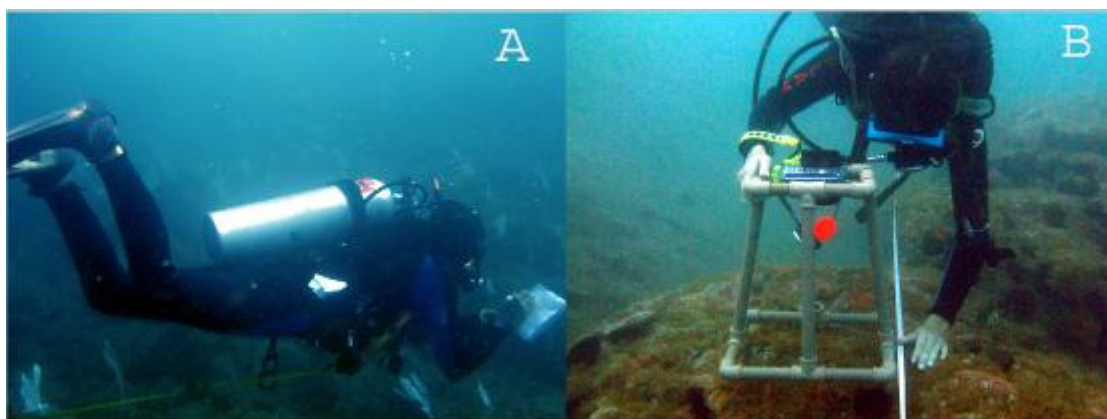


Figura 2. Metodologias utilizadas nos trabalhos, censos visuais das comunidades de peixes (A) e registro fotográfico das comunidades de bentos (B).

Interação com a sociedade

Atividades de mergulho praticadas por todas as operadoras e empresas de mergulho apenas se preocupam em propiciar um mergulho seguro para os pratican-

tes. Nesta primeira etapa do Projeto, praticantes de mergulho estão tendo a oportunidade de interagir de forma diferente com o ambiente marinho recifal, onde são capacitados a reconhecer e estudar novos organismos aquáticos. Esta atividade tem propiciado ao praticante compreender a importância das espécies no ambiente natural e diagnosticar o estado de conservação local, através da presença ou ausência de espécies ameaçadas ou importantes economicamente.

As próximas atividades do Projeto MOMAR envolvem a divulgação dos resultados para a comunidade científica e comunidade capixaba em geral. Serão elaborados artigos científicos e palestras nas universidades visando a divulgação no meio acadêmico. Informações gerais do ambiente costeiro serão apresentadas nas escolas e associações comunitárias a fim de se ressaltar a importância da conservação e do conhecimento marinho.

Os resultados obtidos são ferramentas importantes para a gestão ambiental, uma vez que serão levantados o conhecimento das comunidades faunísticas e a análise sazonal das áreas amostradas, aumentando o entendimento sobre a dinâmica das populações.

Os recursos marinhos são finitos e os ambientes aquáticos estão sendo massivamente modificados pela ação antrópica com consequências incalculáveis. Esperamos que a divulgação desses dados possa mudar o pensamento acerca do ambiente costeiro para a sociedade em geral.

Resultados preliminares

Concernentes ao censo visual foram identificadas espécies pertencentes às famílias Acanthuridae, Chaetodontidae, Pomacentridae, Haemulidae, Pomacanthidae, Tetraodontidae, Sciaenidae, Sparidae, Mullidae, Monacanthidae, Holocentridae, Labridae, Scaridae e Ophichthidae, com destaque para as espécies *Acanthurus bahianus*, *Acanthurus chirurgus*, *Halichoeres poeyi*, *Chromis multilineata* e *Chaetodon striatus*, como as mais abundantes.

Vale salientar que em uma das áreas estudadas, Ilha dos Pacotes, é recorrente a observação da espécie *Gramma brasiliensis*, que se encontra ameaçada de extinção (BRASIL, 2008).

A comunidade bentônica observada compreende organismos importantes à ecologia marinha, como os formadores de estruturas coralinas, bem como organismos ameaçados comercialmente e com risco de extinção.

As espécies zoobentônicas observadas foram os octocorais *Carijoa riisei*, *Heterogorgia uatumanii*, *Muriceopsis sulphurea*, *Phyllogorgia dilatata*, *Plexaurella grandiflora*; os hexacorais *Actinoporus elegans*, *Palythoa caribaeorum*, *Siderastrea stellata*, *Zoanthus sociatus*, *Favia gravis*; o coral fogo *Millepora alcicornis*, o crinóide *Tropometra carinata*; Gorgonocéfalo “estrela-cesto”; o briozoário *Schizoporella unicornis*; os ouriços *Echinometra lucunter*, *Lytechinus variegatus*, *Eucidaris tribuloides*; Esponjas; Hidrozoários e Ascídias. Também foi observada uma grande quantidade de espé-

cies fitobentônicas, organismos fundamentais ao ecossistema marinho, por serem produtores primários de energia, com destaque para algas calcárias incrustantes e articuladas, assim como a Chlorophyta *Halimeda sp.*, espécies com grande importância na formação de recifes de corais, por apresentarem grandes quantidades de substância calcária em suas composições

Perspectivas

Através do presente estudo são feitos levantamentos dos organismos que compõem a comunidade recifal de ilhas costeiras capixabas, além da descrição da estrutura das comunidades de peixes e organismos bentônicos de tais ambientes. Para analisar a influência de fatores antrópicos e/ou ambientais sobre esses sistemas serão feitas análises temporais dessas comunidades.

Todos os resultados dos levantamentos e monitoramento serão trabalhados junto aos órgãos ambientais municipais e estaduais, para que as tomadas de decisão sejam efetivas e os benefícios para a sociedade sejam catalisados.

Para atingir a comunidade, como turistas, admiradores, estudantes, praticantes de caça e pesca, serão confeccionados materiais informativos e desenvolvidas atividades interativas de fácil compreensão acerca da ecologia da fauna marinha, bem como sua conservação. Dessa forma, será possível proporcionar trocas de conhecimento, proporcionando-os uma visão mais ecológica do ambiente, enquanto os mesmos praticam suas atividades de recreação, além de incentivá-los a participar na ajuda à preservação e conservação desses ambientes.

Referências Bibliográficas

BERCHEZ, F.; GHILARDI, N.; ROBIM, M. J.; PEDRINI, A. G.; HADEL, V. F.; FLUKIGER, G.; SIMÕES M.; MAZZARO, R.; KLAUSENER, C.; SANCHES, C.; BESPALC, P. Projeto trilha subaquática: sugestão de diretrizes para a criação de modelos de educação ambiental em unidades de conservação ligadas a ecossistemas marinhos. **Revista OLAM - Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, 2007. nº. 3, v.7, p.181-209

BRASIL.MMA. **Brazilian protected areas**. Brasília: Ministry of Environment. 2007.

BRASIL. MMA. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. Brasília:MMA, 2008.

FLOETER, S.R.; GASPARINI, J.L. The southwestern Atlantic reef fish fauna: composition and zoogeographic patterns. **Journal of Fish Biology**. 2000. v.56, p. 1099-1114.

FLUCKIGER, G. Levantamento fisionômico da comunidade bentônica de um trecho do costão rochoso sul da Praia das Toninhas, Ubatuba-SP (Brasil). **Tese** (Bacharelado). Instituto de oceanografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 45p.

FREITAS NETTO, R.; BARBOSA, L.A. Cetacean and fishery interactions along the Espírito Santo State, Southeastern Brazil during 1994-2001. **The Latin American Journal of Aquatic Mammals**. 2003. nº.2, v.1, p.57-60.

GASPARINI, J. L.; FLOETER, S. R.; GANDOLFI, S. M. Proposta para criação do Parque Estadual marinho Ilhas de Guarapari, Espírito Santo. *In: Anais do V Simpósio de Ecossistemas Brasileiros: Conservação*. Vitória, 2000.

ISAAC, V.J.; MARTINS, A.S.; HAIMOVICI, M; CASTELLO, J.P.; ANDRIGUETTO FILHO, J.M. Síntese do estado de conhecimento sobre a pesca marinha e estuarina do Brasil. *In: ISAAC, V.J.; MARTINS, A.S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J.M. A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006. p.181-186.

KINGSFORD M.J.; BATTERSHILL C.N. Subtidal habitats and benthic organisms of rocky reefs. *In: M.J., KINGSFORD; C.N., BATTERSHILL. Studying temperate marine environments*. A handbook for ecologists. Canterbury University Press & CRC Press, Chistchurch. New Zealand, 2000. p.84–114.

MAGRO, T. C. **Manejo do uso público em áreas naturais protegidas – aspectos naturais e sociais**. São Paulo: Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 2001.

MARCOVALDI, M.A.; MARCOVALDI, G.G. Marine turtles of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IBAMA. **Biology Conservation**. 1999. nº. 91, p.35-41.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. Hucitec./Edusp. São Paulo, 1999. 229 p.

NIXON, S. W. Coastal marine eutrophication: A definition, social causes, and future concerns. **Ophelia**. 1995. nº.41, p.199–219.

PEDRINI, A. G.; ANDRADE-COSTA, E. S; SILVA, V. G; PINA, R.; SABA, M. G.; BERCHEZ, F. Projeto EcoTurisMar: uma proposta de educação/interpretação ambiental para o ecoturismo marinho em áreas protegidas. Estudo de caso preliminar no Parque Estadual da Ilha Anchieta, São Paulo, Brasil. *In: Anais da XI Semana Nacional de Oceanografia*. Belém, 2009.

PEREIRA. A.P.V. & GUIMARÃES, S.M.P.B. Taxonomia e estrutura da comunidade bentônica da praia da Baleia – Manguinhos – Serra (ES). *In: Anais da Reunião Brasileira de Ficologia*, 9. 2002, ES. **Resumos**. Santa Cruz , 2002. 217p.

PEREIRA FILHO, G. H. Caracterização das comunidades marinhas bentônicas de substrato consolidado da Ilha do Francês (ES) baseado em unidades da paisagem. **Tese** (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. 198p.

PINHEIRO, H. T.; FERREIRA, A. L.; MOLINA, R. P.; PROTTI, L. M. C.; ZANARDO, S. C.; JOYEUX, J-C; DOXSEY, J. R. Profile of social actors as a tool the definition of marine protected areas: the case of the Ilha dos Franceses, southern coast of Espírito Santo, Brazil. Technical – Scientific Articles. **Natureza & Conservação**. 2009. v. 7, nº.1, p.181-194.

SABINO, J.; ANDRADE, J.P. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: O mito da sustentabilidade ecológica no rio Baía Bonita (Aquário Natural de Bonito). **Biota Neotropica**. 2003. v.3, nº.2, p.1-9.

SOBHEE, S.K. Economic development income inequality and environmental degradation of fisheries resources in Mauritius. **Environmental Management**. 2004. v.34, nº.1, p.150 -157.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**. 2004. v.2, nº.2, p.1-40.

TOLEDO, R. F.. A educação ambiental em unidades de conservação do estado de São Paulo. **Tese** (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

Maria Elisa Tosi Roquette: Projeto Monitores Marinhos.

Email: mariaelisa_me@hotmail.com

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7440396482864685>

Flavio Pavan Filho: Projeto Monitores Marinhos.

Email: flaviodive@yahoo.com.br

Thiago José Fagundes e Costa: Projeto Monitores Marinhos.

Email: thiagojfc@hotmail.com

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2489670930142889>

Renata Costa Carvalho: Projeto Monitores Marinhos.

Email: recosca@yahoo.com.br

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4288259208337133>

Data de submissão: 03 de novembro de 2009.

Data do aceite: 12 de abril de 2010.

Equipamentos turísticos do Parque Estadual do Itacolomi (MG): análise das instalações e dos atrativos construídos

***Bruno Pereira Bedim, Caiki Flaeschen de Campos,
Tatiana Corrêa Vidal***

RESUMO

A pesquisa analisa os atrativos turísticos construídos que compõem a oferta agregada do Parque Estadual do Itacolomi (MG), incluindo os equipamentos, a estrutura de comunicação do parque e as formas de estímulo à visitação, propondo alternativas de otimização do uso dos mesmos. Foram levantados dados empíricos sobre a superestrutura turística e sobre os componentes operacionais do Programa de Uso Público deste Parque Estadual. A partir da metodologia de inventário, procedeu-se à categorização dos meios de hospedagem (área de camping e alojamentos), alimentos e bebidas, eventos, serviços, transportes, edificações, instalações e atrativos culturais. Diagnostica-se uma concentração geográfica de tais equipamentos na Zona de Uso Intensivo do Parque, a qual se torna cada vez mais frequentada à medida que o mesmo foi aperfeiçoando suas construções e elaborando novos atrativos adequados a um perfil emergente da demanda turística.

PALAVRAS-CHAVE: Equipamentos turísticos, Atrativos construídos, Parque Itacolomi.

Tourist equipments of Itacolomi Park (Minas Gerais – Brazil): analyze of facilities and built touristic attractions

ABSTRACT

This research analyzes the built touristic attractions that make up the aggregate supply of Itacolomi State Park (MG), including equipments, the communication structure of the park and ways to stimulate visitation by proposing ways to optimize its use. Empirical data were collected about infrastructure supporting tourism, superstructure and operational components of the State Park Public Use Program. From the inventory methodology, researchers categorized the types of accommodation (camping area and housing), food and drinks, events, services, transportation, buildings, facilities and cultural attractions. They also diagnosed a geographical concentration of those equipments on the Intensive Use Zone of the park, which becomes more and more crowded as it has improved its buildings and developing new suitable attractions to an emerging profile of touristic demand.

KEYWORDS: Tourist Equipment , Attractive Built, Itacolomi Park, SWOT Analysis

Introdução

A visitação pública em parques nacionais e estaduais vem produzindo e organizando espaços de lazer diferenciados. Segundo Bedim e Tubaldini (2006), a zona de uso intensivo de um parque aberto à visitação pública, via de regra, pode ser entendida enquanto espaço organizado e apropriado a partir de demandas externas, articulando a si a lógica da simulação, um espaço diferenciadamente produzido para ser consumido sazonalmente pelos visitantes. A racionalidade do “uso” destes recursos por populações urbanas, subjugadas ao modo de produção e às ideologias e aparatos políticos dominantes, engendram a transformação das práticas sociais de apropriação da natureza (BEDIM, 2007; 2009).

O turismo, por sua vez, se apresenta enquanto fator (re)estruturante das práticas espaciais nos parques – haja vista a implementação de atrativos turísticos construídos, cujo uso condiciona-se aos enquadramentos da apropriação público-privada e a acessos diferenciados funcionalmente.

Em termos gerais, Cooper *et. al.* (2007) definem que os atrativos construídos são aqueles que compõem a oferta turística agregada e estão, via de regra, relacionados à história e à cultura dos lugares, podendo estes serem prédios, igrejas, ruínas arqueológicas, palácios, casas ou até cidades. Se essas construções estão em desuso, podem ser adaptadas para o mercado turístico. Além dos atrativos turísticos históricos, há, também, os construídos com a funcionalidade específica de entretenimento, podendo ser incluídos os parques temáticos e de lazer, locais destinados ao esporte, acampamentos, colônias de férias, teatros, dentre outros.

Frederico e Neiman (2010) observam que, via de regra, as instalações turísticas em áreas naturais são de tamanho reduzido. Os autores apontam a emergência de fatores como a personalização no atendimento ao cliente, e ainda, que o perfil do ecoturista não se limita mais aos tradicionais “mochileiros”, constituindo-se, pois, de um público cada vez mais exigente e preocupado com os impactos ambientais da construção das instalações turísticas.

Nas Unidades de Conservação (UC's) que permitem acesso total ou parcial ao público, existem diversos tipos de atrativos construídos; dentre eles podemos citar como exemplo a abertura de trilhas temáticas, deque, churrasqueiras, etc. Os equipamentos e atrativos turísticos localizados no interior dos parques visam a agregar valor e atratividade aos recursos naturais disponíveis na Unidade, podendo muitas vezes agregar valor educativo também. No Brasil, autores como Serrano (2000), Neiman e Rabinovici (2010) tem dedicado especial atenção às pesquisas envolvendo a interface entre turismo e áreas naturais protegidas, pontuando inclusive a importância das Unidades de Conservação no sentido de instrumentalizar a educação ambiental dos visitantes.

O foco deste artigo, contudo, é analisar as funcionalidades e entraves à gestão dos equipamentos e atrativos turísticos do Parque Estadual do Itacolomi. Ao final, propõe-se um roteiro de análise destas instalações, no sentido de subsidiar o seu adequado planejamento e gestão.

Metodologia

O artigo consiste em uma pesquisa empírica baseada no estudo de caso da oferta turística do Parque Estadual do Itacolomi (PEIT). Adota-se o modelo de diagnóstico da EplerWood International (2007), articulando-o à proposta do inventário do MTUR – Ministério do Turismo – e a metodologia SWOT, além de pesquisa junto à biblioteca do Parque Estadual do Itacolomi; coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos junto à administração do parque; pesquisa no Plano de Manejo do PEIT; trabalho de campo e análise “in loco” de todos os seus atrativos turísticos construídos. Os dados empíricos foram coletados entre julho e outubro de 2009.

As técnicas de investigação consistiram, ademais, no exame da documentação por meio de consulta a arquivos do Parque Estadual do Itacolomi (documentos oficiais) para obtenção de cópias do Projeto de Criação do Parque (1967), do Anteprojeto do Plano de Manejo (1993), do Pré-Zoneamento Ecoturístico, do Inventário da oferta turística, de Manuais e Folhetos. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento de conceitos, diretrizes e normas que regem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, além de obras que possibilitassem estudar a ocupação da área ao longo do processo histórico. Tais bibliografias foram disponibilizadas pelo órgão administrador do parque, no caso o Instituto Estadual de Florestas, através de seu acervo bibliográfico.

Caracterização da área de estudo

O Parque Estadual do Itacolomi apresenta uma das mais significantes amostras dos ecossistemas característicos da Serra do Espinhaço¹; abriga espécies de animais e vegetais raras, ameaçadas de extinção e/ou endêmicas, e serve como área de procriação de espécies de aves migratórias – além de conter alguns dos primeiros afluentes formadores da Bacia do Rio Doce, que são de importância fundamental para o abastecimento de água das cidades de Ouro Preto e Mariana.

Ademais, este parque integra o turismo no chamado Circuito do Ouro – situado no eixo central da Estrada Real em Minas – sendo o único parque estadual aberto à visitação pública na Região dos Inconfidentes – oferecendo novas opções de lazer para a população circunvizinha à UC e aos turistas em geral.

A localização do Parque é privilegiada por abranger a maior parte da Serra do Itacolomi, a qual é um dos componentes do limite sul da Cadeia do Espinhaço, a mais antiga formação geológica do Brasil (TERRA, 1994). O ponto culminante do parque é o Pico do Itacolomi, com 1772 m de altitude – o qual, segundo Bedim (2004), serviu de referencial geográfico para os primeiros bandeirantes paulistas que chegaram às regiões auríferas no final do século XVII.

O Parque Estadual do Itacolomi possui um grande potencial turístico – ainda não de todo explorado – combinando relevantes valores históricos, culturais, ecológicos e cênicos. Segundo Bedim (2004, p.5):

Por volta de 1698, o Pico do Itacolomi serviu de marco geográfico para os primeiros bandeirantes que adentravam pela região em busca de metais preciosos. Ao longo do período colonial, muitas histórias tiveram como palco as grandes fazendas com terras dentro dos limites do Parque, em especial a Fazenda São José do Manso, Fazenda do Cintra e Fazenda do Cibrão. Entre as heranças dessa época, figura a Casa Bandeirista, cuja construção é atribuída a Domingos da Silva Bueno – 2º Guarda-Mór do Distrito de Minas Gerais – entre os anos de 1706 e 1708 para cobrança de quintos, vigilância e defesa do acesso às minas de Vila Rica. Trata-se de uma das mais antigas construções do Estado de Minas Gerais. Essa combinação de fatores históricos contribuiu para que o parque fosse, recentemente, incorporado ao roteiro “Estrada Real” – o maior projeto turístico do Brasil, que explora turisticamente os caminhos reais que serviam de vias autorizadas de acesso à região das minas de ouro e diamante (BEDIM, 2004, p.5).

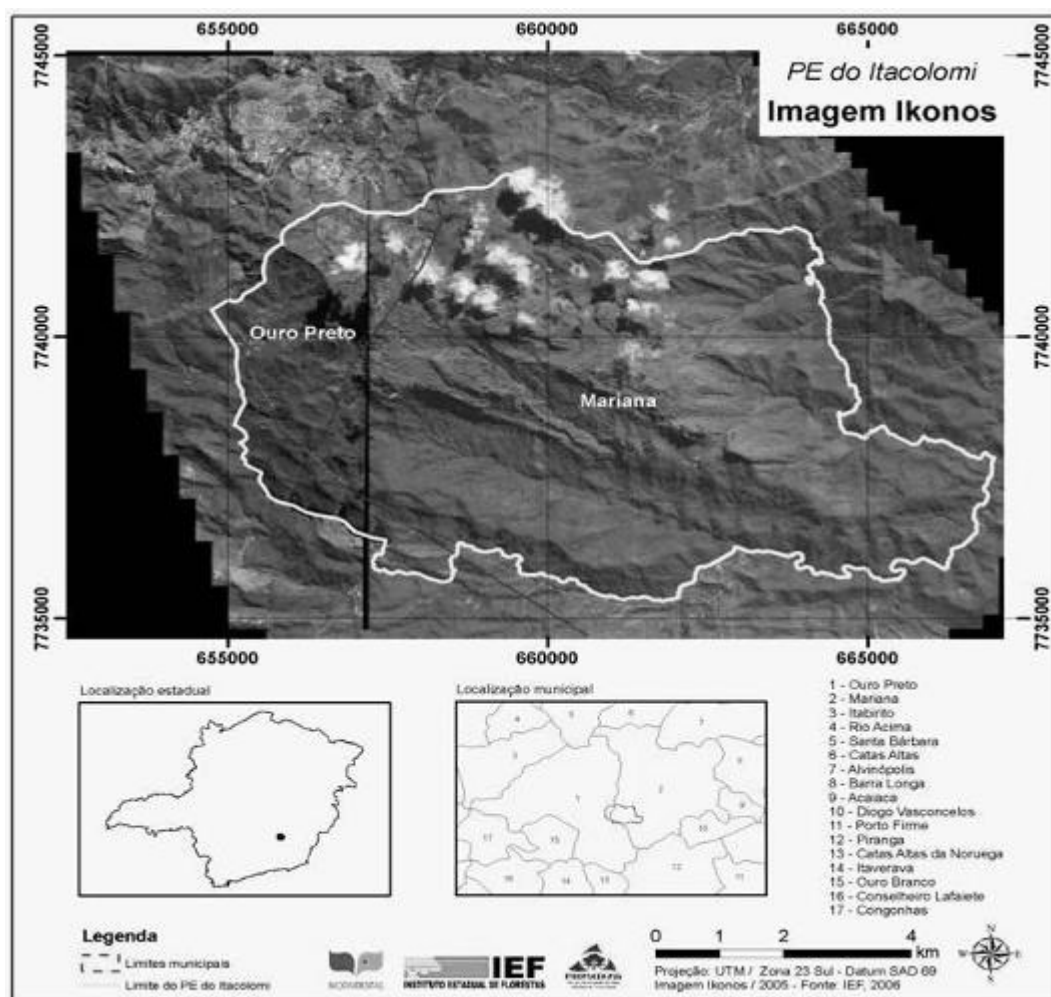


Figura 1: Limites do Parque Estadual do Itacolomi. Fonte: Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007.

Nos 7.543 hectares do Parque Itacolomi, há uma variedade de formas paisagísticas de beleza cênica, grutas, cachoeiras, campos de altitude com afloramentos rochosos e diversos micro-biomas característicos de Mata Atlântica, Cerrado, Campos Rupestres e Zona de Transição (ecótonos).

Aspectos administrativos e organizacionais

O Parque Estadual do Itacolomi foi criado pela Lei Estadual nº 4.493 de 14 de junho de 1967, e é uma importante Unidade de Conservação do Estado de Minas Gerais, cuja administração é de responsabilidade do IEF – Instituto Estadual de Florestas². Porém, entre 2004 e 2009, a gestão operacional do turismo no PEIT foi realizada por um convênio que visava à gestão compartilhada da visitação, conforme trataremos a seguir.

A sede administrativa do parque situa-se na Fazenda São José do Manso, local que já abrigou, na década de 1930, uma fábrica de chá preto. Hoje a infraestrutura é utilizada para atender aos visitantes, contando com Alojamentos, Auditório, Biblioteca, Museu do Chá, Casa Bandeirista, Lanchonete, Centro de Visitantes, Almoxarifado, Lavanderia, Parque infantil, Camping, Estrutura de apoio ao camping, portaria, Centro de informações, churrasqueiras, Capela São José e bases de apoio para Tirolesa.

A notável beleza cênica de suas paisagens aliada à riqueza histórico-cultural de seu território conferem ao Itacolomi um grande potencial ecoturístico, que somente nos últimos anos está sendo explorado através de um Programa de Turismo implantado desde 30 de abril de 2004, que objetiva a visitação de uso público nesta Unidade de Conservação de forma organizada e sustentável, com um modelo experimental de gestão compartilhada.

Contudo, Bedim (2004)³ ressalta que desde 1986 o IEF/MG planejava abrir o parque à visitação, já que naquele ano foi elaborado o Plano de Implantação do Parque, dispondo sobre sua situação legal, localização e limites, incluindo também um Programa de Uso Público (IEF, 1986). Este documento abordava ainda a importância do parque no contexto local, regional e nacional. É desse período a construção da infraestrutura básica do parque (BEDIM; RAMOS, 2005).

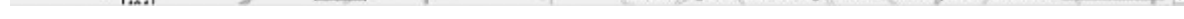
Mas a abertura do parque ao público efetivou-se somente em abril de 2004, através do PROTUR-PEIT – Programa de Turismo do Parque Estadual do Itacolomi, um modelo experimental composto de fases sucessivas de implantação, cuja gestão foi compartilhada, a princípio, entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), a UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto – e a Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto/FEOP. (BEDIM; RAMOS, 2005).

A partir do início de 2009, porém, uma nova parceria de gestão compartilhada foi firmada entre a ADOP – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro

O acesso principal ao parque ocorre entre as cidades de Ouro Preto e Mariana

O Parque do Itacoquele compõe o entorno de duas importantes cidades históricas.

Na via principal de acesso ao parque observa-se em toda trecho da portaria até



Fonte: www.googlemaps.com.br - Adaptação do autor

Caracterização dos equipamentos e instalações turísticas

O Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi foi realizado em 2007 e o divide em sete zonas diferentes, onde se encontram, dentre outros, todos os equipamentos e instalações voltados para atender ao visitante. Estas zonas possuem normas específicas que as regem e norteiam a visitação e o uso das mesmas.

O zoneamento do Parque não menciona os atrativos construídos do parque – exceto os históricos –, por isso incluiremos, nas análises, cada atrativo analisado nas zonas que se sobrepõe aos mesmos.

O mapa de zoneamento do Parque Itacolomi define, ao todo, sete zonas – intensiva, conflitante, especial, extensiva, histórico-cultural, primitiva e zona de recuperação – cuja delimitação espacial pode ser observada na Figura 3:

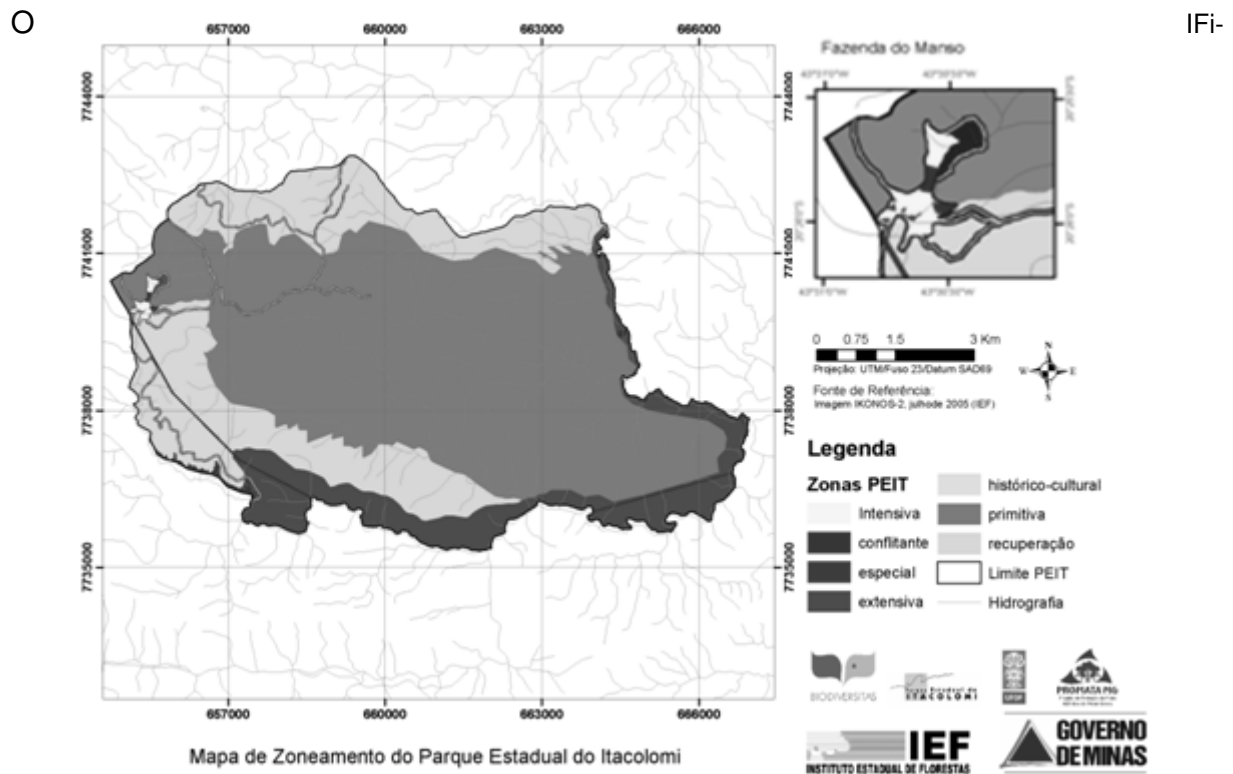


Figura 3: Zoneamento do PEIT. Fonte: Plano de Manejo do PEIT (2007).

Este zoneamento é um instrumento de ordenamento territorial e seu objetivo é organizar, espacialmente, o PEIT em zonas que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuindo para que ele cumpra seus objetivos específicos de manejo. Destacaremos, a seguir, as quatro zonas relacionadas aos objetivos desta pesquisa, com suas respectivas definições segundo o Plano de Manejo do PEIT

(Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007):

- Zona de uso extensivo

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a zona primitiva e a zona de uso intensivo. (Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007.)

- Zona de uso intensivo

É aquela construída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. (Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007.)

- Zona de uso especial

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e deve localizar-se, sempre que possível, na periferia da unidade de conservação. (Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007.)

- Zona histórico-cultural

É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico cultural ou arqueopaleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo a pesquisa, educação e uso científico. (Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, Outubro de 2007.)

Estão inseridos nestas zonas os seguintes equipamentos e instalações:

Centro de Visitantes: Possui um auditório com capacidade para cerca de 100 pessoas, equipado com data-show e demais equipamentos para a realização de palestras e apresentações públicas como cadeiras, mesa e sistema de som. Possui ainda um centro de informações dotado de painéis diversos e várias salas e equipamentos interativos que visam a passar ao visitante os programas oferecidos na Unidade e os atrativos disponíveis à visitação, além de expor os propósitos da criação do parque. É do Centro de Visitantes que saem os monitores para acompanhar os visitantes em suas caminhadas pela Unidade. O Centro de Visitantes e seus atrativos internos demandam a presença constante de um monitor. Está inserido nas zonas de uso intensivo e histórico-cultural do parque, conforme classificação presente no Plano de Manejo da Unidade (Figura 4).

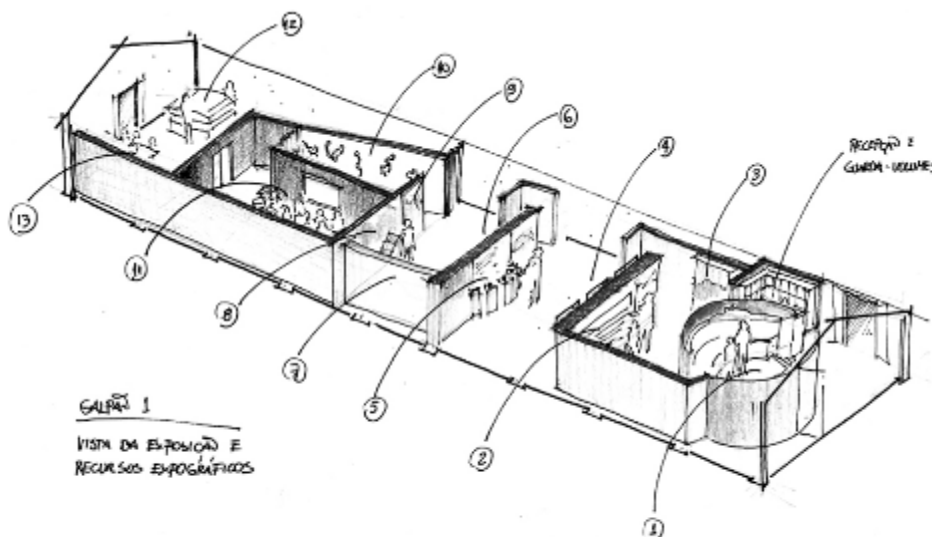


Figura 4: Parte interativa do centro de visitantes. Fonte: IEF (2007).

Área de camping: é uma área bem estruturada, que suporta até 30 barracas. A área compreende uma estrutura de suporte que contém banheiros com chuveiros, área de lava-pratos e o terreno destinado à montagem de barracas. Pode ser encontrado próximo a essa área um restaurante que também funciona como lanchonete, quatro churrasqueiras cobertas com capacidade total para 60 pessoas, parque infantil em eucalipto tratado, estacionamento e um heliporto. O ingresso do camping pode ser pago tanto antecipadamente como na saída do parque após a utilização sendo que o valor do camping é de R\$ 12,00 por pessoa durante a semana e R\$ 15,00 por pessoa du-

rante fins de semana e feriados. Um monitor permanece na área durante todo o dia. A área de camping encontra-se na zona de uso intensivo do PEIT.



Figura 5: Vista aérea do complexo da área de camping. Fonte: IEF/PEIT (2007).

Alojamento e Casa de Hóspedes: O Parque Estadual do Itacolomi conta com cinco alojamentos, cada um com dois quartos – cada quarto possui dois beliches, sendo a capacidade de cada alojamento de oito pessoas – um banheiro com Box e chuveiro elétrico, sala/cozinha com fogão, pia e geladeira e área de serviço com tanque e varais; e uma casa de hóspede que possui quatro quartos (sendo um deles uma suíte), sala cozinha e banheiro. Há também, próximo aos alojamentos, a casa do pesquisador, com as mesmas características do alojamento, servindo para hospedar pessoas que vão ao parque com o intuito de pesquisá-lo. O alojamento, a casa de hóspedes e a casa do pesquisador não dispõem de monitores e encontram-se na zona de uso especial do parque.

A casa de hóspedes é gratuita para pesquisadores e é necessário realizar um agendamento prévio para sua utilização. Os alojamentos do PEIT possuem dois preços diferenciados de acordo com o número de pessoas que comportam. A diária do alojamento de 1 a 4 pessoas custa 120 reais e de 5 a 8 pessoas 200 reais sendo também necessário o agendamento prévio para sua utilização.(Figura 6).



Figura 6: Vista aérea dos Alojamentos e Casa do Pesquisador. Fonte: IEF/PEIT (2007)

Casa Bandeirista: Considerado o primeiro edifício público da história de Minas Gerais (Figura 7), foi construída entre os anos de 1706 e 1708 e funcionava como posto fiscal para a cobrança dos quintos do ouro, vigilância e defesa do acesso às lavras de Ouro Preto. Atualmente abriga a exposição “Naturalistas”, de caráter permanente, dedicada aos viajantes que percorreram e estudaram Minas Gerais. Segundo Bedim (2004), desde o início do século XIX o território do Itacolomi foi visitado e estudado por naturalistas, quando lá estiveram o botânico francês Auguste de Saint Hilaire, e os naturalistas Georg Wilhelm Freireyss, Friedrich Sellow, o alemão Johann Spix⁴ e Carl Friedrich Phillipp von Martius, dentre outros. Muitos deles registraram preciosos relatos que compõem uma rica literatura de viagens sobre a área. A literatura de viagens consiste em documentos textuais, relatos de exploradores ou pesquisadores que desbravaram determinada região em épocas remotas. Através desses registros, é possível resgatar alguns episódios interessantes da história da Serra do Itacolomi que permanecem desconhecidos do público em geral, com fins a estabelecer roteiros turísticos bem mais interessantes, informando aos visitantes a verdadeira e secular descrição dos caminhos, vilas e culturas (BEDIM, 2004).



Figura 7: Vista aérea da Casa Bandeirista. Fonte: PEIT (2007).

Museu do Chá: No local funcionava a antiga fábrica de chá Edelweiss. (Figura 8). O maquinário utilizado na fábrica foi trazido da Alemanha. Além de parte do antigo maquinário, há no local uma exposição de fotos da fábrica quando em funcionamento. O museu conta com um monitor permanente. Está inserido nas zonas de uso intensivo e histórico-cultural do parque.



Figura 8: Parte interna do Museu do Chá. Fonte: PEIT (2007).

Tirolesa: Situada na Lagoa da Capela, feita de eucalipto tratado e cabo de aço, utiliza-se de equipamentos característicos da escalada como mosquetão, fita tubular, cadeirinha, etc. Sua descida é acentuada e a parada final se dá dentro da própria lagoa. É operada, necessariamente, por dois monitores do PEIT. O ingresso referente à tirolesa é pago no centro de visitantes, antes ou após sua utilização ao custo de R\$ 5,00. A tirolesa está inserida na zona de uso intensivo do PEIT (Figura 9),



Figura 9: Tirolesa. Fonte: PEIT (2007).

Capela São José: Construída na primeira metade do século XX, sem datação precisa. A construção hoje existente não é mais a original, destruída por incêndio e esquecida durante muito tempo. Não é disponibilizado, pela gerência, um monitor para a Capela (Figura 10). A Capela São José está inserida na zona histórico-cultural, de acordo com o Plano de Manejo do PEIT (2007).



Figura 10: Capela São José. Fonte: PEIT (2007).

Trilhas interpretativas: O Parque Estadual do Itacolomi conta com três trilhas interpretativas: Trilha do Forno, Trilha da Capela, Trilha da Lagoa (Figura 11); e uma expedição (Expedição ao Pico do Itacolomi). O ingresso referente às trilhas são pagos no centro de visitantes, antes ou após o percurso. O passeio ao Pico do Itacolomi custa R\$ 10,00 e as demais trilhas R\$ 6,00 por pessoa.

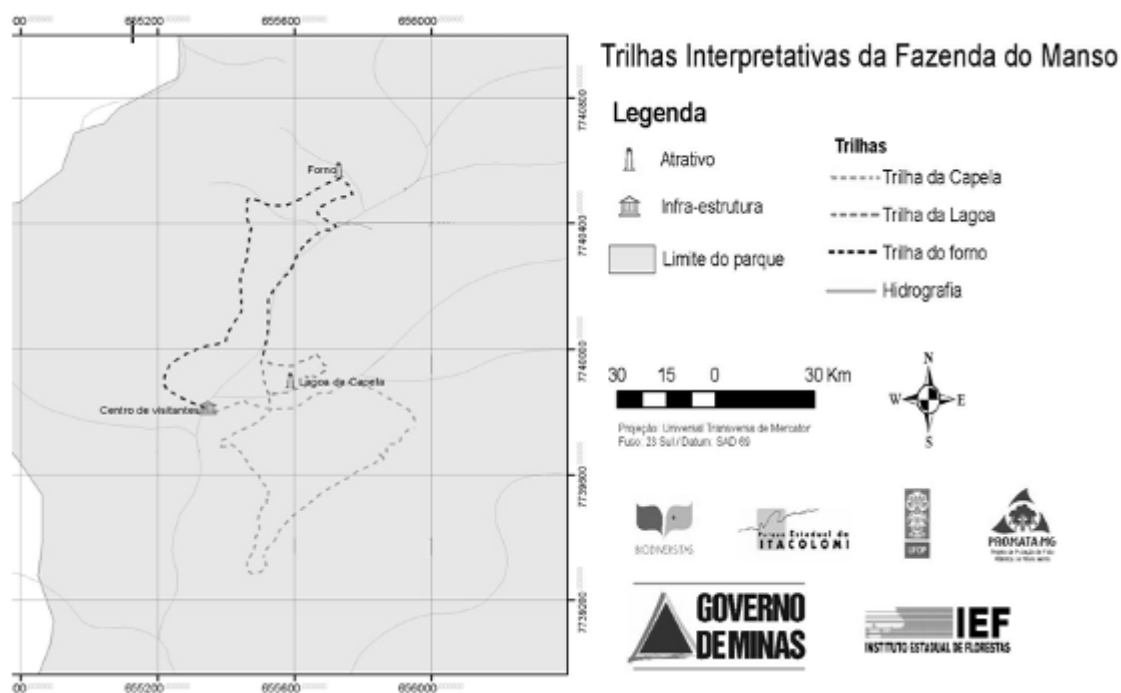


Figura11: Trilhas do Parque Estadual do Itacolomi. Fonte: Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão, Belo Horizonte, IEF, Outubro de 2007.

Na Trilha do Forno, o tempo aproximado de percurso é de 1 hora; esta trilha tem como tema “A sucessão ecológica e a importância das águas para a diversidade dos ambientes”. A trilha do Forno possui cerca de 1200 metros de extensão e abriga as ruínas de um grande forno de cerâmica. Segundo Bedim (2004, p.6), nesta trilha há ruínas atribuídas à antiga Olaria Roque Pinto, as quais compõem um interessante sítio arqueológico, de onde acredita-se ter saído as primeiras peças de cerâmica (telhas, tijolos, etc.) utilizadas na edificação de Vila Rica, no período colonial. Ademais, a área já foi ocupada, no século XX, por grandes empresas de mineração, bem como serviu de extração madeireira para a produção de carvão vegetal (BEDIM, 2004). Ao longo do percurso pode-se visualizar pequenos cursos d’água, algumas regiões alagadiças, escadas, passarelas, bancos de madeira e placas informativas sobre a fauna e a flora. Essa trilha pode ser feita com acompanhamento de monitor ou não. Está inserida na zona de uso extensivo do PEIT.

Já a Trilha da Capela tem, aproximadamente, 1.400 metros de percurso, com duração, também aproximada, de 1 hora e seu tema é “A mata se recupera da ação do homem.” A trilha tem início ao lado da Capela São José e percorre uma área em recuperação ecológica o que permite, aos visitantes, o contato direto com o processo de regeneração natural. Possui placas informativas sobre a temática proposta. Essa trilha pode ser

feita com acompanhamento de monitor ou não. Está inserida na zona de uso extensivo do PEIT.

Por sua vez, a Trilha da Lagoa possui 450 m de extensão, cujo tempo aproximado de percurso é de 40 minutos. Seu tema é a “Diversidade de sistemas e de paisagens”. Circunda a área da Lagoa da Capela e é destinada, principalmente, ao público infantil. A trilha não possui placas informativas, mas possui passarelas e escadas em eucalipto tratado. Essa trilha pode ser feita com acompanhamento de monitor ou não. Está inserida na zona de uso extensivo do PEIT.

Expedição ao Pico do Itacolomi: Com duração aproximada de 4 horas e 6 Km de percurso, a expedição ao pico é sempre realizada na companhia de monitores pois a trilha é de difícil visualização. Não possui placas informativas ou qualquer tipo de intervenção para facilitar a passagem em trechos mais difíceis como barrancos e rochas. A trilha serpenteia quase que totalmente por campos rupestres e a paisagem é bem rochosa. Está inserida na zona de uso extensivo do PEIT.

O principal atrativo turístico natural é o Pico do Itacolomi, que possui 1.772 m de altitude e atrai a atenção devido à sua estrutura peculiar. Devem ser observados os impactos causados pela variedade de acessos clandestinos ao atrativo, assim como o vandalismo, a permanência de visitantes para acampamento e a criminalidade – haja vista a ocorrência de assaltos no trajeto.



Figura 12: Mapa do principal percurso ao Pico do Itacolomi. Fonte: Plano de Manejo do PEIT, Encarte 2 Planejamento e manual de gestão. Belo Horizonte: IEF, Outubro de 2007.

É válido destacar, ademais, dois roteiros alternativos que são percorridos pelos visitantes a partir de duas estradas vicinais que cortam o parque: a estrada para o mirante do Morro do Cachorro e a estrada para a represa do Custódio, situada no distrito de Lavras Novas.

O Mirante natural do Morro do Cachorro situa-se no alto de uma escarpa, de onde pode-se observar as cidades de Ouro Preto e Mariana. O acesso aos atrativos deste topo é realizado por estrada, porém no local não se encontra uma infraestrutura mínima de estacionamento, guarda-corpo ou rotatória para o veículo.

A Represa do Custódio possui 8 km de extensão, com remanescentes de mata nativa e um trecho de reflorestamento de eucaliptos. Diversas atividades poderiam ser desenvolvidas no local, porém isto não ocorre. A Represa do Custódio é limítrofe ao parque e sofre com visitas clandestinas que, por não ter aporte referente à presença de salva-vidas, ocasiona vez ou outra a morte de alguns desses visitantes.

Análise de dados sobre a visitação e uso dos atrativos do PEIT.

Ao analisar comparativamente os dados relativos aos 4 primeiros meses de funcionamento do Programa de visitação do Itacolomi, Bedim (2004, p.9) observa que o Protur-Peit recebeu 3.250 visitantes entre maio e agosto de 2004, conforme a tabela 1:

Tabela1: Dados comparativos do fluxo de visitantes do PEIT em 2004. Fonte: Bedim (2004, p.9).

MÊS	Veículos	Trilhas	Visitantes	Arrecadação(R\$)
Maio	89	146	756	3.124,50
Junho	105	264	1351	4.907,00
Julho	94	216	675	3.308,50
Agosto	41	210	468	2.212,00
TOTAL	329	836	3250	13.552,00

De acordo com Bedim (2004, p.9), o considerável fluxo de visitantes em maio e junho de 2004 foi reflexo da maciça divulgação veiculada em emissoras de rádio e televisão quando da reabertura do parque. Nota-se, a partir de junho, um gradativo decréscimo do número de visitantes. A queda percebida no mês de agosto provavelmente sofre influência do fim do período das férias escolares de julho, bem como do término dos Festivais de Inverno e do Fórum das Artes, eventos que atraem grande número de turistas para as cidades de Ouro Preto e Mariana (BEDIM, 2004, p.9).

Em 2005, de acordo com a gerência do parque, houve 3341 visitantes (entre pagantes e não pagantes) com um total de 398 trilhas que abrangem também a expe-

dição ao Pico do Itacolomi e uma arrecadação de R\$ 11.197,00.⁵

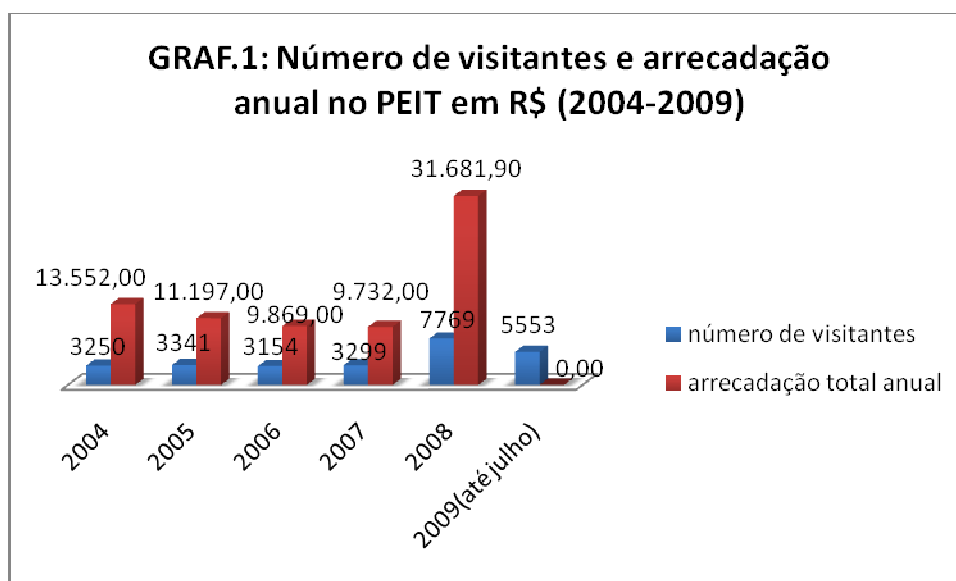
No ano de 2006, o número de visitantes permaneceu relativamente estável, porém é perceptível um discreto decréscimo na arrecadação: foram 3154 visitantes, 316 trilhas e uma arrecadação total de R\$ 9.869,00.

Este cenário de estagnação tanto da arrecadação quanto do fluxo de visitantes é diagnosticado também no ano seguinte, em 2007, totalizando 3299 visitantes, 218 trilhas e 79 tirolesas – com uma arrecadação de R\$ 658,00 com trilhas, R\$ 352,00 com a tirolesa e arrecadação total de R\$ 9.732,00.

Em 2008, houve um acréscimo substancial dos índices de visitação e da arrecadação, contabilizando um total de 7769 visitantes, 647 trilhas, 201 tirolesas e 103 dias alugados de uso do camping e 9 alugueis de churrasqueira – somando uma arrecadação total de R\$ 31.681,90.

Em 2009, até julho foram 5553 visitantes, 505 trilhas, 278 tirolesas, 16 alugueis de churrasqueira e 170 dias alugados de uso do camping.

O Gráfico 1 ilustra o número de visitantes e a arrecadação ao longo dos anos.



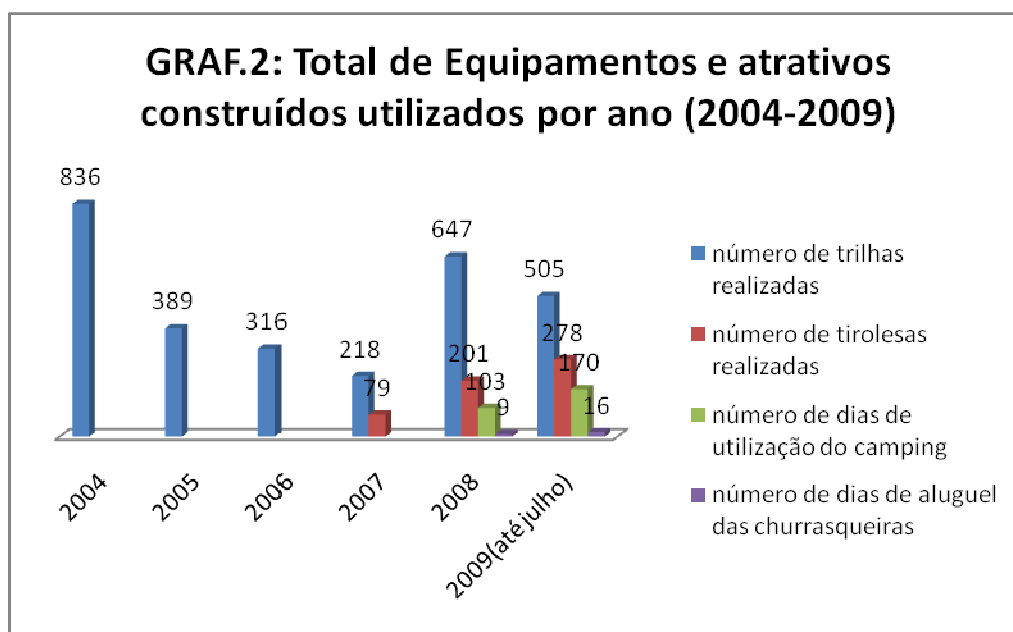
Fonte: Dados de campo coletados junto ao IEF (jan.2010). Nota sobre a correção monetária dos preços apresentados: De acordo com o site calculos.com, o ano de 2009 possuía até 12/09 a UFIR de 1,9372 real. Embora a UFIR – Unidade Fiscal de Referência – tenha sido extinta em 2000 para fins fiscais, entendemos que a mesma é um parâmetro de valores monetários.

Constatamos que até 2007 havia um programa realizado pelo parque onde o morador pagava apenas R\$ 1,00 de entrada e possuía transporte da portaria até o centro de visitantes. Ainda em 2007 foi implantado mais um atrativo turístico construí-

do, a tirolesa, que se consolidou como opção de lazer dentro do parque.

Em 2008 a coordenação passa a contabilizar dados de uso do camping e da churrasqueira; os moradores locais passam a pagar R\$ 3,00 de entrada e o transporte interno de visitantes é cortado pela direção do parque.

Comparando tais números com os dados de anos anteriores, em 2008 e 2009 percebemos um grande aumento da visitação e receita do parque, o que pode ser atribuído a dois fatores principais: **i)** As inaugurações dos atrativos construídos a partir de 2008, como tirolesa, parque infantil, etc., além da liberação da lagoa para nado; **ii)** Inauguração da exposição permanente na casa bandeirista. O gráfico 2 ilustra o total de equipamentos e atrativos utilizados por ano.



Fonte: Dados de campo coletados junto ao IEF (jan.2010).

A estrutura informacional do PEIT

A estrutura informacional é imprescindível no ambiente dos parques, pois através da mesma se é passada ao visitante a missão institucional do parque, o modo como ela é desenvolvida, as normas de conduta vigentes naquele ambiente, informações relevantes da unidade de conservação (atrativos naturais, construídos, fauna, flora e equipamentos presentes) e também, a sinalização para fácil locomoção e exploração das áreas abertas ao público da unidade.

A estrutura informacional do Parque Estadual do Itacolomi compreende a portaria do parque acrescido do centro de informações, centro de visitantes, placas de sinalização e informativas sobre determinado tema e a presença de monitores em pontos estratégicos e no acompanhamento nas trilhas.

Análise das formas de estímulo à visitação do PEIT

De acordo com o resumo executivo do plano de manejo do Parque Estadual do Itacolomi, a missão do parque, além de salvaguardar os atributos físico-bióticos de seu território, é proteger os patrimônios naturais e histórico-culturais, patrimônios-cenários da ocupação de Minas Gerais, referenciado pelo Pico do Itacolomi, integrando as comunidades e as Unidades de Conservação da região⁶.

A citada missão de alcançar a integração das comunidades passa, dentre outras ações, por uma divulgação direcionada e adequada do próprio parque a seu entorno e demais regiões.

Através de pesquisa realizada com o material disponível no parque, constatou-se que até meados de 2009 o Plano de Divulgação do parque e seus eventos era realizado por uma empresa contratada (não identificada), especificamente, para essa função, porém houve o rompimento com esta empresa por motivos não identificados, o que resultou no bloqueio do Plano de Divulgação traçado até então.

A assessoria de comunicação do IEF (ASCOM) tornou-se responsável, desde meados de 2009, por todo o serviço de comunicação do parque.

Constatou-se que houve um detrimento do setor de divulgação e marketing do parque, o que resultou na execução de divulgações pontuais que contemplam apenas alguns dos eventos realizados na unidade. Os veículos de comunicação utilizados para estas divulgações pontuais são: rádio, jornal, televisão e panfletos.

Não houve uma renovação nos panfletos distribuídos no parque e entorno e o único link oficial do parque encontra-se em www.parquesdeminas.mg.gov.br e apresenta informações incorretas como endereço de e-mail do parque e telefone para contato.

A avaliação que se faz é que com a desvinculação da empresa contratada e a não contratação de outra especializada no setor o Parque Estadual do Itacolomi perdeu muito na divulgação de seus atrativos construídos e naturais, o que culmina numa menor divulgação da imagem do parque ante a sociedade e a diminuição do fluxo de visitantes nos atrativos.

A Análise SWOT dos atrativos construídos

Após a descrição dos atrativos construídos e do panorama de funcionamento em diferentes áreas do Parque Estadual do Itacolomi, daremos início a uma análise dos equipamentos turísticos, dentro da concepção de análise SWOT⁷. De acordo com Kotler e Kevin (2006), a análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa, podendo também ser aplicável na análise de destinos turísticos.

Segundo Kotler e Kevin (2006), trata-se de uma avaliação global da forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, permitindo sistematizar todas as informações disponíveis e obter uma leitura categorizada do objeto de estudo. A proposta de análise de ambiente do método SWOT é convenientemente representada na Figura 13:



Figura 13: Quadro Análise SWOT⁸.

Esta análise de cenário se divide em ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças). Sua importância no apoio à formulação de estratégias deriva de sua capacidade de promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como de possíveis linhas de ação⁹. O ambiente interno é o resultado de estratégias de atuação definidas pela própria corporação ou empresa e pode ser controlado pelos dirigentes da organização, diferentemente do ambiente externo. Não podemos controlá-lo, mas devemos monitorá-lo.

Quadro 1 – Análise SWOT da gestão da visitação pública no Parque Estadual do Itacolomi, com enfoque na utilização dos equipamentos e atrativos construídos.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Equipamentos e atrativos geograficamente concentrados na área da Fazenda do Manso	Deficiência na comunicação interna dos agentes que operam a visitação Site oficial do parque deficiente	Atrativos e equipamentos que contemplam diferentes segmentos de público	A gestão do programa de visitação do parque é dependente de recursos externos oriundos de compensações ambientais das grandes empresas de minério de ferro da região
Diversificação da oferta turística, o que permite atrair e atender diferentes perfis de demanda, haja vista os equipamentos disponíveis	Divulgação da imagem do parque é deficiente	Cidades do entorno focadas no turismo histórico-cultural, carecendo de alternativas para a prática de turismo em áreas naturais, o que reforça a importância do PEIT neste segmento	Sazonalidade turística (dificulta planejamento de monitores)
A portaria do Parque localiza-se às margens da BR-356	Falta de planejamento, sinalização e monitoramento da utilização dos atrativos construídos	Necessidade de maior divulgação da imagem do Parque nas cidades da região	Questões sociais: Ressentimento de parte da população pela suposta "restrição" a entrada no parque ¹⁰
Instalações turísticas recentes, em bom estado de conservação	Gerência do PEIT não capacitada para a gestão do turismo	Desenvolvimento de produtos específicos para atender ao público da Copa do Mundo de 2014	Falta diálogo entre a gestão do parque e os programas governamentais de apoio ao turismo em Ouro Preto
Localização estratégica do Parque em relação a pólos emissores (Belo Horizonte), e pólos receptores (Ouro Preto, Mariana, etc).	Ausência de transportes da portaria do parque até os equipamentos e atrativos	Possibilidade de utilização dos equipamentos do parque para a educação ambiental	Falta de divulgação dos produtos e serviços do Parque nas cidades da região

Fonte: Dados primários da pesquisa, 2010.

Após adquirir ciência das limitações e pontos positivos do conjunto de atrativos construídos do PEIT e de seu entorno influenciador, é necessário analisar as oportunidades e as forças, bem como contrastar fragilidades e as ameaças para buscarmos estratégias que minimizem e monitorem os aspectos negativos e maximizem as potencialidades. Analisaremos cada ponto da tabela acima, para então cruzarmos os dados.

Fragilidades

Deficiência na comunicação interna. Não existe um procedimento eficaz de comunicação entre os setores e a portaria, ou entre o credenciamento e a coordenação do PEIT. Isto ocasiona brechas no sistema receptivo, pois muitas vezes o credenciamento direciona turistas para os atrativos construídos sem que a coordenação fique sabendo, impossibilitando assim o encaminhamento de monitores para dar o suporte ao visitante no atrativo.

Esta brecha de comunicação é formada por um somatório de fatores observados *in loco*. São estes:

Falta de rádios de comunicação em quantidade e em estado ideal de uso (sempre carregado e vistoriado) entre credenciamento e coordenação.

Falta de rádios de comunicação entre coordenação e monitores.

Falta de organização do setor de coordenação em agendar visitas e hospedagens e repassar os dados para a coordenação.

Divulgação deficiente dos produtos e serviços: Os atrativos construídos sofrem com a falta de divulgação dos mesmos, o que ocasiona um uso bem abaixo do potencial de utilização disponível. Esta ociosidade da oferta é reflexo da sazonalidade da demanda.

Falta de planejamento para otimizar a utilização dos atrativos construídos: Alguns atrativos como o parque infantil de madeira e a lagoa da tirolesa não possuem um efetivo planejamento de utilização, uma vez que foi observada a falta de limite de idade para utilização do parque (o que pode ter ocasionado um acidente com um homem embriagado) e a ausência de salva-vidas ou profissionais especializados na área da lagoa da tirolesa (verificou-se, *in loco*, relatos dos monitores de quase-afogamentos de visitantes de diversas idades enquanto nadavam na lagoa).

Falta de sinalização nos equipamentos e atrativos: A política do parque proíbe que visitantes estacionem seus carros em frente aos atrativos e equipamentos em geral, porém não há nenhum tipo de sinalização em frente aos atrativos que indique esta proibição, o que ocasiona inúmeros carros estacionados irregularmente.

Falta de monitoramento dos equipamentos: Os atrativos não são sempre monitorados durante o tempo em que os turistas os estão usufruindo, o que ocasiona má utilização de alguns equipamentos e atrativos.

Ausência de transportes da portaria até os atrativos e equipamentos. A portaria e o setor de credenciamento do parque ficam a aproximadamente seis quilômetros do setor receptivo e dos atrativos histórico-culturais, e isto restringe em grande parte o acesso, além de segregar – mesmo que involuntariamente – determinados segmentos socioeconômicos.

Oportunidades para o turismo no PEIT:

Atrativos que contemplam diferentes segmentos de público: Os atrativos construídos contemplam diferentes segmentos de público visitante, uma vez que existam atrativos voltados para o ecoturismo, o turismo pedagógico (desenvolvido para aprendizagem escolar), além de turismo histórico e de recreação.

Proximidade do parque em relação à BR-356: A portaria do parque fica às margens da BR-356, o que facilita o acesso aos atrativos, ao contrário de outras UC's que precisam ser acessadas por estradas secundárias e de baixa manutenção.

Proximidade do PEIT com pólos emissores (Belo Horizonte) e pólos receptores (Ouro Preto e Mariana). A portaria do parque é limítrofe à zona urbana da cidade de Ouro Preto e está localizada a 101 km da capital mineira Belo Horizonte, e a 14 km de Mariana. Há ainda a oportunidade de se abrir uma portaria bem próxima à cidade de Mariana. Esta proximidade com a capital mineira e especialmente com dois importantes pólos receptores facilitam a divulgação e captação de turistas para visitarem o parque e seus atrativos.

Desenvolvimento de produtos específicos para atender ao público da Copa do Mundo de 2014. A capital Belo Horizonte será uma das cidades-sede deste grande evento esportivo, e o Itacolomi é o parque com melhor infraestrutura turística de Minas Gerais. Ademais, as cidades do entorno do Parque estão focadas no turismo histórico-cultural, carecendo de alternativas para a prática do turismo em áreas naturais.

Políticas públicas nacionais de turismo que abrangem Ouro Preto. O município de Ouro Preto é participante de programas governamentais voltados para o Turismo, como o Programa Destinos Indutores (Ministério do Turismo), o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas) que junto com o Programa BID/Monumenta propicia melhorias que beneficiarão, entre outros segmentos, o turismo no município.

Potencialidade para projetos de Extensão Universitária e Pesquisa Científica. O campus principal da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) localiza-se bem próximo ao parque, com cursos de Turismo, Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental, Economia, Museologia etc. A universidade e especificamente os cursos citados podem contribuir grandemente para o aprimoramento dos atrativos construídos do PEIT, seja através de projetos, estudos ou agregação de informações e práticas nestes equipamentos.

Forças do Turismo (No PEIT e entorno):

Localização geográfica dos atrativos do PEIT: Apesar de ficar a aproximadamente seis quilômetros da portaria, os atrativos construídos se concentram na área de maior infraestrutura do parque, o que facilita a visitação destes atrativos e proporciona maior conforto para o visitante, abrindo assim o leque de segmentos interessados na visitação.

Hospital próximo à portaria do PEIT. O hospital próximo a portaria do PEIT ajuda a compor indiretamente a infraestrutura de apoio para a utilização dos atrativos.

Ecoturismo. Os atrativos construídos no PEIT e o desafio de sua gestão para a utilização de forma sustentável do patrimônio natural e histórico-cultural do parque, vão de encontro à forma de turismo normalmente praticada pelos ecoturistas.

Possibilidade de utilização destes atrativos para a educação ambiental. Alguns destes atrativos construídos são utilizados para a educação ambiental de jovens e adolescentes, porém a natureza dos atrativos permite que todos sejam utilizados para a educação ambiental.

Equipamentos de alimentação. Dentro do PEIT e próximo à portaria, encontram-se diferentes opções de equipamentos de alimentação, que ajudam a compor a macroestrutura do parque¹¹.

Ecossistema diversificado. A presença de um ecossistema diversificado no parque e região constitui um diferencial ou agregador de valor para a escolha da visita da região.

Atrativos naturais. A presença de inúmeros atrativos naturais e construídos no parque pode servir para potencializar a visita ao PEIT.

Infraestrutura básica em bom estado de conservação. A infraestrutura do parque em bom estado de conservação estimula a permanência e o retorno do turista.

Ameaças que podem afetar o turismo e os equipamentos da UC:

Serão discutidos, neste item, os fatores que desfavorecem o Parque Estadual do Itacolomi na escolha de destino a ser visitado pelo turista.

Falta de divulgação dos produtos e serviços do Parque nas cidades da região. Esta carência na divulgação ocasiona um índice de visita aquém do possível ante a proximidade dos polos emissores Ouro Preto e Mariana.

Dependência de recursos oriundos de compensações ambientais de grandes empresas mineradoras regionais, o que é indicativo da não sustentação financeira do projeto de turismo do parque.

Site oficial do parque deficiente. A falta de atualização de meios de contato (telefones errados) e outras informações sobre o parque dificulta a visita à Unidade de Conservação em questão.

Sazonalidade da demanda. A sazonalidade da demanda de visitantes existente no PEIT dificulta a criação de um quadro fixo de funcionários voltados para o atendimento do público, uma vez que a mão-de-obra necessária em épocas de pico de visita (como julho) é bem superior às épocas de baixa temporada. Isso ocasiona um déficit de pessoal e superávit em épocas distintas, que não podem ser solucionadas facilmente.

Questões sociais: Ressentimento de parte da população pela suposta “restrição” à entrada no parque. Uma parcela da população por diferentes motivos é contrária ao parque e seus ideais e normas. Isto ocasiona uma propaganda negativa repercutida nos pólos turísticos de Ouro Preto e Mariana uma vez que, muitos dos descontentes trabalham em atividades de contato direto com o turista nestas duas localidades.

Gestores do PEIT não capacitados para o turismo. Foi constatado, nas análises *in loco*, uma ausência de profissionais capacitados em gerência e planejamento de recursos humanos e gerência e planejamento de equipamentos turísticos, sendo que os equipamentos presentes no parque são geridos de forma amadora e desprovidos de análises e planejamentos específicos.

Propostas para o manejo dos atrativos construídos do PEIT

Após a descrição de cada item auferido, devemos cruzar os dados de Forças x Oportunidades e Ameaças x Fragilidades para obtermos assim uma visão preliminar a respeito das linhas estratégicas a serem adotadas que viabilizem a melhoria em diferentes campos dos atrativos construídos do PEIT.

Forças e Oportunidades

O parque possui uma posição geográfica estratégica em relação à demanda e à BR-356, haja vista a proximidade com as cidades de Ouro Preto e Mariana, e ainda, a localização em relação a consolidados pólos emissores de visitantes como a capital Belo Horizonte. A distribuição espacial dos atrativos construídos e dos equipamentos circunscritos ao parque também é favorável.

Destaca-se também a composição da oferta turística do parque, um somatório de diversidade de equipamentos, ecossistemas, atrativos naturais, boa infraestrutura do parque e suas adjacências junto com a possibilidade de utilização dos atrativos para a educação ambiental e a presença da Universidade Federal de Ouro Preto, além da política pró-turismo que envolve o município de Ouro Preto. Tais elementos compõem claramente o esboço de uma oferta turística sólida cujo uso poderia ser otimizado caso os gestores do PEIT considerassem esta combinação de fatores.

Ameaças e Fragilidades

Após a análise podemos perceber claramente que o parque possui deficiências no âmbito interno e externo.

Internamente, o problema de comunicação e planejamento/organização é visível em diversas esferas. Externamente, a falta e descuido com a divulgação da Unidade faz com que a demanda turística que visita as cidades de Ouro Preto e Mariana não se converta em demanda efetiva do parque. Há ainda as oscilações de fluxo relacionadas à sazonalidade na visitação.

Sugestões de melhorias no âmbito interno do PEIT: É preciso uma revisão geral no modo de gestão até agora adotado, para a elaboração de um plano de ações que contemplem:

Uma reestruturação de equipamentos de comunicação e a criação de uma rede segura de comunicação (que esteja sempre em funcionamento) entre portaria, credenciamento, coordenação e monitores.

Planejamento eficiente de utilização dos equipamentos e atrativos construídos, estabelecendo idade mínima e máxima para sua utilização, deslocamento de um monitor para cada atrativo construído (para orientação ao visitante e monitoramento do atrativo), implantação de sinalização de “proibido estacionar” em frente aos atrativos e cursos de gerenciamento em recursos humanos para a equipe gestora do parque.

Criação de convênio de estágio com a Universidade Federal de Ouro Preto, estabelecendo assim um quadro de pessoal qualificado para o atendimento ao público, sendo que a contratação de estagiários deve corresponder às principais oscilações anuais do fluxo, auxiliando ainda na elaboração de atividades ligadas à educação ambiental nos atrativos.

Sugestões de melhorias no âmbito externo do PEIT

É necessária a designação ou contratação de uma equipe de profissionais de marketing para criar uma estratégia de divulgação adequada, levando em conta as peculiaridades que envolvem o parque e sua proximidade a dois pólos turísticos e à capital mineira; a reformulação do site oficial da Unidade e um trabalho de conscientização e melhoria da imagem do parque com a população do entorno.

Proposta de roteiro de análise de equipamentos e atrativos turísticos construídos

Durante a análise dos equipamentos e atrativos construídos do Parque Estadual do Itacolomi, ficou evidente a falta de modelos ou métodos de análise que possam ser aplicados para qualquer tipo de atrativo, observando suas peculiaridades, e que sejam capazes de produzir dados específicos sobre o atrativo em análise, compondo assim um escopo metodológico de planejamento aplicado.

Propomos então, com base no método SWOT, um roteiro de análise de equipamentos e atrativos turísticos construídos que considera as peculiaridades de cada realidade, visando a gerar a base de estudos e planejamentos de ações, maximizando uso do atrativo ou equipamento, minimizando e monitorando os aspectos negativos. O roteiro compõe-se de 3 etapas principais:

Levantamento e estudo turístico do entorno.

No intuito de auferir o raio de influência que o atrativo atinge, é preciso analisar os fluxos turísticos que convergem para a micro-região onde ele está inserido, considerando os pólos turísticos receptores adjacentes como possíveis alavancadores para a visitação do atrativo turístico.

Levantamento e estudo geográfico do entorno.

O levantamento geográfico do entorno traçará qual a infraestrutura básica (estradas, postos de emergência, transporte, etc.), além de demonstrar o relevo e acidentes geográficos a serem transpostos pelo turista, a partir do atrativo até aos itens de infraestrutura básica disponíveis.

Análise de utilização e desgaste do atrativo.

Realização de um estudo da forma de utilização do atrativo que vislumbre impactos ao meio no qual está inserido, riscos a seguranç a do turista, desgaste em decorrência de uso, levantamento da capacidade de carga, a necessidade de um monitor ou não no atrativo e formas de prestação de primeiros socorros e remoção hospitalar.

Os resultados da aplicação deste roteiro de análise podem servir de subsídio para o planejamento e desenvolvimento de ações nos campos: pedagógico, ambiental, de marketing, de recursos humanos, de gestão do atrativo e de seguranç a, dentre outros, e que tragam melhorias e minimização de negatividades.

Considerações finais

Após o estudo do Plano de Manejo do PEIT, coleta de dados na administração do parque, descrição dos atrativos construídos e observação "in loco" do funcionamento do Parque Estadual do Itacolomi, pode-se perceber que os equipamentos e atrativos construídos do parque estão sobre influência direta e indireta de vários aspectos situados em escala tanto externa quanto interna ao parque.

A nível local e regional, existem fragilidades e oportunidades de aprimoramento que refletem na visitação e utilização dos equipamentos e atrativos do PEIT. Percebe-se que, de um modo geral, os problemas são semelhantes nos atrativos em estudo e que a solução prov m de uma melhor organização e planejamento da utilização destas instalações.

A sazonalidade da demanda de visitantes existente no PEIT dificulta a criação de um quadro fixo de funcionários voltados para o atendimento do público, uma vez que a mão-de-obra necessária em épocas de pico de visitação (como julho)   bem superior às épocas de baixa temporada. Isso ocasiona um déficit de pessoal e superávit em épocas distintas, que não podem ser solucionadas facilmente.

Apesar das negatividades observadas, nota-se que uma estratégia de marketing e promoção poderia reverter em parte esta negatividade e transformar o parque em destino agregado aos dois pólos regionais de turismo histórico-cultural (Ouro Preto e Mariana), diferenciando-se destes a partir da ênfase de sua imagem na oferta de produtos e serviços relacionados ao turismo de natureza.

Isto ocasionaria um fluxo maior de visitantes distribuídos ao longo do ano, possibilitando a redução da sazonalidade, e conseqüentemente, reduziria a ociosidade das instalações a partir da otimização de seu uso. De certo, esta ação deveria ser executada junto com as outras propostas apresentadas, e então teríamos um aumento gradativo e regular dos índices de visitação.

A localização estratégica do Parque Itacolomi é um fator altamente positivo, já que a portaria do parque é limítrofe à zona urbana da cidade de Ouro Preto e está localizada a apenas 101 km da capital mineira Belo Horizonte, e a 14 km de Mariana. Há ainda a oportunidade de se abrir uma outra portaria, bem próxima à cidade de Mariana, o que contribuiria para a captação de um novo nicho de mercado regional.

Ademais, deve-se atentar para a necessidade de reposicionamento dos produtos e serviços do parque face às demandas emergentes, o que inclui a formatação de roteiros específicos para atender aos turistas nacionais e internacionais que estarão em Belo Horizonte durante a Copa do Mundo de 2014, haja vista que a capital mineira será uma das cidades-sede deste evento esportivo, e que o Itacolomi é o parque com melhor infraestrutura turística de Minas Gerais.

Projetos de incentivo ao turismo, dos governos estadual e federal, poderiam ser atraídos e aplicados em benefício da visitação pública do PEIT, como projetos vinculados ao Programa Destinos Indutores (Ministério do Turismo) e o Programa de Regionalização do Turismo, entre outros. Para tal, a gestão do parque deve reposicionar a marca Itacolomi no cenário regional e nacional. Isso diminuiria a dependência que a atual gestão do turismo no parque possui em relação aos recursos provenientes de compensações ambientais das grandes empresas de minério de ferro da região.

Para finalizar, destaca-se ainda a potencialidade de desenvolvimento de projetos de Extensão Universitária e Pesquisa Científica no parque. O campus principal da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) localiza-se bem próximo à portaria do PEIT, com cursos de Turismo, Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental, Economia, Museologia etc. A universidade e especificamente os cursos citados podem contribuir grandemente para o aprimoramento dos equipamentos e atrativos construídos do PEIT, seja através de projetos, estudos ou agregação de informações e práticas nestes equipamentos.

O roteiro de análise de equipamentos e atrativos construídos desenvolvido durante este projeto surgiu em decorrência da falta de modelos de análise deste porte que possibilitem a aplicação e obtenção de dados de forma específica, respeitando as peculiaridades de cada atrativo e situação. Este modelo pode ser utilizado como um

gerador de dados específicos para a formulação de planejamentos condizentes com a realidade local.

Referências Bibliográficas

BEDIM, B.P. O Programa de Turismo do Parque Estadual do Itacolomi: Significados, Reflexos e Perspectivas no Âmbito Regional. *In: Anais do Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Curitiba: Ed. UFPR/ UNICENP, 2004. 16p.

BEDIM, B.P. O espaço capitalista da natureza e seu (contra) uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas naturais protegidas – um ensaio teórico. *Caderno de Turismo*, Rio de Janeiro, (IVT-UFRJ), v. 7, n. 3, p.75-89, 2007.

BEDIM, B.P. O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”. 406 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: IGC-UFMG, 2008.

BEDIM, B.P. O Parque Nacional da Serra da Canastra como epicentro de clusters turísticos embrionários. **Tese** de Doutorado/Projeto. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 2010.

BEDIM, B.P.; RAMOS, M.V. **Análise socioambiental do Programa de Turismo do Parque Estadual do Itacolomi (Protur-Peit)**. Ouro Preto: UFOP, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2004/2005. (Relatórios finais de pesquisa, volumes 1 e 2).

BEDIM, B.P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de Unidades de Conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. **Revista OLAM - Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v.6, n.2, p.356-376, dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/ Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

COOPER, C. FLETCHER, J.; FYALL, A. **Turismo: Princípios e Práticas**, 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DANTAS, N.G.S.; MELO, R.S. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB, **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 8, n.1 (2008).

EPLERWOOD International; SETUR (MG). **Diagnóstico Turismo de Natureza: Destino Serra do Cipó**. Belo Horizonte: SETUR, 2007.

FREDERICO, I.B.; NEIMAN, Z. Infraestrutura sustentável para o Ecoturismo. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p.149-166.

GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R.B.; MCINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi**: Encartes 1 e 2, Planejamento e manual de gestão. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas (MG), Out. 2007.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Anteprojeto do Plano de Implantação e Manejo do Parque Estadual do Itacolomi**. IEF/MG. Belo Horizonte, 1993.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Anteprojeto do Plano de Implantação do Parque Estadual do Itacolomi**. IEF/MG. Belo Horizonte, 1986.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de marketing**. 12.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

MILLER, K. R. **Em busca de um novo equilíbrio**: Diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional. Brasília: IBAMA, 1997.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. 332p.

SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000.

SPIX, W.V. **Viagem pelo Brasil [1817,8]**. São Paulo – Belo Horizonte: Itatiaia-Pioneira, 1987.

TERRA, Consultoria e Assessoria em Estudos Geoambientais. **Levantamento dos Aspectos históricos e culturais do Parque Estadual do Itacolomi**: anexo II. Belo Horizonte, 1994.

NOTAS:

¹A Serra do Espinhaço foi reconhecida como uma Reserva da Biosfera pela UNESCO em junho de 2005. Trata-se de áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos reconhecidas pelo programa MaB/UNESCO como importantes em nível mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável e devem servir como áreas prioritárias para experimentação e demonstração dessas práticas (MILLER, 1997).

²De acordo com Bedim (2008), o Instituto Estadual de Florestas foi criado oficialmente em 05/01/1962, como uma autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura de MG. Desde então, tornava-se atribuição do IEF a gestão dos Parques sob o domínio do Estado mineiro. A partir daí, abriram-se as perspectivas de criação de novos Parques Estaduais naquele período, como o Itacolomi (BEDIM, 2008, p.205).

³O artigo de Bedim (2004) foi a primeira produção científica a analisar a visitação pública no Parque Estadual do Itacolomi, bem como o fluxo turístico a ela relacionado. Na época, o autor era monitor do parque e pôde acompanhar de perto a estruturação e a abertura do mesmo aos visitantes. Os relatórios do projeto de iniciação científica desenvolvido pelo autor na época, em parceria com o prof. Marcelo Viana Ramos, podem ser consultados nos arquivos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (PROPP-UFOP), e contem dados interessantes sobre a atmosfera política e administrativa do projeto experimental de gestão compartilhada que subjaz à abertura do parque à visitação (BEDIM; RAMOS, 2004/2005).

⁴Segundo Bedim (2004, p.7), em 1818 o alemão Wilhelm von Spix percorreu os arredores de Vila Rica, perpassando e descrevendo com ímpar sutileza aspectos da Serra do Itacolomi: “O Itacolomi é o mais alto píncaro da Serra de Ouro Preto, cujos declives para o sul formam com o morro de Vila Rica o estreito vale, onde está a cidade. Para subirmos a esse monte partimos do vale, de manhã, às oito horas, transpondo o Ribeirão de Ouro Preto, e chegamos ao meio-dia ao cume. O caminho leva por risonhas ladeiras de capim, às vezes por mata baixa no alto. Pouco a pouco, alarga-se a chapada do morro, e achamo-nos numa planície extensa, docemente inclinada e em cujo fundo se eleva o último píncaro de rocha” (SPIX, 1987, p.243).

⁵De acordo com o site [calculos.com](http://www.calculos.com), o ano de 2009 possuía até 12/09 a UFIR de 1,9372 real. Embora a UFIR – Unidade Fiscal de Referência – tenha sido extinta em 2000 para fins fiscais, entendemos que a mesma é um parâmetro de valores monetários. Fonte: http://www.calculos.com/consulta20.php?bd_tabela=ufir

⁶Plano de manejo do PEIT (IEF, 2007).

⁷SWOT é uma sigla oriunda do inglês e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

⁸Fonte: <http://pt.wikipedia.org> (2010).

⁹KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. *Administração de marketing*. 12.ed. São Paulo: 2006, p.50.

¹⁰Criado em 1967, até 2004 o parque era visitado pelos moradores sem fiscalização e após esta data, o acesso passou a ser pago e a estadia dos visitantes monitorada visando fim de abusos e excessos que, somados ao fim do sistema gratuito de transporte da portaria até a sede para a população (2004-2007), ajudou a incutir em parte da população uma má imagem da UC que repercute no serviço de guias locais de Ouro Preto. – relatos de visitantes afirmam que guias locais desincentivavam a visita ao PEIT.-

¹¹Denominamos aqui, macro-estrutura para toda a infra-estrutura do parque somada a infra-estrutura acessível ao turista nas proximidades do parque.

Bruno Pereira Bedim: Professor efetivo do Departamento de Turismo da UFOP.
Email: brunobedim@yahoo.com.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1654772916093941>

Caiki Flaeschen de Campos: Graduando em Turismo pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.
Email: caikiflaeschen@yahoo.com.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0609863614529702>

Tatiana Corrêa Vidal: Graduanda em Turismo pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.
Email: taticvidal@yahoo.com.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6512126951162603>

Data de submissão: 09 de novembro de 2009.

Data do aceite: 09 de abril de 2010.

Sinalização interpretativa como ferramenta de educação patrimonial em parques urbanos: o caso do Parque da Serra do Curral de Belo Horizonte

Gisele Assis Mafra

RESUMO

Em 2008, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação de Parques Municipais – FPM - iniciou a implantação do Parque da Serra do Curral. Ocupando uma área de 40 hectares ao longo da Serra do Curral o parque conta com mirantes para observação da fauna e flora e contemplação da serra e seu entorno. O projeto de sinalização interpretativa já está finalizado e em fase de implantação e pretende despertar o interesse do visitante sobre recursos ambientais e culturais preservados pelo parque. A sinalização enfocará a importância histórica e cultural, para a cidade e o Estado de Minas, da Serra do Curral e de alguns pontos na paisagem observados do topo da serra. Abordará também a biodiversidade protegida pelo parque. O objetivo do projeto é que os visitantes, além de entenderem a importância de se preservar a Serra do Curral através de um parque, possam admirar a paisagem, identificar locais familiares na massa urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - e, dessa forma, se entender como parte dessa realidade. A sinalização promoverá um contato dos visitantes com a história, cultura e recursos naturais não só do parque, mas da RMBH, podendo, dessa forma, ser um instrumento de educação patrimonial que desperte nas pessoas o interesse e a preocupação pelo patrimônio local. O presente artigo pretende apresentar o projeto de sinalização criado para o Parque da Serra do Curral e discutir como seu conteúdo poderá ser uma ferramenta de educação patrimonial com seus visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial, Parque Urbano, Sinalização Interpretativa

Interpretive signaling as a tool for patrimonial education in urban parks: the case of Parque da Serra do Curral of Belo Horizonte (MG), Brazil.

ABSTRACT

In 2008, Belo Horizonte City Hall, through the Municipal Parks Foundation started the implementation of Serra do Curral Park. Occupying an area of 40 hectares along Serra do Curral, the park has several viewpoints for observing the flora and the fauna, and also for contemplating the mountains and its surroundings. The interpretive signaling project has already been made and it is currently under the process of implementation. It has the intention to get the visitors' attention to all of the natural and cultural resources preserved by the park. The signs stress how valuable Serra do Curral is, historically and culturally to the City and the State of Minas Gerais. The goal of the project is to make visitors aware of the importance to maintain Serra do Curral through the Park while offering a place where they can enjoy the view and observe known locations in the Metropolitan Area of Belo Horizonte (MABH), creating a sense of belonging. The signs connect visitors to the history, culture and natural resources of, not only the park but also of the MABH, becoming a tool to patrimonial education and to awareness to cultural heritage. This article intends to make a presentation of the signaling project created for the Serra do Curral Park and discuss how its content can be a tool for the educational heritage of its visitors

KEYWORDS: Patrimonial Educations, Urban Parks, Interpretative Signaling.

Introdução

Os parques urbanos têm o seu foco no uso público, pois são locais de visitação, lazer e contemplação dos moradores de centros urbanos. São importantes para a manutenção da qualidade de vida nas grandes cidades pois servem como controladores de temperatura e poluição, umidificam o ar e fornecem sombra. Em Belo Horizonte há 69 parques urbanos, com diferentes especificidades e formas de manejo, geridos pela Fundação de Parques Municipais – FPM.

Em 2008, a FPM iniciou a implantação do Parque da Serra do Curral. Ocupando uma área de 40 hectares ao longo da Serra do Curral, o parque conta com 10 mirantes para observação da fauna e flora e contemplação da serra e seu entorno. O plano de manejo ainda está sendo elaborado, mas o projeto de sinalização interpretativa já está finalizado, faltando apenas a instalação das placas, e pretende despertar o interesse do visitante sobre recursos ambientais e históricos preservados pelo parque. A visitação ao parque só será permitida após a finalização destes planos e projetos.

Para enriquecer a experiência do visitante, nos mirantes serão implantadas placas que auxiliarão a interpretação do que é avistado daquele ponto, através de fotos panorâmicas e texto. Nessa sinalização serão enfocados elementos com importância histórica e cultural para a cidade e o estado de Minas, tais como a Lagoa da Pampulha, as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, a Serra do Rola-Moça, o Pico de Itabirito e a Avenida Afonso Pena. Também será trabalhada a questão ambiental com a abordagem da biodiversidade local. Junto ao marco de tombamento da serra realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, será, ainda, apresentada a relação da Serra do Curral e a história da cidade. O objetivo desse plano de sinalização é que os visitantes, além de entenderem a importância de se preservar a Serra do Curral através de um parque, possam admirar a paisagem, identificar locais familiares na massa urbana da RMBH e, dessa forma, se entender como parte dessa realidade, e ainda, se sensibilizar para a importância histórica e social desses elementos. É uma forma também de estimular os visitantes a, posteriormente, conhecerem mais sobre os locais avistados dos mirantes.

Pretende-se que a sinalização promova um contato dos visitantes com a história, cultura e recursos naturais não só do parque, mas da RMBH como um todo, podendo, dessa forma, ser um instrumento de educação patrimonial que desperte nas pessoas o interesse e a preocupação pelo patrimônio local.

O presente artigo apresenta o projeto de sinalização interpretativa criado para o Parque da Serra do Curral e discute sua possível utilização como ferramenta de educação patrimonial com seus visitantes.

Para desenvolver este estudo de caso foi realizada pesquisa bibliográfica sobre técnicas e metodologias de sinalização interpretativa e de educação patrimonial, análise de trabalhos no Brasil e no exterior que utilizam a sinalização como metodologia de educação ambiental e patrimonial, análise de mapas temáticos e fotografias, e observações sobre os atrativos e infraestrutura da Serra do Curral.

Patrimônio e educação

Patrimônio é uma palavra latina (*patrimonium*) e significa herança do pai. O conceito de patrimônio se consolidou com a contribuição de discussões e trabalhos ao longo de vários séculos. A ideia de conservação e valorização de bens históricos iniciou-se na França na época da Revolução Francesa, quando a necessidade de romper com a ordem política e social pré-Revolução incitou os revolucionários a destruírem construções e monumentos associados à nobreza, valorizando o que entendiam como *res publica*, (coisa pública, em latim). Esses atos de vandalismo, consequentemente, motivaram reações no sentido de garantir a conservação dessas construções, dando início a uma fase de reconhecimento e classificação dos bens públicos que pudessem transmitir o sentimento de nacionalidade, de identidade, de pertencimento àquela nação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a exemplo de algumas anteriores, institui a definição oficial de patrimônio e inclui, sobretudo, aspectos que valorizavam o exercício da cidadania e abrangem os diferentes grupos sociais e culturais. No âmbito das políticas públicas, o patrimônio pretende representar a identidade brasileira e a história nacional:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A identidade é a relação sentimental do indivíduo com o local onde vive (MARTINS, 2006). De acordo com Silva (2000), a identidade confere a um povo o sentimento de coletividade e pertencimento ao grupo e o diferencia dos demais. É formada através de um processo de legitimação social e cultural de objetos e costumes, símbolos que transmitem a cultura através das gerações e possibilitam a manutenção de um vínculo com o passado.

Para fortalecer e preservar o patrimônio cultural e a identidade de um povo, são utilizadas estratégias como tombamento, restaurações arquitetônicas, inventariamento dos bens, implantação de museus e centros de cultura, educação patrimonial, utilização como atrativos turísticos, etc. Essas ações são complementares e, na maioria das vezes, desenvolvidas em conjunto. Dentre elas, a educação patrimonial surge com o objetivo de sensibilizar a população sobre o contexto histórico e cultural no qual está inserida, de forma a visualizar os elementos representativos deste contexto e sua

importância no fortalecimento da identidade de um povo. Educação patrimonial é um *“processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6)

A partir do conhecimento sobre sua herança cultural e do entendimento de como ela está presente no seu cotidiano, as pessoas se motivam a vivenciar, se apropriar e contribuir com a preservação do seu patrimônio histórico-cultural, além de estimular o desenvolvimento de novas expressões culturais na comunidade. Esta é a função da educação patrimonial, aproximar o indivíduo de sua cultura. De acordo com Horta *“O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu ‘patrimônio’ são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”* (idem, 1999, p.6).

Uma das ferramentas para aproximar a comunidade de seu patrimônio é a interpretação da paisagem que desperta o interesse e a atenção de moradores e turistas por determinado bem ou região. A interpretação é *“uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais”* (TILDEN, 1967, apud MURTA, 2005, p. 14)

A interpretação como estratégia de educação instiga o visitante a fazer outras descobertas, a ampliar seu olhar e encontrar singularidades e significados marcantes do lugar, como destaca Murta (2005, p. 14): *“Mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade”*. A interpretação trabalha com os sentidos e a sensibilidade do turista, que deixa de ser um mero expectador e passa a entender o local e, conseqüentemente, a se preocupar com sua preservação. Desta forma, a visitação turística passa a ser menos ameaçadora à preservação do patrimônio. *“Através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, a proteção”* (TILDEN, 1967, apud MURTA, 2005, p. 15).

A interpretação pode ser realizada através de visitas guiadas, sinalização, som e imagem, panfletos e guias impressos, apresentações artísticas. A escolha da estratégia interpretativa depende das características do local a ser interpretado, do público que se deseja atingir e do objetivo da atividade.

A sinalização, através de placas e painéis, é a forma mais comum de interpretação. Em geral, apresenta textos complementados por ilustrações como desenhos, mapas e fotografias que facilitam o entendimento e deixam a experiência mais agradável. A função dessa sinalização é atrair o visitante para detalhes, aprimorar seu olhar e instigá-lo a descobrir mais informações. Normalmente implantadas ao longo de um roteiro de visitação, as placas servem para reforçar o tema central do percurso, além de auxiliarem o usuário a se localizar e orientar. Em alguns momentos, são tam-

bém utilizadas para informar sobre regulamentos e formas de funcionamento dos locais visitados.

Contextualização do Parque da Serra do Curral e Sinalização Interpretativa

Os 69 parques municipais de Belo Horizonte se localizam em área urbana, constituindo-se como opções de lazer de grande parte da população da cidade e de seu entorno. Dessa forma, além de áreas de conservação ambiental, são espaços de uso da população para prática de esportes, descanso, lazer, realização de atividades culturais e eventos, contemplação da natureza, etc. Essas multifunções, nem sempre harmoniosas, dos parques urbanos têm provocado o desenvolvimento de um modelo de gestão específico para esses espaços.

A FPM, desde 2008, tem trabalhado na implantação do Parque da Serra do Curral, com o objetivo de preservar o patrimônio ambiental e cultural da Serra do Curral. Principal fonte de inspiração para o nome da região onde foi construída Belo Horizonte, Curral Del Rei, a serra serve de moldura para a cidade. Com uma extensão de 11 quilômetros e altitude de até 1.390 metros em seu ponto mais alto, as curvas de suas montanhas podem ser vistas de grande parte dos bairros da capital. Serve de limite entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. Pela sua presença marcante na paisagem e no cotidiano da cidade, foi escolhida pelos próprios moradores como símbolo de Belo Horizonte.

É composta por uma sucessão de camadas de rochas de composição variada, representada por itabiritos, dolomitos, quartizitos, filitos e xistos diversos, apresentando formação típica do conjunto que compõe o "Quadrilátero Ferrífero", o que motivou a exploração de suas jazidas, modificando e descaracterizando a paisagem. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan - realizou o tombamento da Serra do Curral em 1960, incluindo o conjunto paisagístico do pico e de sua parte mais baixa e nobre. Em 1991, o alinhamento das montanhas também foi incluído como bem tombado.

A implantação deste parque é mais uma ação para a conservação da Serra do Curral, pois contribui para a diminuição dos focos de incêndios, a recuperação da mata na base da serra e o controle dos processos erosivos, além de proporcionar mais segurança e acessibilidade nas trilhas locais.

O parque abrange uma área de 40 hectares e serve de corredor ecológico interligando outras unidades de conservação como o Parque Municipal das Mangabeiras, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Jambreiro e a Mata da Baleia, totalizando mais de 1.500 hectares de vegetação preservada em plena metrópole.

A visita ao parque será feita através de uma trilha linear de 3.950 metros de extensão que se inicia na Portaria 1, na Praça Estado de Israel, e se estende pelo topo da serra até a Portaria 2, no Parque das Mangabeiras, como pode ser observado na Figura 1.

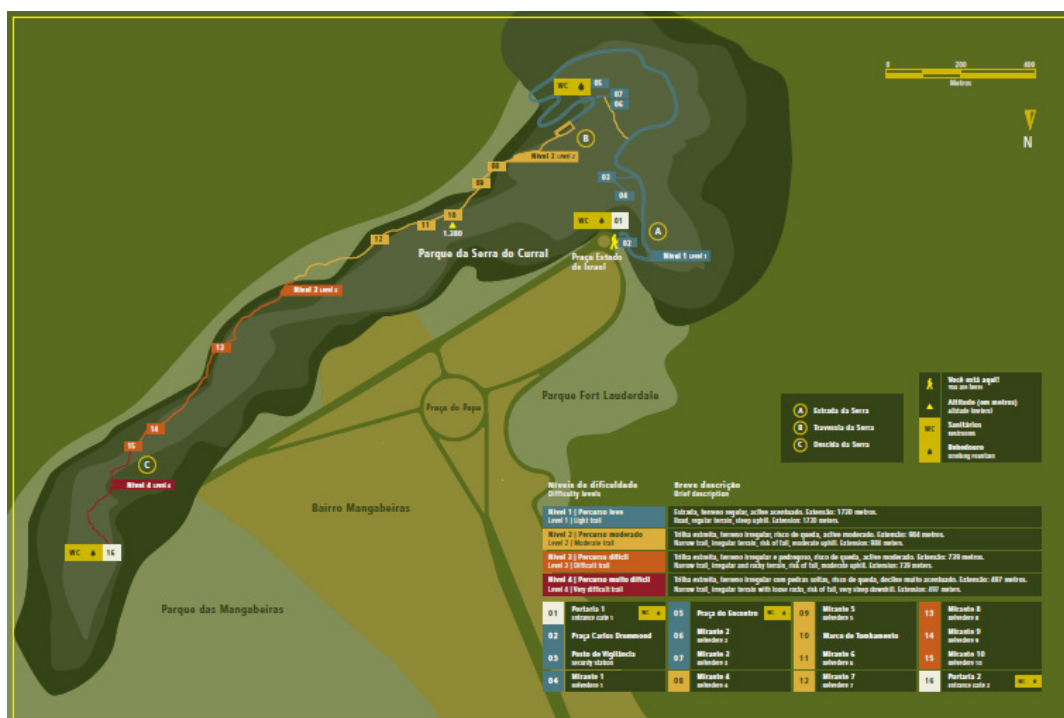


Figura 1 – Mapa do Parque da Serra do Curral, elaborado pela empresa Hardy Design, com informações fornecidas pela FPM.

No parque estão sendo instalados, além das duas portarias, guarita de vigilância, duas praças, equipamentos de ginástica, bebedouros, guarda-corpos, banheiros, trilhas e 10 mirantes. Uma das praças terá o nome de Praça Carlos Drummond de Andrade (Figura 2), em homenagem ao poeta mineiro que várias vezes se inspirou na Serra do Curral, e a outra de Praça do Encontro, sendo esta o ponto limite para acesso de veículos.

Para facilitar a orientação, o percurso pelo parque foi dividido em Subida da Terra, trecho entre Portaria 1 e Praça do Encontro, Travessia da Serra, que se inicia na Praça do Encontro e se estende por todo o topo da serra, e Descida da Serra, que finaliza na Portaria 2. Para a segurança dos usuários, o percurso foi classificado em níveis de dificuldade de acordo com o tipo de terreno, inclinação e largura da trilha. Assim, foram definidos 4 níveis de dificuldade que se sucedem gradativamente ao longo dos 4 km.

A visitação ao Parque da Serra do Curral é fortemente marcada pela observação da paisagem. O visitante tem, a quase todo o momento, uma ampla visão tanto da região que se estende em direção ao norte quanto para o sul. Esse cenário a todo tempo atrai o olhar do visitante, normalmente acostumado a ter sua observação limitada por obstáculos como edifícios e montanhas. Assim, surgiu o interesse da administração do parque em utilizar a sinalização para estimular a observação e a interpretação da paisagem.



FIGURA 2 – Praça Carlos Drummond de Andrade, com equipamentos de ginástica.
FOTOS - Gisele Mafra (2009)

O Mirante 1 foi escolhido para abordar a biodiversidade existente no parque, pois em seu entorno podem ser avistados vários exemplares da flora local. Além disso, por estar localizado abaixo do alinhamento da serra, a uma altitude de 1.290 metros, a paisagem avistada neste ponto não tem grande amplitude, sendo melhor observada de outros pontos da trilha. Nele, será implantada uma placa de 60 centímetros de largura e 136 centímetros de comprimento, que abordará a flora do parque (Figura 3). Conterá um quadro relacionando os exemplares mais encontrados, identificados pelo nome popular e científico, e informações sobre coloração e época de floração, complementados pelo desenho da planta. Ainda haverá o seguinte texto introdutório:

Mirante 1

A Exuberância da Vegetação

A vegetação do Parque da Serra do Curral reúne espécies de Campos de Altitude e Cerrado. Os Campos se desenvolvem em áreas rochosas e elevadas e apresentam espécies de pequeno porte como arbustos e gramíneas. A vegetação típica do Cerrado possui troncos e ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas. A canela-de-ema, um dos arbustos encontrados no parque, exibe suas belas flores no verão. Há também espécies arbóreas de maior porte como a quaresmeira, que recebe esse nome devido às suas flores roxas que florescem na época da Quaresma (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 14).

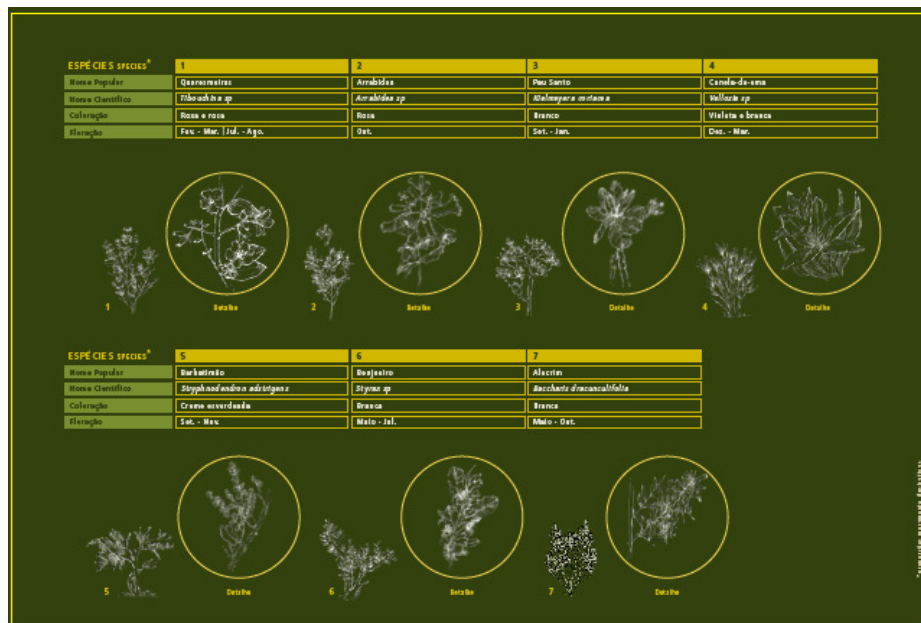


Figura 3 – Esquema gráfico da placa sobre flora, elaborado pela empresa Hardy Design, com informações fornecidas pela FPM.

O mesmo esquema será feito na placa sobre a fauna (Figura 4), que apresentará as espécies mais representativas, com o nome popular e científico, tamanho médio, desenho e o seguinte texto:

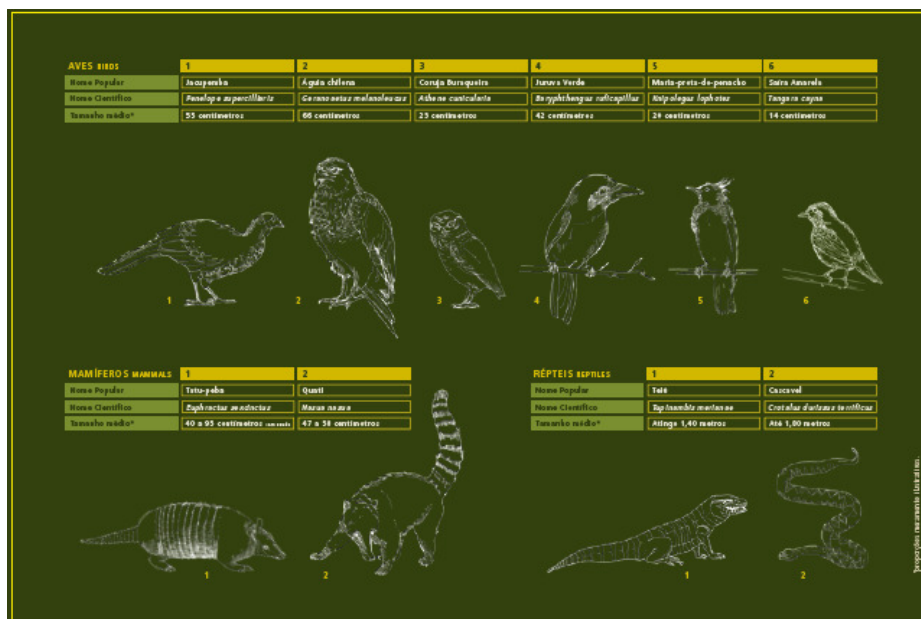


Figura 4 – Esquema gráfico da placa sobre fauna, elaborado pela empresa Hardy Design, com informações fornecidas pela FPM.

Mirante 1

A Riqueza da Fauna

A fauna do Parque da Serra do Curral é bastante diversificada, devido ao corredor ecológico que o parque forma com a Mata do Jambreiro, a Mata da Baleia e o Parque das Mangabeiras. Juntos, abrangem mais de 1.500 hectares de vegetação preservada em plena metrópole. Dos animais do parque, as aves são as mais representativas. Foram identificadas 125 espécies, algumas endêmicas do Cerrado como a campai-nha-azul e outras comuns em regiões montanhosas como a águia-chilena, também encontrada na Cordilheira dos Andes (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 14).

O Mirante 2 possui um dos 3 marcos de tombamento da Serra do Curral e terá apenas placas direcionais.

O Mirante 3, a uma altitude de 1.328 metros, está localizado na Praça do Encontro (Figura 5), antes do início da Trilha Travessia da Serra. Deste mirante se tem a visualização mais completa, sendo o ponto de onde é possível apreciar a paisagem em praticamente todas as direções. Uma rampa ligando a praça ao mirante garante que qualquer visitante possa acessar este ponto, inclusive idosos e pessoas com necessidades especiais que utilizarão veículos autorizados para chegar até a Praça do Encontro.

A partir deste mirante, a sinalização interpretativa abordará a paisagem. As placas, no tamanho 60 cm X 90 cm, terão fotos panorâmicas, em preto e branco, e texto sobre os principais elementos que podem ser observados naquele ponto. Para facilitar a interpretação da paisagem, esses elementos serão destacados na fotografia com o uso de sombreamento, como na Figura 6.



FIGURA 5 – Praça do Encontro (ainda em obras), Mirante 3 e a rampa que dá acesso a ele.
FOTO – Celso Santa Rosa (2008)



Figura 6 – Placa do Mirante 3 Nova Lima com foto panorâmica e texto. Elaborada pela empresa Hardy Design, com informações fornecidas pela FPM.

Acredita-se que alguns usuários optarão por não realizar a Travessia da Serra, por ser um trecho de maior dificuldade e, portanto, chegarão apenas até o Mirante 3. Por este motivo e também por ser um local que possibilita a visualização de uma área maior, a sinalização deste mirante abordará um número maior de elementos. Para tanto, será instalada uma placa com informações sobre a paisagem em direção ao município de Nova Lima e outra que abordará a região de Belo Horizonte. Como esta última conterá mais informações, terá o dobro do comprimento padrão (180 centímetros).

Segue abaixo o conteúdo da sinalização que será implantada nos Mirantes 3 ao 10:

Mirante 3

Belo Horizonte

Contagem é um município da região metropolitana de Belo Horizonte, com economia baseada na atividade industrial.

Na jazida do Acaba Mundo é feita extração de dolomita, minério utilizado na fabricação de refratários, no agronegócio e na construção civil.

Fundado em 1990, o Parque Juscelino Kubitschek oferece equipamentos para prática de esportes e abriga vários eventos, sendo uma importante opção de lazer para a comunidade.

Conjunto Governador Juscelino Kubitschek, mais conhecido por Edifício JK, é um complexo constituído por dois blocos, que totalizam quase 1100 apartamentos e abrigam cerca de cinco mil moradores.

A Lagoa da Pampulha, construída na década de 1940, possui vários

projetos de Oscar Niemeyer no seu entorno, além do Estádio Mineirão. Inaugurado em 1897, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti contribui para amenizar o clima da região central da cidade.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG é uma vitrine viva da biodiversidade do Brasil: 600 mil m² de área verde, com significativos exemplares de fauna e flora.

O Parque das Mangabeiras conserva em sua área de 2,4 milhões de metros quadrados imensa mata nativa rica em espécies da fauna e da flora do país e 25 nascentes da Bacia do Rio São Francisco.

O Palácio das Mangabeiras é a residência oficial do governador mineiro. Foi projetado a pedido de Juscelino Kubitschek durante sua gestão como governador.

A Praça Israel Pinheiro ganhou o nome de Praça do Papa depois da missa campal realizada, em 1980, pelo Papa João Paulo II (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 17).

Mirante 3

Nova Lima

Município da região metropolitana de Belo Horizonte, Nova Lima tem sua história marcada pela extração de ouro e ferro.

O Morro do Elefante, com 1.185 metros de altitude, ganhou esse nome pela ilusão de ótica que causa ao formar a imagem de um elefante deitado.

A Mata do Jambreiro, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), é uma área de preservação natural e de transição entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado.

O Morro do Pires possui altitude de 1.387 metros e apresenta vegetação de Cerrado.

O Pico de Itabirito constituído de hematita compactada, espécie de minério de ferro, destaca-se na paisagem com seus 1.568 metros de altitude.

O Parque Estadual da Serra do Rola-Moça protege uma área de 3.941 hectares e abrange os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 18).

Mirante 4

Pampulha

A Lagoa da Pampulha foi construída na década de 1940, durante a gestão do prefeito Juscelino Kubitschek. Para compor o seu entorno, Oscar Niemeyer projetou um conjunto arquitetônico que se tornou referência mundial e influenciou toda a arquitetura moderna brasileira. Fazem parte do conjunto: a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube.

A orla da Pampulha concentra várias opções de lazer, como o ginásio do Mineirinho, a Fundação Zoo-Botânica e pistas para ciclismo e caminhada. É lá também que está o Estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como Mineirão.

Também na década de 1940, foi construído o campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Com a obra da Pampulha o vocabulário plástico da minha arquitetura, num jogo inesperado de retas e curvas, começou a se definir” Oscar Niemeyer (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 19).

Mirante 5

Montanhas

O Pico de Itabirito, localizado no município de Itabirito, tem um importante valor histórico, pois, na época das bandeiras, servia como referência de direção para os paulistas que se dirigiam às minas e vilas que surgiram na região.

O Parque Estadual da Serra do Rola-Moça protege uma área de 3.941 hectares e abrange os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho. Está situado numa zona de transição de Cerrado para Mata Atlântica, rico em campos ferruginosos e de altitude.

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Igarapé, com 7.100 hectares, contribui para a preservação dos recursos naturais da região (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 20).

Mirante 6

Nova Lima

Nova Lima foi fundada por bandeirantes que encontraram ribeirões auríferos no início do séc. XVIII. A região passou a atrair aventureiros em busca de ouro e logo se formou um núcleo populacional. Localizada entre a Serra do Curral e a Serra da Moeda, o município faz parte do roteiro turístico da Estrada Real.

A Mata do Jambreiro foi transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, abrigo para diversas espécies de animais. Com extensão de 912 hectares, possui uma área de transição entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado e guarda nascentes de córregos da Bacia do Rio das Velhas (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 21).

Mirante 7

Afonso Pena

A Avenida Afonso Pena é considerada a avenida mais importante de Belo Horizonte. Coração econômico da capital, interliga atrativos turísticos naturais e culturais. Por ela, e no seu entorno, pode-se encontrar vários pontos turísticos da cidade como o Parque Municipal Américo Renné Giannetti e o Palácio das Artes.

Inaugurado em 1897, antes mesmo da nova capital mineira, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti é o patrimônio ambiental mais antigo de Belo Horizonte. Projetado no final do século XIX pela Comissão Construtora encarregada de planejar a nova capital de Minas Gerais.

O Morro do Elefante, com 1.185 metros de altitude, ganhou esse nome pela ilusão de ótica que causa ao formar a imagem de um elefante deitado.

O Morro do Pires possui altitude de 1.387 metros e apresenta vegetação de Cerrado.

“Que belo horizonte!”

Papa João Paulo II, em 1980, diante da paisagem vista da Praça Israel Pinheiro, aos pés da Serra do Curral (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 22).

Mirante 8

Cultura e Biodiversidade

Mistério: ninguém sabe o que acontece na Rua Professor Otávio Coelho Magalhães, mais conhecida por Rua do Amendoim. Quando os carros são desligados, eles sobem, ao invés de descenderem, a suave ladeira. Folclore turístico, ilusão de ótica ou fenômeno físico? Na dúvida, vale a pena conferir este fenômeno.

Situado na encosta da Serra do Curral, o Aglomerado da Serra ocupa uma área de 1.470 mil m². No Aglomerado convivem vários movimentos populares, manifestações culturais, programas sociais e rádio comunitária.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG é uma vitrine viva da biodiversidade do Brasil: 600 mil m² de área verde, com significativos exemplares da fauna e flora. Abriga, ainda, o Presépio do Pipiripau, importante tesouro da arte popular, formado por 586 figuras móveis, distribuídas por 45 cenas da vida e morte de Jesus Cristo (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 23).

Mirante 9

Ao longo da Serra

A Serra da Piedade localiza-se nos municípios de Sabará e Caeté, integrando a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Também foi um importante referencial utilizado pelos primeiros aventureiros em busca de ouro.

O Pico Belo Horizonte, com 1.390 metros de altitude, é o ponto culminante de Belo Horizonte e da Serra do Curral.

Sabará, município da região metropolitana de Belo Horizonte, foi o primeiro povoamento de Minas Gerais. Nos séculos XVII e XVIII, Sabará foi um centro comercial estratégico diretamente ligado à Estrada Real. Possui um importante patrimônio arquitetônico, histórico e cultural e faz parte do roteiro turístico da Estrada Real.

“Mas tudo é inexoravelmente colonial:

bancos janelas fechaduras lampiões.

O casario alastra-se na cacunda dos morros,

rebanho dócil pastoreado por igrejas:

a do Carmo - que é toda de pedra,

a Matriz- que é toda de ouro.”

Carlos Drummond, se referindo a Sabará, no poema Lanterna Mágica (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 24).

Mirante 10

Ao pé da Serra

O Parque das Mangabeiras foi implantado em 1982, na área onde até 1979 funcionava a Ferrobela, empresa mineradora municipal. Com projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, o parque possui 2,4 milhões de metros quadrados de área verde preservada, além de espaços para lazer e esportes.

A Mina de Águas Claras contava com uma grande infraestrutura para extração mineral, inclusive estrada de ferro para o transporte do minério. Foi desativada em 2002 e na cava da mineração formou-se um grande lago com profundidade de até 234 metros (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 25).

Além das placas dos mirantes, haverá uma placa junto ao marco de Tombamento da Serra, localizado entre os Mirantes 5 e 6, no alinhamento da Avenida Afonso Pena. Nesta, a foto panorâmica será substituída pela foto da Serra do Curral e o texto apresentará o patrimônio cultural e histórico representado pela serra:

Marco de Tombamento da Serra

Serra do Curral: Patrimônio Nacional Protegido

A Serra do Curral serve de moldura para a cidade de Belo Horizonte. É o limite entre os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Sabará, Brumadinho e Ibirité.

Possui uma extensão de 11 km e altitude de até 1.390 metros no Pico Belo Horizonte, seu ponto mais alto.

Principal símbolo da capital, as curvas de suas montanhas podem ser vistas de grande parte dos bairros de Belo Horizonte e se tornaram um dos motivos de orgulho dos seus moradores.

É composta por uma sucessão de camadas de rochas de composição variada, representada por itabiritos, dolomitos, quartizitos, filitos e xistos diversos, apresentando formação típica do conjunto que compõe o "Quadrilátero Ferrífero", o que motivou a exploração de suas jazidas, modificando a paisagem.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou a Serra do Curral em 1960, incluindo o conjunto paisagístico do pico e de sua parte mais baixa e nobre. Em 1991, o alinhamento das montanhas também foi incluído como bem tombado.

“Era ao cair de uma tarde de janeiro de 1894. Depois de viajar algumas léguas do sertão mineiro (...) cheguei a estas planícies esplêndidas (...). A imensa arena brava abria-se para o oriente, encostada ao sul, à lombada do Curral e ao norte à da Contagem. O sol deixara no céu o cruor do seu holocausto. Um dobre de sino embalava a tarde. Uma doce melancolia enfeitava o ar.”

Olavo Bilac em artigo no Jornal Minas Gerais, de 25 de agosto de 1916 (FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS, 2009, p. 13).

Considerações Finais

A Serra do Curral é um forte símbolo de Belo Horizonte. Observar a biodiversidade que abriga, percorrer suas trilhas, avistar o que há depois de seu paredão, tocar as rochas da qual é constituída é a maneira ideal de realmente conhecer esse marco da capital mineira e entender a necessidade de sua preservação. Ordenar a visita nesta área, garantindo segurança e infraestrutura, é fundamental para se conciliar preservação e uso público. O projeto de sinalização interpretativa visa despertar nos usuários essa consciência sobre a importância ambiental e cultural da serra.

Mas como a Serra do Curral é um elemento intimamente integrado ao município de Belo Horizonte e à sua região metropolitana, não se podia abordá-la isoladamente. Era preciso apresentar toda sua paisagem, invertendo a direção do olhar, que normalmente é da cidade para a serra, e estimulá-lo a partir da serra em direção à cidade. Assim, o belo-horizontino e os turistas terão a oportunidade de apreciar não só o principal símbolo de Belo Horizonte, mas também toda a cidade e seu entorno.

A observação de pontos turísticos da cidade, como a Lagoa da Pampulha, o Edifício JK, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, como elementos agregados à malha urbana da cidade, e não como pontos isolados, consolida a imagem da cidade, com toda sua complexidade, conflitos, belezas e patrimônios. Essa imagem, esse conceito é que se pretende construir com a educação patrimonial trabalhada através da sinalização interpretativa, e que poderá ainda ser complementada com o trabalho de condutores. A Fundação de Parques Municipais pretende que os visitantes do Parque da Serra do Curral, sejam moradores de Belo Horizonte ou de outras localidades, saiam mais conscientes das riquezas da cidade e estimulados a conhecer ainda mais sobre os locais avistados dos mirantes. Assim, serão gerados benefícios como a ampliação do fluxo de visitantes nos demais pontos turísticos da capital, disseminação de aspectos culturais do município, população melhor instruída sobre os bens culturais existentes e, conseqüentemente, consciente da necessidade de preservação. É notório que quando a comunidade conhece sua cultura e com ela se identifica, se empenha na sua preservação e no seu fortalecimento. Além disso, o contato e, conseqüentemente, o conhecimento sobre a história e o patrimônio, por parte do turista, levam ao entendimento da importância da preservação para a valorização da cultura e para a auto-estima da comunidade local.

Como o Parque da Serra do Curral ainda não foi aberto à visita (a inauguração estava prevista para o primeiro semestre de 2010), não foi possível testar a eficiência deste projeto. Mas com base nos estudos existentes sobre o tema e na avaliação do estudo de caso apresentado, acredita-se que seja possível utilizar a sinalização interpretativa como uma ferramenta de educação patrimonial, mesmo em uma área natural, afinal, muitas vezes bens históricos, arquitetônicos e culturais estão inseridos em ambientes naturais e vice-versa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal. 1988. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, decretado e promulgado pela Assembleia Constituinte. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/constituicaoofederal.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS. **Projeto de Sinalização do Parque da Serra do Curral**. Belo Horizonte: FPM, 2009.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MURTA, S.M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SILVA, E.P. **Patrimônio e identidade**. Os desafios do turismo cultural. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2000. Disponível em <<http://ceaa.ufp.pt/ceaa.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2004.

Gisele Assis Mafra: Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte.

Email: giselemafra@pbh.gov.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837835978310554>

Data de submissão: 30 de outubro de 2009.

Data do aceite: 02 de fevereiro de 2010.

A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação

***Bruna Raquel Alves Pinheiro, Artemísia dos Santos Soares,
Francisco Fransualdo de Azevedo***

RESUMO

O presente artigo constitui-se de um ensaio teórico conceitual focalizado nas relações homem-natureza que se dão no espaço. Acredita-se assim, que por meio da prática do turismo em ambientes naturais, o homem pode (re)encontrar-se consigo mesmo em uma relação individual, praxiológica que viabiliza a preservação ambiental. Para tanto, o estudo aborda posicionamentos de estudiosos do turismo, geografia e filosofia que versam acerca desta temática, embasados no imperativo da preservação, no conceito de totalidade, intrínseco a todos os elementos do Universo e na capacidade de percepção do turista. Portanto, defende-se a premissa de que o turismo pode ser um meio de sensibilização capaz de proporcionar a unicidade do ser humano com a natureza que na sociedade contemporânea ainda tem se revelado paradoxal.

PALAVRAS-CHAVE: Homem, Natureza, Preservação.

The man-nature relationship and praxis of tourism: a reunion for preservation

ABSTRACT

This is a theoretical-conceptual article focused on the relationships between man-nature that occur in space. It is believed therefore that, throughout the practice of tourism in natural environments, man can reunite himself in a single and praxiologic relationship which makes possible environmental preservation. Thus, the study addresses attitudes of scholars of Tourism, Geography and Philosophy that converge on this theme. Such attitudes are based on the imperative of preservation, the intrinsic concept of totality to all elements of the Universe and the tourist's perception. Therefore, the premise that tourism can be a mean of awareness capable of providing the unity of mankind with nature is defended; though in contemporary society it has proved to be paradoxical.

KEYWORDS: Man, Nature, Preservation.

Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão teórico-conceitual centrada nas relações homem-natureza que ocorrem no espaço geográfico, particularmente no que concerne ao ambiente natural da sociedade contemporânea. Nesse contexto, enfatiza-se a atividade turística como instrumento de sensibilização para a preservação de paisagens naturais, configurando-se como uma práxis do turismo. Com este objetivo, utiliza-se a abordagem dialética acerca do uso dos espaços naturais objetivando sua preservação por meio de posicionamentos de estudiosos que tratam da temática em um pensamento que na atual sociedade ainda se mostra paradoxal.

Neste sentido, os autores deste estudo levantam a hipótese de que a natureza pode influenciar a capacidade de consumo em geral, mas em particular da classe mais abastada da sociedade no que se refere ao uso dos atrativos naturais para fins de lazer e entretenimento. Diante disso, é possível que haja sensibilização por intermédio do contato pessoal com o meio ambiente no sentido de preservá-lo, levando-se em conta a admissão do conceito de totalidade inerente a todos os elementos do Universo. Desta feita, ao preservar o meio ambiente, consequentemente, preserva-se a si mesmo. Portanto, a natureza, como será abordada aqui, é analisada como algo que transmite sensações diferentes e únicas em cada turista, em uma relação pessoal, praxiológica e considerada até mesmo semi-espiritual.

O ser humano está em intensa construção de seus valores, conhecimento e amadurecimento, ou seja, de sua identidade. Sendo assim, a viagem é um dos meios que possibilita ao sujeito buscar o seu “ser” interior fora da sua experiência cotidiana, isto é, fora do seu espaço vivido. Assim, o então turista move-se com a nítida imagem do prazer, que lhe fornece a imaginação de um ideário de desprendimento das diferenças, de superioridade ou inferioridade social, de possibilidades de trocas, enfim de um rápido e progressivo enraizamento e desenraizamento sociogeográfico dos destinos (DE BOTTON, 2003; KRIPPENDORF, 2003).

Existe a premissa de que o relacionamento do turista com a natureza seja contraditório em função do individualismo do ser humano. Tal pensamento pode ser exemplificado na visão que normalmente se tem da atividade turística como promotora de danos ambientais, fundamentado no crescimento da infraestrutura turística que impactam o espaço no qual a atividade se realiza.

A relação do turismo com o meio ambiente é complexa, pois numerosos acontecimentos de conflito são registrados resultantes de medidas tomadas em função da atividade turística que provocam efeitos perversos e difíceis de controlar e/ou reparar. Com efeito, o desafio encontra-se no equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade e a proteção ambiental.

Face ao exposto, os autores tencionam destacar o destino turístico que possui o meio ambiente natural como principal atrativo de visitação como detentor de uma função que vai além da visão reducionista e paisagística, sobretudo acreditando que o valor da paisagem não será determinado unicamente por critérios formais estéticos (como a harmonia das cores ou a disposição das linhas), nem por questões exclusivamente economicistas, mas colocando em evidência o potencial que os lugares possuem em despertar a mente para o sublime, possibilitando a reflexão e o entendimento do ser humano sobre si

mesmo e seu papel dentro da totalidade da natureza.

Turismo e Meio Ambiente: um imperativo da preservação?

Sabe-se que qualquer atividade econômica em si, impacta sobre o meio ambiente, logo com a atividade turística não poderia ser diferente. De acordo com Mendonça (1996, p. 19), “onde há turismo há degradação ambiental”. A autora afirma que a atividade turística ocorre essencialmente por meio da apropriação e exploração da natureza e dos residentes que ao fincar moradia já degradavam o ambiente de uma forma particular. Cabe em cada caso avaliar os diferentes níveis de degradação proporcionado, ora pelos residentes, ora pelos não-residentes. Nota-se que ocorre de fato uma intensificação do processo de degradação com a turistificação, haja vista a sobrecarga de uso dos recursos existentes, bem como a maior geração de resíduos sólidos, edificações, etc.

Sendo assim, o turismo se coloca como uma indústria caracterizada por relações muitas vezes superficiais com o lugar. Turner e Ash *apud* Pearce (2003), também acreditam que o turismo mantém contato superficial com a natureza, tendo-se em vista que o sistema turístico resguarda o turista de um contato mais profundo, através dos pacotes de viagem oferecidos pelas operadoras que definem quando e o que visitar, bem como o comportamento do turista.

Tal racionalidade imposta pela indústria sufoca e aproxima o turista de “pseudoconhecimentos” fragmentados, que não induzem à sensibilização, o que pode ocasionar relações predatórias entre o homem e a natureza, devido a falta de respeito resultante do superficial conhecimento dos visitantes (CARLOS, 1996; MENDONÇA, 1996).

No intuito de assegurar a preservação ambiental para as gerações futuras, o homem cria leis objetivando a normatização do uso da natureza. Em razão disso, uma das medidas tomadas com a finalidade de proteger o conjunto de ecossistemas do Brasil e impedir a deterioração ambiental foi a implementação de um sistema de Áreas Naturais Protegidas, que tenciona garantir a manutenção da diversidade biológica (DIAS, 2007).

Nessa perspectiva, a beleza cênica natural em conjunto com os elementos culturais existentes nas áreas naturais legalmente protegidas, representam pólos de atração para os visitantes de todo o mundo, inclusive os habitantes da região receptora (LIMA, 2003).

Boo *apud* LIMA (2003) confirma esta tendência ao informar que os turistas estão visitando cada vez mais parques e reservas ao redor do mundo, como anteriormente não ocorria, em busca de experiências que os façam valorizar e compreender o ambiente natural em que vivem.

Com esta preocupação, Mendonça (1996) atenta para a experiência do turista, pois como ela mesma afirma, é através da vivência mais próxima com a natureza, que o visitante será capaz de respeitar o espaço. Sendo possível, assim, a relação homem e natureza com a apreensão da realidade na qual se acham inseridos favorecendo a preservação ambiental.

Contudo, a atividade turística faz parte da economia de um mundo globalizado, que retrata o meio ambiente como atrativo mercadológico da natureza (AZEVEDO, 2003). É neste entendimento que Rodrigues (1996b) atribui ao turismo a responsabilidade por

destruir aquilo que lhe originou. A autora assinala a exploração X conservação e esclarece que a natureza não é em si própria responsável única pela venda de um destino, mas sim a forma como se dá a exploração do espaço pelo homem é que caracteriza a mercantilização da natureza, ou seja, o uso do espaço pelo turismo.

Bedim (2007), seguindo este pensamento, afirma que no mundo globalizado, o espaço natural destinado ao turismo é um espaço-mercadoria, cuja essência está envolta em simulacros, onde o local é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível. Neste processo de apropriação do meio natural pelo homem, o autor afirma que o sujeito antropomorfiza a sua natureza externa e, conseqüentemente, transforma a sua própria natureza interior. Bedim (idem) ressalta ainda, que o ambiente sem a intervenção do homem, à luz da teleologia¹, possui papel de objeto e meio de trabalho para o homem. Focando assim a satisfação das necessidades humanas, processo em que são originadas as riquezas.

Esta realidade mercantilista se contrapõe à ideia de revalorização da natureza pelo homem, figurando-se como necessidade premente do homem no estágio atual de desenvolvimento da sociedade urbano-industrial. Neste novo pensamento, a natureza aparece como algo exótico, apaziguador e belo, ao contrário do que ocorreu em outros períodos da história, quando a natureza era vista como sinônimo de perigo, do incerto ou até mesmo como ameaça, basta observar a teoria do miasma².

Este entendimento sobre (re)valorização da natureza está no cerne da atual crise ecológica, refletindo de algum modo nos espaços de uso turístico. Segundo Beni (2004, p. 52), *“isto talvez possa ser traduzido como reflexo do conflito existente entre os aspectos culturais e naturais do espaço”*, sabendo-se que a atividade turística consome elementarmente espaço que, por vezes, é manipulado de forma irracional (CRUZ, 2002).

Isso ocorre porque *“o conceito de natureza tem sido redefinido e multiplicado pelos diferentes usuários, ganhando uma extensa pluralidade”* (MARINHO, 1999, *apud* BRUHNS, 2009, p. 21). A aproximação do sentido das palavras “natureza”, “paisagem” e “cenário” demonstra as transformações acerca da visão de mundo, passando a natureza a significar não mais a totalidade, o *physis* do grego pré-socrático, mas a aproximação do homem ao campo, ao selvagem (TUAN, 1980 *apud* BRUHNS, 2009). Assim, nessa ideia de “confronto homem-natureza” mostra-se imbutida a percepção da natureza separada do homem.

Tal entendimento pode ser constatado, a partir da capacidade que as sociedades pós-industriais possuem em produzir novas necessidades, que sofisticam cada vez mais a relação homem/homem e homem/natureza (BEDIM, 2007). Nesse contexto, *“o homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera elemento da natureza, mas sim apartado dela, como observador e/ou explorador”*. (REIGOTA, 1995, *apud* BRUHNS, 2009, p. 23).

Por isso, a problemática da relação entre turismo e natureza, sobretudo em áreas legalmente protegidas, tem desafiado os planejadores e pesquisadores da atividade. Atualmente os modelos estratégicos para o planejamento turístico estão cada vez mais evidenciando a necessária integração de todos os agentes que compõem o destino turístico: turistas, residentes, setores privados e públicos (DIAS, 2007).

Diante da problemática apresentada percebe-se que, experienciar o contato com a natureza, tornou-se o imperativo determinado pelo modo de vida das populações urbanas

da contemporaneidade, numa tentativa de resgatar um elo ancestral por vezes considerado obsoleto pelo ser humano, mas presente em sua essência. (SONAGLIO, 2006). Nas cidades, às vezes se tem a sensação de que a natureza encontra-se distante do homem, mas concretamente ela está absolutamente presente e abrange o próprio homem em sua relação com o universo, através do ar, da água, da luz, etc. Tudo isso absolutamente indispensável para a permanência deste no planeta.

Mostra-se, pois, premente a necessidade de se ter outra uma concepção, através, por exemplo, de uma integração transformadora entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, sendo estes, fatores de influência sobre os objetos. Portanto, o turismo, surge nesse contexto como possível instrumento de (re)integração das relações entre o homem e a natureza, (re)estabelecendo no consciente do homem a totalidade inerente à sua essência.

A natureza e o homem na práxis do turismo

Primeiramente, vale pontuar o significado de teoria, prática e práxis. Em suma, teoria é um conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência, prática é a aplicação da teoria e na práxis é quando a atividade exercida pelo homem é auxiliada pelo conhecimento intelectual visando a transformação de uma realidade (FERREIRA, 2001; PEREIRA, 1988).

Pereira (1988), afirma que em todos os aspectos que analisarmos a relação teoria, prática e práxis é o homem quem deve estar na centralidade da análise. *“O homem, com sua ação, sua presença e sua relação com o mundo. Uma presença e uma ação que é ação sobre o mundo material e, conseqüentemente sobre si mesmo”* (p. 69).

Ao abordar a conceituação metodológica da teoria, o autor enfatiza a racionalidade humana como agente de transformação do meio e, por conseguinte de si próprio. Seguindo esta lógica, a abstração que não se concretiza em ação não ascendeu à práxis, pois cabe ao homem a capacidade de distanciamento da natureza para sobre ela refletir, e a partir dela também ser transformado gerando através deste processo o que Pereira (1988) denomina como práxis. Assim, a ação praxiológica do homem *“transforma a natureza e, ao transformá-la, transforma a si mesmo. Em maior ou menor medida é a práxis”* (p. 72).

Desta feita, exemplifica-se através da teoria *“The Optimal Arousal”* de Iso-Ahola, a práxis na atividade turística, ou seja, a teoria em questão afirma que as pessoas viajam para retornarem aos seus locais de morada melhor do que eram, na ideia de que as viagens, através de suas atividades de lazer, reconstroem e recriam o homem, para curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionando uma fonte de forças essenciais que trazem um sentido à vida (KRIPPENDORF, 2003).

Nesta transformação através do turismo, as paisagens naturais inseridas (ou não) em espaços legalmente protegidos podem ser um instrumento desta mudança. De acordo com o filósofo De Botton (2003), a proximidade de uma catarata, de uma montanha ou de qualquer outro elemento da natureza, torna mais difícil a vivência de inimizades e desejos adjetos. Em sua análise pelos escritos de Wordsworth⁴, ele observou que a natureza promove uma motivação para a busca dos objetivos individuais e coletivos, pensando o de-

sejável e bom, formando-se assim uma “imagem da razão correta” que forneceria o equilíbrio dos impulsos desvirtuados da vida urbana.

A filosofia preconiza que o conceito da capacidade de percepção, modifica a situação. Como pode acontecer na prática de ecoturismo, embora a trilha ainda possa ser fisicamente percorrida, ela já não significa aquele ermo ainda não desbravado que o visitante esperava contemplar. Pois, sugere-se que a percepção seja superior às sensações meramente físicas, portanto, nem sempre se percebe aquilo que se imaginava, que iria ser vivenciado antes da viagem.

A capacidade de percepção é volátil, pois depende de determinadas concepções da natureza e das circunstâncias pelas quais os visitantes desejam contemplá-la. Walter *apud* Urry (1996) demonstra esta reflexão com o exemplo de uma montanha nos Alpes, mostrando que, como sendo um bem material, ela pode ser contemplada pela sua grandiosidade e beleza, em conformidade com uma paisagem alpina idealizada. Essa mesma montanha, todavia, pode ser encarada como um bem posicional, uma espécie de santuário da natureza que os indivíduos desejam gozar na solidão. Surge assim, aquilo que Urry (1996) denominou de “olhar romântico” do turista, na qual a ênfase é colocada na solidão, na privacidade e em um relacionamento pessoal e semi-espiritual com o objeto do olhar.

A conotação de divindade e sacralidade dada a certos locais de beleza natural está associada ao legado da cultura judaico-cristã. Isto explica, em parte, a defesa de alguns ambientalistas em proibirem a visitação pública às Unidades de Conservação, considerando o turismo como uma ameaça à vida selvagem e como mecanismo indutor de ações depredatórias (SCHAMA *apud* BEDIM, 2007).

Em razão disso, o planejamento e a gestão do turismo em espaços legalmente protegidos precisam estar direcionados por um novo pensar que (re)constitua a relação integrada e integradora entre as várias partes que compõem a totalidade da natureza. A prática do ecoturismo tem essa incumbência de desvendar o “sagrado”⁵ que está intrínseco em todos os que procuram o “*religare*” com a natureza (SONAGLIO, 2006).

Para De Botton (2003), as pessoas possuem uma identidade maleável, pois mudam de acordo com quem – e às vezes com o que – estamos. A companhia de certas pessoas estimula a experiência turística, de forma que as reações em relação ao que é visitado são crucialmente moldadas pela sua visão pessoal de quem o outro pode vir a ser. Entretanto, quando um indivíduo está na presença de uma catarata ou montanha (entes que no fundo não tem interesses conscientes, portanto não poderiam encorajar ou censurar comportamentos) estas podem, segundo Wordsworth *apud* De Botton (2003), exercer certa influência quando os elementos naturais têm o poder de sugerir valores, como por exemplo, o carvalho, a dignidade; pinheiros, a determinação; lagos, a calma; as flores, humildade e mansidão.

De acordo com o poeta inglês, a beleza da natureza pode estimular a localizar o bem nas pessoas. Duas pessoas paradas numa saliência rochosa com vista para um regato e um majestoso vale coberto de bosques poderiam mudar não só sua relação com a natureza, mas sua relação entre elas.

De Botton (2003) relata em seu livro “A arte de viajar”, sua excursão pelo deserto do Sinai. Então, diante da imensidão de rochas, camadas de granito, tabuleiros de cascalho torrando ao sol e montanhas de lava solidificada ele interroga-se acerca da procura do

ser humano por aquele tipo de sensação de pequenez que a visão da grandeza da natureza diante de si o faz(ia) sentir. O filósofo repara que o ser humano que normalmente sente-se humilhado diante das relações de poder (geralmente mesquinhas) existentes na sociedade, faz referência ao que tem poder e mostra-se nobre perante a grandeza da natureza.

Este tipo de lugar–natureza tão sublime permite ao turista encarar uma deficiência conhecida de outra forma, pois eles repetem uma lição que a vida rotineira costuma ensinar com crueldade, a de que o universo é mais poderoso que o ser humano, sendo este, frágil e efêmero. Portanto, visitar estes lugares tão majestosos não refletirá humilhação, ao contrário, promoverá inspiração aos visitantes que se sentirão privilegiados diante de exigências tão grandiosas. A noção de assombro pode até se transformar em um desejo de culto.

Conclusão

Diante do exposto, depreende-se que na relação homem-natureza, na perspectiva de um turismo sensível à natureza almeja-se (ou ao menos se deveria almejar) um mundo em real totalidade, onde se possa (re)encontrar um estado de equilíbrio, consciência sobre a unicidade que permeia o universo, em conformidade com a natureza e atuando solidariamente para com as gerações futuras. Para isso, há a necessidade da educação para a conscientização, isto é, “o processo que busca conscientizar o turista e aqueles que mantêm contato com o mesmo, para o entendimento de que o homem é a própria natureza.

O turismo nos espaços naturais, levando em consideração a questão praxiológica demonstra ser uma saída possível para o uso de áreas naturais protegidas pela atividade turística, objetivando a sua preservação. Pois, a atividade, quando vista e planejada como um evento, fato, ou conjunto de relações que envolve infinitas facetas do existir humano, valoriza o atrativo natural e sai da superficialidade comercial para um espaço qualitativo de reflexão, de reencontro entre o homem e o meio ambiente.

Tudo isso por intermédio da prática de um turismo não somente de apreciação da paisagem, mas que vai além, através dos fatos e relatos que foram expressos neste estudo, entre os visitantes de lugares “sublimes” que revigoram pela sua grandiosidade. Entende-se, portanto, que desta forma o turista certamente poderá tirar melhor proveito das viagens, assim como também a natureza, por conseguinte, a humanidade.

Acredita-se que os impactos ambientais podem ser reduzidos quando há a relação com o meio de um olhar romântico do turista, pois isso pode aproximá-lo ainda mais dos elementos da natureza, de forma distinta, e distante do consumismo da sociedade pós-moderna, pois a importância com a transformação por meio de uma prática, ou seja, o turismo, podem subverter a ordem econômica de ter para ser. Atitudes desse gênero podem tornar a conscientização ambiental uma realização espontânea e fluida.

Desenvolve-se, portanto, uma nova sensibilidade em uma parcela da população turística que pratica turismo em ambientes naturais, não tolerando abusos cometidos contra a natureza, pois estes acabariam também “abusando” os seus visitantes os quais neces-

sitam destas paisagens para se reencontrarem enquanto seres também pertencentes ao meio natural.

Cabe, pois, concluir que a atividade turística na natureza pode ter como finalidade despertar a mente do homem/turista para o sublime, possibilitando a reflexão e o entendimento do ser humano sobre si mesmo e seu papel dentro da totalidade da natureza. Tal conhecimento pode contribuir, de alguma maneira, para a preservação ambiental, em uma contemporaneidade permeada de relações efêmeras e fugazes, que em alguns casos evidenciam o olhar de insignificância com o qual é vista a natureza.

Assim, contrariando a realidade atual que valoriza o usufruto inconsequente de tudo que cerca o homem em benefício do individual, o turismo, nas palavras de Pannosso Netto (2005) é a busca da experiência humana, da construção do “ser” interno do homem, fazendo-o se aperceber como integrante da totalidade da natureza. Isso demonstra que devido a realidade apresentada observa-se que, por vezes, torna-se necessário um (re)encontro que possibilite a descoberta daquilo que sempre coexistiu com o homem no espaço, contrariando o que Santos (2006) afirma: não é a natureza que é cega e sim o homem.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, J. “Enraização” de propostas turísticas. *In*: RODRIGUES, A. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BEDIM, B.P. O espaço capitalista da natureza e seu (contra) uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas – um ensaio teórico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, pp. 76-89, 2007.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CARLOS, A.F.A. O turismo e a produção do não - lugar. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. (org), **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pgs 25-37.

BRUHNS, H.T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. Barueri, SP:Manole: 2009.

CRUZ, R.C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DE BOTTON, A. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélios século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva dos sociólogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, C.M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LIMA, M. L. C. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. *In*: RODRIGUES, A. B.; **Eco-turismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

MENDONÇA, R. Turismo e meio ambiente: uma falsa oposição? *In*: LEMOS, A. I. G. (org), **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Editora Aleph, 2005.

PEREIRA, O. **O que é teoria**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEARCE, D.G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado e viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

RODRIGUES, A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. *In*: RODRIGUES, A. B. (org), **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Editora Hucitec, 1996a.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. (org), **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SONAGLIO, K.E. A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em unidades de conservação. 2006. **Tese** (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

URRY, J. **O olhar do turista – Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VELLOSO, M.P. Os restos na história: percepções sobre estudos. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro. V.13, n.6, Dez.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S14138123200800600031&lng=en&nrm=iso>> Acesso em: 22 mai 2009.

NOTAS:

¹ Neste caso a Teleologia diz respeito à qualidade do homem em possuir consciência, ao contrário da irracionalidade dos outros animais.

² Acreditava-se na Idade Média que as enfermidades poderiam ser transmitidas a partir de qualquer contato com o ar proveniente do meio ambiente (VELLOSO, 2008).

³ Os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana (SANTOS, 2006).

⁴ William Wordsworth (1770- 1850) foi um poeta romântico inglês que ficou conhecido por seus poemas de enaltecimento da natureza de sua terra natal, o Distrito dos Lagos. Sua obra influenciou o turismo na região ao ponto de transformar a base da economia local de agricultura para turismo.

⁵ Sagrado, segundo Nicolescu (1999), é aquilo que não se submete a nenhuma racionalização. O sagrado não implica necessariamente na crença em Deus em deuses ou espíritos. O sagrado, antes de qualquer coisa, é uma experiência que se traduz por um sentimento. *Religare*, segundo o mesmo autor, traduz o sentido de religar, aquilo que liga (espaço do *sagrado*).

Bruna Raquel Alves Pinheiro: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email:brunaraquele@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8775029359416792>

Artemísia dos Santos Soares : Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email:artemisia-soares@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1052024626478722>

Francisco Fransualdo de Azevedo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Email:ffazevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847>

Data de submissão: 29 de setembro de 2009.

Data do aceite: 08 de maio de 2010.

SEÇÃO
RESENHAS

Nesta vida,
pode-se aprender três coisas de uma criança:
estar sempre alegre,
nunca ficar inativo
e chorar com força por tudo aquilo que se quer.

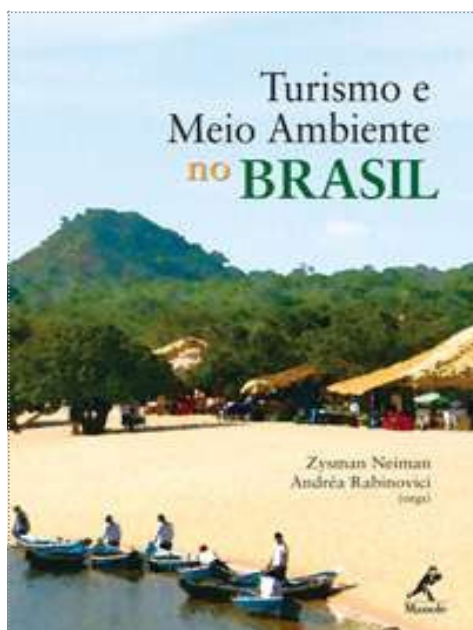
Paulo Leminski



Da parceria entre mestres e estudantes, novas interpretações sobre turismo e meio ambiente no Brasil

Thiago Allis

Neiman, Z.; Rabinovici, A. (orgs). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri: Ed. Manole, 2010.



Tanto quanto poderia parecer óbvio, *Turismo e meio ambiente no Brasil* enceta uma discussão ampla e atualizada no ambiente acadêmico brasileiro, que ainda carece de boas e refrigeradas reflexões. Não que o binômio seja ausente nas últimas décadas (aliás, o seu contrário!), no entanto, parece haver lacunas de argumentações que sejam, a um só tempo, críticas e, sem serem rasteiras, assimiláveis na sua complexidade por um grande público.

Esta publicação é um bom sinal, conquanto vem recheada de impressões contundentes de discentes e docentes originários de uma universidade pública brasileira. Sem julgamentos levianos ou ufanistas, trata-se de um sintoma positivo da participação das instituições federais de ensino superior na construção do saber turístico no Brasil, consoante

com o aumento, nos últimos anos, da oferta de cursos de turismo nessas universidades.

Há uma interrogação que parece basal para o livro: questiona-se o turismo pelo prisma de um desenvolvimento econômico *ad eternum*. Nesse âmbito, já no capítulo um, são discutidas as dimensões de sustentabilidade *vis-à-vis* os paradigmas desenvolvimentistas e o advento do ambientalismo na vida contemporânea, aí incluído o turismo.

Como os próprios autores sugerem, esta espécie de incômodo original perpassa as discussões presentes em todo o livro – talvez este seja mesmo o pano fundo para sua construção, sendo que, da relação conceitual e prática do turismo com os temas ambientais, poderiam emergir respostas interessantes no caminho da sustentabilidade.

A relação do turismo com alguns temas é explícita: Unidades de Conservação, educação ambiental e participação das comunidades, mas outros temas também recebem atenção – e não por serem menos importantes: certificação e marketing de empresas e procedimentos, a questão indígena, elementos sustentáveis de projetos turísticos, políticas públicas de turismo no Brasil, dentre outros. Os conteúdos dos

capítulos se tocam, mas, em absoluto, há sobreposições ou rupturas lógicas que inviabilizem uma leitura fluída.

Interessante é que o livro consegue, sem se desarticular, propor uma leitura temática, ou seja, estudos de tópicos específicos abordados nos vários capítulos. Por exemplo, as questões de base para o tratamento da relação turismo e meio ambiente podem ser encontradas nos capítulos um, dois e quinze (sendo este uma provocação para a manutenção das discussões finda a leitura); aqueles que buscam um estudo específico sobre a relação entre áreas protegidas e turismo têm boas referências nos capítulos cinco e sete; para se estudar a participação das comunidades na atividade turística, os capítulos seis e onze (sendo este focado nos territórios indígenas); do ponto de vista institucional e organizacional do turismo, os capítulos nove, dez, doze e treze sugerem uma unidade ao tratar das políticas de ecoturismo no Brasil e questões corporativas (como marketing e certificação).

Além das questões pungentes de conteúdo, a constituição do livro confirma seu caráter inovador. Trata-se de conceber, conduzir e trazer a público um forma de produção compartilhada no ambiente universitário, em que pese a participação de graduandos de um curso de turismo jovem de uma universidade pública veterana, a Universidade Federal de São Carlos. Para os estudantes, é uma oportunidade ímpar de, efetivamente, exercitar sua capacidade reflexiva, ainda na graduação, e já no contato com o público – fazendo frente a algo que recorrentemente se critica nas universidades públicas: produção de conhecimento de excelência sem o devido compartilhamento com a sociedade que lhe é mantenedora. Note-se que tudo isso acontece enquanto ainda estão em seu processo formativo, de tal sorte que, seguindo ou não carreiras acadêmicas, têm uma experiência de produção universitária bastante intensa, ademais daquelas que tradicionalmente desenvolvem no curso. Para os coordenadores, é de se supor a magnitude do esforço de, primeiro, convergir (e manter) interesses, canalizar capacidades de análise do grupo e, por fim, garantir uma forma palatável aos textos e, principalmente, conteúdos que atentem à responsabilidade a que o livro se propõe – servir de referência para o ensino e aprendizagem do turismo.

Há elementos de formato que são interessantes aparecerem numa publicação brasileira, especialmente em se tratando do mercado bibliográfico de turismo. A primeira é a inserção de quadros ao longo do texto (extraídos de *sites*, outros livros e revistas), que estimula vínculos mais fortes com a realidade do turismo no Brasil, além de comunicar pontos de vista e experiências de outras fontes – em suma, servem como *hiperlinks* para outras referências de pesquisa e informação.

Ademais, as questões para reflexão ao final dos capítulos instrumentalizam exercícios futuros relacionados ao tema, facilitando, pois, a utilização do livro como material didático. No que tange a essas questões, porém, cabe um alerta, especialmente àqueles que estamos envolvidos com estudos de ciências sociais aplicadas e o turismo em si: as perguntas sugeridas pressupõem, no geral, respostas do tipo binário ou excludentes (sim e não), o que, em se tratando da área estudada (turismo e meio ambiente) é algo questionável, posto que as gradações e possibilidades entre os extre-

mos também podem ser construtivas; observa-se ainda uma leve retórica, que, no geral, levam o leitor a responder aquilo que se argumentou no capítulo que acabou de ler.

Algo que suscita inquietude – e não está suficientemente explicado pelos textos do livro – diz respeito à ênfase que se dá ao ecoturismo. É fato que, por mais que o estudo, a pesquisa e o ensino do turismo acumulem décadas de experiência, há uma multiplicidade de conceitos por se fazer e a prática turística ainda é razão de conflitos entre visitantes e visitados, especialmente no seu reatamento territorial. Mesmo assim, já é tempo de se aceitar que a relação em turismo e meio ambiente vai muito além do ecoturismo praticado em ambientes naturais – haja vista que, num mundo em forte urbanização, a vida nas cidades deve ser entendida como fato e, neste sentido, relacioná-la com as possibilidades de desenvolvimento turístico.

Por que ecoturismo, educação ambiental e sustentabilidade quase sempre são tratados em face dos paradigmas convencionais de natureza? Não teríamos cidades ecoturísticas? Ou dito de outra maneira: o ecoturismo não é possível fora dos ambientes naturais? As comunidades urbanas não são, no seu ambiente urbano, parte do desafio da sustentabilidade? Se o ecoturismo é, conforme sugere o livro, uma estratégia promissora para a consecução das formas de turismo alternativo, é razoável que tentemos, pois, materializá-lo, conceitual e operacionalmente, em todos os ambientes da vida contemporânea – e não apenas em ou no entorno de Unidades de Conservação, em comunidades indígenas, em grupos de educação ambiental em áreas naturais, etc. Essas perguntas são tão mais importantes quando consideramos que, em linhas gerais, o turismo é um fenômeno essencialmente urbano, que emergiu quando do aprofundamento da urbanização e da sociedade industrial a partir do século XIX.

Portanto, mesmo que estejamos falando de ambientes intocados (se é que isso é possível!), a dialética entre urbano e não-urbano deveria ser o fulcro central das discussões: turistas são, essencialmente, das cidades, e, por isso, a lógica urbana está presente em tudo o que fazem atualmente – inclusive ecoturismo.

Seria um esforço em vão ou até mesmo ingênuo acreditar que as atividades turísticas, de base sustentável, poderiam se dar pelo combate à urbanidade, como sendo esta uma representação de um desenvolvimento econômico incompatível com o turismo sustentável. Ainda que esses dois mundos sejam vistos como antagônicos, há uma coexistência que se materializa por seus sujeitos: o ecoturista – instado a refletir sobre questões ambientais, partícipe de atividades de educação ambiental, visitante de comunidades tradicionais bastante diferente do seu modo de vida – continua sendo urbano e operador de um sistema produtivo intensivo de recursos naturais. Talvez, ser/estar ecoturista, seja apenas uma forma para a construção de uma nova consciência ambiental – mas, certamente, não a única.

Do ponto de vista de conceitos (ou, pelo menos terminologia), há, no decorrer dos textos e nas discussões de argumentos, uma alternância entre o uso de “ecoturismo” e “atividades turísticas”, assim como “responsável” e “sustentável”. Sabemos bastante bem que estas expressões comportam substratos conceituais distintos,

mas é possível que seu uso indistinto nos textos reflita a indefinição de conteúdo ou sua complexidade na aplicação prática, daí porque, supõe-se, os autores optarem por discutir suas várias nuances de maneira quase sinonímica.

Com efeito, deve-se reconhecer que os significados de ecoturismo não estão exclusivamente vinculados a ambientes naturais (protegidos, sob a forma de Unidades de Conservação, ou não), no seu sentido mitológico e edênico. A obra sugere que o ecoturismo (em suas várias possibilidades, conforme discutido no capítulo três), seria a materialização do “turismo alternativo”, em contraposição ao “turismo de massa”.

Temos, além de todas as questões essenciais (consciência do visitante, participação comunitária, potencialidade de aprendizado durante a viagem, responsabilidades por parte dos empresários, etc.), uma questão de escala: é como se o volume e a intensidade do turismo de massa fossem, ao contrário do que se sugere com o ecoturismo, os responsáveis pela inviabilidade social e ambiental do turismo, em face de suas demandas econômicas.

O raciocínio é lógico e ganha eco nas críticas ao processo de expansão desenfreada da atividade a partir do terceiro quartel do século XX. No entanto, é premente que se incorpore em arenas como esta, de maneira lúcida e consistente, a questão comercial do turismo (para a qual é imprescindível a perspectiva do barateamento da produção em favor da lucratividade do negócio). Neste sentido, na obra, foram dados importantes espaços para esta temática, ao se tratarem, por exemplo, aspectos de responsabilidade social por parte das empresas e de marketing e certificação do turismo.

Houve, contudo, um viés levemente ideologizado da questão mercadológica, seja pelas convicções dos autores ou falta de opção na dinâmica turística contemporânea. Em certas passagens, flutua uma militância excessiva que, como é convencional, deveria ser contida em argumentações de fundo acadêmico e de corte científico.

Um exemplo disso são as assertivas de caráter apriorístico ao se propor formas de condução do turismo em face dos desafios da sustentabilidade. Por exemplo, não existem, pelo menos para o caso brasileiro, estudos profundos que confirmem que os turistas, de fato, estejam buscando experiências mais autênticas em detrimento do tão propalado turismo de massa – aliás, a julgar pela expansão do turismo na última década, pode-se inferir que o Brasil ainda vive sua fase extensiva (consolidação de grandes operadoras, inserção das classes média e baixa ao mercado turístico, políticas de turismo de caráter democratizantes, constituição de destinos turísticos em áreas menos tradicionais, etc.). A propósito de dados e para ficar no exemplo do ecoturismo, poucos são as estatísticas específicas, tanto de natureza quantitativa, quando qualitativa – daí porque ser, efetivamente, temeroso lançar observações taxativas sobre o mercado de ecoturismo no Brasil.

É importante frisar que esses aparentes dissensos não são deméritos ou pontos de inviabilidade da proposta do livro, senão elementos que emergem justamente por ocasião de sua publicação. Num processo de construção do conhecimento que preze pelo compartilhamento de ideias e pela incorporação de pontos de vista, é im-

prescindível aceitar que as divergências são recursos para re-intepretações. Sendo o turismo campo de estudo relativamente recente e dadas as complexidades que envolve, é de desejar mesmo que as diferenças se multipliquem para que, num ambiente aberto, se pavimente com consistência o caminho para uma compreensão mais dilatada do fenômeno.

Neste sentido, a proposta de o livro ser uma obra didática merece atenção dos cursos de turismo e áreas afins, mas também das editoras que publicam tais temas, já que, num histórico de maturação do turismo como ensino superior, aquilo (e como) se produzia nos anos 1980 e 1990 no Brasil não só já tem um potencial reduzido de contribuição informativa e formativa, como deve vender bem pouco!

As perguntas que os autores se vão fazendo no decorrer de seus textos deveriam servir de estímulo para que todos estudiosos do turismo publicassem com mais frequência (em quaisquer meios), de maneira mais atraente e sempre comprometidos com a qualidade. Note-se que isso não implica prolixidade ou afetações, senão um compromisso em verter para a sociedade, de forma clara e criteriosa, novas inquietações a que vão sendo acometidos em suas pesquisas, estudos e outras experiências acadêmicas e profissionais.

Registre-se, por fim, o voto de confiança e, de certa forma, ousadia por parte de Editora Manole, que aceitou a proposta de publicar uma obra que, por mais que venha avalizada por dois pesquisadores de envergadura, pressupõe a abertura de espaço para iniciantes no estudo do turismo. E o faz de uma maneira bastante produtiva, pois, num só tempo e espaço, oportunizou a conversa de um grupo de estudantes (observados por mestres atentos) com os seus pares, ou seja, tantos milhares de estudantes de turismo e áreas afins no Brasil (ou, quem sabe, de países de língua portuguesa mundo afora).

Thiago Allis: Universidade Federal de São Carlos, câmpus Sorocaba.

Email: thiagoallis@ufscar.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8352597486424889>

Data de submissão: 17 de maio de 2010.

Data de aceite: 21 de maio de 2010.